

Relatório Descritivo

Conferência de Avaliação do Plano Diretor

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique

Coordenadora de Planejamento Urbano

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Renata Saffer
Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Caroline Giordani Meine
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

Apoio Técnico:

Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
Arq. Natalia Fernanda Oriola
Arq. Simone Machado Madeira
Arq. Esp. Simone dos Santos Fernandes
Arq. Vinicios da Silva

Arq. Esp. Ana Aguirre
Acad. Débora Torres Rosário
Acad. Luiza Pedrozo dos Santos
Acad. Maria Cecília Lemos Gonçalves

Acad. Mariana Silveira Castilhos
Acad. José Roberto Parenti Gayotto
Assist. Adm. Lucia Pansera de Melo
Assist. Adm. Márcia Nunes Grecco

Revisão: Bibl. Michele Carvalho Nunes

Sumário

1. Introdução	6
2. Conferência de Avaliação do Plano Diretor	8
2.1 Base legal	8
2.2 Objetivo geral	9
2.3 Objetivos específicos	10
2.4 Estruturação da Conferência	10
3. Planejamento da Conferência	12
3.1 Estruturação	12
3.1.1 Formato	12
3.1.2 Conteúdo	12
3.1.2 Consulta Pública	16
3.2 Cronograma e Logística	16
3.2.1 Calendário	16
3.2.2 Espaço Físico	17
3.2.3 Plataforma	18
3.3 Metodologia	18
3.3.1 Dia 1 Palestras Temáticas	18
3.3.2 Dia 2 Grupos de Trabalho	19
3.3.3 Dia 3 Apresentação de Resultados	21
3.4 Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envolvidos	21
3.4.1 Coordenação Técnica (CT)	22
3.5 Estratégia de Divulgação e Engajamento da População	23
3.6 Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados	24
4. Realização da Conferência	26
4.1 Participação	26
4.2 Dia 1 Palestras Temáticas	27
4.3 Dia 2 Grupos de Trabalho	30
4.4 Dia 3 Apresentação de Resultados	32
4.4.1 Eixo Temático 1	33
4.4.2 Eixo Temático 2	34
4.4.4 Eixo Temático 4	35
5. Pós-Evento	39
Anexos	40
Referências	42
Bibliografia consultada	45

1. Introdução

O **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)**, Lei Complementar 434/1999⁽¹⁾, prevê, dentre os mecanismos de participação na gestão, de informação e de avaliação do Plano Diretor, Capítulo III, a realização de conferências municipais sobre assuntos de interesse ambiental. No rol de assuntos de interesse, destaca na mesma Lei, em seu Art. 36, a promoção de forma regular de **Conferências de Avaliação do PDDUA**, sob atribuição do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

A 1ª **Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor**⁽²⁾ foi realizada em 2003, com o objetivo de avaliar os três primeiros anos de aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA). O processo adotado contou com momentos de discussões internas e outros abertos à participação da sociedade. Os debates ocorreram por meio de Grupos de Trabalho (GTs), agrupados em cinco temas: Projetos Especiais e Estudo de Impacto de Vizinhança (GT 1); Estruturação Urbana: Programa Viário (GT 2); Monitoramento do Plano Regulador (GT 3); Compatibilização do PDDUA com o Estatuto da Cidade (GT 4); e Paisagem Urbana: Áreas Especiais de Interesse Cultural e Alturas (GT 5).

Na 1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor foram debatidas 90 resoluções, das quais 81 foram aprovadas⁽²⁾. Os resultados desta conferência subsidiaram o processo da 1ª Revisão do PDDUA, realizada em 2010⁽³⁾.

Na atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a Instrução Normativa (IN) 04/2021⁽⁴⁾ prevê a realização de duas conferências públicas ao longo do processo. A primeira, intitulada **Conferência de Avaliação do Plano Diretor**, integra a etapa de Leitura da Cidade da Revisão e tem o objetivo geral de promover debates sobre o atual desenvolvimento urbano municipal, tanto sob o ponto de vista da percepção da população local, quanto na visão técnica de especialistas no tema, utilizando como base de referência o disposto na Lei Complementar (LC) 434/1999⁽¹⁾, modificada pela LC 646/2010⁽⁵⁾ e alterações posteriores.

A presente Revisão tem como premissa inicial a manutenção da estrutura e base conceitual da LC 434/1999⁽¹⁾, que surgiu como resultado do amplo debate promovido com a sociedade no seu processo de concepção. Esta estrutura se organiza em torno de Estratégias, do estabelecimento de um Modelo Espacial e de um Sistema de Gestão do Planejamento com características específicas, agregadas a um Plano Regulador que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.

Por outro lado, mais de 20 anos se passaram desde a discussão que concebeu nosso Plano Diretor, considerando que a revisão de 2010 se ateve principalmente a dispositivos incidentes no denominado Plano Regulador, o qual estabelece

regamentos para a propriedade privada. Tendo em vista o tempo decorrido, considerou-se que a Revisão deve tratar do conteúdo do PDDUA como um todo.

Desta forma, propôs-se que a abordagem da Revisão esteja amparada nos princípios da **Nova Agenda Urbana⁽⁶⁾** e nos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁽⁷⁾** da Organização das Nações Unidas, em especial o ODS 11, conforme previsto no **Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI)⁽⁸⁻¹⁰⁾** que subsidia a Revisão do Plano Diretor.

Neste sentido, os **temas que foram abordados na Conferência de Avaliação do Plano Diretor** são resultado de discussões internas e da participação da sociedade, o qual envolveu a compatibilização das atuais Estratégias do PDDUA, dos Temas elencados pela sociedade e debatidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) no início do processo de Revisão do Plano Diretor⁽¹¹⁾ e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁽⁷⁾, conforme detalhado na seção “3.1.2 Conteúdo” deste documento.

2. Conferência de Avaliação do Plano Diretor

A Conferência de Avaliação do Plano Diretor fez parte da segunda etapa do processo de Revisão, chamada Leitura da Cidade, que tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo.

2.1 Base legal

O **Estatuto da Cidade**, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001⁽¹²⁾, em seu Artigo 43, prevê a realização de conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (VETADO)

No mesmo sentido, a realização de conferências municipais de avaliação do PDDUA está prevista no Art. 36 da **LC 434/1999**⁽¹⁾, atualizada e compilada até a LC 667/2011⁽¹³⁾, incluindo a LC 646/2010⁽⁵⁾, sendo uma das atribuições do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

Art. 36. São atribuições do SMGP:

I – elaborar e coordenar a execução integrada de planos, programas e projetos, promovendo sua viabilização junto ao processo de elaboração do orçamento municipal;

II – informar e orientar acerca de toda e qualquer legislação urbanística e ambiental municipal;

III – estabelecer fluxos permanentes de informação entre as suas unidades componentes, a fim de facilitar o processo de decisão;

IV – aplicar a legislação do Município atinente ao desenvolvimento urbano ambiental, estabelecendo interpretação uniforme;

V – monitorar a aplicação do PDDUA com vistas à melhoria da qualidade de vida;

VI – promover, no terceiro ano de cada gestão administrativa, 1 (uma) conferência municipal de avaliação deste PDDUA; e (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010);

VII – constituir e manter Cadastro Urbano, disciplinado por lei específica, garantida a sua atualização periódica, como instrumento do

planejamento municipal e referência para o monitoramento do PDDUA. (NR) (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

Conforme apontado anteriormente, em 2003 foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor⁽²⁾, cujos resultados tiveram papel importante na 1ª Revisão do PDDUA, realizada em 2010⁽³⁾.

Para o processo de Revisão do Plano Diretor em andamento, posterior a 2010, foram previstas **duas conferências** distintas, conforme estabelecido na **IN 04/2021**⁽⁴⁾, que instituiu o procedimento para a atual Revisão do Plano Diretor e passou por aprovação no CMDUA previamente à sua publicação:

Capítulo VI - Das Conferências na Revisão do Plano Diretor:

Art. 34. Para cada uma das Etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas será realizada conferência para discutir a Revisão do Plano Diretor, aberta à participação da sociedade como um todo, prevista para ser realizada durante 3 (três) dias, em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, em data a ser marcada, conforme estimativa prevista no calendário do site, definida da seguinte forma:

I - Dentro da etapa de Leitura da Cidade será realizada a **Conferência de Avaliação do Plano Diretor**;

II - Dentro da etapa de Sistematização e Propostas será realizada a Conferência da Revisão do Plano Diretor, com o objetivo de efetuar a avaliação dos cenários de desenvolvimento propostos.

Parágrafo único. A definição dos ritos para a realização da Conferência tais como o planejamento da estrutura do evento, a composição de comissão preparatória, o cronograma de reuniões, a definição do local e data, as formas de divulgação, entre outros, será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e GT-CR e aprovada pelo CMDUA.

Art. 35. Os resultados decorrentes da Conferência serão analisados, sistematizados e considerados para a conclusão das etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas do processo de Revisão do Plano Diretor.

No atual processo de Revisão do Plano Diretor, portanto, foi prevista a realização de uma **Conferência de Avaliação do Plano Diretor** como atividade inserida na **Leitura da Cidade**, etapa da Revisão na qual buscou-se a apropriação das características do território e a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo.

2.2 Objetivo geral

A Conferência de Avaliação do Plano Diretor, realizada nos dias 7, 8 e 9 de março de 2023, teve por objetivo geral promover debates sobre o desenvolvimento urbano municipal, com base na avaliação do conteúdo do Plano Diretor Municipal, LC 434/1999⁽⁴⁾, alterada pela LC 646/2010⁽⁵⁾ e alterações posteriores,

tanto sob o ponto de vista da percepção local, quanto do ponto de vista técnico de especialistas no tema.

2.3 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram:

- a) promover o debate qualificado entre governo, técnicos, cientistas e sociedade civil participante acerca dos temas abordados;
- b) elaborar recomendações para princípios e diretrizes a serem considerados no processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
- c) ampliar o engajamento da população, dando continuidade ao debate público de forma participativa e transparente sobre a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
- d) fornecer subsídios técnicos e sociais para o desenvolvimento das propostas da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, considerando os resultados e contribuições já acumulados ao longo do processo.

2.4 Estruturação da Conferência

A estruturação do evento previu quatro passos:

- **Primeiro Passo: Planejamento**
 - a) estruturação do **programa** (formato) e **conteúdo** abordados no evento;
 - b) estruturação da **consulta pública**, disponível durante o período do evento, conforme IN 04/2021⁽⁴⁾;
 - c) levantamento de **agentes/grupos** e os diferentes papéis no evento;
 - d) levantamento de demandas de **espaço físico e logística**;
 - e) levantamento de **plataformas e sistemas informatizados** incluídos nas diferentes etapas da Conferência;
 - f) estratégia de **divulgação e engajamento** da população;
 - g) estruturação da **estratégia de organização e sistematização do material resultante da Conferência**, visando a elaboração de relatório final e documento síntese do processo.
- **Segundo Passo: Implementação**
 - a) estruturação de sistema e campanha para **registro de inscrições**;
 - b) **testes e treinamento** nas plataformas e sistemas informatizados selecionados no primeiro passo;
 - c) **contato e alinhamento com palestrantes** indicados de acordo com o programa e conteúdo definido no passo anterior;
 - d) **comunicação** e gestão de mídias sociais.

-
- **Terceiro Passo: Entrega**
 - a) realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor.
 - **Quarto Passo: Pós-Evento**
 - a) **relatório descritivo técnico** para publicação da síntese do processo;
 - b) emissão de **certificados** para os participantes;
 - c) disponibilização do **material produzido** no evento.

Neste contexto, o presente relatório trata do primeiro ao quarto passo, do **Planejamento ao Pós-Evento da Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre**.

3. Planejamento da Conferência

Nesta seção apresenta-se o planejamento da conferência dividido em seis partes: (1) Estruturação; (2) Cronograma e Logística; (3) Metodologia; (4) Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envolvidos; (5) Estratégia de Divulgação e Engajamento da População; e (6) Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados.

O planejamento da Conferência foi estruturado de acordo com a base legal, especialmente com o previsto no Estatuto da Cidade⁽¹²⁾, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre⁽³⁾ e a Instrução Normativa 04/2021⁽⁴⁾.

De acordo com a IN 04/2021⁽⁴⁾, devem ser realizadas as seguintes etapas, em sequência, de forma a validar a proposta da Conferência em relação ao planejamento da estrutura do evento, composição de comissão preparatória, cronograma de reuniões, definição de local/data e formas de divulgação:

- a) definição de proposta pela Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor;
- b) apresentação e debate da proposta nos Grupos de Trabalho Consultivo Técnico e Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento;
- c) aprovação da proposta no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

Dado o trabalho realizado no Grupo de Trabalho Técnico Operacional, diretamente vinculado aos eixos temáticos, este auxiliou a Coordenação Técnica na elaboração da proposta da Conferência de Avaliação do Plano Diretor.

3.1 Estruturação

3.1.1 Formato

A Conferência de Avaliação foi planejada em formato presencial com apresentações e espaço para trabalho em grupos, com a gravação do evento para disponibilização posterior do material nos canais oficiais do Plano Diretor, tais como o site e o canal de YouTube da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS).

3.1.2 Conteúdo

Conforme o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**^(14:36), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, um dos documentos adotados como referência na estruturação da atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre; temas “são assuntos relevantes para o

desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território identificadas pelo próprio município”.

Na metodologia da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, embasada no Guia, a identificação de temas e problemáticas a serem priorizados pelo Município integra a etapa **(ii) da Leitura da Cidade**, realizada após a etapa (i) Preparatória e na sequência da qual será possível passar à Etapa (iii) da Sistematização e das Propostas, com a definição das estratégias e instrumentos mais adequados para cada problemática identificada nos temas.

Neste sentido, os **temas que foram abordados na Conferência de Avaliação⁽¹¹⁾**, como descrito na Apresentação deste documento, são resultado de discussões internas e da participação da sociedade, que envolveu a compatibilização das atuais Estratégias do PDDUA, dos Temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA, no início do processo de Revisão do Plano Diretor, e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁽⁷⁾.

Para a consolidação de tais temas, foram realizados debates que envolveram a participação da sociedade em oficinas e exposições interativas, reuniões da Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, o trabalho técnico do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) para a Revisão do Plano Diretor, bem como da consultoria contratada para dar subsídios à Revisão do Plano Diretor - Ernst & Young (EY) e parceiros. O processo resultou na proposta de **sete Eixos Temáticos** que foram debatidos durante a Conferência, conforme segue.

- **ET 1: Desenvolvimento Social e Cultural**

Trata da relação entre o Plano Diretor e a promoção da qualidade de vida da população, envolvendo os temas da inclusão social e de acesso a direitos sociais. Questões relacionadas às populações em situação de vulnerabilidade, à perspectiva de gênero no espaço urbano e às manifestações culturais locais também fazem parte desta discussão, bem como questões relacionadas a comunidades autóctones, à habitação de interesse social e à regularização fundiária.

Tópicos: inclusão social, educação, saúde, emprego, moradia, segurança, lazer, cultura, artes (visuais, música, teatro, dança, literatura), praças para todos, população em situação de rua, perspectiva de gênero, acessibilidade a todos, segurança alimentar, agricultura, resíduos, comunidades autóctones, habitação de interesse social, regularização fundiária.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: VI. Da Produção da Cidade.

- **ET 2: Ambiente Natural**

Aborda, na esfera do Plano Diretor, a qualificação do território sob a perspectiva de valorização do meio ambiente. Envolve temas relacionados à sustentabilidade, à adequação às mudanças climáticas e à poluição. Engloba também questões relacionadas a áreas verdes, áreas de interesse ambiental, áreas de risco e áreas com passivos ambientais, entre outras. As discussões de políticas públicas voltadas para o incentivo a soluções ecológicas e para a integração entre as esferas urbana e ambiental no planejamento territorial também fazem parte deste eixo.

Tópicos: meio ambiente; sustentabilidade; adequação às mudanças climáticas; poluição (ar, água, solo, visual, sonora); áreas de interesse ambiental; áreas verdes públicas e privadas; áreas de risco; corredores ecológicos; serviços ecossistêmicos; arborização urbana; fauna silvestre; educação ambiental; recuperação de áreas com passivos ambientais; incentivo a soluções ecológicas; estímulo a energias alternativas.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: IV. Da Qualificação Ambiental.

- **ET 3: Patrimônio Cultural**

Trata da relação do Plano Diretor com a valorização de bens imóveis e de bens intangíveis de valor significativo, de manifestações culturais, da memória cultural, das tradições e da identidade local. Também diz respeito às relações que os bens naturais e culturais guardam entre si, considerando as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente.

Tópicos: patrimônio histórico, bens arqueológicos, bens imóveis de valor significativo, paisagens, manifestações culturais, memória cultural, tradições, identidade local, relações entre bens naturais e culturais.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: IV. Da Qualificação Ambiental.

- **ET 4: Mobilidade e Transporte**

Trata de aspectos do Plano Diretor que influenciam na qualificação da mobilidade urbana, atendendo às distintas necessidades da população quanto aos deslocamentos na cidade. Questões relacionadas à qualificação do espaço público, eixos e hierarquia viária, gravames e perfil viário, modais de transporte, acessibilidade universal, mobilidade sustentável, segurança viária, uso da tecnologia, entre outros, também integram este eixo temático.

Tópicos: calçadas; ciclovias; qualificação do espaço público; eixos e hierarquia viária; gravames e perfil viário; quadras/quarteirão; ruas e avenidas; zoneamento; infraestrutura; serviços; estacionamentos; DOT; mobilidade; mobilidade ativa; acessibilidade universal; segurança viária;

mudança de cultura; mobiliário urbano; trânsito; transporte (individual, coletivo, de cargas, aéreo, hidroviário, seletivo); viabilidade do transporte coletivo; interface/integração metropolitana; pólos geradores; DOT-TOD; aplicativos; mais valia; logística; tecnologia e inovação; sistema de informações; sistema de monitoramento; Plano de Mobilidade; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Planos Setoriais; Legislação.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: I. Da Estruturação Urbana e II. Da Mobilidade Urbana.

- **ET 5: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana**

Compreende aspectos do Plano Diretor relacionados ao uso e à ocupação do solo, tratando de questões como densidade, sustentabilidade, espaços públicos, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura urbana, cidade consolidada e regularização fundiária. Questões relacionadas à forma urbana, tais como o desempenho das edificações em termos de conforto, iluminação, ventilação e sol, bem como o plano regulador, verticalização e miscigenação, também fazem parte deste eixo.

Tópicos:

1. **Uso e Ocupação do Solo:** mudanças climáticas; sustentabilidade; densidade; parcelamento do solo; uso do solo; espaços públicos; equipamentos urbanos/comunitários; gestão, manutenção e conservação das vias públicas e calçadas; infraestruturas urbanas (saneamento básico, drenagem, abastecimento de água, comunicação, redes de fibra ótica); gestão de resíduos; a cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente); regularização fundiária.

2. **Forma Urbana:** forma dos prédios; desempenho das edificações (conforto, iluminação, ventilação); verticalização; plano regulador; miscigenação.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: I. Da Estruturação Urbana e III. Do Uso do Solo Privado.

- **ET 6: Desenvolvimento Econômico**

Engloba aspectos do Plano Diretor que se relacionam a incentivos para o desenvolvimento econômico do território, à capacitação e à geração de emprego e renda. Questões como o fortalecimento dos arranjos produtivos existentes e o estímulo a novos arranjos, considerando as tendências de desenvolvimento e os potenciais existentes no Município, também fazem parte deste eixo.

Tópicos: indústria; turismo; ecoturismo; cultura; economia; economia primária; economia criativa, solidária e inovação; atividades econômicas; habitação urbana e rural; tecnologia; dinâmica imobiliária; emprego e renda; agricultura familiar.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: V. Da Promoção Econômica.

- **ET 7: Gestão da Cidade**

Aborda os papéis do Plano Diretor na gestão da cidade e do planejamento urbano municipal, englobando questões como políticas públicas e instrumentos de planejamento, participação social e monitoramento do desenvolvimento urbano.

Tópicos: Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP); participação no processo de planejamento; monitoramento; políticas públicas; instrumentos urbanísticos; instrumentos jurídicos e econômicos; financiamento da cidade; mercado imobiliário.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: VII. Do Sistema de Planejamento.

3.1.2 Consulta Pública

De acordo com a **IN 04/2021⁽⁴⁾**, previamente à Conferência deve ser aberta uma consulta pública para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site do Plano Diretor. Em conformidade com o **Regimento Interno⁽¹⁵⁾**, foi disponibilizada uma consulta pública para registro de manifestações complementares desde o início do evento até o período máximo de duas semanas. Durante o período de 7 a 21 de março ficou disponível, pelos canais eletrônicos do site e e-mail do Plano Diretor, a consulta referente à avaliação do Plano Diretor vigente, conteúdo abordado no evento, e disponibilizada no endereço: <https://bit.ly/CONSULTAPUBLICA-CONFERENCIAPD>. O resultado da consulta pode ser consultado no “Anexo 6” deste documento.

3.2 Cronograma e Logística

Conforme consta na **IN 04/2021⁽⁴⁾**, a organização relacionada à logística de realização do evento é de responsabilidade da **Coordenação Técnica (CT)**, sendo parte desta o planejamento da estrutura e a definição do local e data.

3.2.1 Calendário

A Conferência de Avaliação do Plano Diretor ocorreu ao longo de três dias, no mês de março de 2023, e envolveu três momentos, descritos nos Quadros 1 e 2 a seguir.

Quadro 1 - Calendário da Conferência de Avaliação

Data	Evento	Local	Endereço
07/03/2023	Palestras Eixos Temáticos	Salão de Atos Ir. Norberto Rauch - PUCRS	
08/03/2023	Grupos de Trabalho por Eixo Temático	Prédio 50 - PUCRS	Av. Ipiranga, 6681 - Partenon
09/03/2023	Plenária para Votação	Salão de Atos Ir. Norberto Rauch - PUCRS	

Quadro 2 - Cronograma da Conferência de Avaliação

Dia 1 | 07.03.2023 | Palestras Temáticas

Credenciamento dos participantes;
Abertura oficial;
Apresentação da metodologia da Conferência e da programação;
14 Palestras de especialistas para cada um dos Eixos Temáticos, formando uma base de conhecimento para o trabalho dos grupos no dia seguinte;

Dia 2 | 08.03.2023 | Grupos de Trabalho

Divisão dos participantes em grupos de acordo com os Eixos Temáticos;
Discussão e elaboração de recomendações para o processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, no que diz respeito a cada Eixo Temático.

Dia 2 | 09.03.2023 | Apresentação dos Resultados

Apresentação, consolidação e votação, por parte dos participantes presentes, das recomendações elaboradas em cada Eixo Temático para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, resultando no documento final da Conferência.

3.2.2 Espaço Físico

A Conferência de Avaliação do Plano Diretor deve ser realizada em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, segundo a IN 04/2021⁽⁴⁾.

Em geral, os campus universitários possuem tais características devido às necessidades próprias e, considerando a importância da participação do corpo acadêmico no processo da Revisão do Plano Diretor, a escolha do local para realização do evento priorizou os campus universitários em Porto Alegre para sediar a Conferência.

Dentre os campus universitários, o critério utilizado para definição do local foi a estrutura necessária para atender as demandas do evento, principalmente a expectativa de público estimada entre 1.000 a 1.500 participantes.

Levou-se em conta, também, a importância de adotar diferentes localizações para eventos ao longo do processo de Revisão do Plano, no sentido de amplificar as

possibilidades de participação da população. Deste modo, o 1º Seminário da Revisão do Plano Diretor foi realizado no Campus da Unisinos em novembro de 2022.

A Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor, por sua vez, foi realizada no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que cedeu os seguintes espaços para o evento:

- a) Salão de Atos: capacidade para 1.630 pessoas, sendo 26 espaços reservados para PCD (Pessoa com Deficiência); estrutura de apoio: foyer, banheiros, palco, telões, sistema audiovisual, mobiliário de palco, camarins, copa;
- b) salas de aula do Prédio 50: 12 salas de aula com capacidade para 60 pessoas em cada sala; estrutura de apoio: kit projeção, quadro branco, lousa, banheiros.

3.2.3 Plataforma

A plataforma escolhida para o processo da Conferência de Avaliação foi a mesma utilizada nos eventos anteriores do processo de Revisão: Even3. Essa escolha baseia-se em dois critérios:

- a) ferramentas de gestão disponíveis (inscrições, credenciamento e certificados);
- b) gratuidade da plataforma.

Dentro do sistema da plataforma foi criada uma página do evento onde o organizador possui gerência sobre as funções citadas anteriormente. Essa página pode ser acessada via link:

<https://www.even3.com.br/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor-307873>.

3.3 Metodologia

O evento possui três momentos, conforme citado anteriormente, com distintas metodologias, sendo detalhadas a seguir.

3.3.1 Dia 1 | Palestras Temáticas

Para o primeiro dia, planejou-se o início do evento com a solenidade de abertura oficial, com a presença de autoridades, seguida pela exposição de 14 painéis temáticos, com apresentações de diversos especialistas atuantes nas áreas correspondentes aos sete eixos temáticos da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

A composição da mesa de cada painel altera-se conforme o eixo abordado, composta por um a dois palestrantes, um mediador ou coordenador do eixo e um a dois convidados.

3.3.2 Dia 2 | Grupos de Trabalho

No segundo dia da Conferência, planejou-se a realização de oficinas de avaliação do Plano Diretor, estruturadas com base nos sete eixos temáticos, sendo cada sala responsável por conduzir as discussões de um eixo, organizando os participantes em subgrupos para aprofundar a análise dos tópicos específicos vinculados a cada temática.

A dinâmica para este momento baseia-se na metodologia do World Café que “trata-se de um processo criativo que visa gerar e fomentar diálogos entre os indivíduos, a partir daí criando uma rede viva de diálogo colaborativo que acessa e aproveita a inteligência coletiva para responder questões de grande relevância para organizações e comunidades” (The World Café, s.d.). O objetivo da dinâmica foi a elaboração de princípios e diretrizes a serem considerados no processo de Revisão do Plano Diretor.

No **turno da manhã**, a dinâmica foi voltada à construção de ideias. Para o desenvolvimento dos trabalhos, cada Eixo Temático foi dividido em subgrupos, procurando estabelecer o foco sobre determinados tópicos ao longo da dinâmica. A escolha do eixo por parte dos participantes foi definida no momento da inscrição no evento, enquanto o direcionamento ao subgrupo do Eixo Temático inicial, seguiu a ordem de chegada e o registro de presença na sala.

Na sequência, foi apresentada a programação da Conferência e os princípios que orientaram sua condução. Destacou-se o desafio de construir soluções coletivas em uma sociedade plural, composta por cidadãos, organizações da sociedade civil, representantes governamentais e eleitos. A proposta buscou mobilizar esses diferentes atores por meio do engajamento ativo, incentivando a cooperação entre grupos com interesses diversos em torno de um propósito comum: o desenvolvimento urbano sustentável e compartilhado. Para isso, a metodologia adotada no segundo dia da Conferência foi inspirada no modelo “World Café”, com uma adaptação específica aos objetivos da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. A dinâmica teve como foco o compartilhamento de ideias, a conexão entre perspectivas distintas, a busca pelo consenso e a construção de um entendimento coletivo, promovendo um espaço de escuta, diálogo e colaboração efetiva entre os participantes.

Antes do início da dinâmica, programou-se a apresentação da dinâmica, com exemplos para auxiliar os presentes na resposta das perguntas. A dinâmica foi

realizada com tempo definido, em que cada mesa respondia a perguntas indicadas pelo Coordenador do Eixo.

Em cada mesa houve a presença de três papéis de destaque:

- a) apoiador: Técnico designado para fomentar o debate, esclarecendo dúvidas e fornecendo exemplos para a resposta das perguntas apresentadas, permanecendo na mesa em todas as rodadas;
- b) anfitrião: escolhido entre os participantes inscritos, o anfitrião permaneceu na mesa em todas as rodadas, acompanhando o apoiador e auxiliando nos registros e na transmissão do conhecimento da mesa aos novos integrantes em cada rodada. Também coube ao anfitrião a apresentação do trabalho da mesa no turno da tarde;
- c) viajante: todos os demais integrantes da mesa atuaram como viajantes, que mudaram de mesa a cada rodada, conforme instruído pela organização do evento, levando novas contribuições para cada subgrupo.

A primeira tarefa dos grupos foi a definição do anfitrião, um voluntário dentre os participantes. Os demais participantes atuaram como viajantes, levando ideias-chave, temas e perguntas para as novas conversas. Apresentado o apoiador da mesa, o primeiro passo da dinâmica foi definir quem seria o anfitrião e quem seriam os viajantes.

Definidos os papéis nas mesas, a dinâmica iniciou-se com a primeira pergunta para a mesa. Foram cinco perguntas e cinco rodadas na qual a cada rodada os participantes eram direcionados a novas mesas, alterando a composição inicial dos subgrupos. Em cada mesa, os registros da pergunta foram realizados no painel disponível, dentro do espaço reservado para a pergunta da rodada. Todos os participantes foram estimulados a registrar suas contribuições na mesa.

Terminado o tempo programado de 20 minutos para responder a pergunta, os viajantes mudaram de mesa (por exemplo, todos os viajantes do Subgrupo I foram para a mesa do Subgrupo II, e assim sucessivamente).

No **turno da tarde**, a dinâmica foi voltada à consolidação das recomendações. No retorno do intervalo do almoço, os participantes retomaram a composição original das mesas/subgrupos. A primeira tarefa da tarde foi montar a lista com as recomendações do subgrupo para o tema. Para a construção da lista de recomendações, os participantes percorreram as respostas registradas nas rodadas da manhã, com o tempo planejado de 1 hora e 30 minutos para a conclusão da tarefa. Os apoiadores auxiliaram no controle do tempo para conclusão no tempo determinado. Em cada mesa, os registros das recomendações foram realizados no painel disponível.

Após a construção da lista pelos subgrupos, o anfitrião apresentou as propostas da mesa ao grupo. Após cada apresentação, o grupo debateu e deliberou sobre os pontos a comporem o documento final apresentado no terceiro dia de Conferência. Cada apresentação contou com o tempo de 15 minutos, e a deliberação também ocorreu em 15 minutos, totalizando 30 minutos para cada subgrupo.

3.3.3 Dia 3 | Apresentação de Resultados

Para o terceiro e último dia da Conferência planejou-se a apresentação dos resultados dos trabalhos dos grupos, realizados no segundo dia, e a votação das moções que foram indicadas, para que assim fosse feita a consolidação do documento final do evento.

Em cada painel, com exceção do Coordenador do Eixo Temático, a composição da mesa permaneceu a mesma: Secretário da SMAMUS e Presidente do CMDUA, Diretora da DPU e Coordenadora-Geral da Revisão do Plano Diretor, Coordenadora da CPU e a Assessoria Jurídica da SMAMUS.

Previu-se o tempo total de 50 minutos para cada eixo entre apresentação, discussão e aprovação. A dinâmica iniciou com a **leitura** das propostas, em formato de bloco/subgrupo, pelo coordenador do respectivo eixo temático, por um período de até 15 minutos.

Durante a leitura, foram abertas as inscrições para manifestações por parte do grande grupo. O período de fala dos inscritos ocorreu no tempo máximo de 25 minutos. Para cada manifestação foi permitido um tempo de fala de até 2 minutos. Para garantir a diversidade de falas e o aproveitamento do tempo disponível, estabeleceu-se o limite de até 10 inscrições para manifestações, com sinalização de tempo, realizada pela mesa, quando restassem 30 segundos para o término da fala de cada participante. Os inscritos puderam manifestar apontamentos sobre o texto apresentado.

Ao fim dos 25 minutos iniciou-se a **votação** do eixo, com tempo previsto de 10 minutos ao todo para o processo. A redação final foi visualizada pelos presentes no plenário para que estes pudessem deliberar sobre a aprovação do texto final no momento da votação, que foi por aprovação ou rejeição do bloco de propostas. Quando houve apontamentos, no caso de aprovação do bloco, constou aprovação com apontamentos. O procedimento de aprovação foi por aclamação mediante levantamento dos crachás, e o resultado auferido por contraste/maioria simples.

3.4 Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envoltos

A organização da Conferência passou pelo detalhamento de como seria a atuação de cada um dos grupos estruturados a partir da **Instrução Normativa 04/2021⁽⁴⁾**, a

qual institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências.

A seguir, cada um dos grupos aparece detalhado em suas respectivas atribuições no evento.

3.4.1 Coordenação Técnica (CT)

A Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre é responsável pela definição do planejamento do evento, em conjunto com os Grupos de Trabalho.

A CT deverá contar com responsáveis por tarefas específicas, identificados no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Papéis da Coordenação Técnica na Conferência de Avaliação do PDDUA

Programa e Conteúdo	Coordenação	Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke	Decisão final; Coordenação geral do projeto.
	ET 1 Desenvolvimento Social e Cultural	Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso	Construção da proposta metodológica de trabalho na Conferência em conjunto com os demais eixos e GT-TO;
	ET 2 Ambiente Natural	Arq. Daniela Vieira da Silva	
	ET 3 Patrimônio Cultural	Arq. Carolina Wallau de Oliveira Kessler	
	ET 4 Mobilidade e Transporte	Arq. Me. Guilherme Castanheira	
	ET 5 Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	Arq. Me. Vaneska Paiva Henrique	
	ET 6 Desenvolvimento Econômico	Arq. Letícia Cruz Klein	
	ET 7 Gestão da Cidade	Arq. Gisele Coelho Vargas e Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues	
Espaço Físico e Logística	Arq. Esp. Caroline Giordani Meine, Eng. Me. Matheus Chidiac	Organização de espaços físicos e articulações necessárias antes e durante	

	Marchiori e Arq. Vinicios da Silva	a realização do evento; Definição da plataforma e sistemas utilizados desde o planejamento ao pós-evento;
Divulgação e Engajamento	Assessoria de Comunicação Smamus com auxílio da Arq. Esp. Renata Saffer e Arq. Gisele Coelho Vargas	Organização das estratégias e assessoria da divulgação pré e pós evento;
Sistematização	Arq. Residente Ana Aguirre Silveira da Rosa com supervisão da Arq. Esp. Caroline Giordani Meine	Estruturação da estratégia de organização e sistematização do material resultante da Conferência.

3.4.2 GT Técnico Operacional (GT-TO)

Compete ao Grupo de Trabalho Técnico Operacional prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

3.4.3 GT Consultivo Técnico (GT-CT)

O Grupo de Trabalho Consultivo Técnico tem a responsabilidade de participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação, além de mobilizar a sociedade civil organizada para participar do mesmo.

3.4.4 GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)

Compete ao Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos, além de colaborar na mobilização da sociedade para participação nos eventos.

3.4.5 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA)

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental é responsável por acompanhar o andamento e os resultados dos processos de participação.

3.5 Estratégia de Divulgação e Engajamento da População

A estratégia de divulgação da Conferência é de competência da Assessoria de Comunicação da SMAMUS, com auxílio da Coordenação Técnica.

O engajamento da população é de responsabilidade do **Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)** e a mobilização da sociedade

civil organizada é competência do **Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT)**, conforme Instrução Normativa 04/2021⁽⁴⁾. O **Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)**, composto por membros dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, é responsável pelo engajamento dos servidores.

O evento foi divulgado em diferentes meios de comunicação durante o período de janeiro a março de 2023⁽¹⁶⁾.

A divulgação para os **Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor** foi realizada:

- a) em reuniões do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), do Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), do Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento (GT-CR) e do CMDUA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental);
- b) via e-mail;
- c) via grupos de WhatsApp.

A divulgação para os demais membros do **Corpo Técnico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, além dos técnicos participantes do GT-TO, foi realizada via e-mail institucional.

A divulgação para o **público externo** foi realizada através de:

- a) *busdoor* em linhas de ônibus;
- b) mídia em relógios eletrônicos digitais de rua;
- c) nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tais como o site e redes sociais (Instagram);
- d) na página do evento, disponível no endereço <https://www.even3.com.br/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor-307873/> de 7 de fevereiro a 7 de março de 2023;
- e) via e-mail para os responsáveis pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da UniRitter, da Atitus Educação, da Faculdade São Francisco de Assis (FSFA) e do Centro Universitário Metodista IPA.

3.6 Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados

A concepção da estratégia para organização e sistematização dos resultados é de competência da **Coordenação Técnica**, que contou com o apoio dos Grupos de Trabalho, principalmente do Técnico Operacional (GT-TO) e do Consultivo Técnico (GT-CT), além da consultoria contratada (Ernst Young) para compatibilização dos resultados.

Todas as contribuições realizadas durante o evento foram registradas e consideradas no processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

4. Realização da Conferência

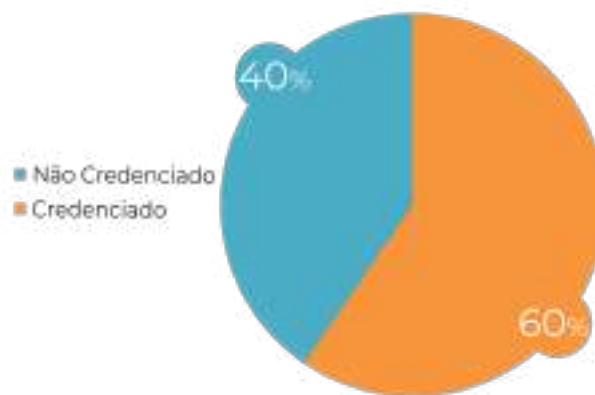
Nesta seção, apresenta-se a descrição do evento conforme o desenvolvimento das atividades ao longo dos três dias da Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre.

Previamente à data inicial do evento, foi disponibilizado aos participantes , tanto no site do Plano Diretor quanto na página do evento, um material de apoio relacionado à Conferência: o Regimento Interno⁽¹⁵⁾ e o Caderno dos Eixos Temáticos⁽¹⁷⁾. Ambos os documentos podem ser consultados neste relatório, nos anexos: “Anexo 1 – Regimento Interno” e “Anexo 2 – Caderno dos Eixos Temáticos”, respectivamente.

4.1 Participação

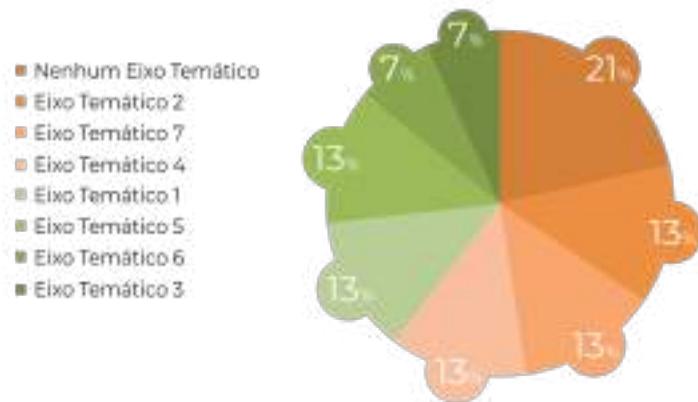
A **Conferência de Avaliação do Plano Diretor** contou com um total de **954 inscritos**, dos quais aproximadamente **60% compareceram e realizaram o credenciamento**. Ao longo dos três dias de evento, registraram-se **577 participantes no primeiro dia, 322 no segundo dia e 360 no terceiro e último dia** da Conferência.

Gráfico 1 - Inscritos e credenciados no evento



Fonte: DPU/SMAMUS a partir de dados extraídos da Even3, área do organizador

Gráfico 2 - Participantes do evento por eixo temático



Fonte: DPU/SMAMUS a partir de dados extraídos da Even3, área do organizador

4.2 Dia 1 | Palestras Temáticas

O primeiro dia da Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre teve início com a solenidade de abertura oficial, que contou com a presença de autoridades municipais, estaduais, representantes do Ministério Público, da academia e de instituições parceiras.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; Vice-prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes; Promotor de Justiça, Doutor Felipe Teixeira Neto; Coordenadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCRS, Maria Alice Medeiros Dias; Presidente da Câmara de Vereadores, Hamilton Sossmeier; Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm.

A apresentação de abertura foi conduzida pela Diretora de Planejamento Urbano, Patrícia da Silva Tschoepke, e pela Coordenadora de Planejamento Urbano, Vaneska Paiva Henrique. Ambas enfatizaram a relevância da participação social no processo de revisão do Plano Diretor, ressaltando os desafios e a riqueza da colaboração diante da diversidade da sociedade porto-alegrense. Foi destacada a trajetória construída desde 2019, período em que foram realizadas diversas atividades participativas, como oficinas, exposições, seminário e, especialmente, as reuniões dos grupos de trabalho compostos por representantes da sociedade civil, entidades e técnicos da Prefeitura. Esses grupos tiveram como objetivo aprofundar o debate em torno de sete temas estratégicos para o desenvolvimento urbano, contribuindo de forma significativa para a consolidação das propostas apresentadas durante a Conferência.

Na sequência, foi apresentada a programação da Conferência e os princípios que orientaram sua condução. Destacou-se o desafio de construir soluções coletivas em uma sociedade plural, composta por cidadãos, organizações da sociedade civil, representantes governamentais e eleitos. A proposta buscou mobilizar esses

diferentes atores por meio do engajamento ativo, incentivando a cooperação entre grupos com interesses diversos em torno de um propósito comum: o desenvolvimento urbano sustentável e compartilhado.

No segundo **bloco da manhã**, tiveram início as palestras temáticas, com foco no **Eixo Temático 1 - Desenvolvimento Social e Cultural**. A primeira apresentação foi conduzida por Simone Somensi, que abordou a temática “Situação Atual da Habitação de Interesse Social”, trazendo dados e reflexões sobre os desafios enfrentados na oferta de moradia digna para a população de baixa renda. Em seguida, Karla Moroso apresentou a palestra “Desenvolvimento Social e Cultural”, destacando a importância de políticas públicas integradas que promovam a inclusão social, a valorização da cultura local e o fortalecimento do tecido comunitário. A mesa foi composta, além das palestrantes, pelas coordenadoras do Eixo Temático 1, Catiane Burghausen Cardoso e Maria Paula Regal, e pelo convidado Milton Cruz, que contribuíram com comentários e reflexões complementares ao tema.

No bloco dedicado ao **Eixo Temático 2 — Ambiente Natural**, as discussões tiveram início com a palestra de Ângela Molin, presidente suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) e Coordenadora Jurídica da SMAMUS, que abordou a temática “Avaliação do PDDUA quanto à adequação de conceitos do Direito Ambiental”. A palestrante substituiu Inez Pavlick, inicialmente divulgada na programação, que não pôde comparecer ao evento por motivo pessoal. Em seguida, o palestrante Francisco Milanez apresentou a palestra “Cidades Saudáveis”, trazendo reflexões sobre a relação entre urbanismo, meio ambiente e saúde coletiva, destacando estratégias para tornar as cidades mais resilientes, sustentáveis e humanas. A mesa foi composta, além dos palestrantes, pela coordenadora do Eixo Temático 2, Daniela Vieira, e pela convidada Patrícia Tschoepke, que contribuíram com comentários e complementações ao debate.

No bloco referente ao **Eixo Temático 3 — Patrimônio Cultural**, as discussões foram conduzidas a partir de duas palestras centrais. O arquiteto e urbanista **Flávio Kiefer** apresentou a palestra “Cidade ou Território: qual Porto Alegre queremos?”, provocando reflexões sobre as relações entre espaço urbano, memória e identidade coletiva. Em seguida, André Huyer conduziu a palestra “O Patrimônio Cultural precisa do Plano Diretor!”, enfatizando a necessidade de integrar a preservação do patrimônio histórico e cultural como eixo estruturante do planejamento urbano. A mesa contou com a mediação da coordenadora do eixo, Carolina Kessler, e a participação dos convidados Luiz Merino de F. Xavier e Jacqueline Custódio, que enriqueceram o debate com diferentes perspectivas sobre a valorização e proteção do patrimônio cultural da cidade.

No **bloco da tarde**, as palestras temáticas deram continuidade ao debate, com foco no **Eixo Temático 4 – Mobilidade e Transporte**. O debate foi iniciado com a palestra do arquiteto e urbanista Júlio Celso Borello Vargas, intitulada “Planos Diretores e Mobilidade Urbana”, que abordou a importância da articulação entre o planejamento urbano e as diretrizes de mobilidade para garantir cidades mais acessíveis, eficientes e sustentáveis. Em seguida, o economista e professor Luiz Afonso dos Santos Senna apresentou a palestra “A Mobilidade no Desenvolvimento Urbano”, destacando os desafios e oportunidades da mobilidade como elemento estruturador da organização do território e da qualidade de vida urbana. A mesa foi composta pelos palestrantes e por integrantes da equipe técnica da Prefeitura, que contribuíram com observações complementares às exposições. A mesa contou com a mediação do coordenador do eixo, Guilherme Castanheira, e a participação dos convidados Emílio Merino e Nívea Oppermann, que enriqueceram as discussões com suas contribuições técnicas e institucionais.

No bloco dedicado ao **Eixo Temático 5 - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana**, a abertura das discussões ficou a cargo de Alice Rauber Gonçalves, que apresentou a palestra intitulada “Densidade e Infraestrutura: Capacidade de Suporte da Cidade e Expansão” onde destacou os desafios e oportunidades relacionados à densificação urbana, analisando como a infraestrutura existente pode suportar o crescimento da cidade de maneira sustentável, além de discutir os impactos da expansão urbana sobre os serviços públicos, mobilidade e meio ambiente. Na sequência, Rodrigo Córdova Petersen abordou o tema “Arquitetura, Forma Urbana e Legislação em Porto Alegre”, explorando a relação entre o desenvolvimento da cidade, os instrumentos legais e as questões arquitetônicas que moldam a paisagem urbana. A mesa contou com a mediação da coordenadora do eixo, Vaneska Paiva Henrique, com a participação dos convidados Heleniza Campos e Luciana Fonseca.

Em sequência, o bloco dedicado ao **Eixo Temático 6 - Desenvolvimento Econômico** trouxe importantes reflexões sobre os desafios e potencialidades econômicas de Porto Alegre. Fabian Scholze Domingues abriu as apresentações com a palestra intitulada “Densidade Demográfica, Expansão Territorial, Vocações Econômicas”, na qual analisou a relação entre o crescimento populacional, a expansão espacial da cidade e a sua capacidade econômica. Fabian destacou como a distribuição demográfica e a ocupação territorial influenciam diretamente o desenvolvimento econômico, apontando a necessidade de estratégias urbanas que valorizem as vocações regionais e promovam um crescimento territorial sustentável e alinhado às oportunidades econômicas locais. Na sequência, Pedro Freitas Valério abordou o tema “Economia Criativa, Mercado, Emprego e Renda,

Inovação e Ambiente de Negócio”, trazendo uma visão contemporânea sobre o papel da economia criativa no cenário urbano. Destacou como políticas públicas podem estimular esse ecossistema, fortalecendo a integração entre setores econômicos e a valorização do capital humano. A mesa contou com a mediação da coordenadora do eixo, Letícia Klein, com a participação do convidado Ricardo Vellinho Ruschel.

Para concluir o ciclo de palestras temáticas, o último bloco foi dedicado ao **Eixo Temático 7 - Gestão da Cidade**, trazendo discussões fundamentais para o aprimoramento da administração urbana e a efetividade dos projetos de desenvolvimento. Annelise Monteira Steigleider abriu as apresentações com a palestra intitulada “Análise Jurídica dos Projetos Especiais de Impacto Urbano de 3º Grau”, na qual abordou aspectos legais, desafios e oportunidades relacionados à aprovação e execução desses projetos que possuem grande influência no espaço urbano. Na sequência, Clarice Misoczky Oliveira apresentou a palestra “Planos Populares de Ação Regional”, enfatizando a importância da participação comunitária e dos movimentos populares na construção de estratégias de planejamento territorial que promovam justiça social e inclusão. A mesa contou com a mediação da coordenadora do eixo, Gisele Vargas, com a participação da convidada Sônia Castro.

4.3 Dia 2 | Grupos de Trabalho

O segundo dia do evento foi dedicado ao trabalho em grupo, organizado em torno dos sete Eixos Temáticos propostos para o Plano. Cada eixo foi atribuído a uma ou duas salas de aula diferentes no Prédio 50 da PUCRS, onde os participantes discutiram os tópicos relacionados a cada tema específico.

A metodologia adotada no segundo dia da Conferência foi inspirada no modelo “World Café”, com uma adaptação específica aos objetivos da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. A dinâmica teve como foco o compartilhamento de ideias, a conexão entre perspectivas distintas, a busca pelo consenso e a construção de um entendimento coletivo, promovendo um espaço de escuta, diálogo e colaboração efetiva entre os participantes.

No **período da manhã** após o credenciamento, os participantes foram distribuídos entre as mesas disponíveis na sala, seguindo a ordem de chegada. Cada mesa representava um subgrupo do Eixo Temático e a primeira tarefa foi responder os seguintes questionamento:

- a) Quais os tópicos prioritários a serem abordados no subgrupo?

-
- b) Quais os pontos positivos e negativos do Plano Diretor em relação aos tópicos abordados no subgrupo?
 - c) Diante da realidade da cidade hoje, você entende que o Plano Diretor enfrenta os problemas relativos aos tópicos abordados?
 - d) Como o Plano Diretor contribui para o desenvolvimento de potencialidades da cidade?
 - e) O que foi discutido, está devidamente contemplado nos princípios do Plano Diretor? Se não estão contemplados, o que deveriam conter?

No **período da tarde**, os participantes se reuniram em seus respectivos subgrupos para realizar um exercício coletivo de construção de consenso, com o objetivo de redigir as contribuições debatidas ao longo do dia na forma de recomendações. Após a consolidação interna em cada subgrupo, as recomendações foram apresentadas ao grande grupo do respectivo Eixo Temático, reunindo todos os participantes de sala, para um momento de debate ampliado. Essa etapa permitiu a complementação, ajuste e, quando necessário, a reformulação das propostas, promovendo a troca de perspectivas e a validação coletiva das contribuições. Concluído o debate, a coordenação do Eixo Temático – composta por técnicos da Prefeitura – assumiu a tarefa de editar a versão final das recomendações. Esse trabalho foi realizado de forma transparente, com a presença dos participantes, diretamente em um arquivo digital (em formato de apresentação de slides), garantindo que a redação refletisse fielmente o conteúdo discutido e acordado. Esse material finalizado foi então consolidado como produto oficial do Eixo e encaminhado para apresentação e votação durante a plenária do terceiro dia do evento, etapa decisiva do processo da Conferência.

No total, os sete Eixos Temáticos contaram com a participação de 322 pessoas, organizadas em subgrupos temáticos conforme a dinâmica proposta para o evento. O Eixo Temático 1 – Desenvolvimento Social e Cultural – reuniu 37 participantes, distribuídos entre os subgrupos: Áreas de Interesse Socioambiental, Espaços Públicos, Inclusão Social, Fomento ao Desenvolvimento Social e Acesso à Cidade. O Eixo Temático 2 – Ambiente Natural – registrou a maior participação individual até então, com 66 pessoas divididas em duas salas (A e B), organizadas nos subgrupos: Áreas de Risco, Corredores Ecológicos, Arborização Urbana, Áreas de Interesse Ambiental e Áreas Verdes Públicas. Já o Eixo Temático 3 – Patrimônio Cultural – contou com 35 participantes, distribuídos entre cinco mesas de discussão nos subgrupos Patrimônio Material e Edificado, Paisagens e Conjuntos,

e Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais, sendo que os dois primeiros foram repetidos em mais de uma mesa para atender ao número mínimo de grupos exigido. O Eixo Temático 4 – Mobilidade e Transporte – teve 58 participantes, também divididos em duas salas (A e B), nos subgrupos: Sistema Viário, Zoneamento e Estrutura Urbana, Mobilidade Ativa, Transporte e Instrumentos e Programas. O Eixo Temático 5 – Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana – registrou a maior participação geral, com 75 pessoas organizadas em duas salas (A e B), nos subgrupos: Densidade e Infraestrutura, Equipamentos e Espaços Públicos, Parcelamento e Uso do Solo, Desempenho das Edificações, e Cidade Consolidada e Regularização Fundiária. O Eixo Temático 6 – Desenvolvimento Econômico – contou com 25 participantes, divididos entre os subgrupos: Setor Terciário (Serviços), Atividades Econômicas, Economia Primária / Área Rural, Indústrias e Infraestrutura. Por fim, o Eixo Temático 7 – Gestão da Cidade – teve a participação de 26 pessoas, organizadas nos subgrupos: Gestão Democrática e Participação, Mecanismos de Aprovação, Programas e Projetos Especiais, Ações e Políticas de Desenvolvimento, Instrumentos Urbanísticos para Implementação das Ações e Monitoramento.

Para apoiar a dinâmica dos trabalhos em grupo, foi disponibilizada uma infraestrutura completa, incluindo computadores, projetores, telas de projeção, mesas e cadeiras dispostas de forma a facilitar a interação. Além disso, foram utilizados materiais de apoio como folhas A1 para registro visual, post-its para anotações rápidas e organização das ideias, blocos de anotações e canetas, garantindo um ambiente propício para a colaboração, o registro das discussões e a tomada de decisões coletivas.

Os materiais e registros produzidos pelos grupos de trabalho encontram-se disponíveis no “Anexo 4 - Material Dia 2” deste documento.

4.4 Dia 3 | Apresentação de Resultados

O terceiro dia do evento teve início com a abertura oficial da plenária final, marcada por uma breve saudação aos participantes e o reforço do caráter coletivo e propositivo da Conferência. A mesa foi composta pelas seguintes membros da Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade: Secretário Germano Bremm; Secretária Adjunta Cintia Rockenbach; Diretora de Planejamento Urbano, Patrícia da Silva Tschoepke; Coordenadora de Planejamento Urbano, Vaneska Paiva Henrique; e Coordenadora Jurídica, Ângela Molin. O evento foi presidido pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Secretário Germano Bremm.

Em seguida, foi apresentada a dinâmica do dia, que previa a leitura, debate e votação das recomendações construídas colaborativamente pelos subgrupos de

cada Eixo Temático ao longo do segundo dia de atividades. A condução desta etapa ficou a cargo dos Coordenadores de Eixo, que realizaram a leitura das moções elaboradas com base nas contribuições dos participantes, apresentadas em slides previamente revisados e consolidados. Após a leitura de cada conjunto de propostas, os participantes da plenária puderam se manifestar e, posteriormente, votar, validando as recomendações que integrariam o relatório final da Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Essa etapa representou o encerramento do ciclo de debates, com foco na formalização dos encaminhamentos coletivamente construídos para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

A apresentação das moções foi projetada para que todo o auditório acompanhasse a leitura. Durante a leitura das moções pelo Coordenador do respectivo Eixo Temático, foram abertas as inscrições para manifestações. Em sequência, foram realizadas as manifestações e discussão quanto à proposta apresentada, e a respectiva aprovação. Durante as manifestações e discussões, os apontamentos eram transcritos pela Diretoria de Planejamento Urbano no arquivo projetado.

As recomendações dos Eixos Temáticos foram aprovadas em bloco na forma de moções. Foram adicionadas 46 recomendações oriundas das discussões na plenária, além de 8 registros. Houve a rejeição de 6 Apontamentos e a retirada de 1 Apontamento pela sua autora.

O resultado da plenária, versão preliminar e compilada, encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.1 Eixo Temático 1

O Eixo Temático 1 – Desenvolvimento Social e Cultural – aborda a relação entre o Plano Diretor e a promoção da qualidade de vida da população, com foco na inclusão social, no acesso equitativo aos direitos e na superação das desigualdades urbanas. As discussões contemplam, de maneira transversal, temas como as condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade, a incorporação da perspectiva de gênero no planejamento urbano, o reconhecimento e valorização das manifestações culturais locais, além da atenção às comunidades autóctones, à habitação de interesse social e aos processos de regularização fundiária.

As recomendações elaboradas durante os debates foram organizadas em cinco sub temáticas: participação social; mapeamento, diagnóstico e monitoramento; habitação; infraestrutura e equipamentos públicos; e desenvolvimento social e cultural.

Durante a plenária final, duas contribuições adicionais foram incorporadas ao conjunto de recomendações: uma substitutiva e outra nova. Essas recomendações tratam da importância de assegurar a representação efetiva das comunidades locais e das regiões abrangidas pelo Orçamento Participativo na definição de contrapartidas exigidas de empreendimentos urbanos, reforçando o compromisso com a gestão democrática, a justiça territorial e a participação cidadã no processo de desenvolvimento urbano de Porto Alegre.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.2 Eixo Temático 2

O Eixo Temático 2 – Ambiente Natural – trata, no âmbito do Plano Diretor, da qualificação do território a partir de uma perspectiva voltada à valorização e preservação ambiental. As discussões desse eixo abordam temas como sustentabilidade, enfrentamento das mudanças climáticas, combate à poluição e mitigação de passivos ambientais. Também são foco questões relacionadas à preservação e ampliação de áreas verdes, à proteção de áreas de interesse ambiental e à gestão de áreas de risco. O eixo propõe ainda o fortalecimento de políticas públicas que incentivem soluções ecológicas integradas ao planejamento urbano, promovendo maior articulação entre as esferas urbana e ambiental do território.

As recomendações elaboradas pelos participantes durante os grupos de trabalho foram organizadas em cinco sub temáticas centrais: áreas de risco; corredores ecológicos; arborização urbana; áreas de interesse ambiental; e áreas verdes públicas.

Na plenária final, o debate resultou na inclusão de duas recomendações adicionais, que reforçaram o compromisso do Plano com a justiça ambiental: uma referente à criação de mecanismos tributários específicos para apoiar comunidades em áreas de risco, e outra voltada à implementação de micro florestas urbanas como solução ecológica e de integração paisagística no ambiente urbano. Além disso, foram registrados três apontamentos para consideração técnica posterior, e dois apontamentos foram rejeitados durante a votação. Essas contribuições demonstram a complexidade e a relevância das discussões em torno da relação entre cidade e natureza, fundamentais para o futuro sustentável de Porto Alegre.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.3 Eixo Temático 3

O Eixo Temático 3 – Patrimônio Cultural – aborda a relação entre o Plano Diretor e a valorização dos bens imóveis e intangíveis de relevância histórica, simbólica e cultural. Trata-se de um eixo que reconhece as manifestações culturais, a memória coletiva, as tradições e a identidade local como elementos estruturantes da cidade. Além disso, considera as interações entre os bens culturais e naturais, inseridos nas dinâmicas políticas, sociais e culturais contemporâneas. As discussões buscam fortalecer o papel do patrimônio como instrumento de inclusão, pertencimento e desenvolvimento urbano sustentável, reconhecendo sua importância para a coesão social e para a construção de uma cidade plural.

As recomendações construídas ao longo do processo de debate foram organizadas em três subtemáticas: patrimônio imaterial e manifestações culturais; paisagem e conjuntos; e patrimônio material e edificado.

Durante a plenária, o debate resultou na inclusão de três novas recomendações e na alteração de outras três, evidenciando o engajamento dos participantes e a complexidade do tema. As propostas incluídas referem-se à realização de estudos complementares para delimitação de Áreas de Interesse Cultural, à possibilidade de aproveitamento da capacidade construtiva excedente de imóveis tombados como forma de incentivo à preservação, e à garantia de que a preservação do patrimônio não represente ônus desproporcional à população, especialmente em áreas de vulnerabilidade social. Esses encaminhamentos reforçam o compromisso com a preservação ativa do patrimônio, conciliando conservação e justiça urbana.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.4 Eixo Temático 4

O Eixo Temático 4 – Mobilidade e Transporte abrange os aspectos do Plano Diretor relacionados à qualificação da mobilidade urbana, considerando as múltiplas necessidades da população em seus deslocamentos cotidianos. Estão incluídas neste eixo discussões sobre a melhoria do espaço público, a definição de eixos e da hierarquia viária, os gravames e perfis de via, os diferentes modais de transporte, a acessibilidade universal, a mobilidade sustentável, a segurança viária e o uso de tecnologias para aprimorar a circulação urbana. O eixo defende uma abordagem integrada e equitativa, orientada para garantir eficiência, inclusão e sustentabilidade no sistema de mobilidade.

As recomendações apresentadas durante o processo foram agrupadas em cinco áreas de enfoque: sistema viário, zoneamento e estrutura urbana, mobilidade ativa, transporte e instrumentos e programas.

A plenária temática resultou na inclusão de nove novas recomendações e na formalização de dois registros, ampliando significativamente a agenda de propostas. Entre os principais temas abordados estão a integração dos polos universitários ao planejamento da mobilidade urbana, o estudo de alternativas de transporte coletivo para o extremo sul da cidade, o planejamento e a implantação de ciclovias e vias perimetrais, a diversificação dos modais de transporte coletivo, o enfrentamento dos principais gargalos de mobilidade e a promoção da cooperação interinstitucional como estratégia para qualificar o sistema de transporte no município. As contribuições expressam um compromisso com a construção de uma cidade mais acessível, segura e conectada, fortalecendo o papel da mobilidade urbana como pilar fundamental da qualidade de vida e da justiça social.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.5 Eixo Temático 5

O **Eixo Temático 5 – Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana** aborda aspectos fundamentais do Plano Diretor relacionados ao uso e ocupação do solo, com destaque para questões como densidade, sustentabilidade, espaços públicos, equipamentos urbanos e redes de infraestrutura urbana. Além disso, trata de questões relacionadas à forma urbana, incluindo o desempenho das edificações em termos de conforto, iluminação, ventilação e sol, bem como aspectos do plano regulador, verticalização e miscigenação. Tais discussões são essenciais para a construção de uma cidade mais equitativa e sustentável.

As recomendações apresentadas durante o processo foram organizadas em quatro subtemáticas: densidade e infraestrutura, cidade consolidada e regularização fundiária; equipamentos e espaço público; parcelamento do solo; e desempenho das edificações.

Durante a plenária, foram incluídas nove novas recomendações, duas alterações em recomendações existentes, e um apontamento foi rejeitado. As recomendações propostas tratam de questões importantes, como a participação das comunidades indígenas no processo de revisão do Plano Diretor, a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, a revisão dos índices construtivos e o direito à paisagem, a garantia de infraestrutura básica e

qualificação do entorno de equipamentos públicos, o livre acesso da população a ruas, praças e parques oriundos de loteamentos, o livre acesso à orla do Guaíba e a continuidade da malha viária em novos loteamentos.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.6 Eixo Temático 6

O Eixo Temático 6 – Desenvolvimento Econômico engloba aspectos do Plano Diretor que se relacionam a incentivos para o desenvolvimento econômico do território, à capacitação e à geração de emprego e renda. Questões como o fortalecimento dos arranjos produtivos existentes e o estímulo a novos arranjos, considerando as tendências de desenvolvimento e os potenciais existentes no Município, também fazem parte deste eixo.

As recomendações apresentadas durante o processo foram agrupadas em cinco áreas de enfoque: setor terciário (serviços); indústria; economia primária e zona rural; atividades econômicas; e infraestrutura urbana.

Durante a plenária, foram propostas duas substituições de recomendações, dois registros acolhidos, um apontamento retirado pela autora e um apontamento rejeitado.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.7 Eixo Temático 7

O Eixo Temático 7 - Gestão da Cidade - Aborda os papéis do Plano Diretor na gestão da cidade e do planejamento urbano municipal, englobando questões como políticas públicas e instrumentos de planejamento, participação social e monitoramento do desenvolvimento urbano.

As recomendações elaboradas pelos participantes durante os grupos de trabalho foram organizadas em cinco sub temáticas centrais: gestão democrática e participação; mecanismos de aprovação, programas e projetos especiais; ações e políticas de desenvolvimento; instrumentos urbanísticos para a implementação das ações; e monitoramento.

Durante a plenária, houve a inclusão de nove recomendações, três recomendações de substituição e duas recomendações de inclusão de itens. As

recomendações que foram propostas tratam da gestão de procedimentos de regularização fundiária, dos procedimentos para determinação de regimes urbanísticos, dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Habitação, da relação entre Área Especial de Interesse Social (AEIS) e Regularização Fundiária Urbana (REURB), da incorporação de dados do novo Censo do IBGE à Revisão do Plano Diretor e dos espaços de participação social no processo de Revisão.

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

5. Pós-Evento

Nessa seção apresenta-se os encaminhamentos realizados após o evento pela equipe organizadora do evento e **Coordenação Técnica (CT)**. O trabalho consistiu na estruturação da organização e sistematização do material resultante da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Em relação aos encaminhamentos após o evento, tais ações foram providenciadas pela equipe responsável pela organização do evento, tais como:

- a) disponibilização dos **certificados de participação** através da plataforma Even3 para todos os participantes credenciados durante os três dias de evento da Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre;
- b) publicação das **gravações** do primeiro e terceiro dias de Conferência foram organizadas e disponibilizadas no canal de YouTube da SMAMUS, disponível em:
<https://www.youtube.com/@SmamusPortoAlegre/videos>;
- c) publicação das **recomendações aprovadas** na plenária do terceiro dia de evento foram sistematizadas no documento “Moções - Versão Compilada”⁽¹⁹⁾;
- d) publicação do **material produzido** no evento, disponível na página do site do Plano Diretor, em:
<https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor>

Todo o material referente ao evento e ao processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre está disponível no site oficial do Plano Diretor, acessível por meio do link: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor>.

Anexos

Anexo 1 - Regimento Interno

Anexo 2 - Caderno Eixos Temáticos

Anexo 3 - Material Dia 1

Apresentações

Apresentação Abertura DPU

Apresentação Eixo Temático 1 Simone Somensi

Apresentação Eixo Temático 1 Karla Fabrícia Azevedo

Apresentação Eixo Temático 2 Francisco Milanez

Apresentação Eixo Temático 2 Ângela Molin

Apresentação Eixo Temático 3 Flávio Kiefer

Apresentação Eixo Temático 3 André Huyer

Apresentação Eixo Temático 4 Júlio Celso Vargas

Apresentação Eixo Temático 4 Luiz Afonso Senna

Apresentação Eixo Temático 5 Alice Gonçalves

Apresentação Eixo Temático 5 Rodrigo Petersen

Apresentação Eixo Temático 6 Fabian Domingues

Apresentação Eixo Temático 6 Pedro Valério

Apresentação Eixo Temático 7 Annelise Steigleder

Apresentação Eixo Temático 7 Clarice Oliveira

Anexo 4 - Material Dia 2

Painéis Eixos Temáticos

Painéis Eixo Temático 1

Painéis Eixo Temático 2

Painéis Eixo Temático 3

Painéis Eixo Temático 4

Painéis Eixo Temático 5

Painéis Eixo Temático 6

Painéis Eixo Temático 7

Anexo 5 - Material Dia 3

Apresentações

Apresentação Eixo Temático 1

Apresentação Eixo Temático 2

Apresentação Eixo Temático 3

Apresentação Eixo Temático 4

Apresentação Eixo Temático 5

Apresentação Eixo Temático 6

Apresentação Eixo Temático 7

Moções

Versão Preliminar

Versão Compiladas

Anexo 6 - Consulta Pública

Referências

1. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999.** Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 1999. Disponível em:
<http://leismunicipa.is/uglib>.
2. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2003. **Resoluções aprovadas nos dias 6 de setembro, 10 e 11 de outubro de 2003.** Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2003. Disponível em:
https://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/resolucoes_conferencia_avaliacao_plano_diretor.pdf.
3. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria do Planejamento Municipal. **PDDUA:** Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, 2010. Disponível em:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretorTexto.pdf.
4. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 04, de 10 de fevereiro de 2021.** Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências. Porto Alegre, 2021. Disponível em:
https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/IN_04-2021.pdf.
5. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 646, de 22 de julho de 2010.** Altera e inclui dispositivos, figuras e anexos na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) –, e alterações posteriores, e dá outras providências. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dbjsn>.
6. ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana.** Nairobi, 2020. Disponível em:
https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/Plano%20Diretor/Nova_agenda_urbana.pdf.
7. NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Brasília, DF, c2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

-
8. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Documento de Projeto:** POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável. New York, 2019. Disponível em:
[<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/PCTI_assinado.pdf>](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/PCTI_assinado.pdf).
 9. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Revisão Substantiva:** Programa BRA/19/014: POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável: versão 1. Porto Alegre, 2021. Disponível em:
[<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_I_BRA19014_0.pdf>](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_I_BRA19014_0.pdf).
 10. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Revisão Substantiva:** Programa BRA/19/014: POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável: versão 2. Porto Alegre, 2021. Disponível em:
[<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_II_BRA19014.pdf>](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_II_BRA19014.pdf).
 11. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Definição dos 12 temas prioritários.** Porto Alegre, 2016. Disponível em:
[<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>](https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios).
 12. BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília (DF), 2001. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm).
 13. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011.** Altera a redação do § 7º e inclui § 7º-A no art. 52 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores, dispondo acerca das edificações da Macrozona 1, em caso de aquisição de Índices Adensáveis (IA) oriundos da Transferência de Potencial Construtivo ou de aquisição de Solo Criado. Porto Alegre, 2011. Disponível em: [<http://leismunicipalis/jbdns>](http://leismunicipalis/jbdns).
 14. BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: [<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores).

-
15. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Resolução 001/2023, de 21 de fevereiro de 2023. Institui o Regimento Interno da Conferência de Avaliação do Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023. **Diário Oficial Porto Alegre**, Porto Alegre, ano XXVII, edição 6958, p. 14-16, 03 mar. 2023. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%A3ncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/DO%20Regimento%20Intern%20da%20Conferencia%20de%20Avaliacao%20do%20Plano%20Diretor.pdf.
16. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Estratégia de Divulgação e Engajamento da População**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%A3ncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/Dividulgacao_Conferencia%20de%20Avaliacao_Links.pdf.
17. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Diretoria de Planejamento Urbano. **Caderno dos Eixos Temáticos**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/Plano%20Diretor/CADERNO%20EIXOS%20TEMATICOS_2.pdf.
18. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Arquivos**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor>.
19. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Moções**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%A3ncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/Resultados%20Confer%C3%A3ncia%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/DO%20Plano%20Diretor_Versao%20Compilada.pdf.

Bibliografia consultada

A concepção da Conferência de Avaliação do Plano Diretor baseou-se na bibliografia a seguir.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Resolução Normativa nº 19, de 18 de Setembro de 2015. Aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades. *In:* CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, 6., 2017, Brasília, DF. *In:* **A função social da cidade e da propriedade**: cidades inclusivas, participativas e socialmente justas. Brasília, DF, 2017. p. 43-57. Disponível em: <<http://conferenciadacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/imce/imagens/cartilha - 6a conferencia nacional das cidades.pdf>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Manual Metodológico das Conferências Municipais/Regionais**: 4º CNMA. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/4CNMA/manual-conf.municipais_cnma.pdf>.

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2003. **Resoluções aprovadas nos dias 6 de setembro, 10 e 11 de outubro de 2003**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2003. Disponível em: <https://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/resolucoes_conferencia_avaliacao_plano_diretor.pdf>.

GLOBAL LANDSCAPES FORUM: The Investment Case, 2015. **Event Structure**. London, 2015. Available from: <<https://archive.globallandscapesforum.org/london/event-structure/>>.



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVIII - Edição 7123 - Quinta-feira, 26 de Outubro de 2023.

Divulgação: Quinta-feira, 26 de Outubro de 2023. **Publicação:** Sexta-feira, 27 de Outubro de 2023.

Executivo - DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos Oficiais

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Protocolo: 449933

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

RESOLUÇÃO 002/2023 PROCESSO 23.0.000126741-8

Institui o Regimento Interno da Conferência de Avaliação do Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL (CMDUA), no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 20.013, de 15 de junho de 2018 e a teor do art. 10 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

fpresi

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o Regimento Interno da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023, no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e salas do Prédio 50 a serem indicados no momento do evento, nos seguintes turnos e horários:

DIA	TURNO	HORÁRIO
07/11/2023	Noite	Das 17h às 21h
08/11/2023	Tarde e Noite	Das 14h às 17h e das 18h às 21h
09/11/2023	Noite	Das 17h às 21h

Art. 2º A Conferência de Revisão do Plano Diretor integra as atividades de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental dispostas na Lei Complementar nº 434/99 alterada pela Lei Complementar nº 646/10 e alterações posteriores.

§ 1º A Conferência de Revisão do Plano Diretor tem por objetivo promover debates sobre as propostas para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e elencar estratégias para o desenvolvimento urbano da cidade, considerando os cenários advindos do cruzamento das leituras técnica e comunitária.

§ 2º A Conferência de Revisão do Plano Diretor é direcionada à participação de toda a sociedade, razão pela qual serão abertos nas plataformas oficiais os processos de credenciamento, com *links* de inscrição, até 15 dias antes da Conferência, através do site <https://prefeitura.poa.br/planodiretor>.

§ 3º Ao manifestar o interesse na participação, o cidadão vai preencher o formulário, sendo orientado a comparecer ao local já designado, oportunidade onde receberá o crachá de identificação, que autorizará o mesmo a frequentar as dinâmicas, os trabalhos e a votar ao final da Conferência.

§ 4º A Conferência de Revisão do Plano Diretor será presidida pelo Presidente do CMDUA e, na sua ausência ou impedimento eventual, por membro por ele indicado/designado.

Art. 3º A Coordenação Técnica (CT), órgão participe da Conferência, subsidiada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e pela Consultoria previamente contratada, terá como competências:

I - Planejar e organizar a infraestrutura para a realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor, organizando toda a sua execução;

II - Elaborar o material técnico necessário para o desenvolvimento das atividades, subsidiando-se das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos grupos de trabalho, no que couber;

III - Sistematizar as informações obtidas no desenvolvimento das atividades para fins de continuidade dos trabalhos nas

etapas seguintes do processo de revisão do Plano Diretor;
IV - Mobilizar a Sociedade Civil e o Poder Público, no âmbito de sua atuação, para sensibilização e adesão à Conferência de Revisão do Plano Diretor;
V - Manter e divulgar canais de comunicação que possibilitem a disponibilização de informações correlatas.

Art. 4º O funcionamento da Conferência se dará da seguinte forma:

I - No primeiro dia serão apresentadas as propostas para a Revisão do Plano Diretor para o nivelamento de conhecimento dos participantes e a apresentação da dinâmica dos trabalhos a serem realizados;

II - No segundo dia os trabalhos serão organizados em grupos distintos, a partir de objetivos de desenvolvimento da cidade, para realização das dinâmicas;

§ 1º Na realização das dinâmicas, os grupos irão discutir as propostas, a partir de cenários identificados nas leituras técnica e comunitária e definir estratégias prioritárias para superar os desafios apresentados.

§ 2º As dinâmicas serão realizadas da seguinte forma:

- Apresentação do contexto.

- Discussão do grupo sobre os cenários apresentados e escolhas de estratégias prioritárias para superar os desafios.

- Definição de estratégias prioritárias para serem apresentadas no terceiro dia da Conferência.

III - No terceiro dia, o desenvolvimento dos trabalhos ocorrerá da seguinte forma:

- Abertura.

- Apresentação dos resultados de cada grupo/objetivo.

- Discussão sobre as prioridades de cada grupo.

- Votação das estratégias prioritárias por grupo.

- Encerramento.

Art. 5º Do formato da votação: A votação será computada mediante aprovação em bloco da redação final, por meio do levantamento de crachás de identificação dos participantes presentes, sendo o resultado de maioria simples auferido por contraste.

Art. 6º Será aberta, no dia 07 de novembro de 2023, consulta pública para fins de recebimento de contribuições pela sociedade, concomitantemente à realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor, permanecendo à disposição da população pelos próximos 15 dias subsequentes ao evento, através do site <https://prefeitura.poa.br/planodiretor>.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura pelo Presidente do CMDUA e posterior publicação.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2023.

GERMANO BREMM, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

[ANEXO I - Cronograma](#)



[Edição Completa](#)



[Imprimir](#)

CADERNO DOS EIXOS TEMÁTICOS



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Porto Alegre | Março/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo
Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm
Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach
Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke
Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique
Coordenadora de Planejamento Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor:

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke

Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique

Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori

Arq. Esp. Renata Saffer

Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira

Arq. Esp. Caroline Giordani Meine

Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso

Arq. Letícia Cruz Klein

Arq. Daniela Vieira da Silva

Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler

Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues

Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto

Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

SUMÁRIO

- 04** O que é o **Plano Diretor**?
- 06** A **Revisão** do Plano Diretor
- 10** A **Conferência de Avaliação** do Plano Diretor
- 12** Como foram definidos os **Eixos Temáticos**?
- 14** **ET 1:** Desenvolvimento Social e Cultural
- 16** **ET 2:** Ambiente Natural
- 18** **ET 3:** Patrimônio Cultural
- 20** **ET 4:** Mobilidade e Transporte
- 22** **ET 5:** Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
- 24** **ET 6:** Desenvolvimento Econômico
- 26** **ET 7:** Gestão da Cidade
- 28** **Como participar?**

O QUE É O PLANO DIRETOR?

De acordo com a Constituição Federal brasileira, o **planejamento territorial** é um esforço de competência dos municípios. Entre as várias leis que as Prefeituras instituem e utilizam para organizar as cidades, o **Plano Diretor**, aprovado por Lei Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

O **Plano Diretor** tem a função de estabelecer prioridades e normas para a organização e o desenvolvimento do território, e estas devem ser consideradas na elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, de planos setoriais (planos de habitação, de saneamento, de mobilidade, etc.) e na execução de intervenções concretas na cidade.

No **Plano Diretor**, são definidas diretrizes, estratégias, o funcionamento do sistema de planejamento municipal, parâmetros construtivos e usos para cada zona do município, entre outros elementos. Através dele, definimos as regras sobre quais atividades podem ser implantadas em determinado local, de acordo com suas características socioambientais, carências e demandas, assim como delimitamos áreas de proteção ambiental, áreas rurais, áreas para habitação de interesse social e áreas para onde a cidade pode se expandir.

O **Plano Diretor** influí em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos.

Mais que uma lei, ele é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos da década seguinte e, por esta razão, é fundamental que todos os habitantes do Município façam parte da sua construção.

Macrozonas

FIG. 10



(PDDUA, PARTE I - DO DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL, p. 45)

A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

De acordo com o **Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001)**, todos os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a elaborar seus Planos Diretores, assim como devem revisar o documento a cada, no mínimo, **10 anos**, considerando o quanto as cidades se transformam ao longo de uma década.

O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA)**, foi instituído pela Lei Complementar 434/1999 e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira Revisão, e por alterações posteriores.

Desde 2016, a Prefeitura vem planejando a 2^a Revisão do PDDUA.

Em **agosto de 2019**, a Prefeitura firmou um Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) com o objetivo de contribuir para a Revisão do Plano Diretor. Em **dezembro de 2019**, foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a Revisão do Plano Diretor.

Após a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, realizada em **2019** no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais**, o país e o mundo viveram o período da **pandemia do Coronavírus**.

Durante a pandemia e o período de isolamento social, através da **Instrução Normativa 15/2020**, ficou decretada a suspensão das atividades da Revisão do Plano Diretor, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal.

2016	07.12.2016 1º Seminário Preparatório para a Revisão do Plano Diretor.
2017	10.05.2017 Seminário da Revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal.
2018	09.10.2018 Início da Captação de Recursos para a Revisão do Plano Diretor.
2019	<p>08.08.2019 Assinatura do Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).</p> <p>17.10 a 09.11.2019 Primeira rodada de Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento.</p> <p>16.12.2019 Disponibilização dos relatórios da primeira rodada de Oficinas.</p> <p>18.12.2019 Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o PNUD.</p>
2020	<p>23.03.2020 Recomendação do Ministério Público do Estado do RS para suspensão do curso do processo de revisão do Plano Diretor.</p> <p>23.06.2020 Publicação da Instrução Normativa Nº 015/2020, suspendendo as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor “à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal”.</p>
2021	<p>10.02.2021 Publicação da Instrução Normativa Nº 04/2021, que institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor.</p> <p>26.02.2021 Revisão Substantiva nº1 para adição de prazo do projeto até 12.2022, em razão da pandemia da Covid-19.</p> <p>19.11.2021 Revisão Substantiva nº2 para prorrogação de prazo do projeto até 06.2024 e ajustes no plano de trabalho, Matriz Lógica e item Insumos.</p>
2022	<p>03.05.2022 Apresentação no CMDUA para retomada dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor.</p> <p>06.08.2022 Abertura da exposição “Diagnóstico POA 2030” na Câmara Municipal.</p> <p>20.08 a 10.11.2022 Rodada de Exposições Interativas dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais de 2019.</p> <p>11.11.2022 1º Seminário POA2030.</p> <p>17 a 19.11.2022 Conferência Municipal do Meio Ambiente.</p>
2023	07 a 09.03.2023 Conferência de Avaliação do Plano Diretor

Acesse o histórico detalhado das atividades da Revisão do Plano Diretor no nosso site: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/agenda>

No período da pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais. Também foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Na IN 04/2021, foram definidos os **objetivos** da Revisão do Plano Diretor, sua **estrutura organizacional básica**, suas **etapas** e os procedimentos dos **processos de participação**.

Em maio de 2022, a Prefeitura anunciou o novo cronograma de trabalho para Revisão do Plano Diretor. Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos **Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor**, a realização de uma rodada de **Exposições Interativas** dos resultados das Oficinas de 2019 e a **contratação de consultorias** para subsidiar o processo de Revisão.

Consulte a Instrução Normativa 04/2021 no nosso site: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/publicacoes/instrucao-normativa-no-042021>

Qual a premissa geral da Revisão do Plano Diretor?

A Revisão tem como premissa a manutenção da estrutura e base conceitual da LC 434/1999, que surgiu como resultado do amplo debate promovido com a sociedade no seu processo de concepção. Por outro lado, 20 anos se passaram desde a discussão que concebeu nosso Plano Diretor e a Revisão de 2010 se ateve principalmente a dispositivos incidentes na Parte III - Plano Regulador do PDDUA, a qual estabelece regramentos para a propriedade privada.

Assim, mesmo partindo da premissa da manutenção da estrutura e da concepção vigentes, considerou-se que a Revisão deve tratar do conteúdo do PDDUA como um todo. Desta forma, propôs-se que a abordagem da Revisão esteja amparada nos princípios da **Nova Agenda Urbana** e nos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** da Organização das Nações Unidas (ONU), como previsto no Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) que subsidia a Revisão.

I. ETAPA PREPARATÓRIA Finalizada (2019 - 2022)

Etapa preliminar para estruturação dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor. Envolveu definições de metodologia, dos processos de participação social, de cronogramas, dos grupos de trabalho, de bancos de dados preliminares, de termos de referência e a realização da primeira rodada de Oficinas Temáticas Territoriais (2019).

II. ETAPA DE LEITURA DA CIDADE Em andamento

Tem o objetivo de compreender as características do território e discutir seus problemas, conflitos e potencialidades, considerando avaliações técnicas e da população geral. Nesta etapa, foram realizadas a rodada de Exposições Interativas dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais e o 1º Seminário POA2030. Ainda ocorrerão a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e um bloco de Oficinas Temáticas.

III. ETAPA DE SISTEMATIZAÇÃO E PROPOSTAS

Envolve o debate de propostas para a Revisão do Plano Diretor, a sistematização e a consolidação dos resultados dos diagnósticos obtidos das Leituras Técnica e Comunitária. Nesta etapa, estão previstas Oficinas nas Regiões de Gestão do Planejamento, Oficinas Técnicas e a Conferência de Revisão do Plano Diretor.

IV. ETAPA DA APROVAÇÃO

Envolve a elaboração da Minuta Prévia do Projeto de Lei Complementar para a Revisão do Plano Diretor, sua consolidação e realização de Audiência Pública para apresentação da Minuta, que será enviada à Câmara Municipal de Vereadores para análise, discussão e aprovação.

V. ETAPA DE IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO

Consiste no acompanhamento da implementação do projeto a fim de garantir o monitoramento e a transparência dos resultados.

A CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A Conferência de Avaliação do Plano Diretor integra a **Etapa II. Leitura da Cidade** do processo de Revisão do Plano Diretor. A Conferência tem o objetivo de promover debates sobre o desenvolvimento urbano da nossa cidade com base na avaliação do conteúdo do Plano Diretor Municipal vigente (LC 434/99, modificada pela LC 646/10 e alterações posteriores), tanto sob o ponto de vista da percepção da população local quanto na visão técnica de especialistas no tema.

A Conferência será estruturada a partir de **7 Eixos Temáticos** de debate, correlacionados com as atuais Estratégias do Plano Diretor de Porto Alegre e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

No **1º dia** de Conferência, os inscritos estão convidados a assistir palestras de especialistas em cada Eixo Temático acerca do desenvolvimento urbano municipal com base na avaliação do Plano Diretor vigente.

No **2º dia** de Conferência, ocorrerá a divisão dos participantes entre os Eixos Temáticos e cada grupo, de forma simultânea, irá discutir e elaborar recomendações para o processo de Revisão do Plano Diretor.

No **3º dia** de Conferência, todos os participantes se reunirão na Plenária da Conferência, onde ocorrerá a apresentação, consolidação e votação das recomendações elaboradas em cada Eixo Temático durante o dia anterior, resultando no documento final da Conferência.

O evento ocorrerá na **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)**. As inscrições são gratuitas, com vagas limitadas em função da capacidade máxima dos espaços físicos disponíveis.



PLANO DIRETOR

Conferência de Avaliação

SECRETARIA DE HABITAÇÃO
MINISTÉRIO DA CIDADANIA
GOVERNO FEDERATIVO



PROGRAMAÇÃO

TERÇA 7 - SALÃO DE ATOS DA PUC

09h00	Solenidade de Abertura	14h30	ET4: Mobilidade e Transporte
09h30	Palestra sobre o Plano Diretor e Dinâmica Patrícia Schiopeti, Diretora do Planejamento Urbano Sustentável e Vanessa Henrique, Coordenadora de Planejamento Urbano Sustentável		Participantes: Alírio Celso Bortoló, Vargas, Arquiteto e Urbanista, Professor da UFSC e Luis Alves, Desenvolvedor Sustentável, Empreendedor e Exponente da UFSC e Exponente do Plano Diretor
10h30	ET1: Desenvolvimento Social e Cultural Palestrantes: Simone Sombra, Secretaria Adjunta de Inovação e Regulação do Planejamento Urbano de Porto Alegre e Kiko Motta, Assessora de Urbanismo, Inspeção do Trânsito, o Clube e o Moradia	15h20	ET5: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana Palestrantes: Arica Ribeiro, Assessora de Arquitetura e Urbanismo, Licenciada em Arquitetura e Urbanismo e Pedro Gómez, Arquiteto e Engenheiro Civil
11h20	ET2: Ambiente Natural Palestrantes: Inácio Pavlica, Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Grupo de Patrimônio Ambiental da UFRGS e Francisco Mazzetti, Biólogo e ex-presidente da Agência UFRGS	16h10	ET6: Desenvolvimento Econômico Palestrantes: Pedro Vazquez, CEO do Instituto Clapton e Fabrício Schmitt, Empresário, Consultor Econômico e Exclusor da ONU
12h10	ET3: Patrimônio Cultural Palestrantes: Fabio Kiefer, Arquiteto e Professor da PUCRS e André Hoyer, Arquiteto e Urbanista, inspeção em Porto Alegre Cultural em Contexto Urbano	17h00	ET7: Gestão da Cidade Palestrantes: Adelias Monteiro, Delegada, Coordenadora da Unidade Mário e Clárcio Mazzetti de Oliveira, Presidente da Instituto do Artesano, Rio Grande do Sul
13h00	Intervalo	17h50	Encerramento

Confira a programação dos demais dias de Conferência e inscreva-se:
https://bit.ly/CONFERENCIA_AVALIACAO_PLANODIRETOR

COMO FORAM DEFINIDOS OS EIXOS TEMÁTICOS?

Conforme o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores** do Ministério do Desenvolvimento Regional do governo federal, um dos documentos adotados como referência na estruturação do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, **temas** são assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território.

Na metodologia do processo de Revisão, propõe-se identificar temas e problemáticas a serem priorizados pelo Município durante a **Etapa II. Leitura da Cidade**. Os temas que serão discutidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor são resultado de trabalhos internos da Prefeitura aliados à participação da sociedade, compatibilizando:

As sete Estratégias do PDDUA;

Os doze temas prioritários do Plano Diretor definidos no início do processo de Revisão, resultantes de debates da sociedade no Seminário de Revisão do Plano Diretor (realizado em 07.12.2016) e de debates no Workshop com o CMDUA (realizado em 04.10.2017);

E os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), base de referência da Revisão do Plano Diretor estabelecida no Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Consulte os doze temas prioritários do Plano Diretor definidos em 2017:
<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>

Consulte os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Para a consolidação desses temas, foram realizados debates com a Coordenação Técnica (CT) e com o Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da Revisão do Plano Diretor, bem como levou-se em conta as contribuições da população coletadas nas Exposições Interativas de 2022 e as contribuições da consultoria Ernst & Young (EY), contratada para subsidiar a Revisão. O processo resultou na proposta de sete Eixos Temáticos (ET) a serem debatidos durante a Conferência.



ET 1

Desenvolvimento Social e Cultural



ET 2

Ambiente Natural



ET 3

Patrimônio Cultural



ET 4

Mobilidade e Transporte



ET 5

Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana



ET 6

Desenvolvimento Econômico



ET 7

Gestão da Cidade

ET 1: Desenvolvimento Social e Cultural

Trata da **relação entre o Plano Diretor e a promoção da qualidade de vida da população**, envolvendo os temas da inclusão social e de acesso a direitos sociais. Questões relacionadas às populações em situação de vulnerabilidade, à perspectiva de gênero no espaço urbano e às manifestações culturais locais também fazem parte desta discussão, bem como questões relacionadas a comunidades autóctones (por exemplo, comunidades quilombolas e indígenas), à habitação de interesse social e à regularização fundiária.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Inclusão social, educação, saúde, emprego, moradia, segurança, lazer, cultura, artes (artes visuais, música, teatro, dança, literatura), praças para todos, população em situação de rua, perspectiva de gênero, acessibilidade a todos, segurança alimentar, agricultura, resíduos, comunidades autóctones, habitação de interesse social, regularização fundiária.

Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia VI. Da Produção da Cidade



Foto Divulgação
SMCEC PMPA



Foto Cindy Vitali
SMHARF PMPA



Foto Alex Rocha
PMPA



Foto Guilian Serafim
PMPA

ET 2: Ambiente Natural

Aborda, na esfera do Plano Diretor, a **qualificação do território sob a perspectiva de valorização do meio ambiente**. Envolve temas relacionados à sustentabilidade, à adequação às mudanças climáticas e à poluição. Engloba também questões relacionadas a áreas verdes, áreas de interesse ambiental, áreas de risco e áreas com passivos ambientais, entre outras. As discussões de políticas públicas voltadas para o incentivo a soluções ecológicas e para a integração entre as esferas urbana e ambiental no planejamento territorial também fazem parte deste eixo.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Meio ambiente, sustentabilidade, adequação às mudanças climáticas, poluição (do ar, água, solo, visual, sonora), áreas de interesse ambiental, áreas verdes públicas e privadas, áreas de risco, corredores ecológicos, serviços ecossistêmicos, arborização urbana, fauna silvestre, educação ambiental, recuperação de áreas com passivos ambientais, incentivo a soluções ecológicas, estímulo a energias alternativas.

Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia IV. Da Qualificação Ambiental





ET 3: Patrimônio Cultural

Trata da relação do Plano Diretor com a valorização de bens imóveis e de bens intangíveis de valor significativo, de manifestações culturais, da memória cultural, das tradições e da identidade local. Também diz respeito às relações que os bens naturais e culturais guardam entre si, considerando as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Patrimônio histórico, bens arqueológicos, bens imóveis de valor significativo, paisagens, manifestações culturais, memória cultural, tradições, identidade local, relações entre bens naturais e culturais.



Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia IV. Da Qualificação Ambiental



Foto Roger Timm
PMPA



Foto Alex Rocha
PMPA



Foto Giulian Serafim
PMPA

ET 4: Mobilidade e Transporte

Trata de aspectos do Plano Diretor que influenciam na qualificação da mobilidade urbana, atendendo às distintas necessidades da população quanto aos deslocamentos na cidade. Questões relacionadas à qualificação do espaço público, eixos e hierarquia viária, gravames e perfil viário, modais de transporte, acessibilidade universal, mobilidade sustentável, segurança viária, uso da tecnologia, entre outros, também integram este eixo temático.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Mobilidade, mobilidade ativa, mobilidade sustentável, mudança de cultura, trânsito, transporte, transporte coletivo, ciclovias, calçadas, mobiliário urbano, qualificação do espaço público, eixos e hierarquia viária, gravames e perfil viário, acessibilidade universal, segurança viária, tecnologia e inovação, aplicativos, logística, sistema de informações, estacionamentos, Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável, logística, transporte de cargas, Plano de Mobilidade.

Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia II. Da Mobilidade Urbana



Foto Sérgio Louruz
SMAMUS PMPA



Foto Pedro Piegas
PMPA



Foto Eduardo Beleske
PMPA



Foto Cesar Lopes
PMPA

ET 5: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Compreende **aspectos do Plano Diretor relacionados ao uso e à ocupação do solo**, tratando de questões como densidade, sustentabilidade, espaços públicos, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura urbana, cidade consolidada e regularização fundiária. Questões relacionadas à **forma urbana**, tais como o desempenho das edificações em termos de conforto, iluminação, ventilação e sol, bem como o plano regulador, verticalização e miscigenação, também fazem parte deste eixo.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Uso e Ocupação do Solo: mudanças climáticas, sustentabilidade, densidade, parcelamento do solo, uso do solo, espaços públicos, equipamentos comunitários, gestão, manutenção e conservação das vias públicas e calçadas, equipamentos urbanos, infraestruturas urbanas (drenagem, saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, comunicação, redes de fibra ótica), gestão de resíduos, cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente), regularização fundiária.

Forma Urbana: forma das edificações, desempenho das edificações (conforto, iluminação, ventilação), verticalização, plano regulador, miscigenação.

Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégias I. Da Estruturação Urbana e III. Do Solo Privado



Foto Julian Serafim
PMPA



Foto Luticiano Brum
PMPA



Foto Julian Serafim
PMPA

ET 6: Desenvolvimento Econômico

Engloba **aspectos do Plano Diretor que se relacionam a incentivos para o desenvolvimento econômico do território, à capacitação e à geração de emprego e renda**. Questões como o fortalecimento dos arranjos produtivos existentes e o estímulo a novos arranjos, considerando as tendências de desenvolvimento e os potenciais existentes no Município, também fazem parte deste eixo.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

Economia, economia primária, economia criativa, economia solidária, inovação, atividades econômicas, indústria, turismo, ecoturismo, cultura, habitação urbana e rural, tecnologia, dinâmica imobiliária, emprego e renda, agricultura familiar.



Foto Alex Rocha
SMDT PMPA

Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia V. Da Promoção Econômica



Foto Cesar Lopes
SMGOV PMPA



Foto Divulgação
PMPA



Foto Cristiane Rochol
PMPA

ET 7: Gestão Urbana

Aborda os papéis do Plano Diretor na gestão da cidade e do planejamento urbano municipal, englobando questões como políticas públicas e instrumentos de planejamento, participação social e monitoramento do desenvolvimento urbano.

Tópicos que são parte do Eixo Temático hoje

SMGP - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, participação no processo de planejamento, monitoramento do desenvolvimento urbano, políticas públicas, instrumentos urbanísticos, instrumentos jurídicos e econômicos, financiamento da cidade, mercado imobiliário.



Com quais das 7 Estratégias do PDDUA o Eixo Temático se relaciona diretamente?

Estratégia VII. Do Sistema de Planejamento



COMO PARTICIPAR?

Para a construção da Porto Alegre que queremos, é fundamental a participação da sociedade no processo de Revisão do Plano Diretor.

Para participar da **Conferência de Avaliação do Plano Diretor, dias 7, 8 e 9 de março**, inscreva-se em:

[https://bit.ly/CONFERENCIA_AVALIACAO_PLANODIRETOR.](https://bit.ly/CONFERENCIA_AVALIACAO_PLANODIRETOR)

Ao longo de 2023, os momentos de participação dentro do processo de Revisão do Plano Diretor continuarão ocorrendo:

(II) Etapa de Leitura da Cidade: Após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor, serão realizadas Oficinas Temáticas.

(III) Etapa de Sistematização e Propostas: serão realizadas Oficinas nas Regiões de Gestão do Planejamento, Oficinas Técnicas e uma Conferência de Revisão do Plano Diretor.

(IV) Etapa de Aprovação: será realizada uma Audiência Pública para consolidação da Minuta de Lei resultante da Etapa de Sistematização e Propostas, antes do seu envio à Câmara Municipal de Vereadores.

Acesse **nosso site** para acompanhar a divulgação dos próximos eventos: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor>



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

SECRETARIA DO MEIO
AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,

URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Avaliação do PDDUA



Porto Alegre, 07 de Março de 2023.

A **participação social** na elaboração de Planos Diretores, preconizada pelo **Estatuto da Cidade** e reiterada pela **Nova Agenda Urbana**, é condição essencial para o **Desenvolvimento Urbano Sustentável** (Ambiental/Social/Econômico).



9. A Nova Agenda Urbana reafirma nosso compromisso global com a promoção do desenvolvimento urbano sustentável como um passo decisivo para a concretização do desenvolvimento sustentável da maneira integrada e coordenada nos níveis global, regional, nacional, subnacional e local, com a participação de todos os atores envolvidos. A implementação da Nova Agenda Urbana contribui para a implementação e a realização das metas e objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada e para o alcance das metas e objetivos de sustentabilidade, incluindo a erradicação da pobreza, a segurança, resiliência e sustentabilidade.

72. Comprometemo-nos a promover práticas de desenvolvimento sustentável, com recursos hídricos, com a participação de comunidades locais.

61. Comprometemo-nos a garantir o acesso das jovens à oportunidade de prosperidade partilhada. As jovens são agentes de transformação social e econômica. Garantir mais oportunidades para a implementação da Nova Agenda Urbana.

31. Comprometemo-nos a apoiar a consecução do direito a um ambiente saudável e seguro, prevenindo desastres sem-fim, pesca sustentável e viabilizando a participação das pessoas na implementação das metas e objetivos nacionais.



38. Comprometemo-nos a valorizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, tanto material quanto imaterial, em cidades e assentamentos humanos, conforme o caso, por meio de políticas urbanas e territoriais integradas e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e bens culturais, museus, culturas e línguas indígenas, bem como o conhecimento tradicional e as artes, enfatizando o papel que exercem na sustentabilidade, revitalização, inclusão social e participação política, bem como no exercício da cidadania.

Na Nova Agenda Urbana busca

estabelecer **padrões e princípios para o**

48. Incentivando a participação de todos os cidadãos, incluindo governos locais, estatutários e organizações da sociedade civil, mulheres, organizações representando a infância e a adolescência, pessoas com deficiência, povos indígenas, profissionais liberais, instituições acadêmicas, sindicatos, organizações patronais, associações de migrantes e associações de pessoas com deficiência, bem como na identificação e resposta aos desafios existentes e emergentes.

planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas:

26. Comprometemo-nos com o desenvolvimento urbano e rural que seja centrado em pessoas, que proteja o planeta e que seja inclusivo, é igualitário, e a realizar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, facilitando a vida em coletividade, dando fim a todas as formas de discriminação e violência e empoderando todos os indivíduos e comunidades, além de promover sua participação, e siga os princípios da sustentabilidade, da justiça social e o respeito pela diversidade e igualdade entre os gêneros, bem como a promoção de cidades e assentamentos humanos.

27 PARTICIPAÇÃO

09 COLABORAÇÃO

90. Apoiaremos, em conformidade com as legislações nacionais, o fortalecimento da capacidade dos governos subnacionais e locais de implementar de forma eficaz uma nova agenda local e metropolitana multi-nível, capaz de garantir a participação das pessoas em todos os níveis, trabalhando para prover-lhes a autoridade e os recursos necessários para gerenciar desafios urbanos, metropolitanos e territoriais críticos. Promoveremos uma governança metropolitana inclusiva que conte com acordos jurídicos e mecanismos de financiamento confiáveis, incluindo a gestão sustentável de dívidas, quando pertinente. Adotaremos medidas para promover a participação plena e efetiva e a igualdade de direitos das mulheres em todos os campos e na liderança em todos os níveis de tomada de decisões, inclusive em governos locais.



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Pedro Piegas / PMPA



Pedro Piegas / PMPA



Pedro Piegas / PMPA

DIVERSIDAD



RG4/OFICINA 2019 - Foto: Ricardo Giusti



RG3/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes



RG1/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes



RG6/OFICINA 2019 - Foto: Maria Ana Krack/PMPA



RG2 Ilhas/OFICINA 2019 - Foto: Maria Ana Krack/PMPA



RG8/OFICINA 2019 - Foto: Ricardo Giusti



RG7/OFICINA 2019 - Foto: Sergio Louruz



RG2 Continente/OFICINA 2019 - Foto: Joel Vargas



RG5/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes

OFICINAS TEMÁTICAS TERRITORIAIS 2019



Exposição Câmara de Vereadores - Foto: Cesar Lopes / PMPA



Exposição Lomba do Pinheiro - Foto: Fernando Ramires/SMAMUS PMPA



Exposição Cavalhada - Foto: Arthur Vargas/ SMAMUS / PMPA



Exposição Humaitá - Foto: Carla Bisol /SMAMUS / PMPA



Exposição Sarandi- Foto: Carla Bisol / PMPA



Acampamento Farroupilha- Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA



Exposição Restinga - Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA



Exposição Feira do Livro - Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA



Exposição Concórdia - Foto: Fernando Ramires/SMAMUS PMPA

EXPOSIÇÕES 2022



55
reuniões



46
entidades



400
seminário



PUBLICAÇÕES

[PÁGINA INICIAL](#) [O QUE É?](#) [COMO PARTICIPAR](#) [AGENDA](#) [NOTÍCIAS](#) [PUBLCIAÇÕES](#)

relatórios

16.12.19 RELATÓRIOS 1ª RODADA DE OFICINAS TÉMATICAS - TERRITORIAIS

- RDP01 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP1 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP2 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP3 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP4 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP5 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP6 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP7 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP8 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP9 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB
- RDP10 - Relatório Oficina Lote 1 129.44 KB

Acompanhe a produção nas redes





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Conferência de Avaliação do Plano Diretor

07, 08 e 09 de março de 2023, das 8h30 às 18h
No Salão de Atos PUCRS | Av. Ipiranga, 6683

Vagas limitadas
Inscreve-se no eixo temático que deseja participar!



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

DIA 1 | 07/03/23

PLANO DIRETOR
Conferência de Avaliação

PROGRAMAÇÃO
TERÇA 7 - SALÃO DE ATOS DA PUC

09h00	Solenidade de Abertura
09h30	Palestra sobre o Plano Diretor e Dinâmica
10h30	ET1: Desenvolvimento Social e Cultural
11h20	ET2: Ambiente Natural
12h10	ET3: Patrimônio Cultural
13h00	Intervalo

14h30	ET4: Mobilidade e Transporte
15h20	ET5: Desempenho, Infraestrutura Urbana e Infraestrutura Urbana
16h10	ET6: Desenvolvimento Econômico
17h00	ET7: Gestão da Cidade
17h50	Encerramento

PALESTRAS

DIA 2 | 08/03/23

PLANO DIRETOR
Conferência de Avaliação

PROGRAMAÇÃO
QUARTA 8 - PRÉDIO SO PUC - 4^º ANDAR

09h00	Introdução da dinâmica
09h30	Trabalho nos Subgrupos
12h00	Intervalo
13h30	Discussões
14h00	Finalizar Documento
15h00	Encerramento

EIXOS TEMÁTICOS

- ET1: Desenvolvimento Social e Cultural
- ET2: Ambiente Natural
- ET3: Patrimônio Cultural
- ET4: Mobilidade e Transporte
- ET5: Desempenho, Infraestrutura Urbana e Infraestrutura Urbana
- ET6: Desenvolvimento Econômico
- ET7: Gestão da Cidade

DINÂMICA

DIA 3 | 09/03/23

PLANO DIRETOR
Conferência de Avaliação

PROGRAMAÇÃO
QUINTA 9 - SALÃO DE ATOS DA PUC

09h00	Apresentação + Votação
10h00	Apresentação + Votação
11h00	Apresentação + Votação
12h00	Intervalo

13h30	Apresentação + Votação
14h30	Apresentação + Votação
15h30	Apresentação + Votação
16h30	Apresentação + Votação

PLENÁRIA

Ainda dá tempo de se inscrever! Acesse bit.ly/CONFERENCIA_AVALIACAO_PLANO DIRETOR e escolha o eixo temático de seu interesse.

O evento é gratuito, participe!



DIA 1 | PALESTRAS | 07/03/23

09h00

SOLENIDADE DE ABERTURA

09h30

PALESTRA SOBRE O PLANO DIRETOR E
DINÂMICA

10h30

ET1: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

11h20

ET2: AMBIENTE NATURAL

12h10

ET3: PATRIMÔNIO CULTURAL

13h00 ALMOÇO

14h30

ET4: MOBILIDADE E TRANSPORTE

15h20

ET5: DESEMPENHO, ESTRUTURA E
INFRAESTRUTURA URBANA

16h10

ET6: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

17h00

ET7: GESTÃO DA CIDADE

17h50

ENCERRAMENTO



DIA 2 | DINÂMICA | 08/03/23

08h30

INGRESSO NAS SALAS DE ACORDO COM O EIXO
TEMÁTICO DE INSCRIÇÃO

09h00

INTRODUÇÃO DA DINÂMICA

09h30

TRABALHO DOS GRUPOS:
PARTICIPANTES ORGANIZADOS EM MESAS DE
ACORDO COM OS 5 SUBGRUPOS DO EIXO
TEMÁTICO

5 PERGUNTAS SERÃO RESPONDIDAS EM 5
RODADAS DE 20 MINUTOS

12h00 ALMOÇO

13h30

RETORNO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM
A SALA INDICADA PARA DEBATE NO SUBGRUPO
DISCUSSÕES E ELABORAÇÃO DE
RECOMENDAÇÕES A PARTIR O TRABALHO
DESENVOLVIDO DURANTE A MANHÃ

15h00

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS POR
SUBGRUPO E DELIBERAÇÃO DA SALA

16h30

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL PARA
APRESENTAÇÃO NO 3º DIA

18h00

ENCERRAMENTO



DIA 3 | PLENÁRIA | 09/03/23

09h00

APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 1

10h00

APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 2

11h00

APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 3

12h00 ALMOÇO

13h30

APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 4

14h30

APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 5

15h30

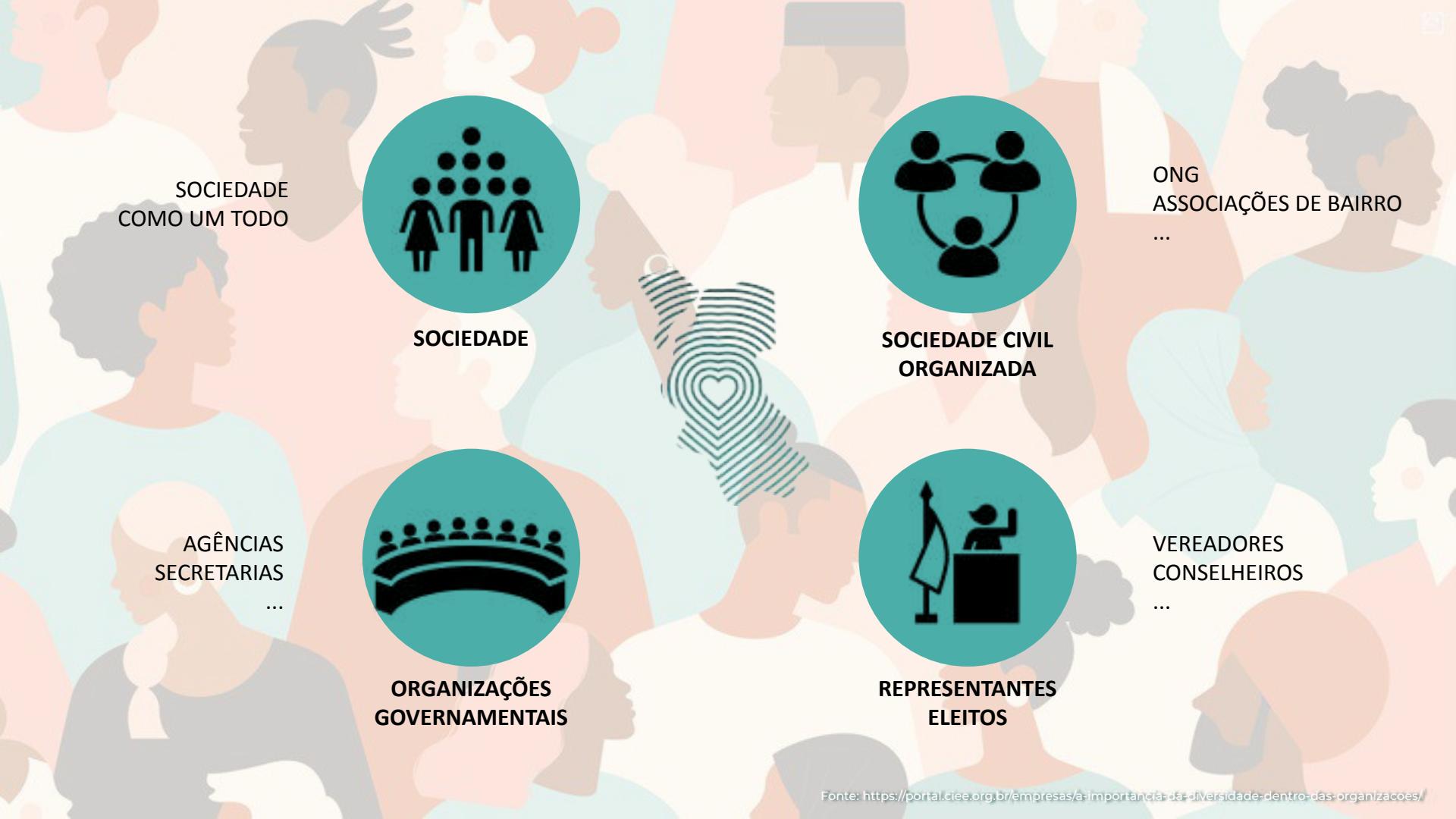
APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 6

16h30

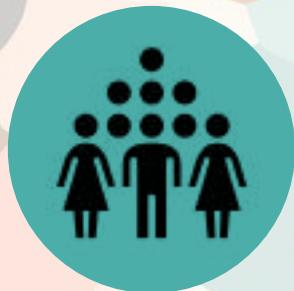
APRESENTAÇÃO + VOTAÇÃO EIXO 7



DESAFIO DA CONFERÊNCIA COLETIVO



SOCIEDADE
COMO UM TODO



SOCIEDADE



SOCIEDADE CIVIL
ORGANIZADA

ONG
ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO
...

AGÊNCIAS
SECRETARIAS
...



ORGANIZAÇÕES
GOVERNAMENTAIS

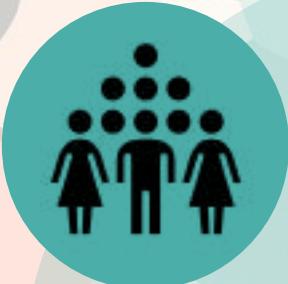


REPRESENTANTES
ELEITOS

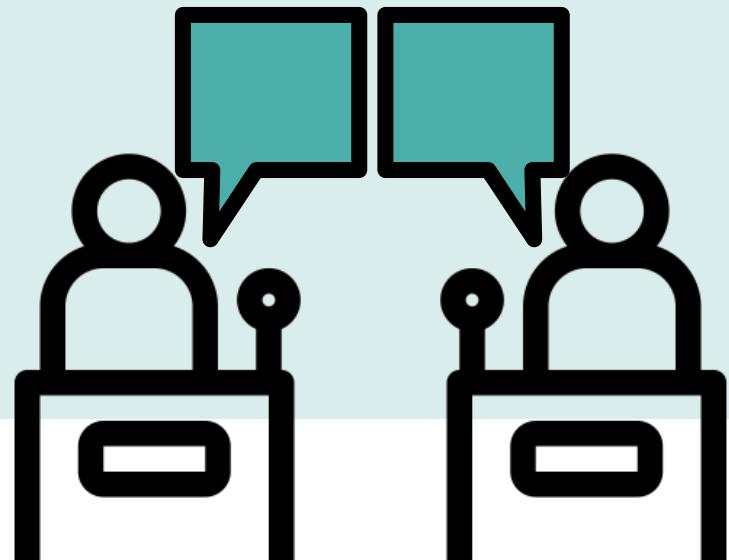
VEREADORES
CONSELHEIROS
...



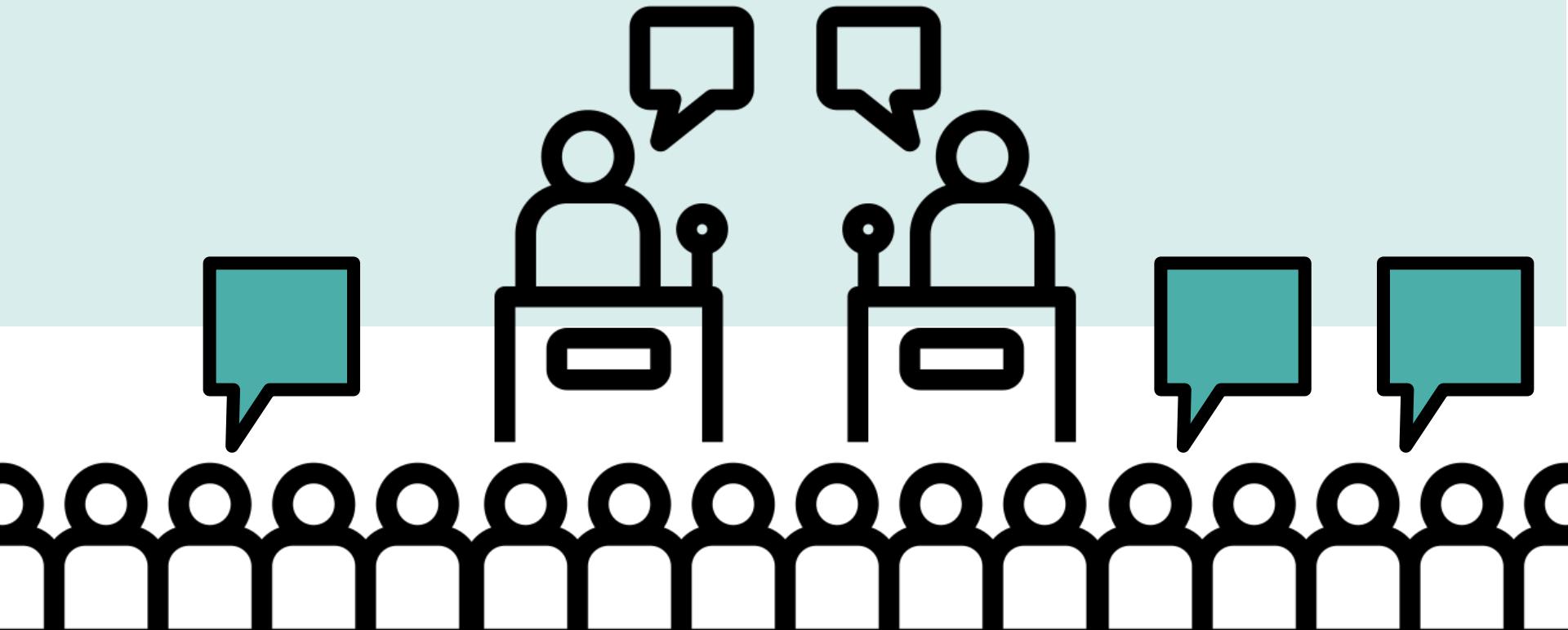
COMO MOBILIZAR TODOS?



AUDIÊNCIAS = ALGUMAS FALAS



COMO TRAZER OUTRAS FALAS?



ENGAJAMENTO

**Quem deve ser envolvido?
O que importa para este público?
Como incluir perspectivas
diversas?**

**Provocando grupos com
diferentes interesses a cooperar!**

PROPÓSITO COMUM COOPERAÇÃO





METODOLOGIA DIA 2

O “World café” é uma metodologia de livre acesso para todas as pessoas, desenvolvida por Juanita Brown e David Isaacs.

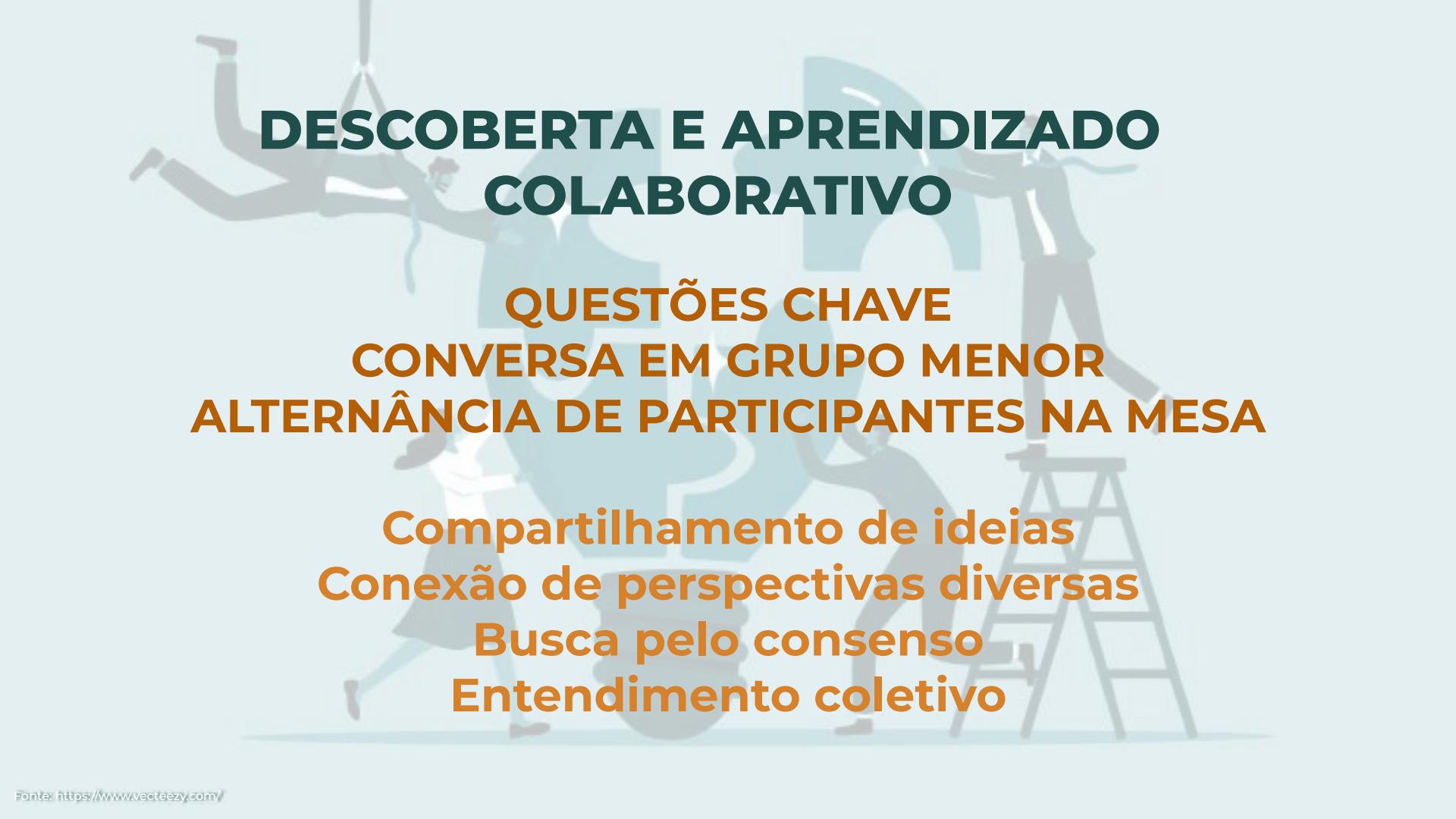
Trata-se de um **processo criativo** que visa **gerar e fomentar diálogos** entre os indivíduos, a partir daí criando uma **rede viva de diálogo colaborativo** que **acessa e aproveita a inteligência coletiva para responder questões de grande relevância para organizações e comunidades** (The World café, s.d.).

**PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ACORDO COM
OS OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO
DIRETOR DE PORTO ALEGRE**



The background features a teal-toned illustration of several stylized human figures. One figure is suspended by a rope from the top. Another figure in a suit is walking on a large, light-blue puzzle piece. A woman in a white top and dark skirt is running. A man is climbing a ladder. A large, dark-blue puzzle piece is in the foreground. The word 'COMPETITIVO' is written in large, bold, white capital letters above the 'X', and 'COOPERATIVO' is written in large, bold, white capital letters below the 'X'.

COMPETITIVO
X
COOPERATIVO



DESCOBERTA E APRENDIZADO COLABORATIVO

**QUESTÕES CHAVE
CONVERSA EM GRUPO MENOR
ALTERNÂNCIA DE PARTICIPANTES NA MESA**

**Compartilhamento de ideias
Conexão de perspectivas diversas
Busca pelo consenso
Entendimento coletivo**



PRIMEIRO PASSO: PALESTRAS

DIFERENTES VISÕES

- 1 Desenvolvimento Social e Cultural
- 2 Ambiente Natural
- 3 Patrimônio Cultural
- 4 Mobilidade e Transporte
- 5 Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
- 6 Desenvolvimento Econômico
- 7 Gestão da Cidade



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,

URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

UM BOM DIA DE TRABALHO!



Porto Alegre, 07 de Março de 2023.



EIXO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PDDUA - PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2023

Quem ama a cidade, planeja o futuro com ela.

SITUAÇÃO ATUAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**

Qual a relação entre Plano Diretor e a promoção da qualidade de vida da população de baixa renda?

DESAFIOS

- **Inclusão social e acesso a direitos sociais** – a partir da moradia, garantir educação, saúde, emprego, segurança, lazer, cultura acessibilidade, segurança alimentar, etc.
- **Vulnerabilidade social** – como enfrentar situação de rua, comunidades autóctones, perspectiva de gênero, conflitos fundiários, falta de infraestrutura básica, violência urbana, marginalidade







Estratégias e Diretrizes do PPDUA

- Integração de oportunidades empresariais (forças econômicas) com produção habitacional de interesse social, visando equidade de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível
- AUOP'S para empreendimentos HIS
- Revitalização das áreas centrais para HIS
- Democratização do acesso à terra e ampliação da oferta de moradias
- Redistribuição da renda urbana e do solo na cidade (FMHIS)
- Criação de padrões habitacionais adequados
- Regularização Fundiária e urbanização de favelas





O que aconteceu na prática?

- Alto custo da produção habitacional
- Dependência de financiamento externo ao Município
- Modelagens e tipologias que levam a desagregação e aumento de violência
- Resistência dos moradores aos modelos gerados pelo Poder Público
- Violência urbana ligada ao tráfico e disputa por território no lugar da indução de ocupação pelo Poder Público
- Ocupação desordenada de áreas que deveriam ser protegidas (APP) ou que geram risco aos moradores, pela falta de valorização econômica destes locais
- Trabalho social ausente, tardio ou descolado da realidade

O que deu certo?

- AEIS, com estabelecimento de parâmetros urbanísticos específicos para REURB
- Programa de Regularização Fundiária
- Atenção à infraestrutura essencial





Desafios: Áreas de risco



prefeitura de
PORTO ALEGRE

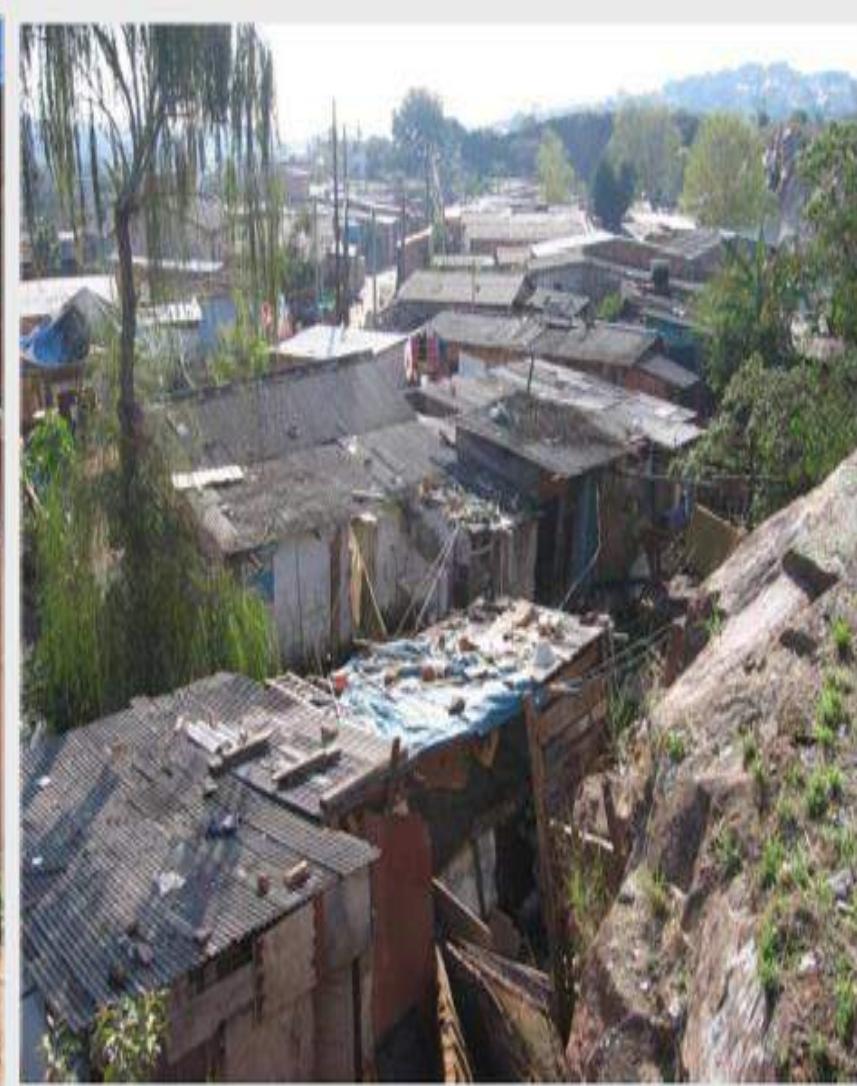




Vila Boa Vista



Vila Pedreira Cristal



EIXO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

**SECRETARIA DE
HABITAÇÃO E
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA**





Contribuições para os debates:

- Planejamento da HIS e DHP para além da produção habitacional (outras formas de tutela ao direito à moradia podem ser implementadas e previstas no PDDUA)
- Manutenção das moradias no local em que se constituíram
- Sistema de monitoramento e fiscalização
- Programas de HIS e outras estratégias de atendimento de DHP
- Planejar a expansão urbana pensando na população de baixa renda



prefeitura de
PORTO ALEGRE

Obrigada!

Simone Somensi

somensi@portoalegre.rs.gov.br



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO

porto
alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência de Avaliação do PDDUA

Avaliação do PDDUA quanto à adequação de conceitos do Direito Ambiental



Porto Alegre, 07 de março de 2023



REVISÃO CONCEITOS
LEGAIS DO PDDUA

UNIFICAR TERMOS
=
SEGURANÇA JURÍDICA

QUAIS?



CONCEITOS LEGAIS NO PDDUA

Art. 16. Para efeito desta Lei, considera-se:

I - topo de morro: a área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura máxima da elevação em relação à base; (redação dada pela Lei Complementar nº646/2010)

II - nascente ou olho d'água: o local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;

III - talvegue: a linha de maior profundidade de um vale;

IV - curso d'água: a massa líquida que cobre uma superfície, seguindo um curso ou formando um banhado, cuja corrente pode ser perene, intermitente ou periódica;

V - faixas de Proteção de águas superficiais: as faixas de terreno compreendendo o conjunto de flora, fauna, solo e subsolo, correspondentes a nascentes, talvegues, cursos d'água, dimensionadas de forma a garantir a manutenção do manancial hídrico;

VI - árvore ou conjunto de árvores imunes ao corte: os exemplares botânicos que se destacam por sua raridade, beleza, localização, condição de porta-sementes, ameaçados de extinção ou de reconhecida utilidade à terra que revestem, os quais serão objeto de especificação e regulamentação nos termos do parágrafo único do art. 242 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.



PDDUA

I - topo de morro: a área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura máxima da elevação em relação à base;

CÓDIGO FLORESTAL

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25º , as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;



PDDUA

II - nascente ou olho d'água: o local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;

CÓDIGO FLORESTAL

XVIII - olho d'água: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente; (art. 3º)

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (art. 4º)



PDDUA

V - faixas de Proteção de águas superficiais: as faixas de terreno compreendendo o conjunto de flora, fauna, solo e subsolo, correspondentes a nascentes, talvegues, cursos d'água, dimensionadas de forma a garantir a manutenção do manancial hídrico;

CÓDIGO FLORESTAL

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;



PDDUA – ÁREAS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

Art. 88. As Áreas de Proteção do Ambiente Natural terão o uso e a ocupação disciplinados por meio de regime urbanístico próprio, compatibilizados com as características que lhes conferem peculiaridades e admitem um zoneamento interno de uso, nos termos dos arts. [225](#), [235](#) e 245 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, compreendendo as seguintes situações:

- I – Preservação Permanente;
- II – Conservação;
- III – Corredores Ecológicos.



PDDUA – ÁREA DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

§ 1º A Preservação Permanente aplicar-se-á às áreas referidas no art. 245 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre que, pelas suas condições fisiográficas, geológicas, hidrológicas, botânicas, climatológicas e faunísticas, formem um ecossistema de importância no ambiente natural. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 2º A Conservação aplicar-se-á às áreas naturais que se encontrem parcialmente descaracterizadas em suas condições naturais originais e apresentem maior compatibilidade com as transformações urbanas.

§ 3º As zonas de Preservação Permanente descritas no art. 245 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre que não estejam prejudicadas em seus atributos e funções essenciais poderão receber apenas o manejo indispensável para a recuperação do equilíbrio e de sua perpetuação. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 4º As zonas de Conservação poderão receber atividades destinadas à educação ambiental, ao lazer, à recreação, à habitação e à produção primária, desde que tais atividades não impliquem comprometimento significativo dos elementos naturais e da paisagem, favorecendo sua recuperação.

§ 5º Os Corredores Ecológicos são áreas remanescentes florestais, Unidades de Conservação, Reservas Particulares, Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente ou quaisquer outras áreas de florestas naturais que possibilitam o livre trânsito de animais e dispersão de sementes das espécies vegetais e o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade e garantia da conservação dos recursos hídricos do solo, do equilíbrio do clima e da paisagem, delimitados e instituídos por lei. (NR) (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).



PDDUA – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 89. O Município estabelecerá restrições ou limitações administrativas, assim como criará Unidades de Conservação, tais como Reserva Biológica e Parque Natural.

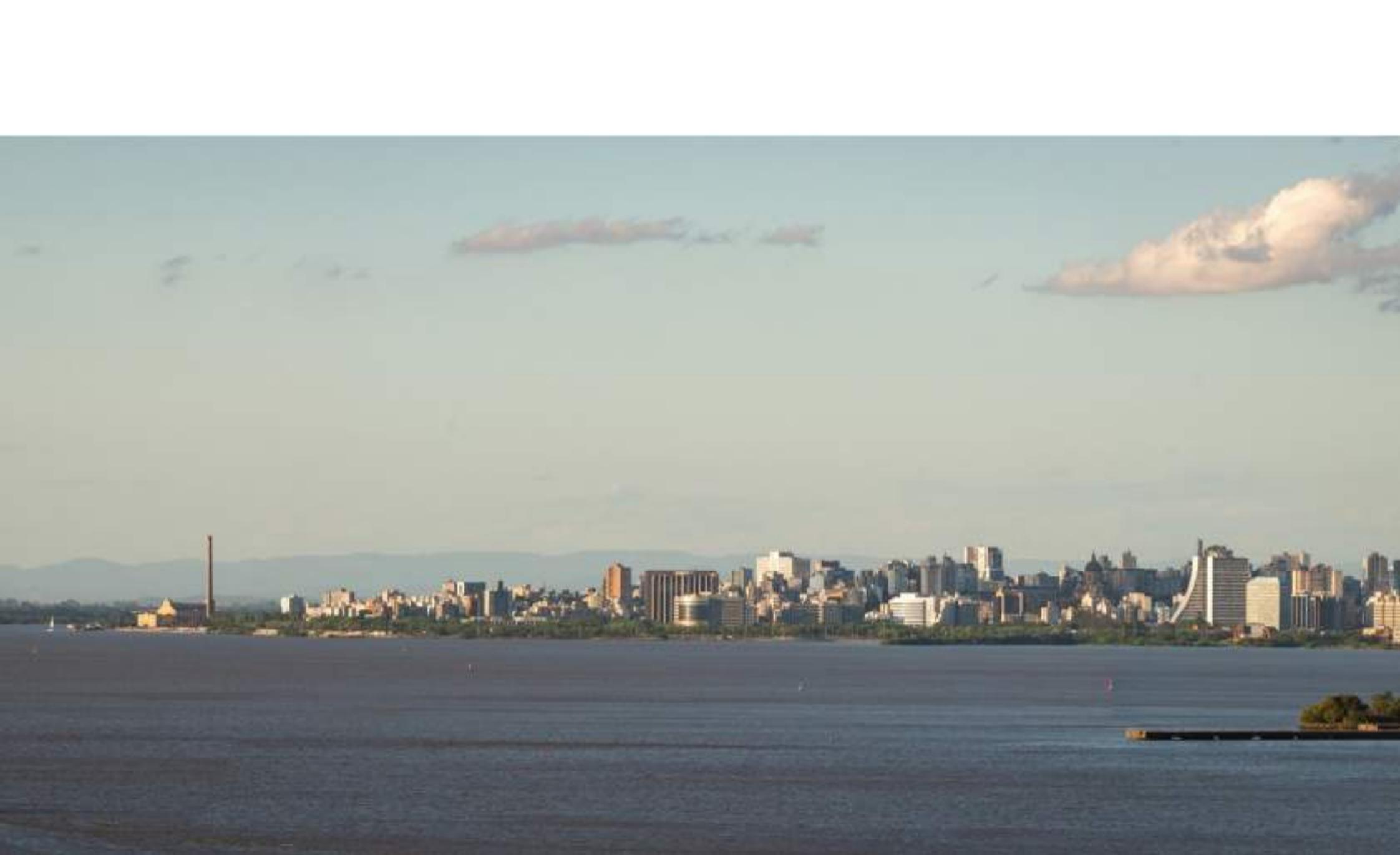
As restrições e limitações ambientais devem observar o direito fundamental de propriedade e a repartição constitucional de competências entre os entes federados.

Observar a Lei Federal nº 9.985/2000, estabelece o Sistema de Unidades de Conservação e a Lei Complementar Municipal nº 679/2011, que instituiu o Sistema Municipal de Unidades de Conservação.



Muito obrigada!

angela.molin@portoalegre.rs.gov.br











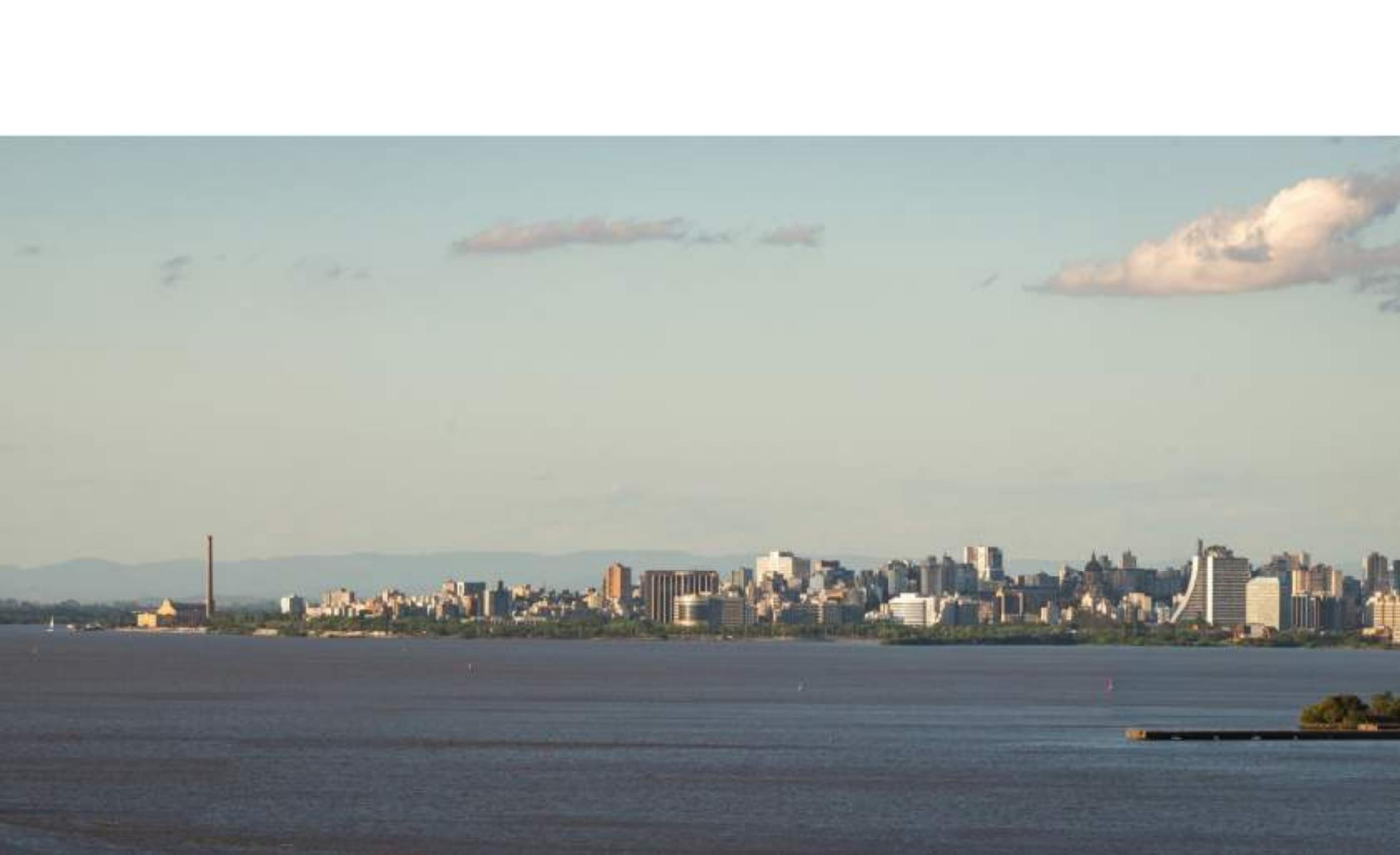
VIA B/MBU

Viver Bem Viver









O Patrimônio Cultural precisa do Plano Diretor!



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

**porto
alegre**
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.
SÉCERETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

EIXO TEMÁTICO 3 | PATRIMÔNIO CULTURAL

Foto: Gullian Serafim/PMPA

Porto Alegre, 1º de março de 2023

André Huyer - 7 de março de 2023

SOLO CRIADO

- Solo criado (Outorga onerosa do direito de construir) pressupõe índice de aproveitamento básico = 1,0 para toda a cidade!
- Conceder índice de valor superior para imóveis portadores de valores ambientais pode ser um bom incentivo para sua preservação.

CARTA DO EMBU

Considerando que, no território de uma cidade, certos locais são mais favoráveis à implantação de diferentes tipos de atividades urbanas;

Considerando que a competição por esses locais tende a elevar o preço dos terrenos e a aumentar a densidade das áreas construídas;

Considerando que a moderna tecnologia da construção civil permite intensificar a utilização dos terrenos, multiplicando o número de pavimentos pela ocupação do espaço aéreo ou do sub-solo;

Considerando que esta intensificação sobrecarrega toda a infra-estrutura urbana, a saber, a capacidade das vias, das redes de água, esgoto e energia elétrica, bem assim a dos equipamentos sociais, tais como, escolas, áreas verdes, etc.;

Considerando que essa tecnologia vem ao encontro dos desejos de multiplicar a utilização dos locais de maior demanda, e, por assim dizer, permite a criação de solo novo, ou seja, de áreas adicionais utilizáveis, não-apoiadas diretamente sobre o solo natural;

Considerando que a legislação de uso do solo procura limitar este adensamento, diferenciadamente para cada zona, no interesse da comunidade;

Considerando que um dos efeitos colaterais dessa legislação é o de valorizar diferentemente os imóveis, em consequência de sua capacidade legal de comportar área edificada, gerando situações de injustiça;

Considerando que o direito de propriedade, assegurado na Constituição, é condicionado pelo princípio da função social da propriedade, não devendo, assim, exceder determinada extensão de uso e disposição, cujo volume é definido segundo a relevância do interesse social;

Admite-se que, assim como o loteador é obrigado a entregar ao Poder Público áreas destinadas ao sistema viário, equipamentos públicos e lazer, igualmente, o criador de solo deverá oferecer à coletividade as compensações necessárias ao reequilíbrio urbano reclamado pela criação do solo adicional, e

Conclui-se que:

1. É constitucional a fixação, pelo Município, de um coeficiente único de edificação para todos os terrenos urbanos.

1.1 A fixação desse coeficiente não interfere com a competência municipal para estabelecer índices diversos de utilização dos terrenos, tal como já se faz, mediante legislação de zoneamento.

1.2 Toda edificação acima do coeficiente único é considerada solo criado, quer envolva ocupação de espaço aéreo, quer a de sub-solo.

2. É constitucional exigir, na forma da lei municipal, como condição de criação de solo, que o interessado entregue ao Poder Público áreas proporcionais ao solo criado; quando impossível a oferta destas áreas, por inexistentes ou por não atenderem às condições legais para tanto requeridas, é admissível sua substituição pelo equivalente econômico.

2.1 O proprietário de imóvel sujeito a limitações administrativas, que impeçam a plena utilização do coeficiente único de edificação, poderá alienar a parcela não-utilizável do direito de construir.

2.2 No caso de imóvel tombado, o proprietário poderá alienar o direito de construir correspondente à área edificada ou ao coeficiente único de edificação.

Álvaro Villaça Azevedo

Celso Amônio Bandeira de Mello

Daimo do Valle Nogueira Filho

Eros Roberto Grau

Eurico de Andrade Azevedo

Fábio Fanucchi

José Alonso da Silva

Maria de Lourdes Cesarino Costa

Mário Pazzaglini Filho

Miguel Seabra Fagundes

Jorge Hori

Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira

Clementina De Ambrosis

Domingos Theodoro de Azevedo Netto

Luiz Carlos Costa

Norberto Amorim

O SOLO CRIADO
ANAIS DO SEMINÁRIO

SÃO SEBASTIÃO, 25 e 26
SÃO PAULO, 28 e 29
JUNHO-1976



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA
Entidade vinculada à Secretaria do Interior
Raphael Baldacci Filho – Secretário do Interior
Vicente Greco Filho – Presidente

ASPECTOS JURÍDICOS DA NOÇÃO DE SOLO CRIADO

EROS ROBERTO GRAU – Professor Assistente –
Doutor na Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo – Professor Titular da Faculdade de
Direito da Universidade Mackenzie.

A – POSIÇÃO DA QUESTÃO

B – NOÇÃO DO SOLO CRIADO

- coeficiente único – (B I)
- transferibilidade do direito de criar solo – (B II)
- experiência de utilização no Brasil – (B III)

C – O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

D – ABORDAGEM JURÍDICA:

- o seminário do GEGRAN – (D I)
- coeficiente único – (D II)
- transferibilidade do direito de criar solo – (D III)

E – CONCLUSÕES

F – OBSERVAÇÕES CRÍTICAS

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS

- Lei estadual de 1994 obriga os municípios gaúchos a fazerem seus inventários de bens portadores de valores culturais.
- Já se passou o tempo de uma geração e Porto Alegre ainda não concluiu seu inventário.
- Não basta o Plano Diretor prever. Tem que ser feito!

Lei Estadual n.º 10.116, de 23 de março de 1994. Lei do Desenvolvimento Urbano

Art. 40 - Prédios, monumentos, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, antropológico, paleontológico, científico, de proteção ou preservação permanente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não poderão, no todo ou em parte, ser demolidos, desfigurados ou modificados sem autorização.

Lei Estadual n.º 10.116, de 23 de março de 1994. Lei do Desenvolvimento Urbano

*§ 1º - Para identificação dos elementos a que se refere este artigo, **os municípios**, com o apoio e a orientação do Estado e da União, **realizarão o inventário de seus bens culturais**.*

*§ 2 - **O plano diretor ou as diretrizes gerais de ocupação do território fixarão a volumetria das edificações localizadas na área de vizinhança ou ambiência dos elementos de proteção ou de preservação permanente, visando a sua integração com o entorno.***

PRÉDIOS ABANDONADOS

JORNAL DA LEI

DIREITO IMOBILIÁRIO Notícia da edição impressa de 19/06/2018. Alterada em 18/06 às 21h49min

Uma história em ruínas que ninguém quer restaurar

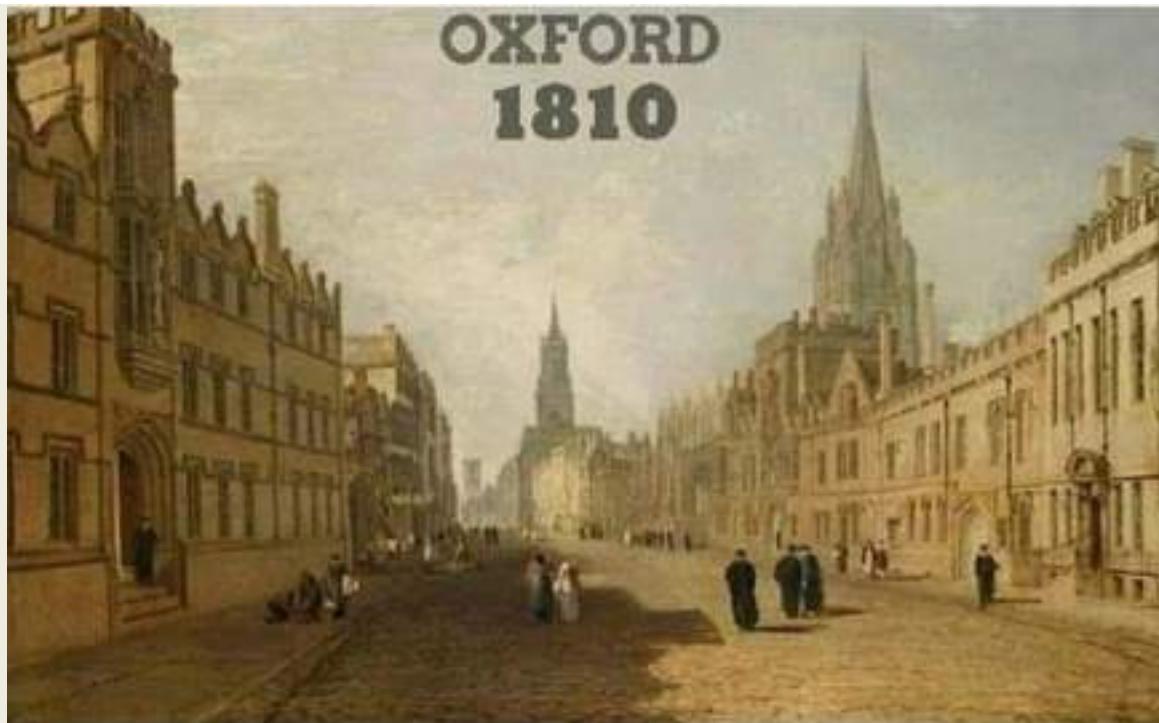


- *Art. 2º, XII: diretriz de proteção*
- *Art 5º Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios*
- *Art 7º Do IPTU progressivo no tempo*
- *Art 8º Da desapropriação com pagamento em títulos*
- *Art 35 Da transferência do direito de construir*
- *Cod. Civil: Abandono*

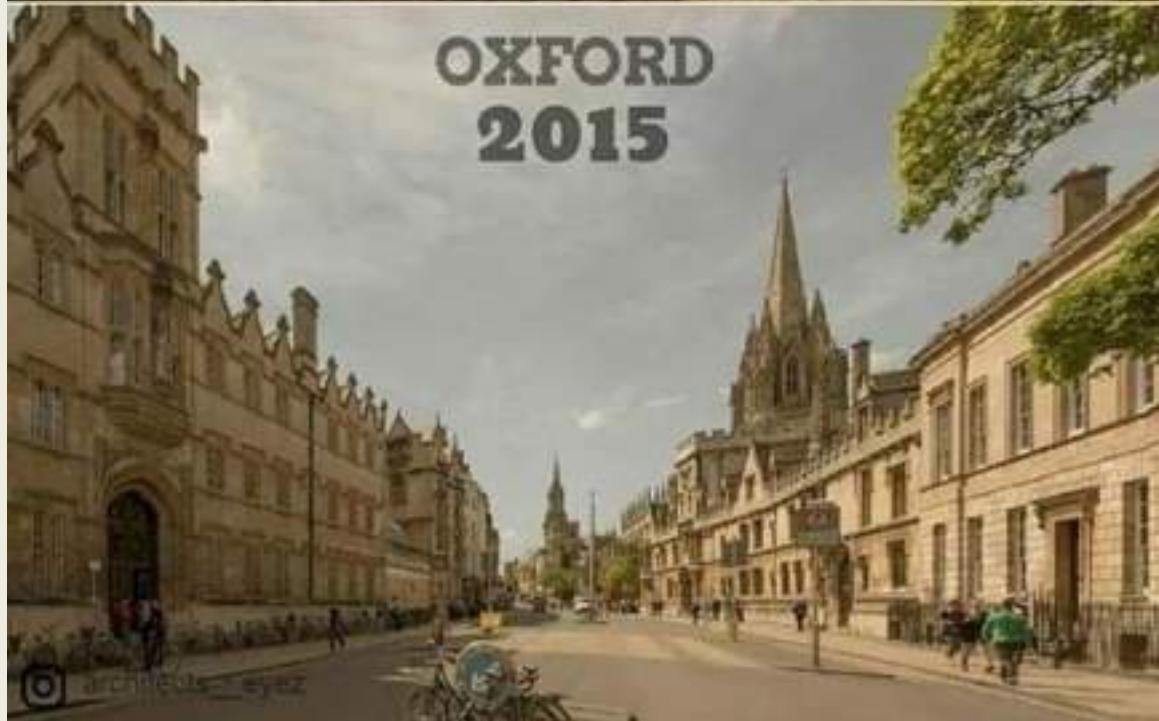
Edifício do início do Século XX tem rachaduras e corre risco de desabar

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE CULTURAL

OXFORD
1810

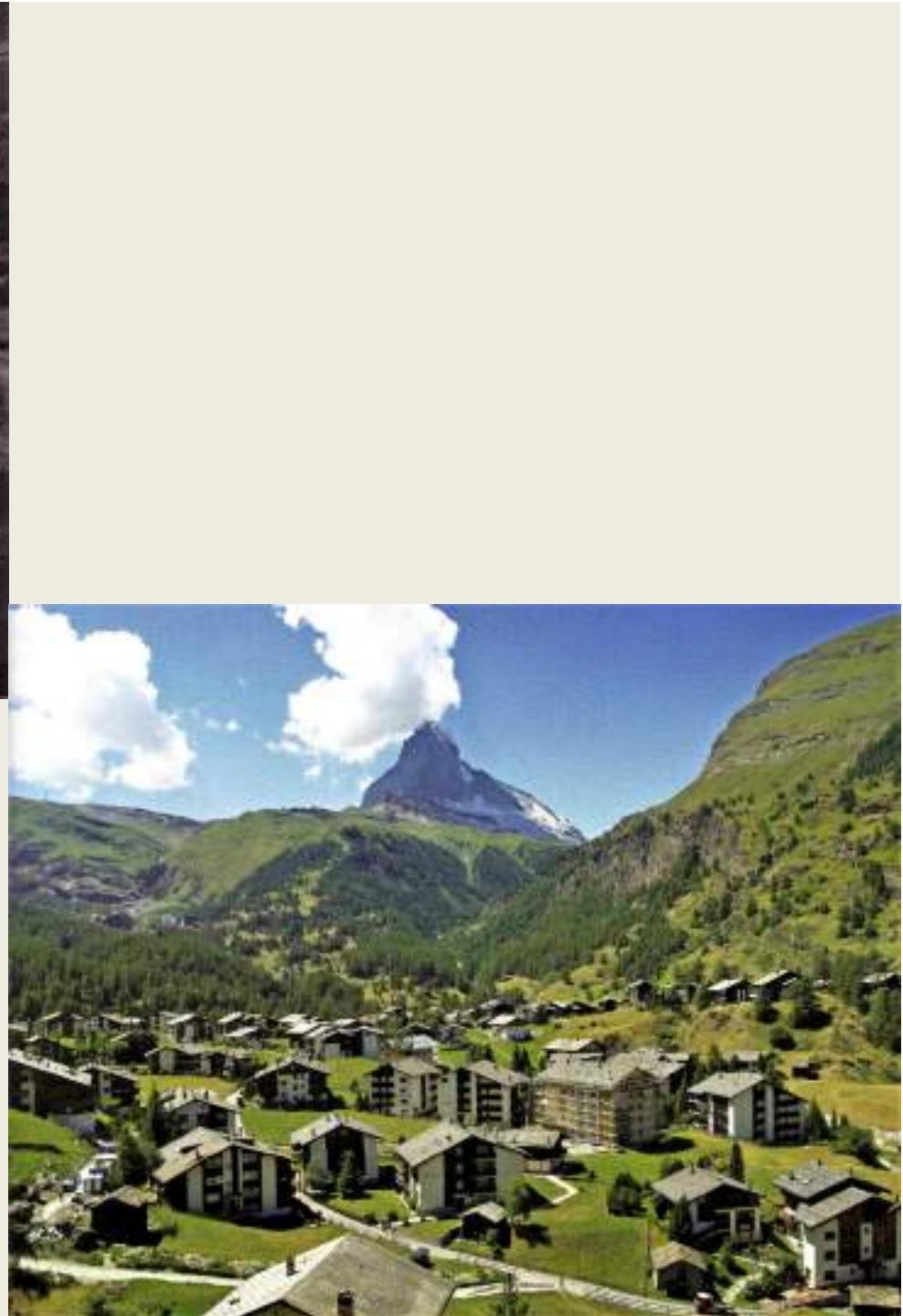


OXFORD
2015





Zermat, Suíça
1900 e hoje



Alentejo
Portugal
1962 e 2022



- Pergunta: por que nós não podemos ter áreas preservadas assim em Porto Alegre?

- A realidade é que as AEIC não oferecem mais nenhuma proteção.

CONCLUSÃO

- Somente conseguiremos proteger o patrimônio cultural se ele estiver contemplado no plano diretor.
- Ainda assim, o Plano Diretor deve ser elaborado de maneira para que o que ele estipula de fato venha a ser efetivado.

Obrigado!



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto
alegre

PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

EIXO TEMÁTICO 3 | PATRIMÔNIO CULTURAL

Foto: Giulian Serafim/PMPA

Porto Alegre, 1º de março de 2023

andre@huyer.ark.br

Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre

Prof. Júlio Celso Borello Vargas / UFRGS / BR

7 de março de 2023

Sumário

1. Introdução

- A. Definição de mobilidade urbana e uso do solo
- B. Importância do tema na sociedade atual

2. A relação entre mobilidade urbana e uso do solo

- A. Contexto histórico
- B. A interdependência entre mobilidade e usos do solo

3. Sociedades dependentes do automóvel

- A. O crescimento do uso de automóveis no Século XX
- B. Características de cidades dependentes de automóveis

4. Impactos do modelo autocêntrico

- A. Custos para a Saúde
- B. Custos para a Economia
- C. Desigualdade, iniquidades

5. Alternativas

- A. Modos ativos, transporte público, multimodalidade
- B. Cidade compacta, densa, conectada, acessível
- C. Inclusão, democracia, participação social
- D. Tecnologia
- E. O papel da técnica no planejamento urbano

7. Conclusão

- A. Recapitulação dos pontos-chave
- B. Implicações
- C. Chamada à ação nas cidades

8. Referências

- A. Lista de fontes
- B. Recomendações para leitura adicional.



Resumo

A mobilidade urbana e os usos do solo estão naturalmente articulados por uma lógica circular que constrói a forma física da cidade a partir dos fluxos e, simultaneamente, determina os padrões de movimento a partir da distribuição de atividades e densidades.

Isso é particularmente notável em sociedades dependentes do automóvel, nas quais a fragmentação espacial é estimulada pelos planos diretores e o uso de veículos particulares é privilegiado pelas políticas de transporte, com quantidades desproporcionais de terra urbana e investimentos públicos dedicados a vias, estacionamentos e infraestrutura para carros, levando a uma urbanização “viciada” em deslocamentos motorizados.

O resultado são cidades desequilibradas e excludentes, que funcionam com baixa eficiência e alto impacto sobre o meio ambiente, a saúde da população e a qualidade do espaço público, reforçando suas históricas iniquidades socioespaciais e tornando-as menos capazes de enfrentar as urgentes transições climáticas, energéticas, demográficas, econômicas e culturais do século XXI.

Transportes

DEMANDA <> OFERTA

O transporte pode ser entendido como um **meio** para atingir um fim.

É preciso se movimentar para **realizar atividades e acessar bens, serviços e oportunidades**.

(Sim, existe o **transporte como atividade-fim** (“circular”), bem como o **“não-transporte”**, hoje em alta a partir dos impactos da pandemia, com o teletrabalho e as teleentregas).

Demanda por viagens

A demanda por movimento é condicionada por:

1. As características socioeconômicas e demográficas da população:
 - **Tamanho** da população;
 - Estrutura da população: idade, raça, sexo, **renda**;
 - Estrutura das **unidades familiares**.
2. **A localização** de residências e atividades urbanas (usos do solo);
3. A qualidade da infraestrutura e dos serviços = a própria OFERTA!

Demanda: geração de viagens

Unidades	68,0			
HABITANTES por unidade	3,0			
POPULAÇÃO total do edifício	204,0			
Carros/vagas por unidade	2,0			
Carros/vagas totais	136,0			
	VIAGENS por veículo/dia	VIAGENS por unidade/dia	VIAGENS prédio/dia	
Ida para atividade (trabalho/estudo)	1,0	2,0	136,0	pico manhã
Almoço	1,0	2,0	136,0	
Retorno da atividade (trabalho/estudo)	1,0	2,0	136,0	pico tarde
Saida à noite	0,5	1,0	68,0	
Total viagens moradores	3,5	7,0	476,0	
Visitantes		1,5	102,0	
Serviços/entregas		1,5	102,0	
Total viagens outros		3,0	204,0	
TOTAL		10,0	680,0	

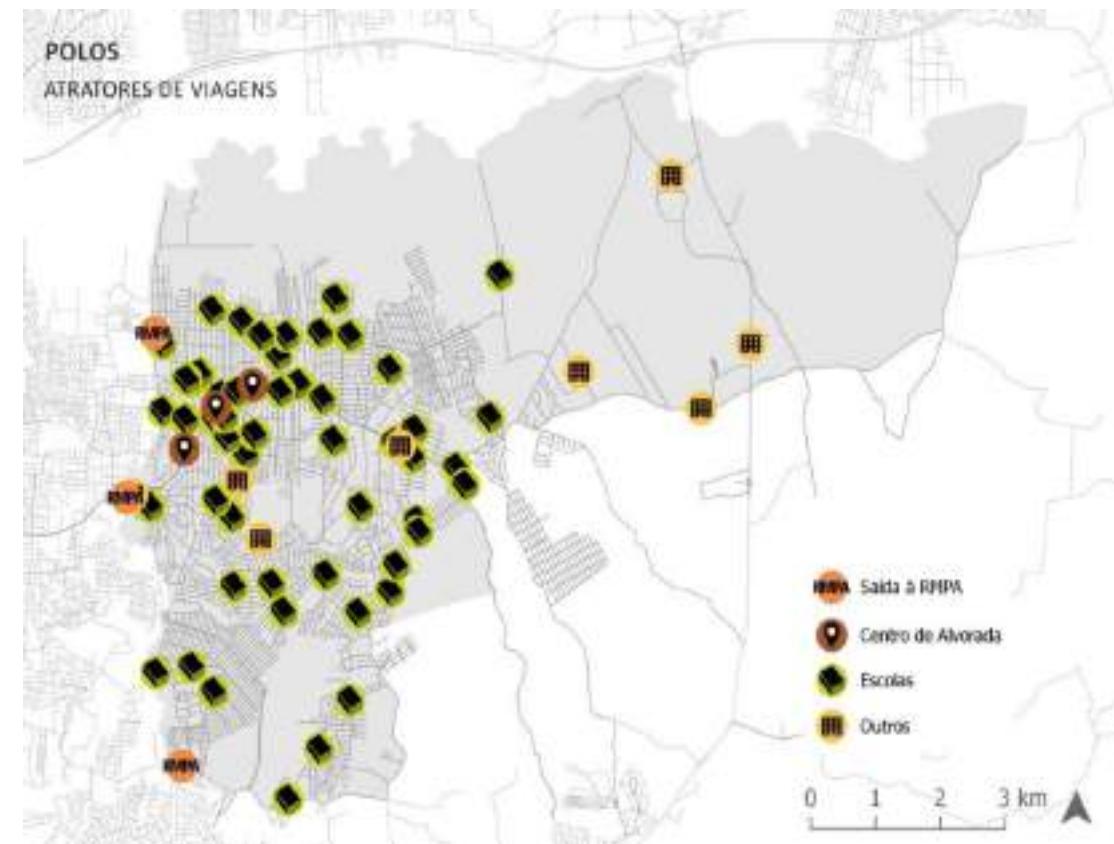
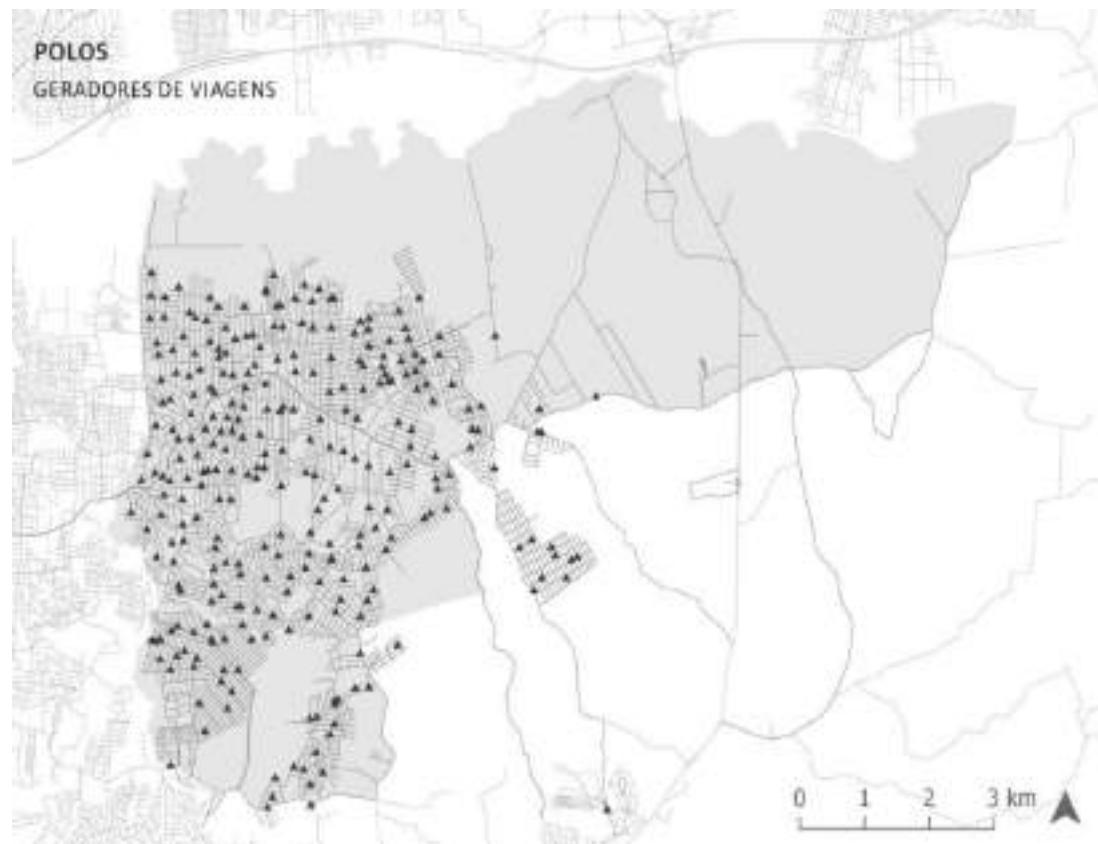


3 a 5 vagas por apto.

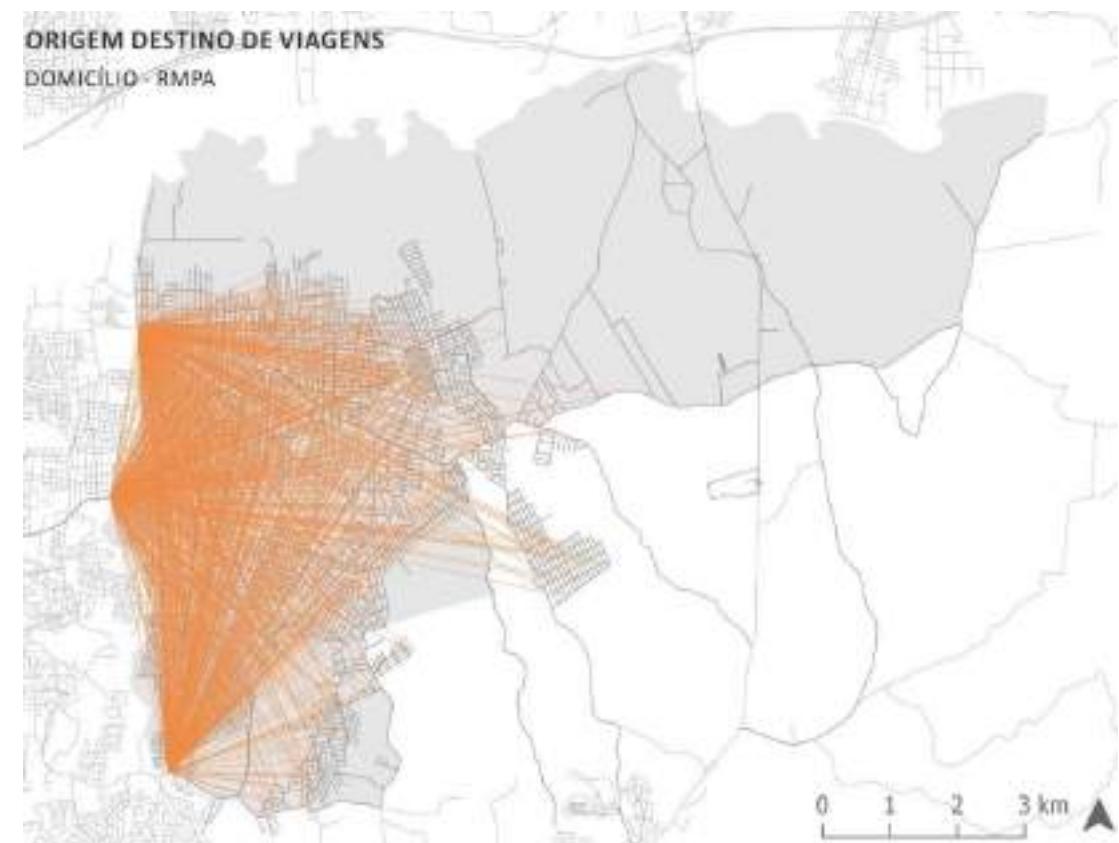
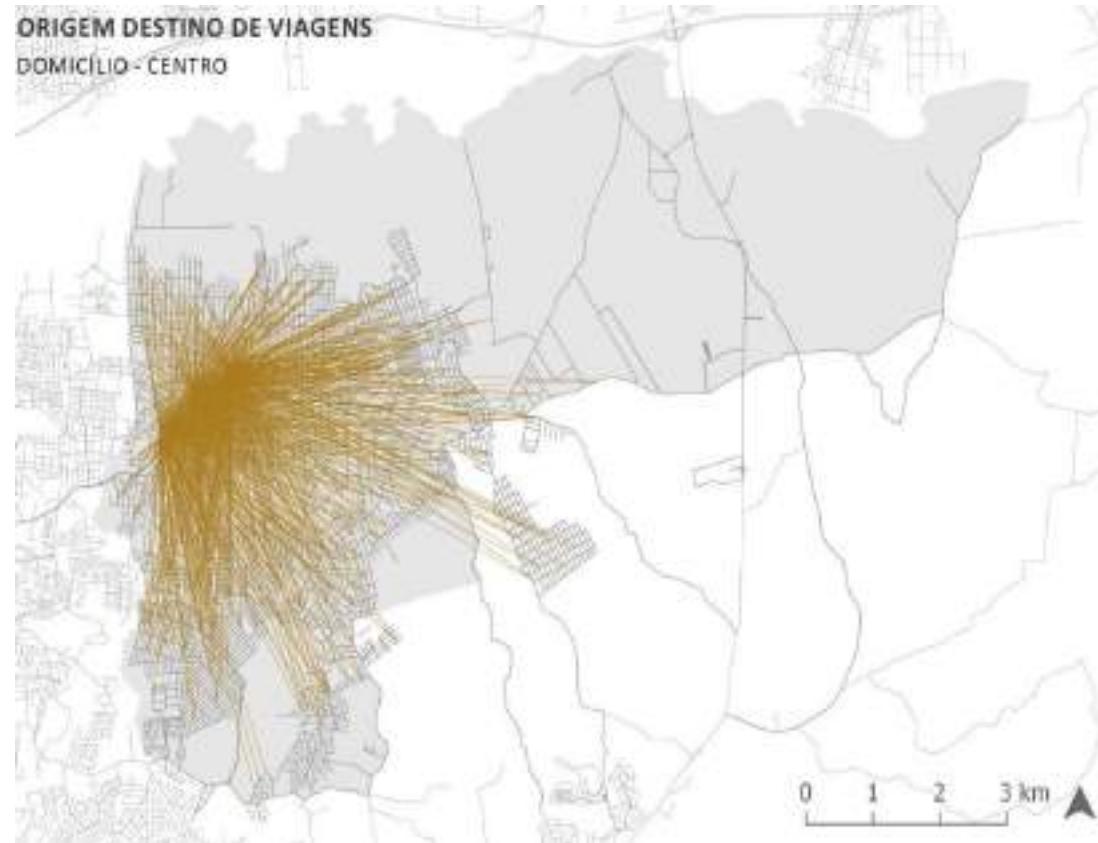


1 vaga por apto.

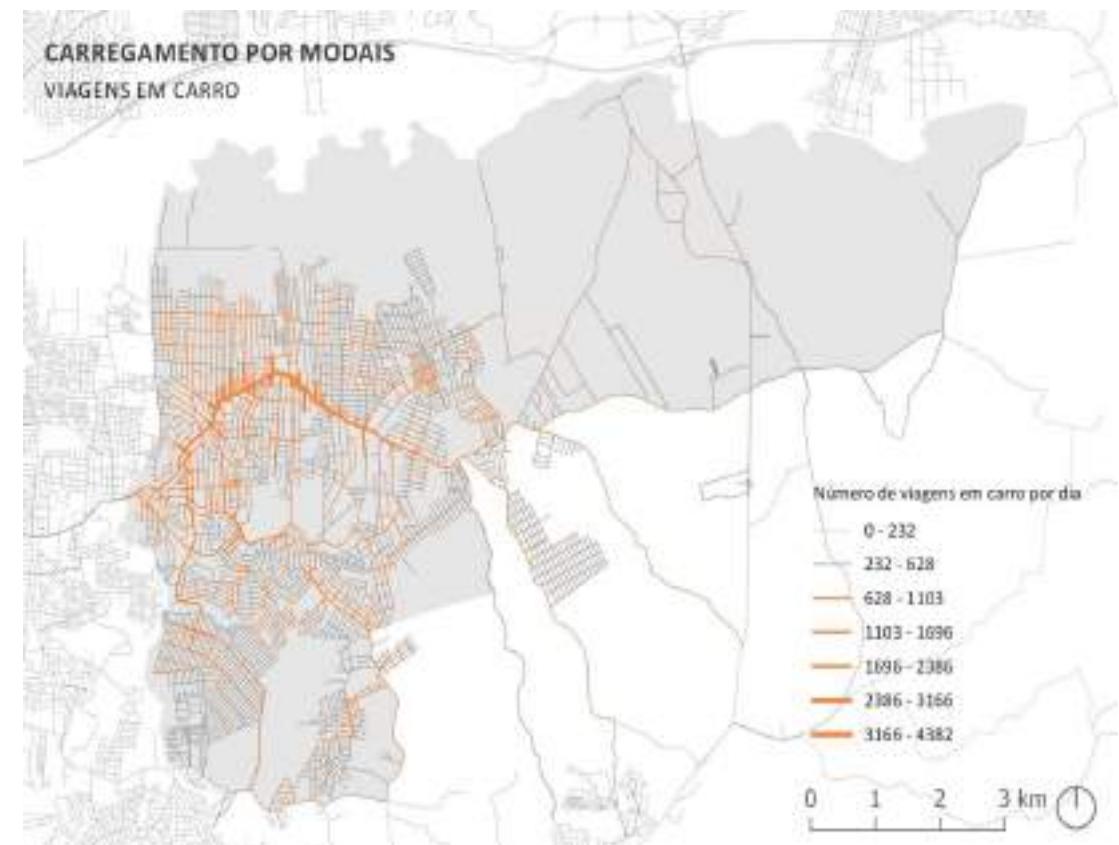
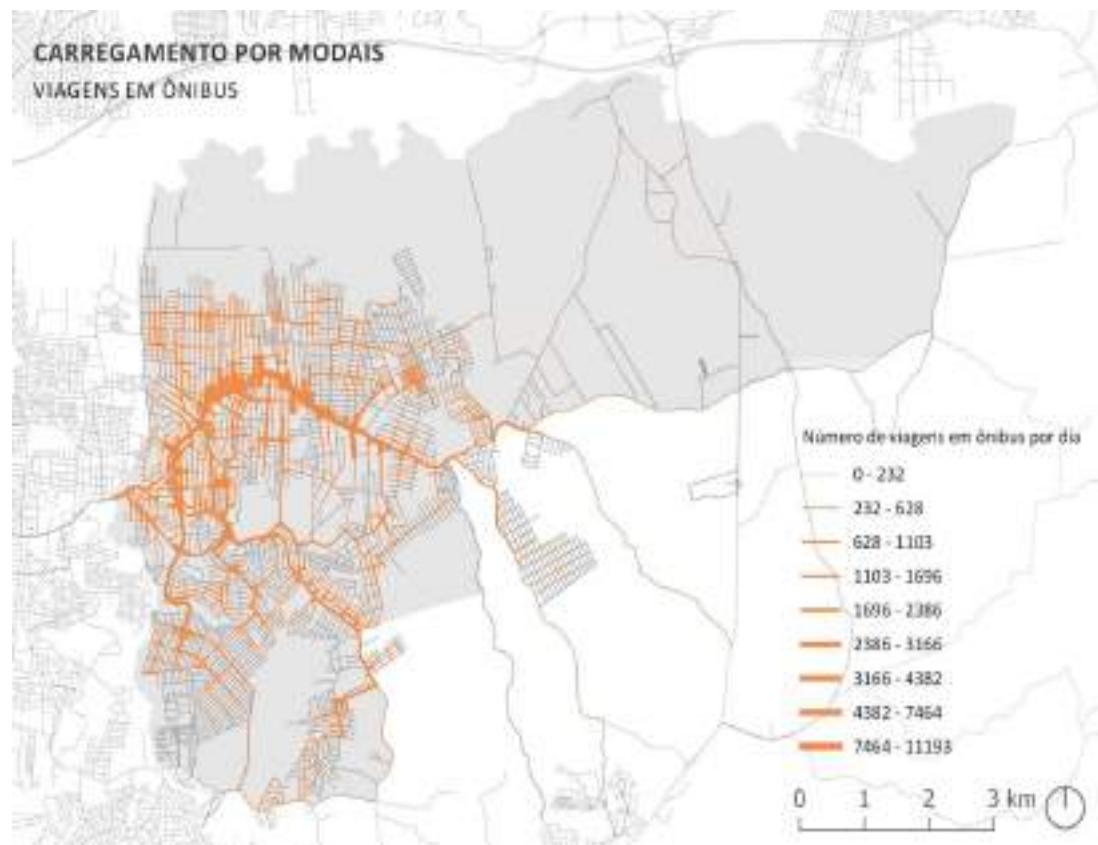
Demanda ~ origens / destinos



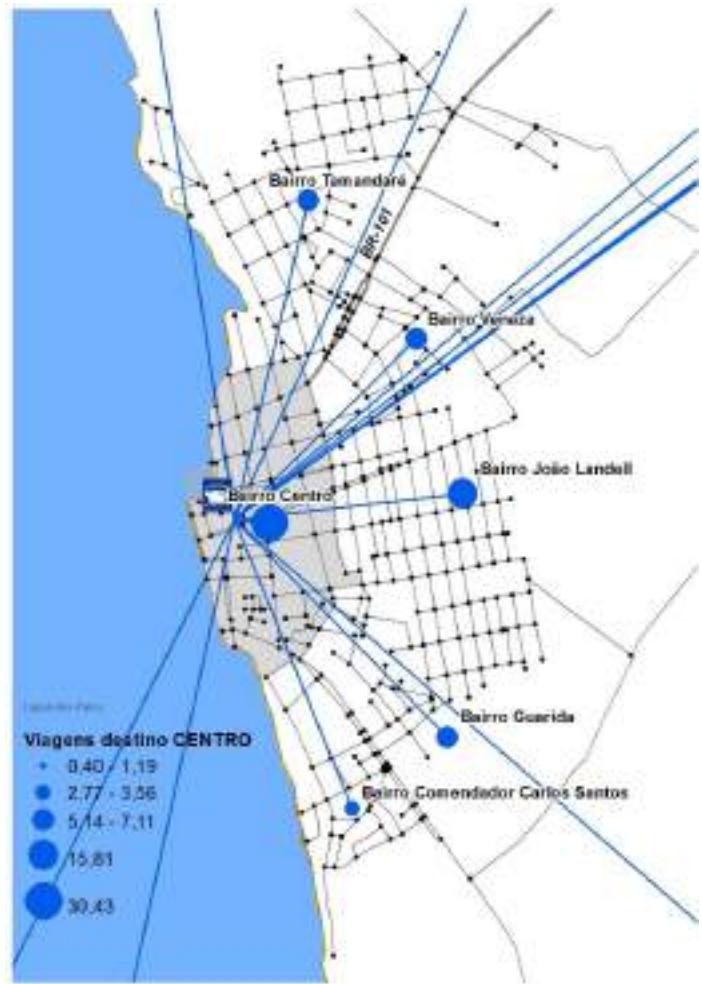
Demanda > geração / atração de viagens



Demanda + oferta > fluxos



Origens > destinos > oferta > fluxos



Ciclo TRANSPORTE x USO DO SOLO

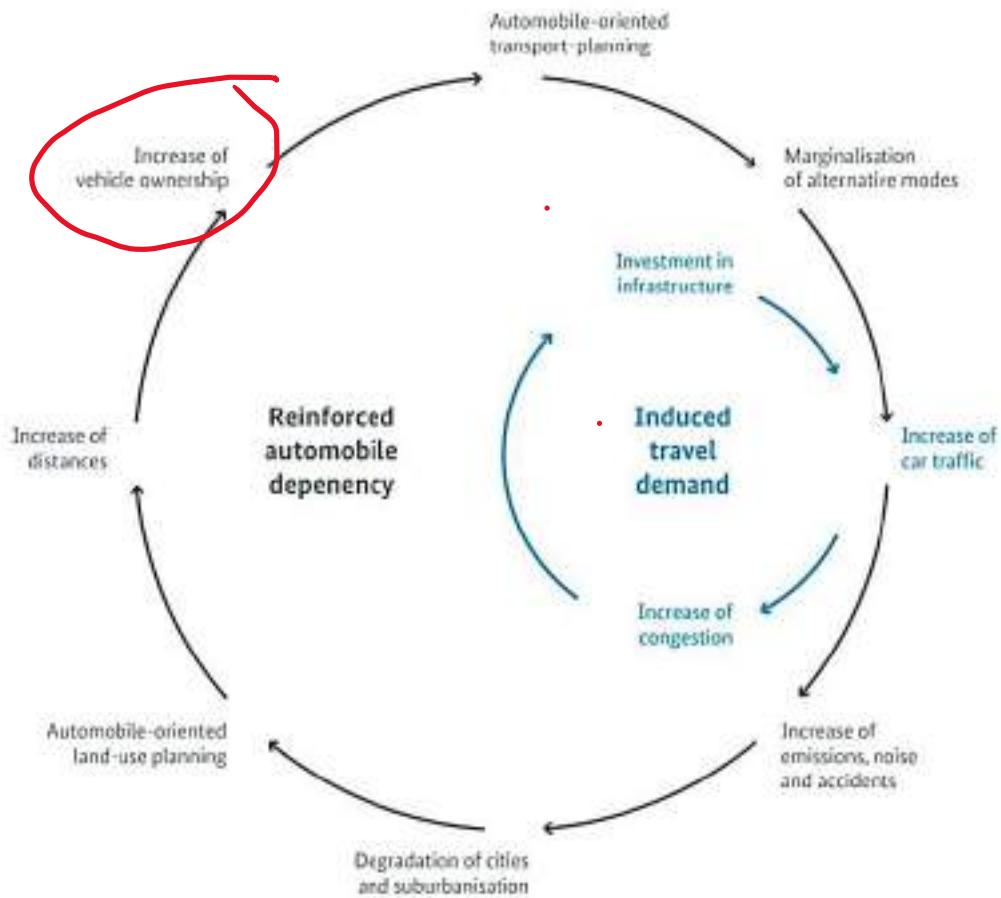
1. A distribuição de usos do solo, tais como o residencial, industrial ou comercial sobre as áreas urbanas determina a **localização das atividades** humanas tais como morar, trabalhar, comprar, estudar ou recrear;
2. A distribuição dessas atividades no espaço requer **interações espaciais** ou **“viagens”** através do sistema de transportes, a fim de superar as distâncias entre as localizações;
3. A distribuição da **infraestrutura e serviços de transportes** cria oportunidades para as interações espaciais e pode ser medida em termos de **acessibilidade**;
4. A distribuição de acessibilidade codetermina as decisões de localização e, consequentemente, resulta em **modificações no sistema de usos do solo**.
5. E assim por diante... (Wegener, 2005, Torrens, 2000).

Ciclo TRANSPORTE x USO DO SOLO

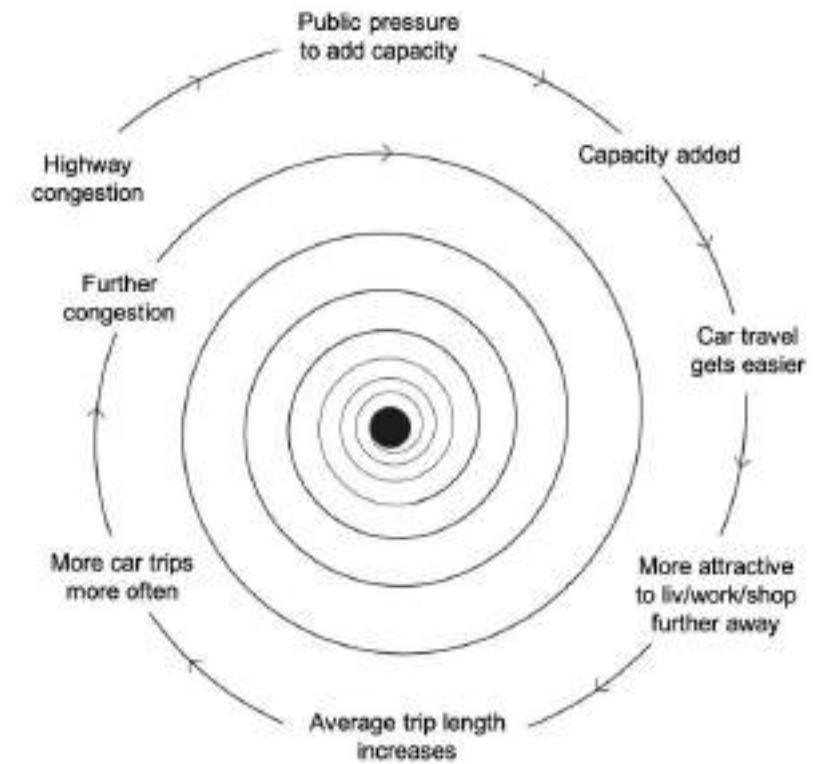


O problema...

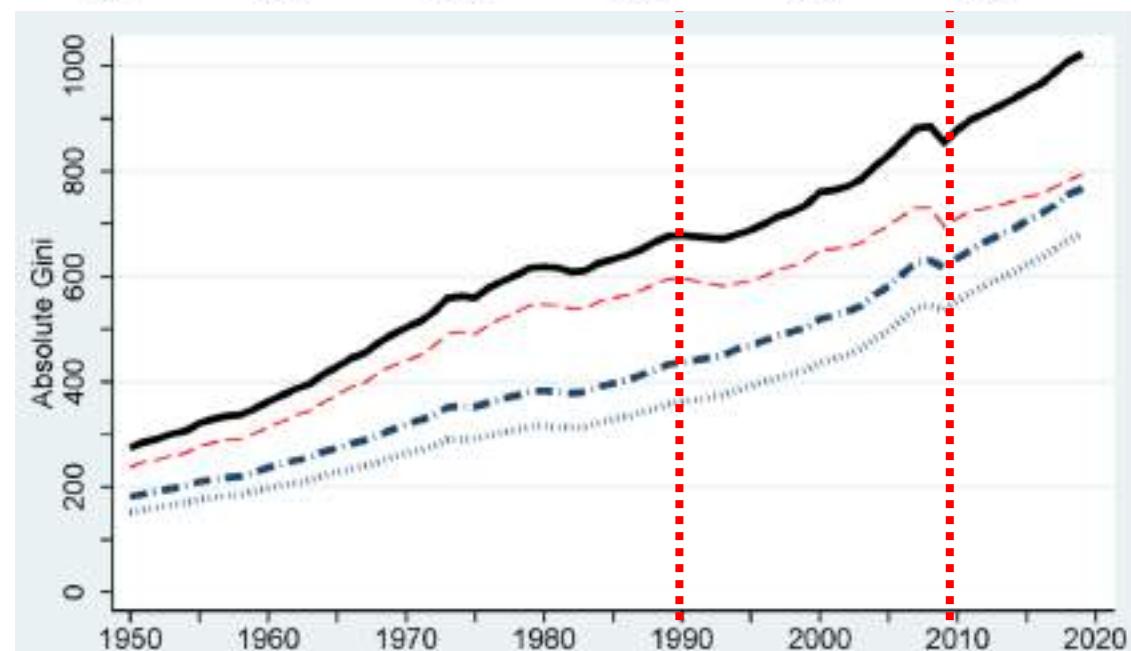
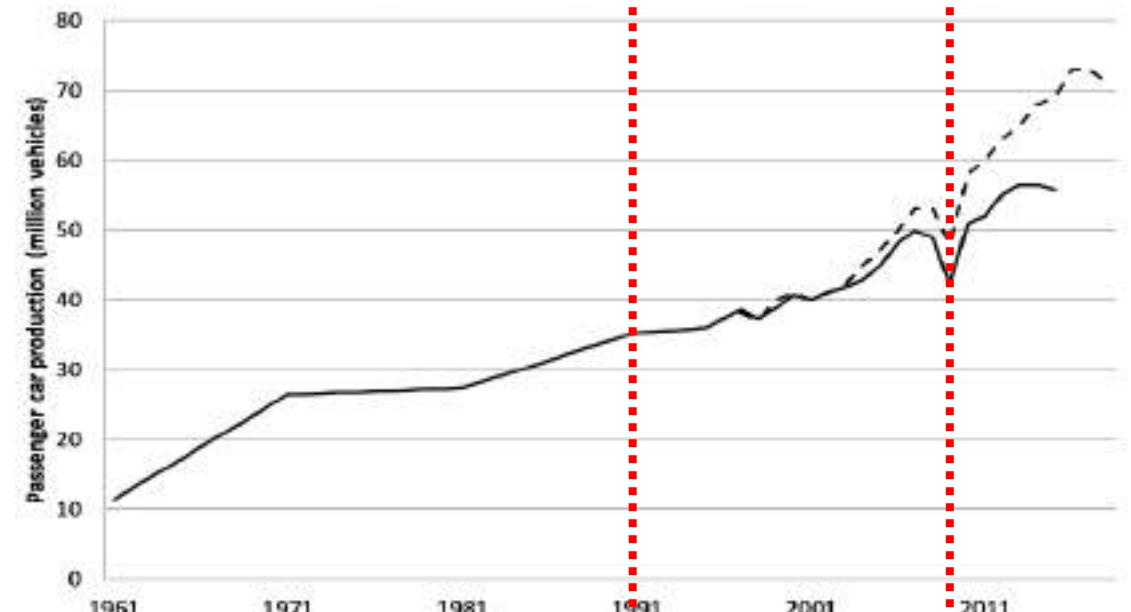
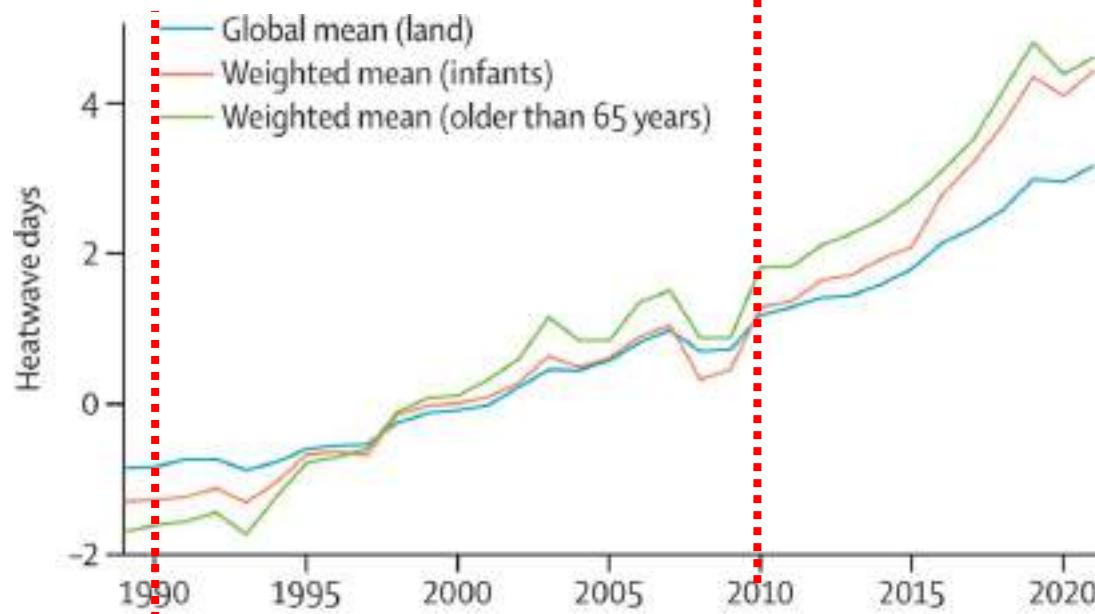
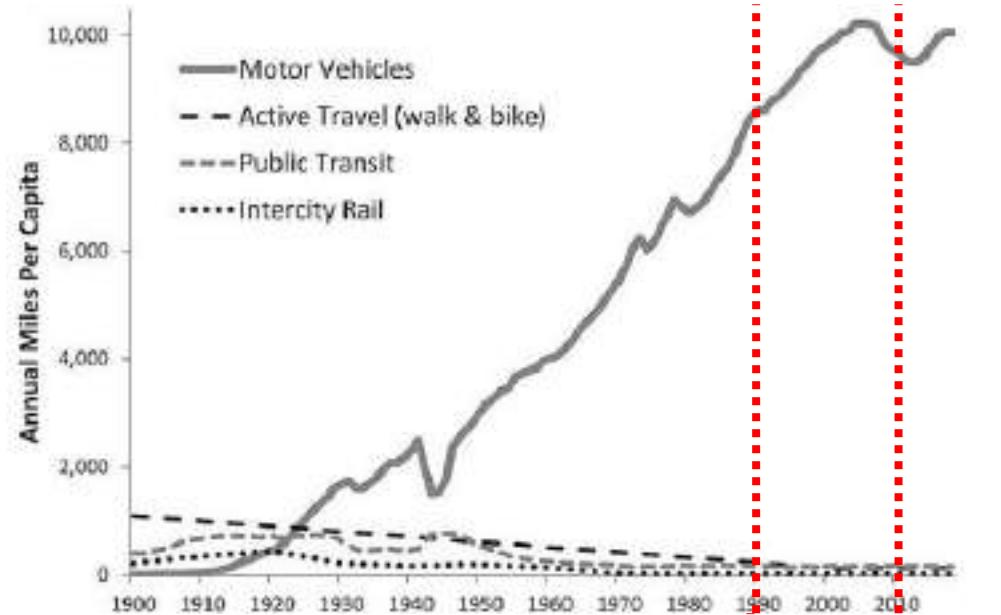
Vicious Cycle of Automobile Dependency



The black hole of highway investment

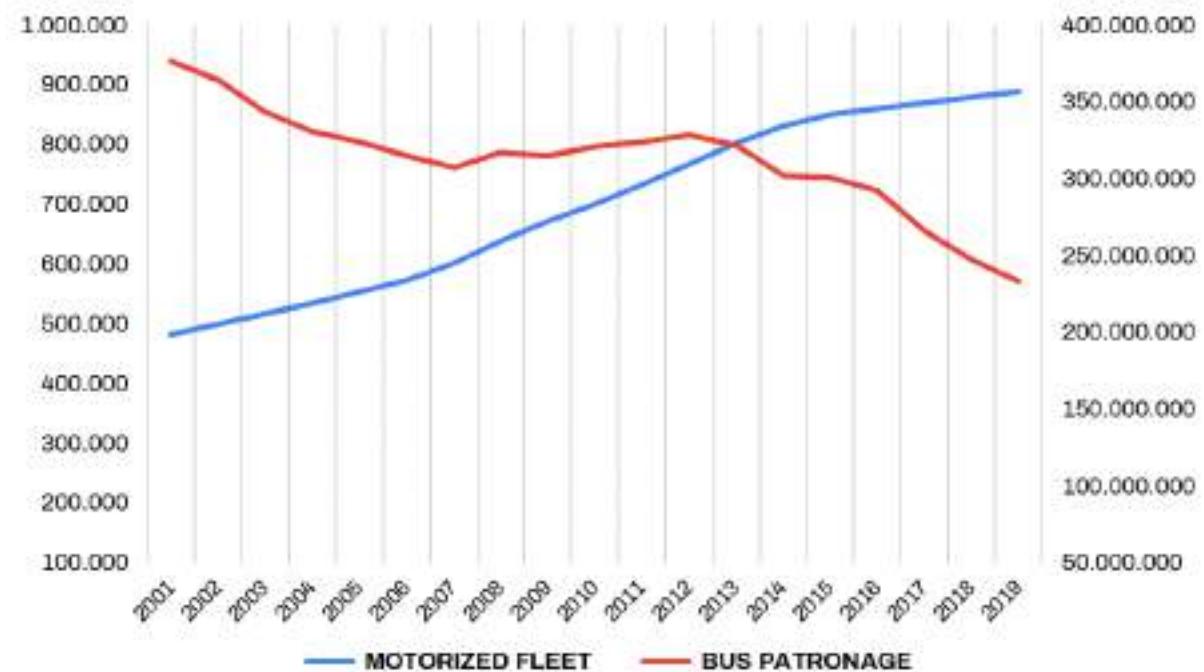


Brown, D.A. Plane, 'Urban transportation: policy alternatives', in: Hanson or Giuliano (ed.), *The Geography of Urban Transportation* (2nd edn), Guilford Press (1995), p. 439.



BALANÇO

Venda de veículos novos no RS cresce 13,9% em janeiro após arrancada fraca em 2022



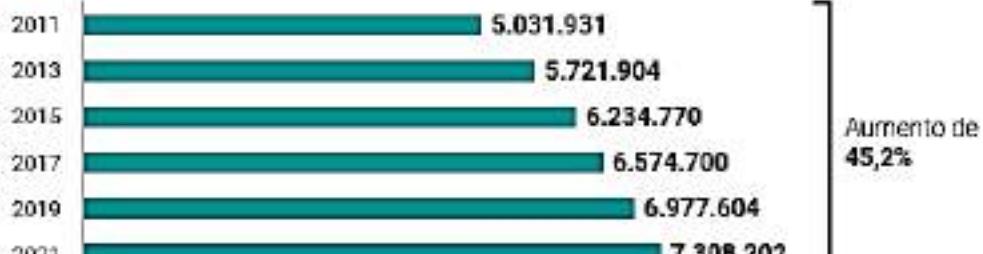
POPULAÇÃO NO RS



Fonte: IBGE



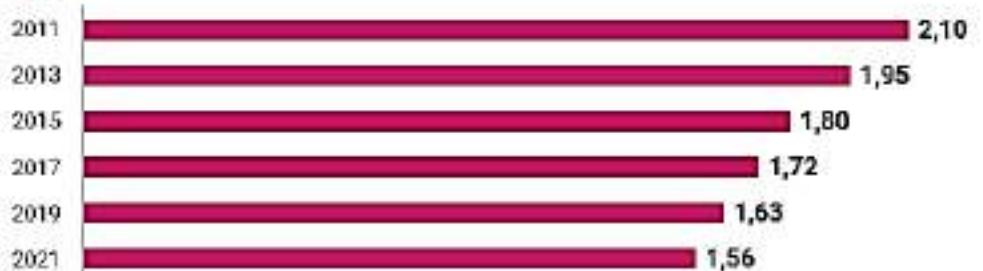
FROTA EM CIRCULAÇÃO NO RS



Fonte: Detran

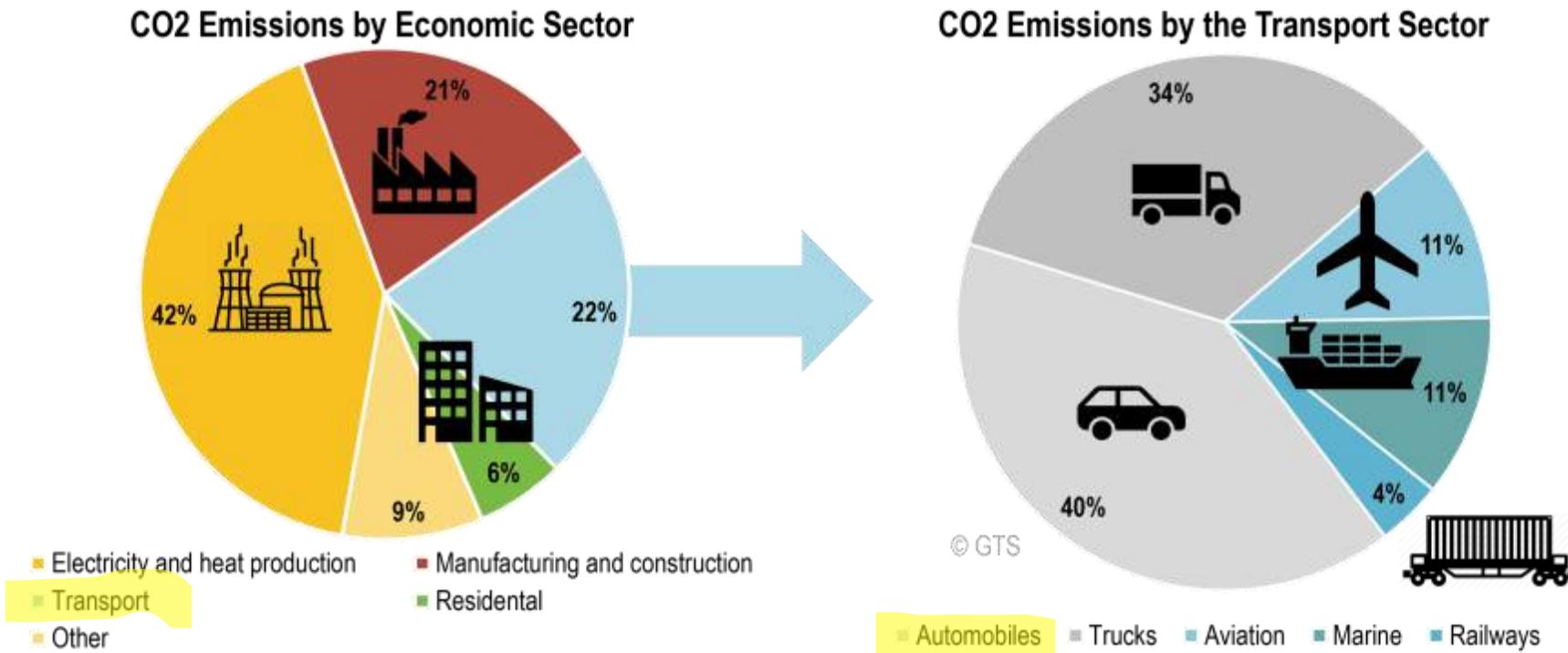


PESSOAS POR VEÍCULO





Consecuencias



Consequências

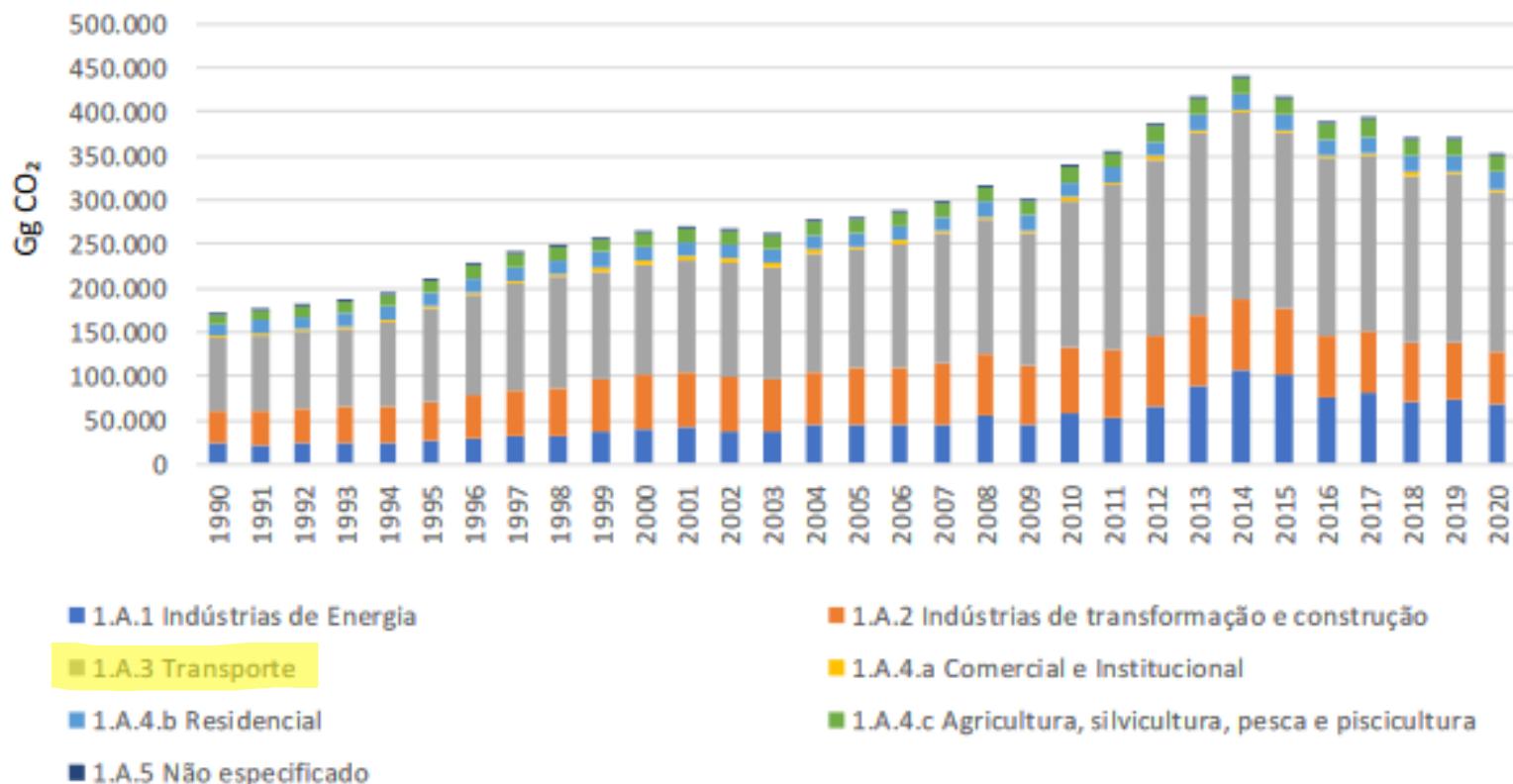


Figura 2.1.2 Emissões de CO₂ do subsetor Atividade de Queima de Combustíveis (1.A), por categoria

Consequencias



UNIVERSITY OF CAMBRIDGE

Study at Cambridge About the University Research at Cambridge Quick links

/ Research / News / Daily 11 minute brisk walk enough to reduce risk of early death

Research

Research home News Our people Spotlights About research Business and enterprise Research impact

Daily 11 minute brisk walk enough to reduce risk of early death

A close-up photograph showing the lower legs and feet of two people walking on a gravel path. The person in the foreground is wearing dark blue jeans and white sneakers with "ALL STAR" written on the side. The path is made of small, light-colored gravel.

Figura 1 Percentual de adultos (≥ 18 anos) com excesso de peso ($IMC \geq 25 \text{ kg/m}^2$), no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal. **Vigitel**, 2006-2021

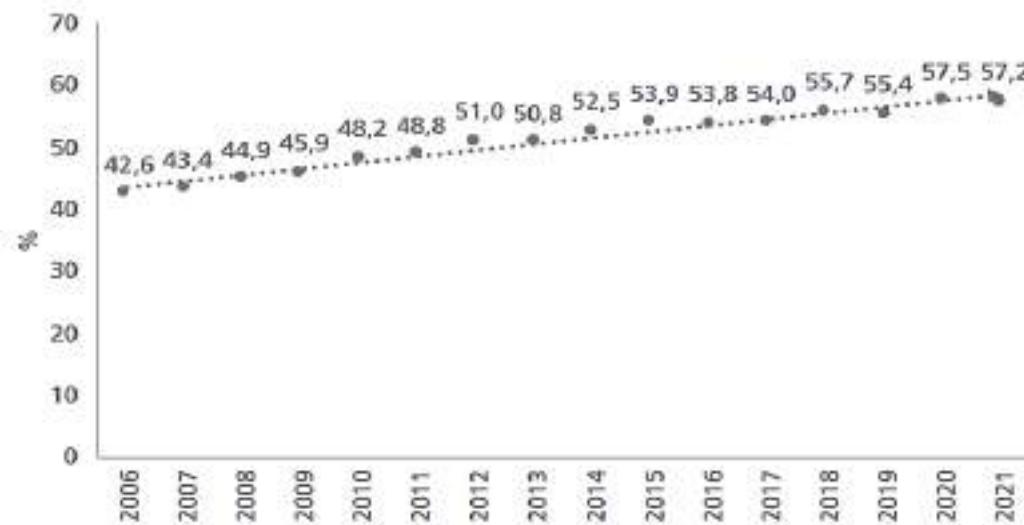


Figura 3 Percentual de adultos (≥ 18 anos) que referiram diagnóstico médico de diabetes, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal, por ano. **Vigitel**, 2006-2020

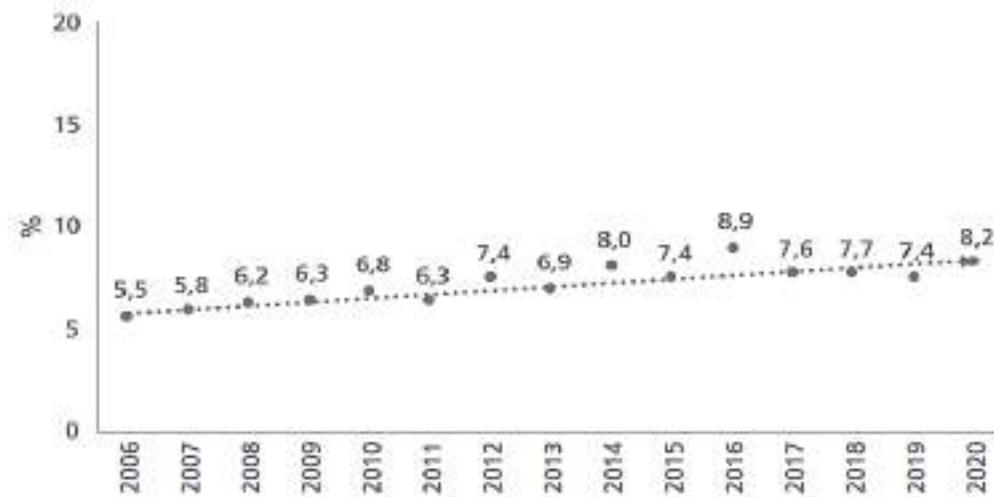


Figura 3 Percentual de adultos (≥ 18 anos) com obesidade ($IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$), no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal. **Vigitel**, 2006-2021

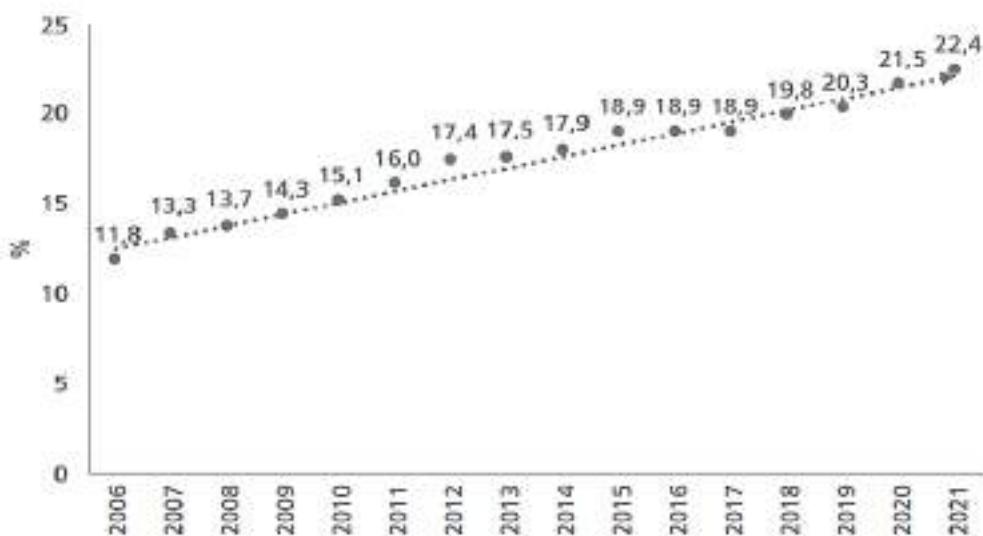
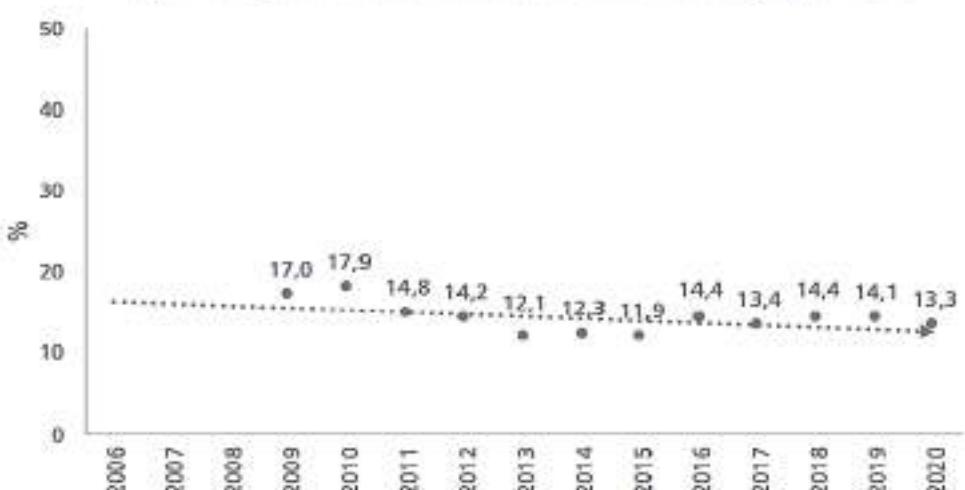
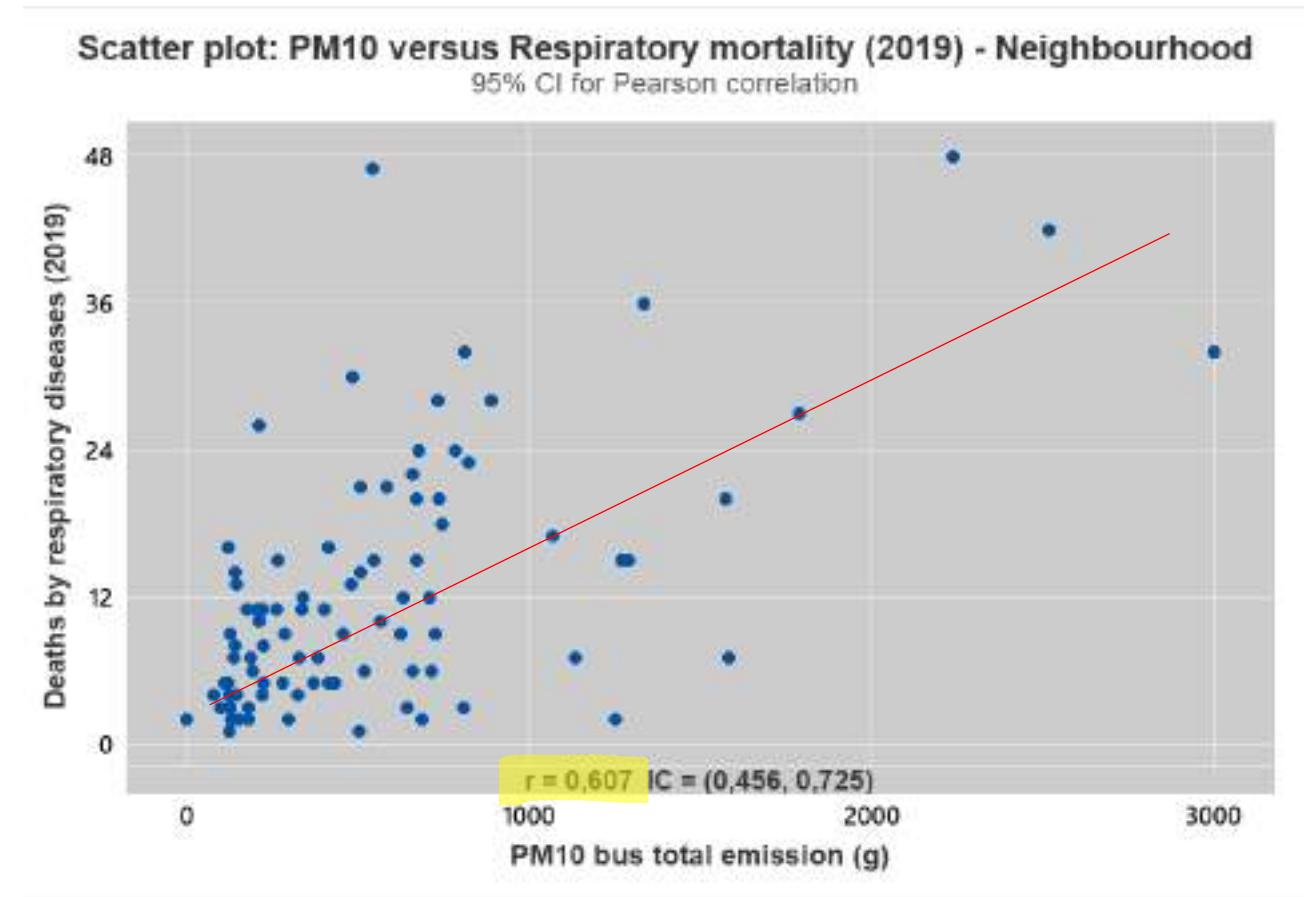
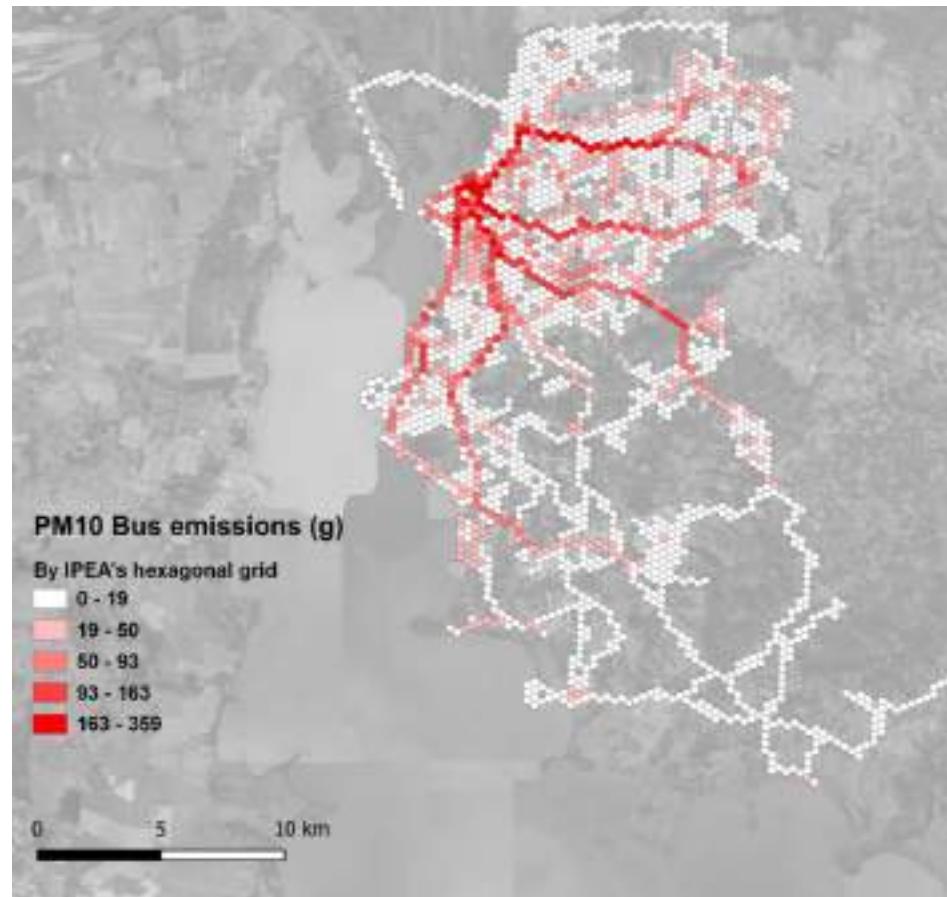


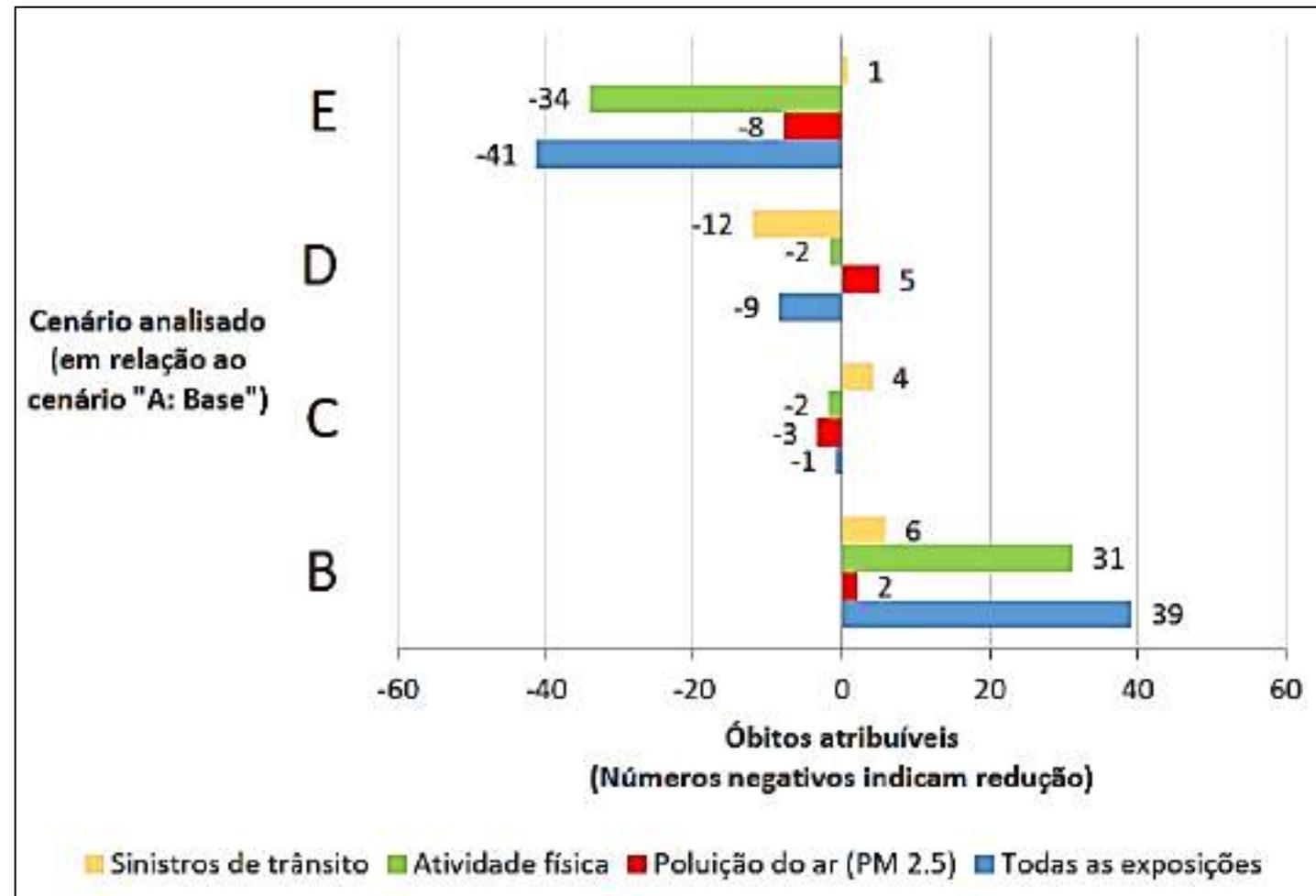
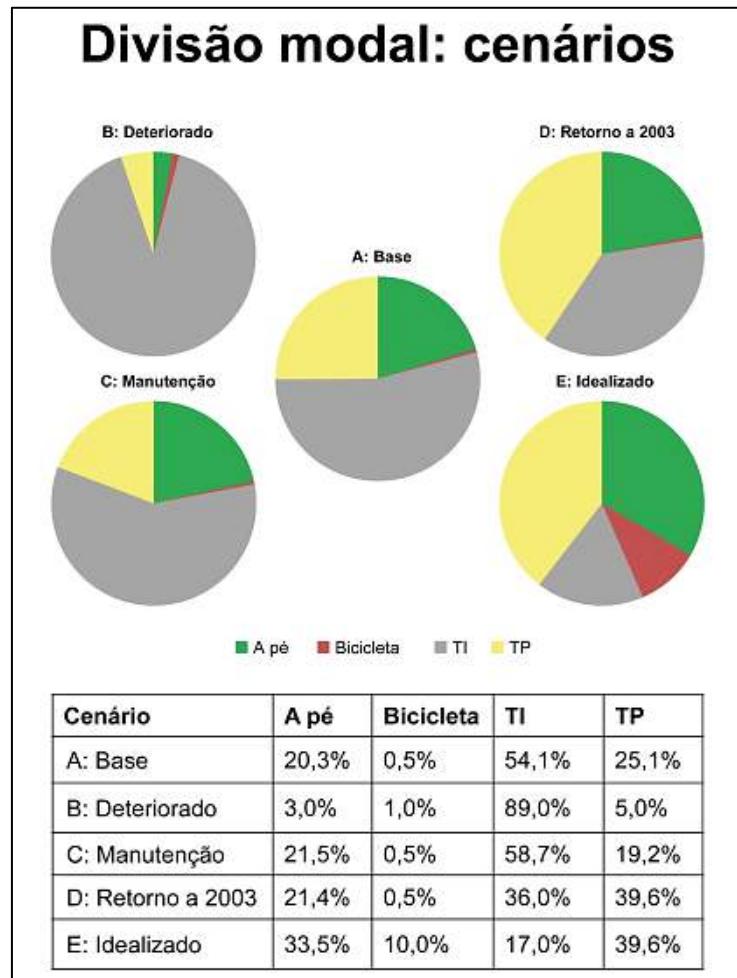
Figura 3 Percentual* de adultos (≥ 18 anos) que praticam atividades físicas no deslocamento equivalente a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana**, no conjunto das capitais de estados brasileiros e no Distrito Federal. **Vigitel**, 2006-2020*



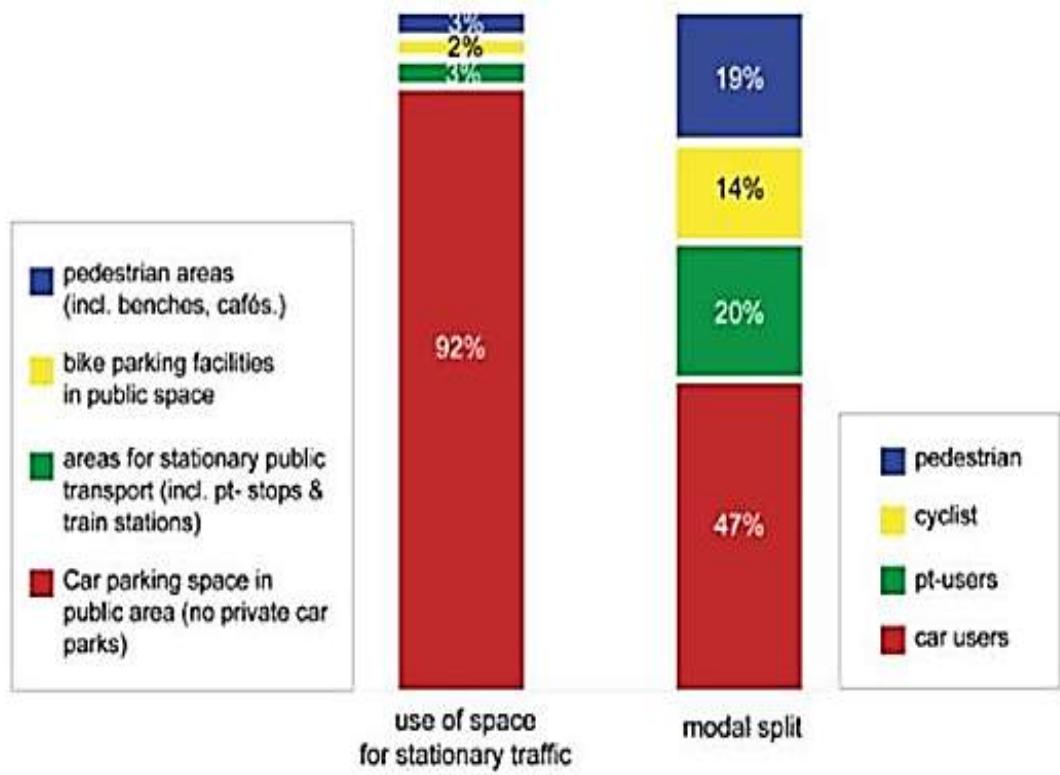
Consequencias



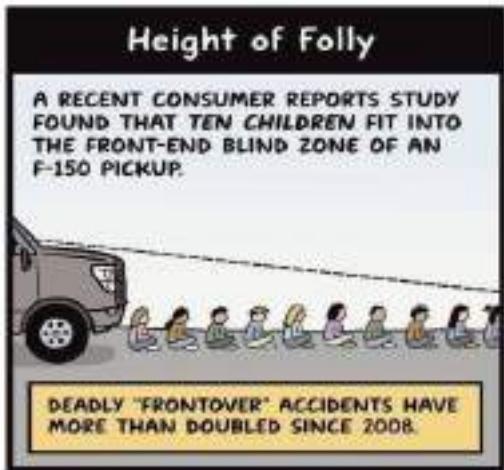
Consequências



Consequencias

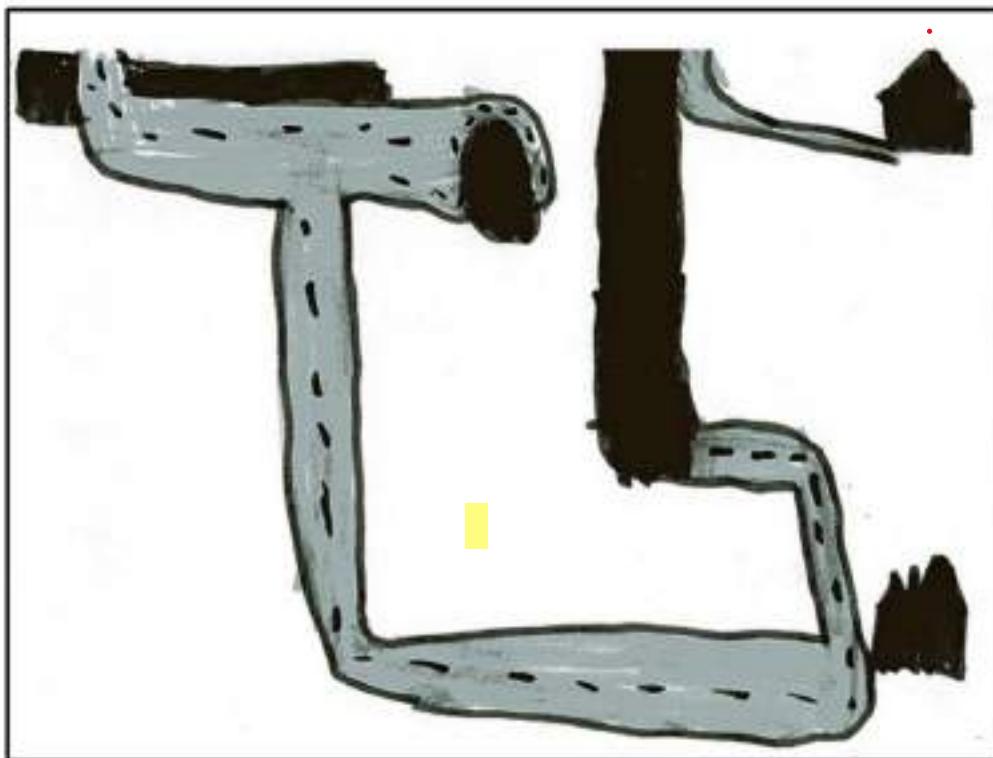


Consecuencias



Consequencias

Children's drawing of their trip to school



DRIVEN TO SCHOOL



WALKING TO SCHOOL

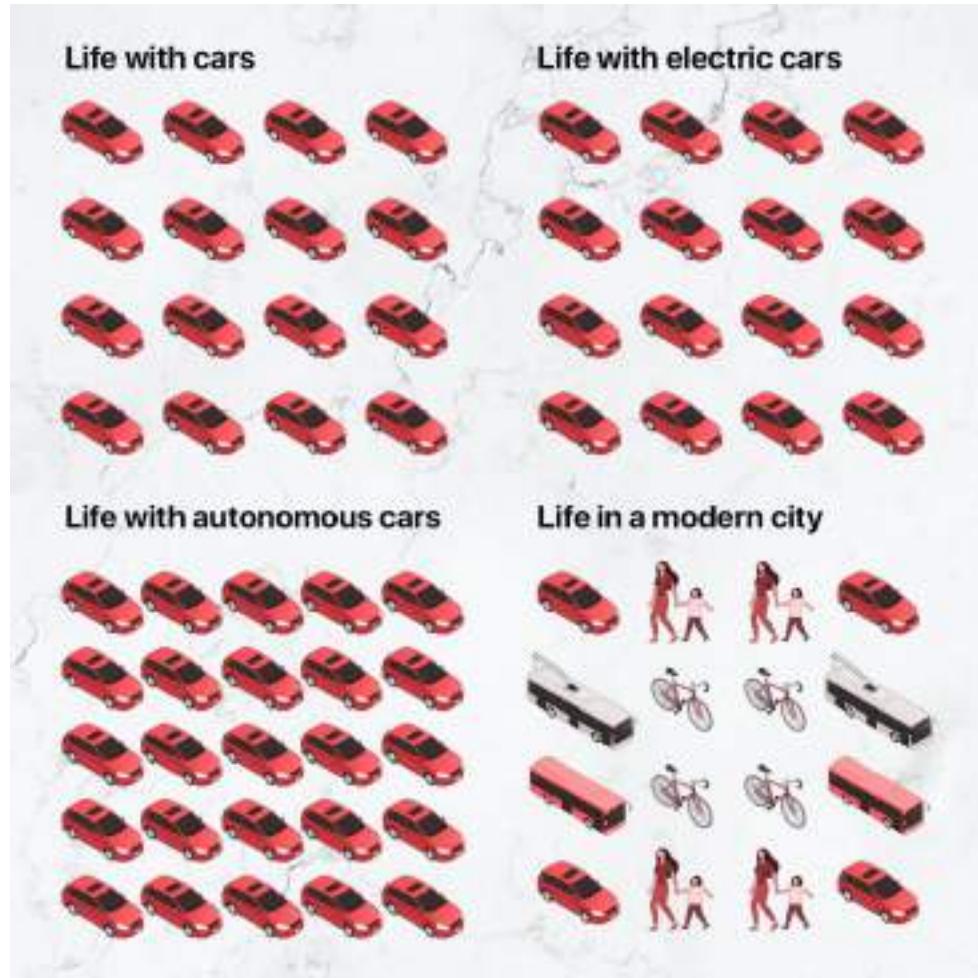
Tecnologia?



Tecnologia?



O futuro?



O futuro?

“CLIMATE CHANGE IS INTRINSICALLY LINKED TO PUBLIC HEALTH, FOOD AND WATER SECURITY, MIGRATION, PEACE, AND SECURITY. IT IS A MORAL ISSUE. IT IS AN ISSUE OF SOCIAL JUSTICE, HUMAN RIGHTS, AND FUNDAMENTAL ETHICS.”

**FORMER UNITED NATIONS
SECRETARY-GENERAL BAN KI-MOON**



Source: <http://bit.ly/1l6m6m6>

ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES MOBILIDADE

Luiz Afonso dos Santos Senna

07-03-2023

-
- ✓ Qualificação do transporte coletivo
 - ✓ Assegurar acessibilidade, pontualidade, segurança, limpeza, etc...
 - ✓ Redução tempos de viagem
 - ✓ Tempos de acesso, espera, no veículo, egresso
 - ✓ Redução de custos
 - ✓ (não é reduzir oferta..... Exemplo redução de horários e aluna estudo noturno...)

✓ **A mobilidade e o uso do solo**

- ✓ Mobilidade e viabilidade de deslocamentos devem estar em sintonia com o desenvolvimento urbano **e vice-versa**
- ✓ Transporte deve viabilizar as atividades (exemplo supermercado na zona sul)
- ✓ Carro não penas vai continuar existindo, como também tem um grande papel social.....
- ✓ Estacionamentos são extremamente importantes!!!!

✓ **Avaliação atualidade: redes**

- ✓ Interação com tráfego
- ✓ Corredores exclusivos de ônibus
- ✓ (em alguns corredores houve a esterilização de áreas da cidade – Assis Brasil e Farrapos....)

Mercado de mobilidade urbana



Demanda



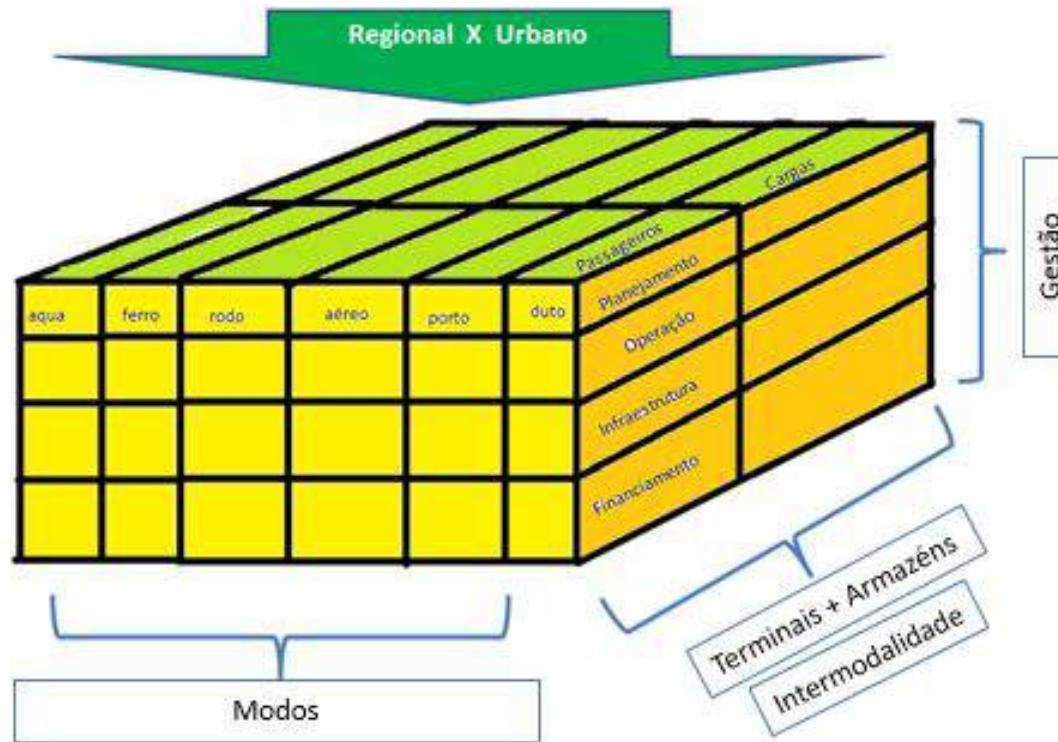
Oferta

=

Equilíbrio

Mobilidade – dimensões de análise

Dimensões de Análise de Transportes



-
- ✓ **A dimensão econômica das modalidades de transportes**
 - ✓ Modalidades com escala econômica (metrô pode ser uma realidade para POA?)
 - ✓ Custo por km do metrô = 10 milhões de dólares ou 520 milhões de reais por km!!!
 - ✓ Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023 - projeta mesmo valor de receitas e despesas fixadas: R\$ 10,59 bilhões (19 km de metrô)
 - ✓ ***Redes*** (integração – a cidade fracassou em fazer algo extremamente simples: a integração – porque não aconteceu?)
 - ✓ Arranjos econômicos robustos nas concessões
 - ✓ Preservação do ambiente do transporte regulado (não faz sentido ter parte do sistema de transporte coletivo regulado e outra não) externalidades.... queda de demanda....

-
- ✓ ***Os modos de transporte e suas formas de financiamento***
 - ✓ Pagamento pelos usuários
 - ✓ Contribuintes
 - ✓ Outros negócios associados (receitas alternativas)
 - ✓ **Transporte público: desafios à frente**
 - ✓ Inovação tecnológica
 - ✓ Dimensão ambiental
 - ✓ Soluções técnicas e a redução das desigualdades

✓ **Recomendações:**

- ✓ Incentivos à busca permanente por eficiência (contratos inteligentes de TP)
- ✓ Para reduzir tempos de viagem do sistema de transporte coletivo, implantar sistemas mais inteligentes de gestão de tráfego
- ✓ Paradas e estações mais qualificadas em toda a cidade
- ✓ Incentivos a forma alternativas de transporte
- ✓ Ciclovias (integração com transporte coletivo)
- ✓ Plano Diretor Cicloviário.....fonte de financiamento contrapartida ambiental!
- ✓ Transportes complementares regulados
- ✓ Situação precária do sistema de lotações... Sistema que já foi *benchmark* para o país....
- ✓ Recuperar sistema de lotações
- ✓ Maior atenção aos pedestres

✓ **Desafio:** como incluir frota mais cara (elétricos) se hoje a tarifa sequer cobre os custos do sistema?

Obrigado.

lsenna@producao.ufrgs.br

Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre
7 a 9 de março de 2023

Grupo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Porto Alegre, estrutura e planejamento

Alice Rauber Gonçalves
alicerauber@hotmail.com

Um dos principais desafios do planejamento urbano é prover a cidade de serviços e infraestrutura em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis a todos.

Um dos principais desafios do planejamento urbano é prover a cidade de serviços e infraestrutura em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis a todos.

- Eficiência
- Equidade

Um dos principais desafios do planejamento urbano é prover a cidade de serviços e infraestrutura em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis a todos.

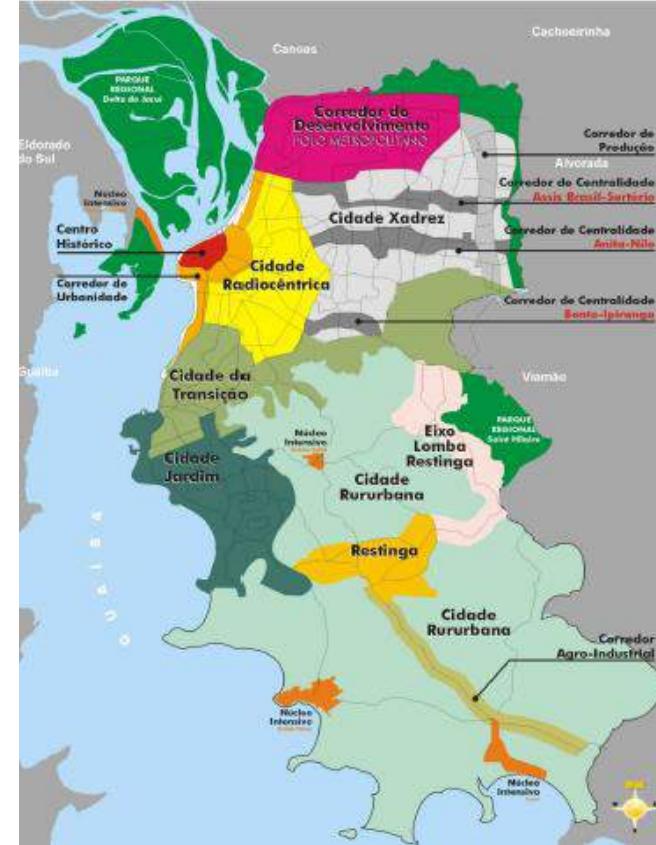
- Eficiência
- Equidade
- Sustentabilidade
- Qualidade espacial
- Qualidade de vida
- Objetivos de Desenvolvimento (ODS)
- Resiliência (crise climática)
- Cidade Saudável
- ...

Planos Diretores contém:

- **Conjunto de princípios e diretrizes**, que expressam determinados valores;
- **Modelo espacial** {
 - reconhece a estrutura existente
 - apresenta uma visão de futuro (cidade desejada)
- **Conjunto de regras e mecanismos para conduzir o crescimento/desenvolvimento urbano** {
 - Regime urbanístico
 - Gravames
 - Incentivos
 - Compra/transferência de índices construtivos
 - ...

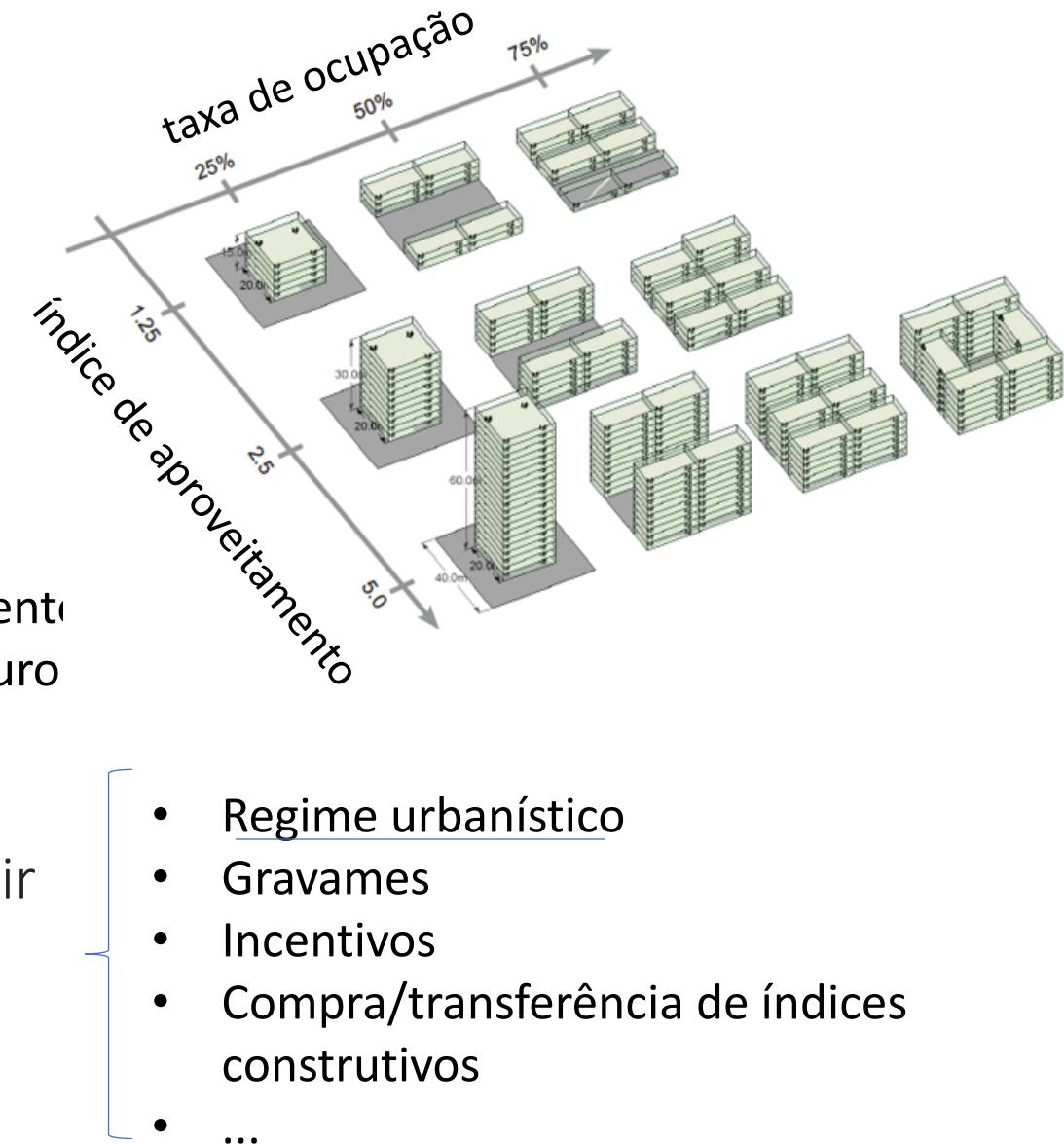
Planos Diretores contém:

- **Conjunto de princípios e diretrizes**, que expressam determinados valores;
 - **Modelo espacial** {
 - reconhece a estrutura existente
 - apresenta uma visão de futuro (cidade desejada)



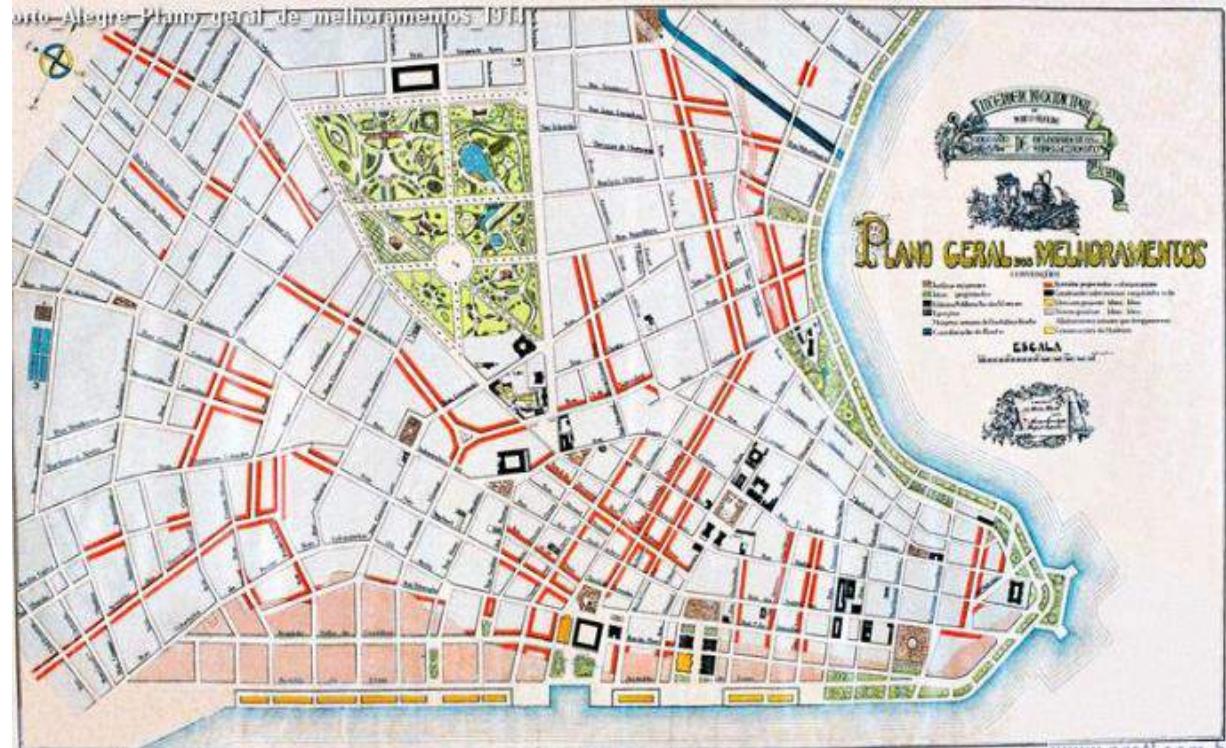
Planos Diretores contém:

- **Conjunto de princípios e diretrizes**, que expressam determinados valores;
- **Modelo espacial**
 - reconhece a estrutura existente
 - apresenta uma visão de futuro (cidade desejada)
- **Conjunto de regras e mecanismos** para conduzir o crescimento/desenvolvimento urbano



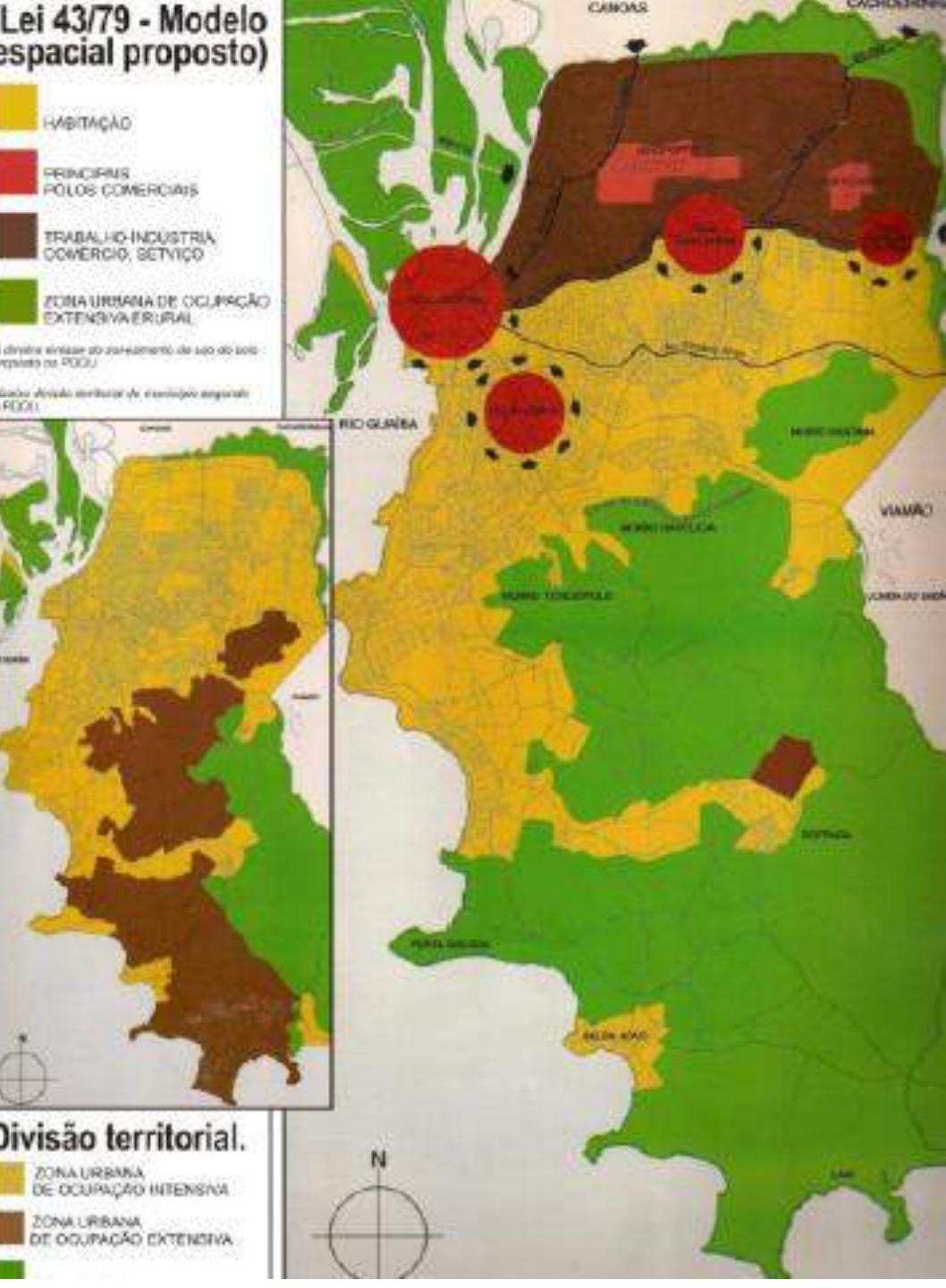
MODELO ESPACIAL

- a) Modelo monocêntrico (Plano de Melhoramentos de 1914);
- b) Centro Expandido (Plano de 1959);



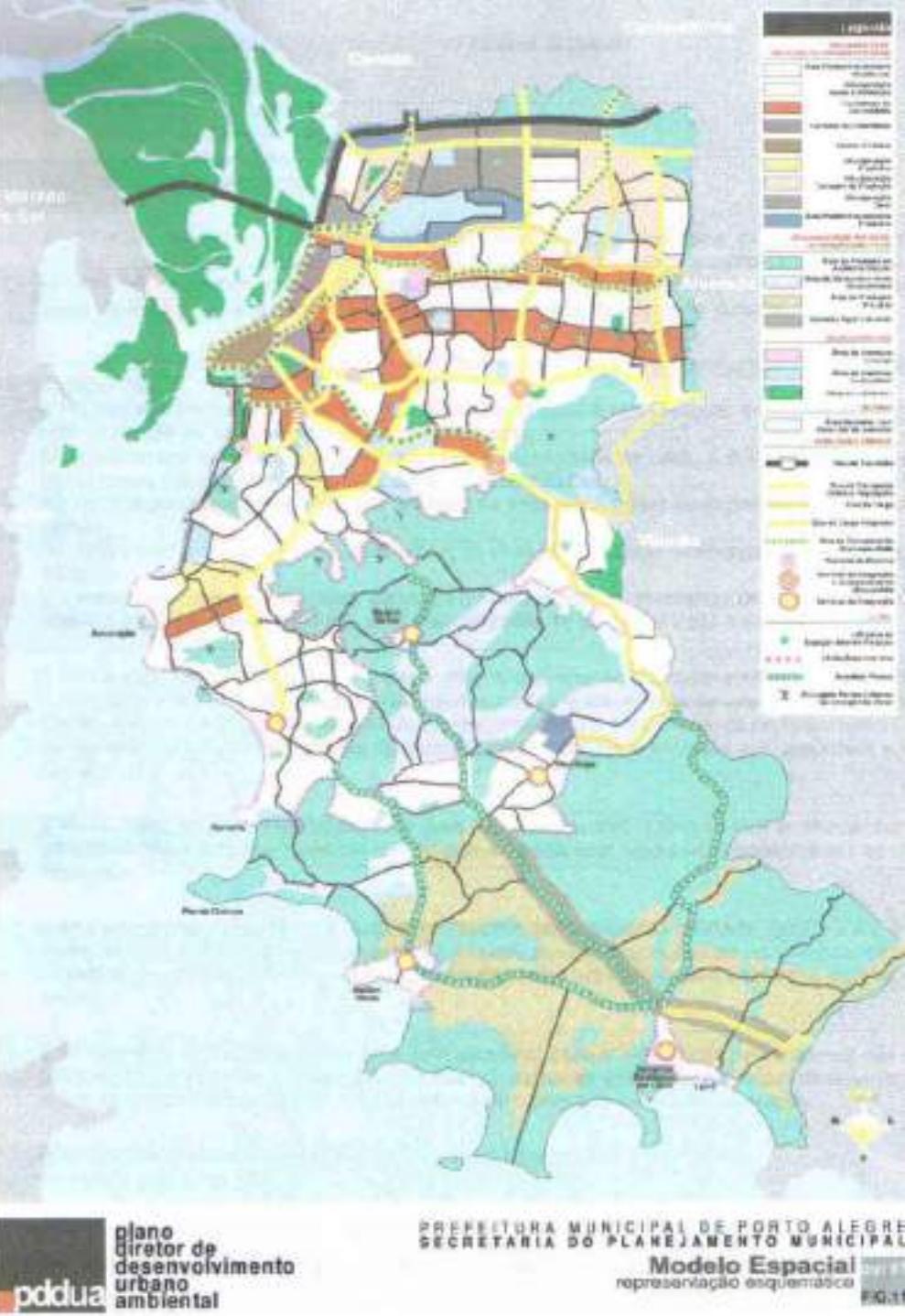
MODELO ESPACIAL

- a) Modelo monocêntrico (Plano de Melhoramentos de 1914);
- b) Centro Expandido (Plano de 1959);
- c) Múltiplas centralidades (PDDU de 1979)



MODELO ESPACIAL

- a) Modelo monocêntrico (Plano de Melhoramentos de 1914);
 - b) Centro Expandido (Plano de 1959);
 - c) Múltiplas centralidades (PDDU de 1979)
 - d) Corredores de centralidade (PDDUA de 1999)



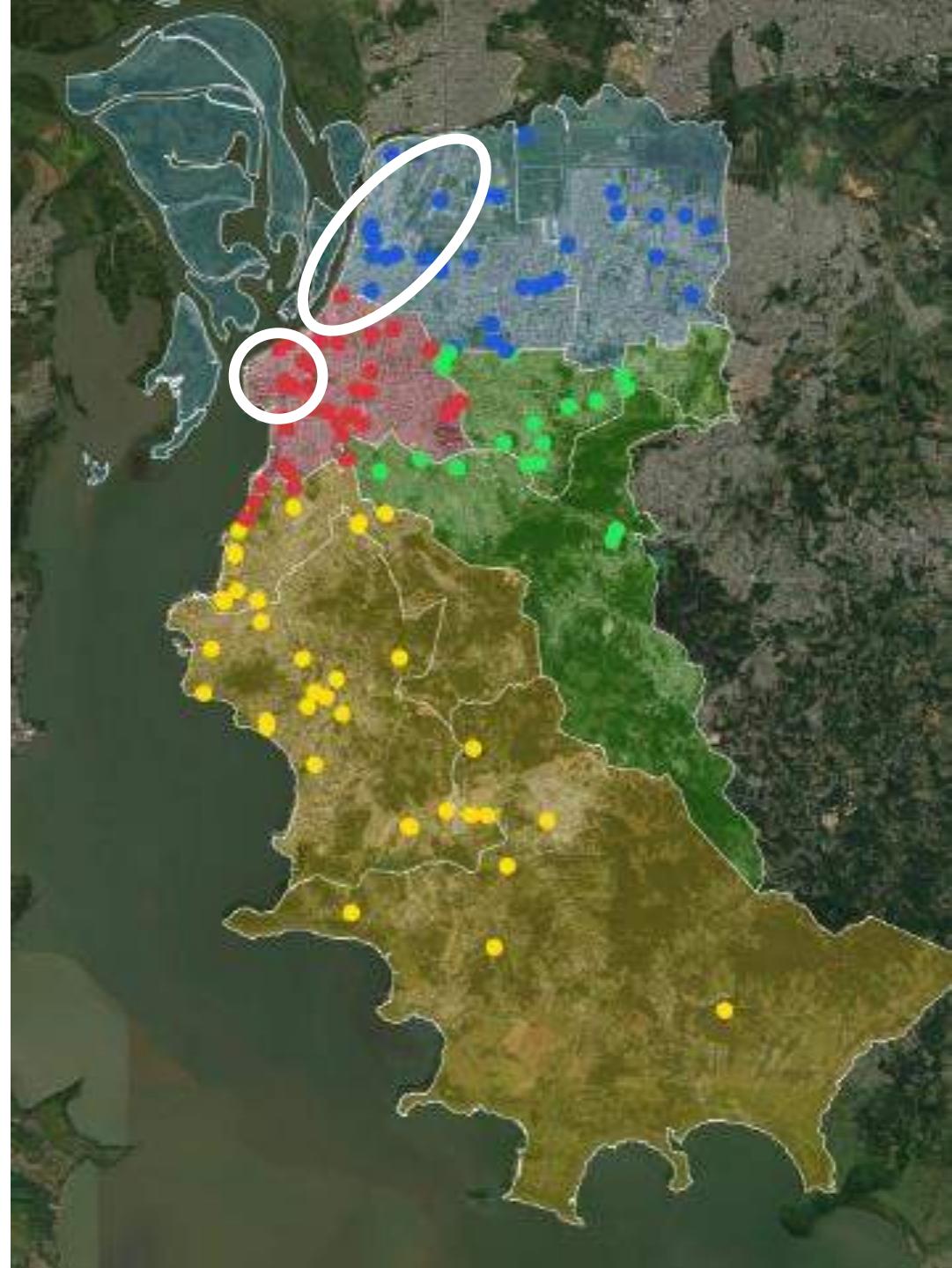
- FLEXIBILIZAÇÃO

Projetos Especiais de 2º grau georreferenciados no mapa de Porto Alegre (NEPEU/UFRGS)

Planos do centro e 4º Distrito

- CRESCIMENTO DA CIDADE NAS ÚLTIMAS 2 DÉCADAS

Novos núcleos de Ocupação Intensiva



Fonte: NEPEU/ UFRGS 2017-2018.

SUL21. Contribuições para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. 21 abr. 2018.

QUAL SERÁ O PRÓXIMO MODELO
ESPACIAL DE PORTO ALEGRE?

COMO É A ESTRUTURA ESPACIAL DE
PORTO ALEGRE HOJE?

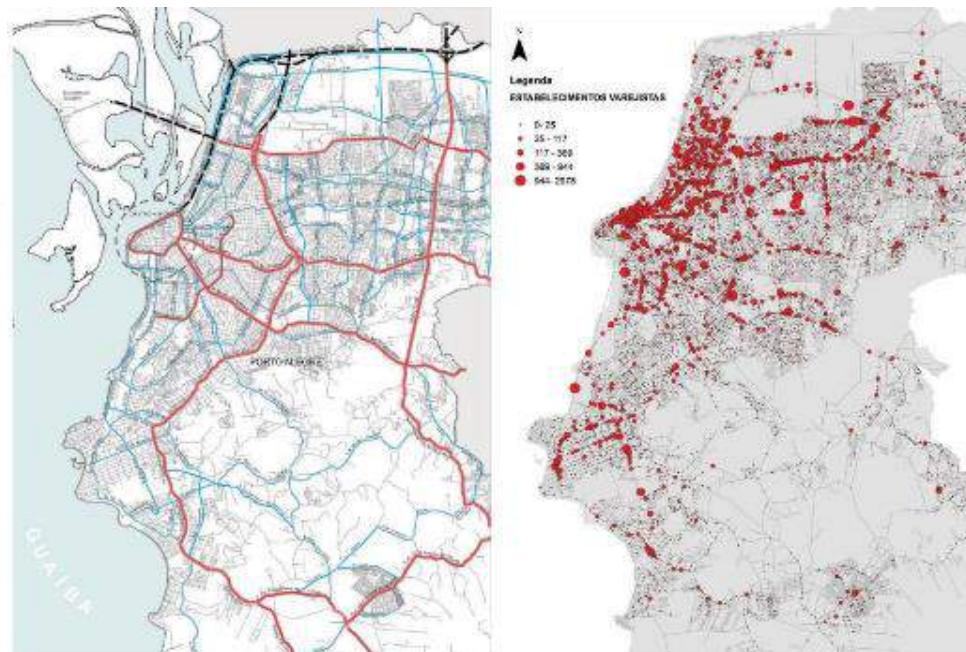
O QUE QUEREMOS PARA A CIDADE?

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010 do Ministério do Trabalho e Emprego.

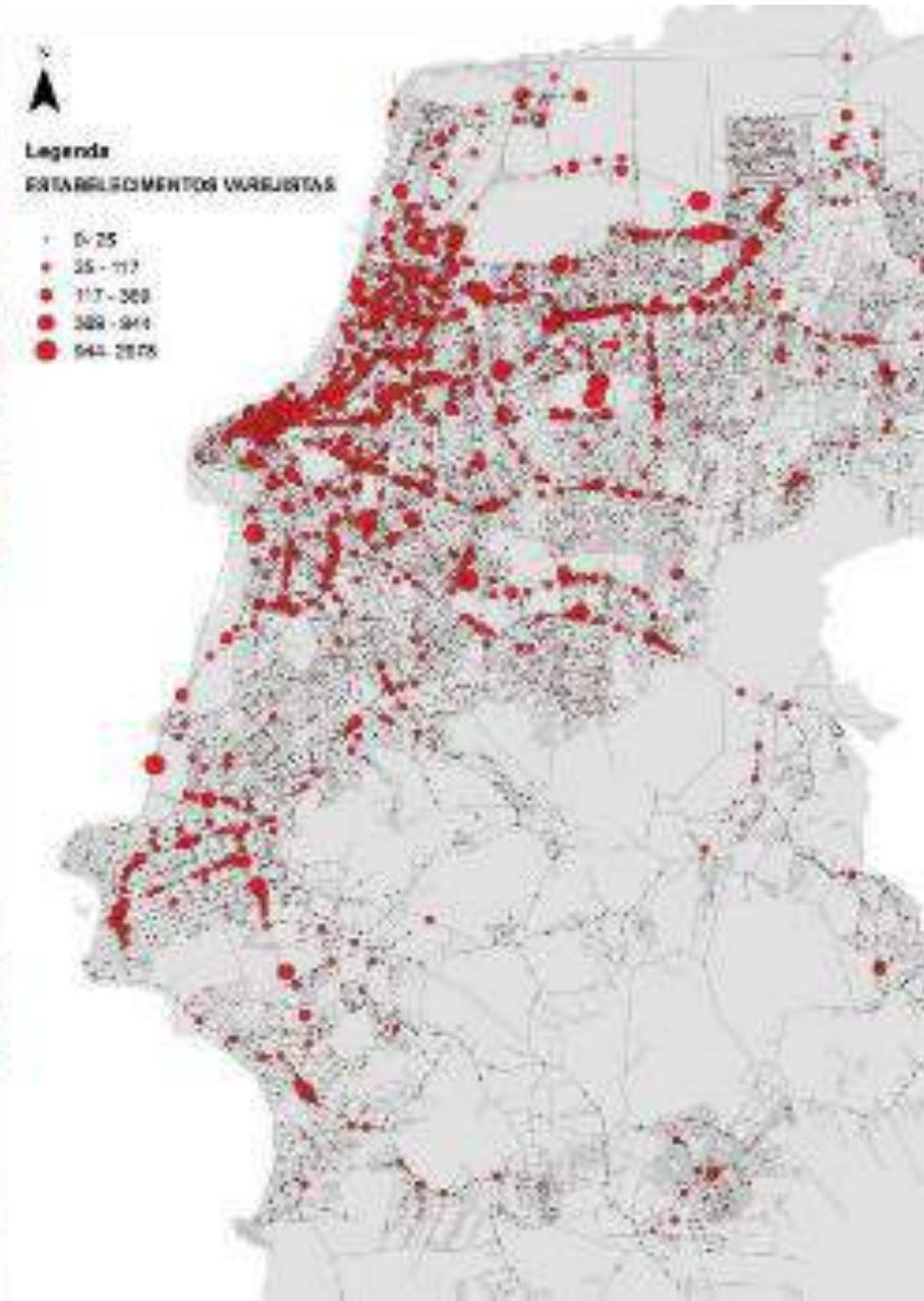
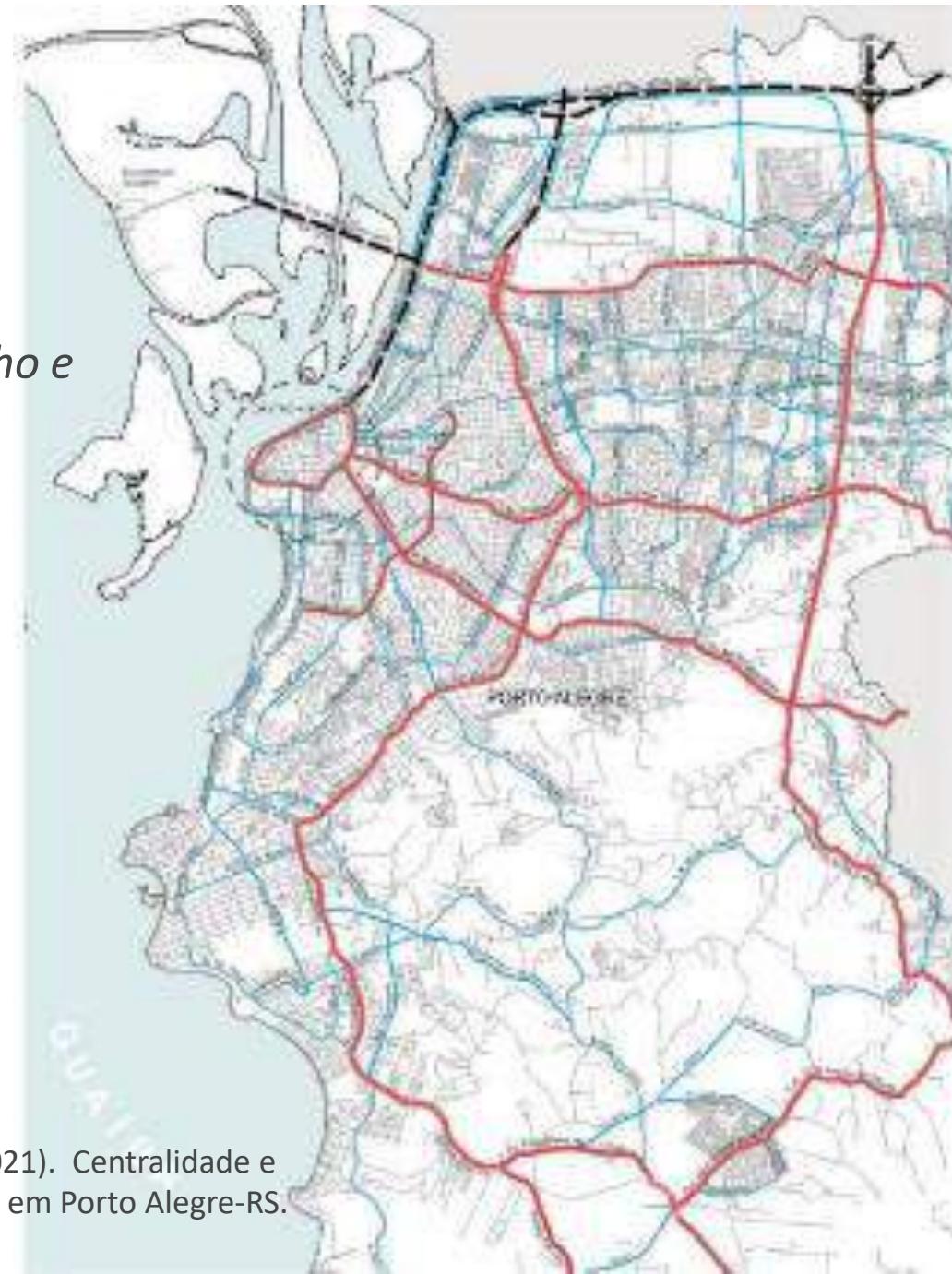
Tabela 1 – Classes de porte dos estabelecimentos varejistas e quantidades.

Classes de Porte do Estabelecimento	Número de Funcionários	Quantidade de Estabelecimentos	Percentual sobre o total de Estabelecimentos
Familiar	sem funcionários	23.413	67,66%
Pequeno	1-10	9.445	27,29%
Médio	10-50	1.541	4,45%
Grande	acima de 50*	206	0,60%
Total		34.605	100%

*Enquadram-se nessa categoria: supermercados e hipermercados.



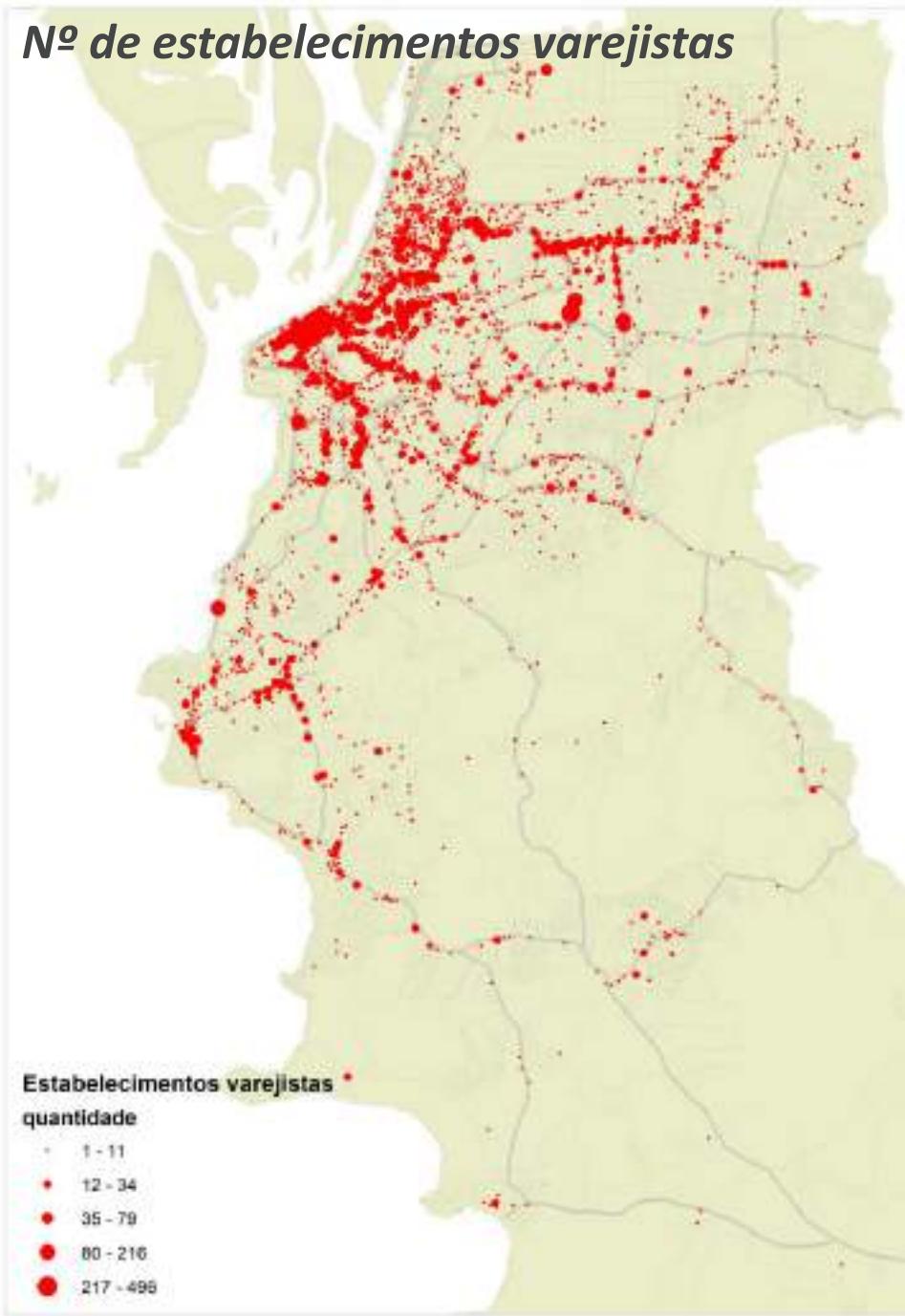
*Relação Anual de
Informações Sociais
(RAIS) de 2010 do
Ministério do Trabalho e
Emprego.*



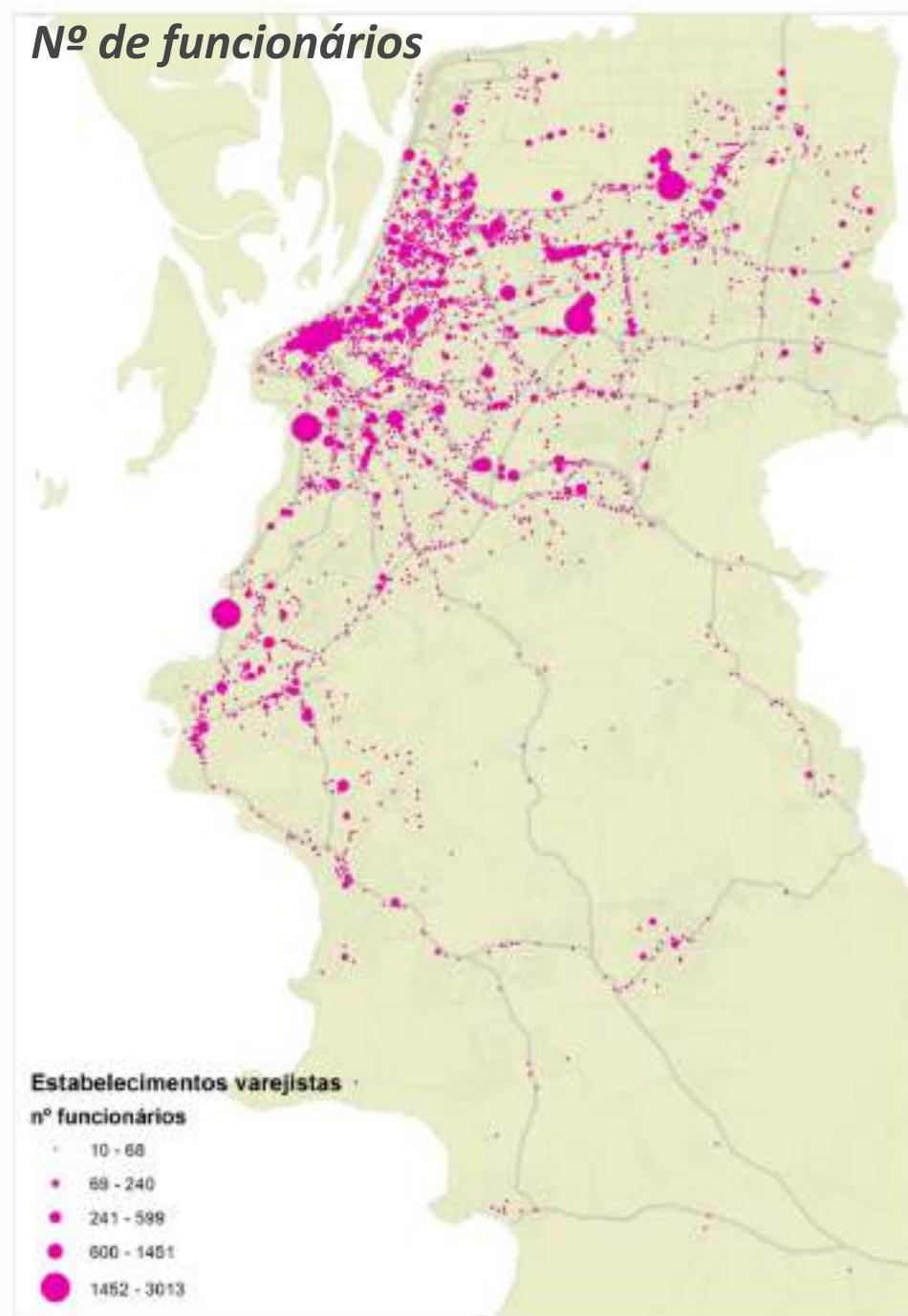
Fonte: Souza, J., Maraschin, C. (2021). Centralidade e distribuição do comércio varejista em Porto Alegre-RS. *Projectare*, 2(12), 73-91.

*Relação Anual de
Informações Sociais
(RAIS) de 2010 do
Ministério do Trabalho e
Emprego.*

Nº de estabelecimentos varejistas



Nº de funcionários

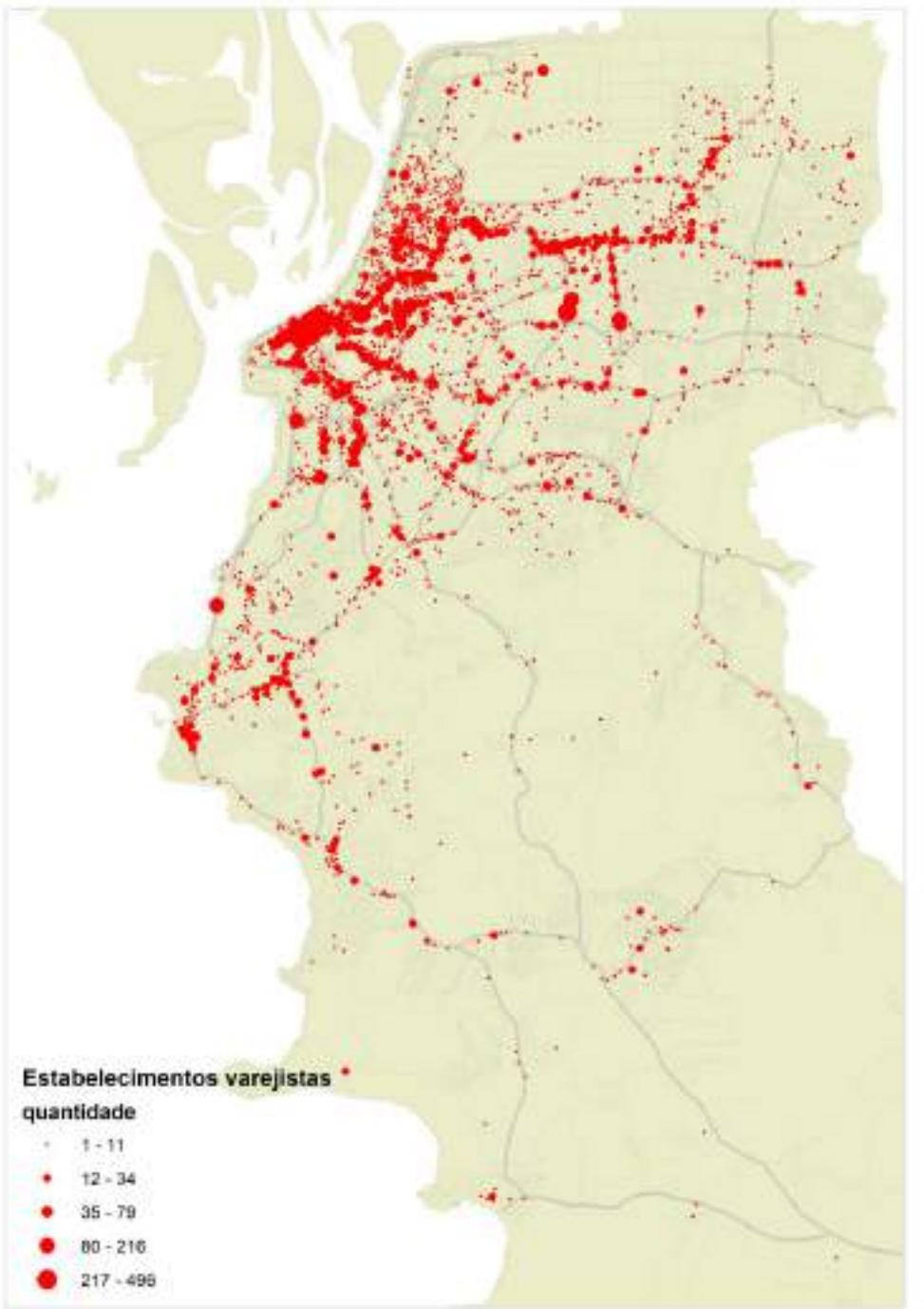


Fonte dos dados: RAIS 2010.

Shapefile: Juliana Lombard Souza

(PROPUR/ UFRGS)

Mapas: Alice Rauber

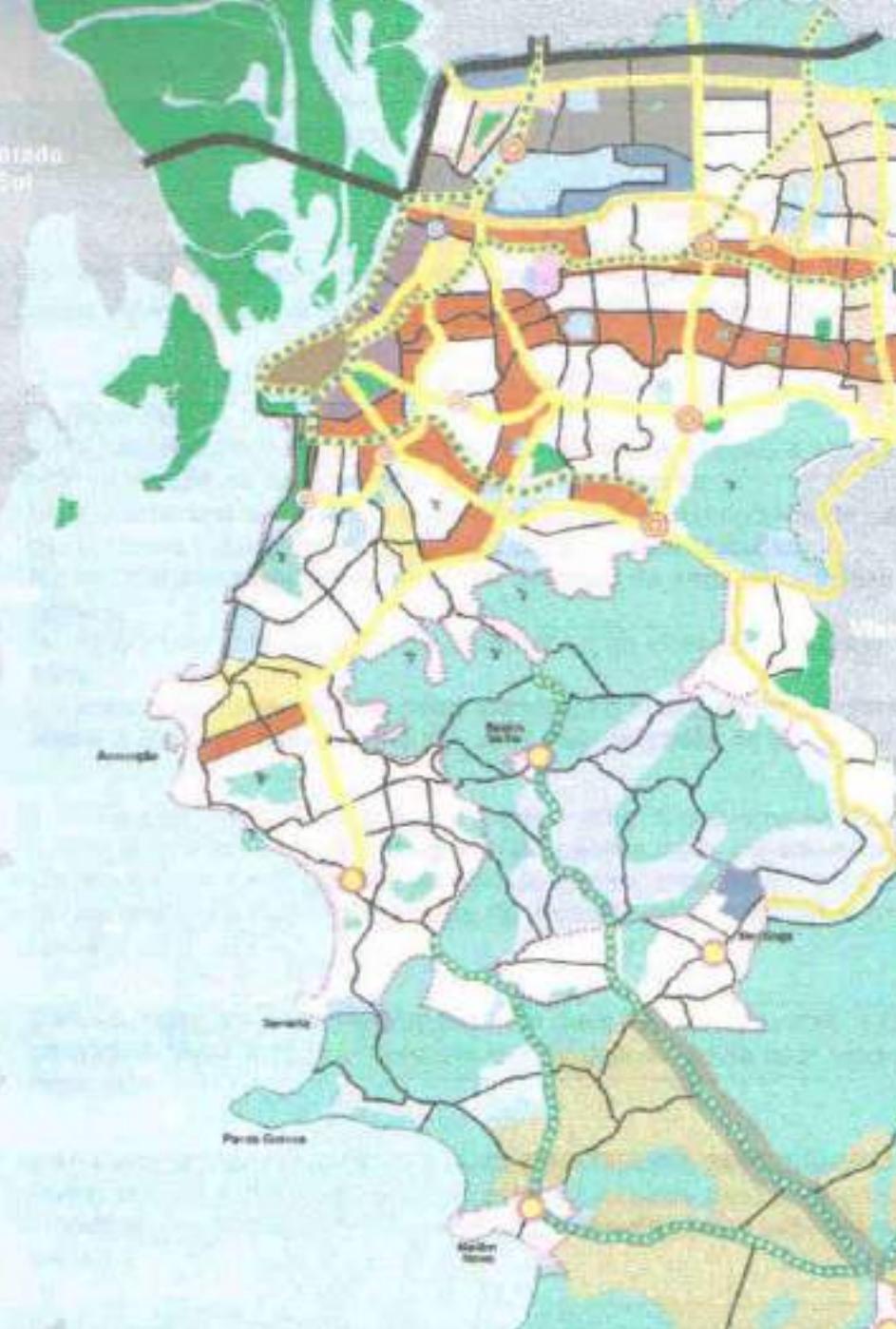


Fonte dos dados: RAIS 2010.

Shapefile: Juliana Lombard Souza

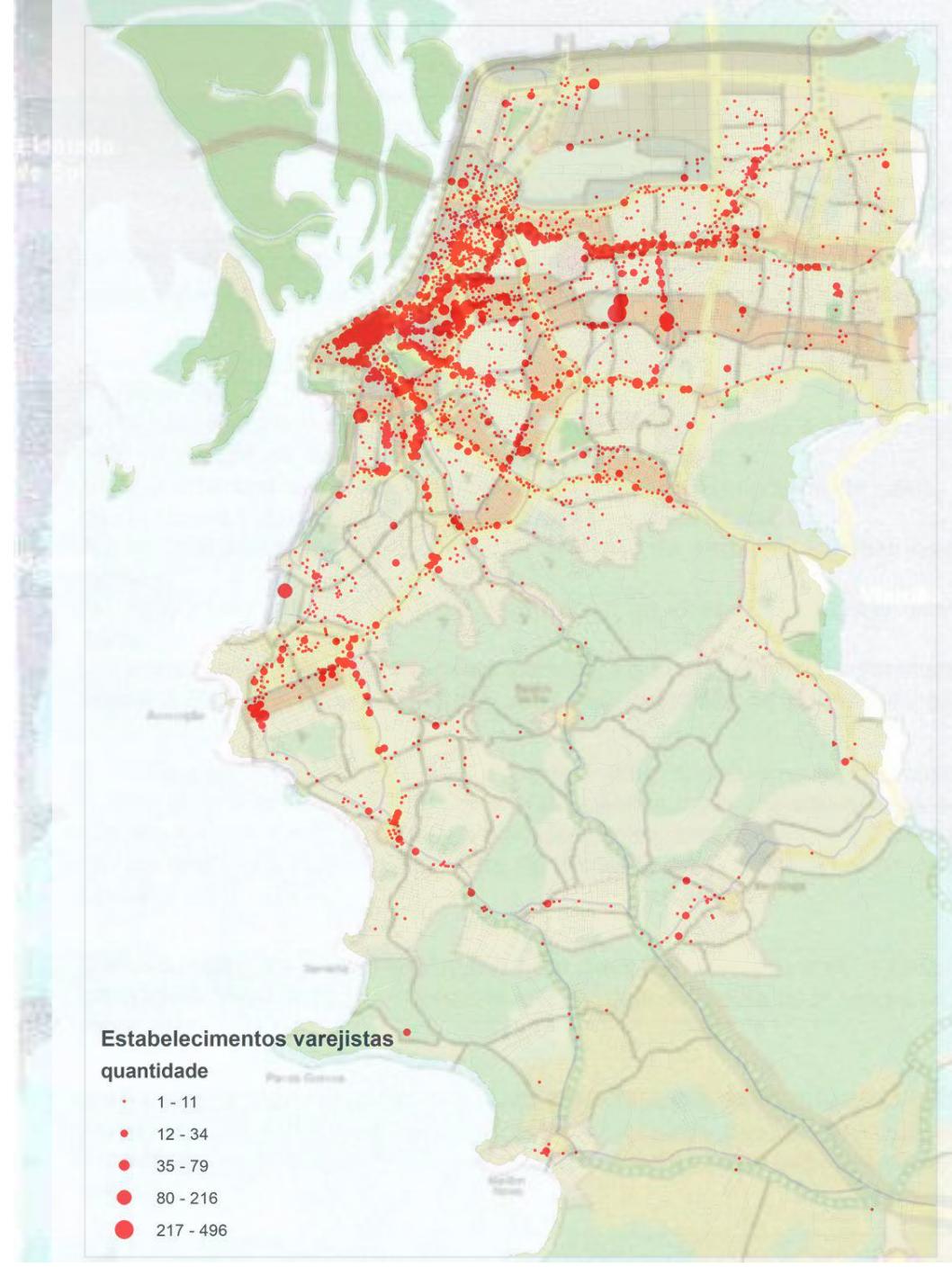
(PROPUR/ UFRGS)

Mapas: Alice Rauber



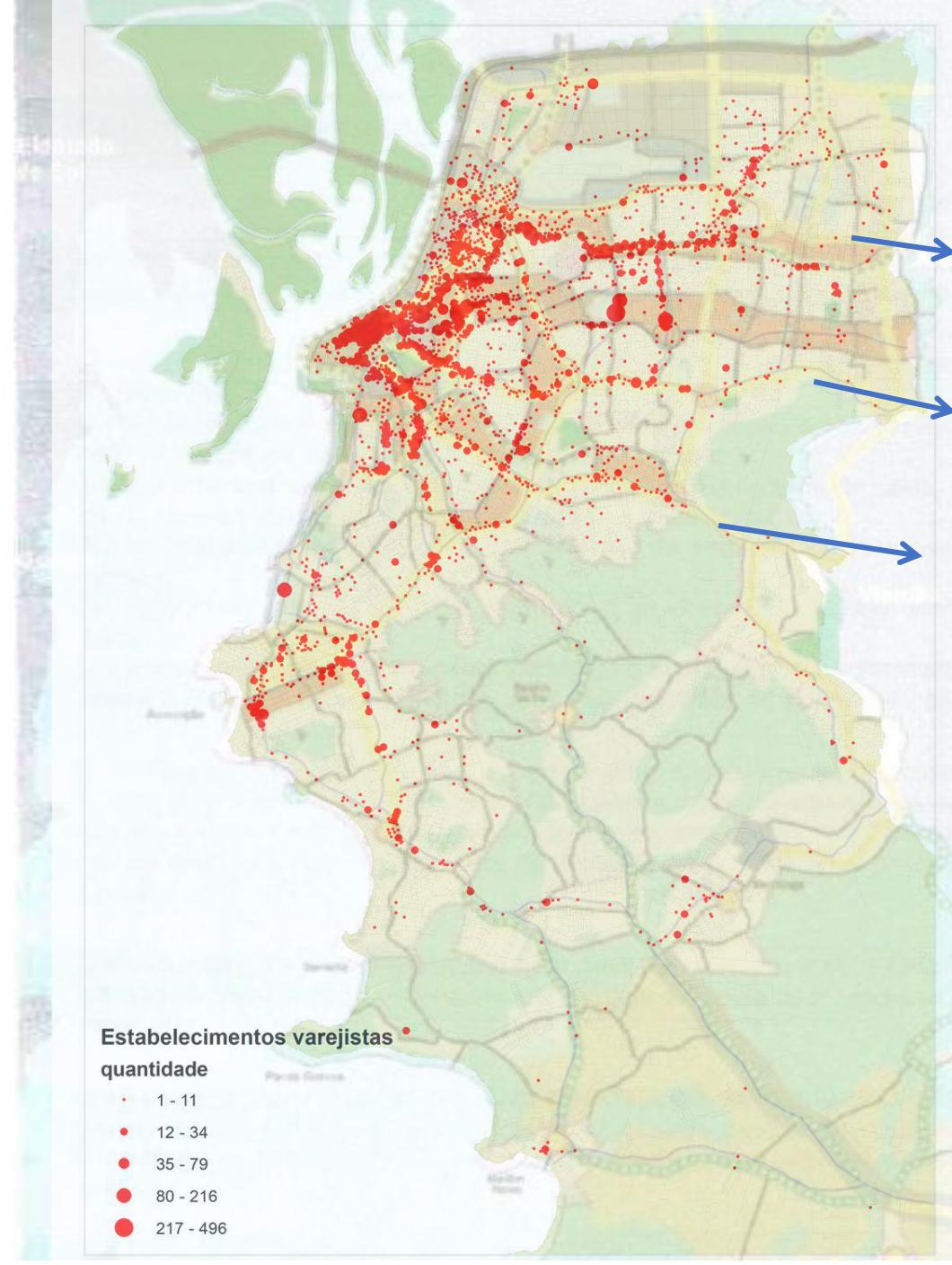
Fonte dos dados: RAIS 2010.

Shapefile: Juliana Lombard Souza
(PROPUR/ UFRGS)
Mapas: Alice Rauber



Fonte dos dados: RAIS 2010.

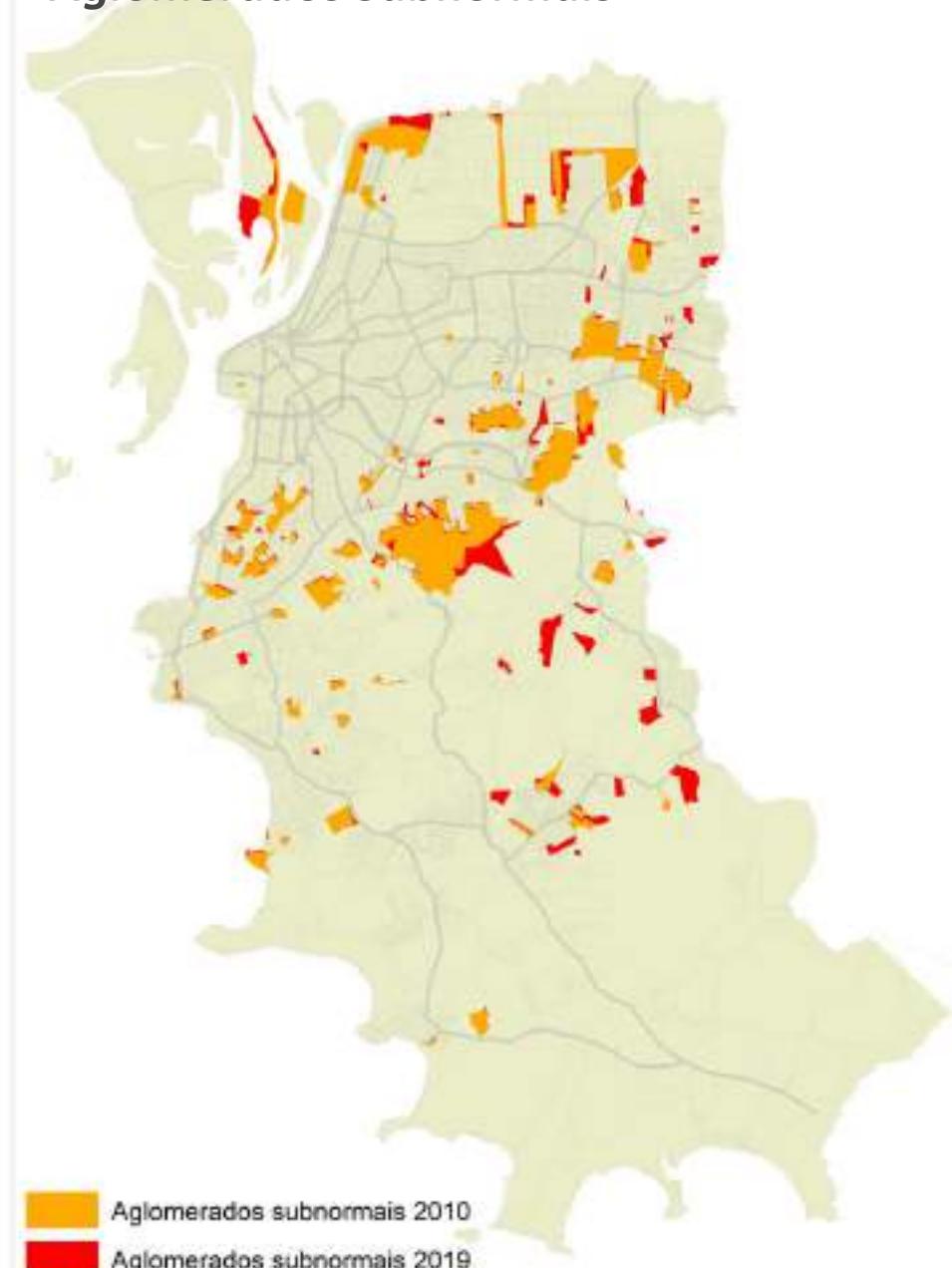
Shapefile: Juliana Lombard Souza
(PROPUR/ UFRGS)
Mapas: Alice Rauber

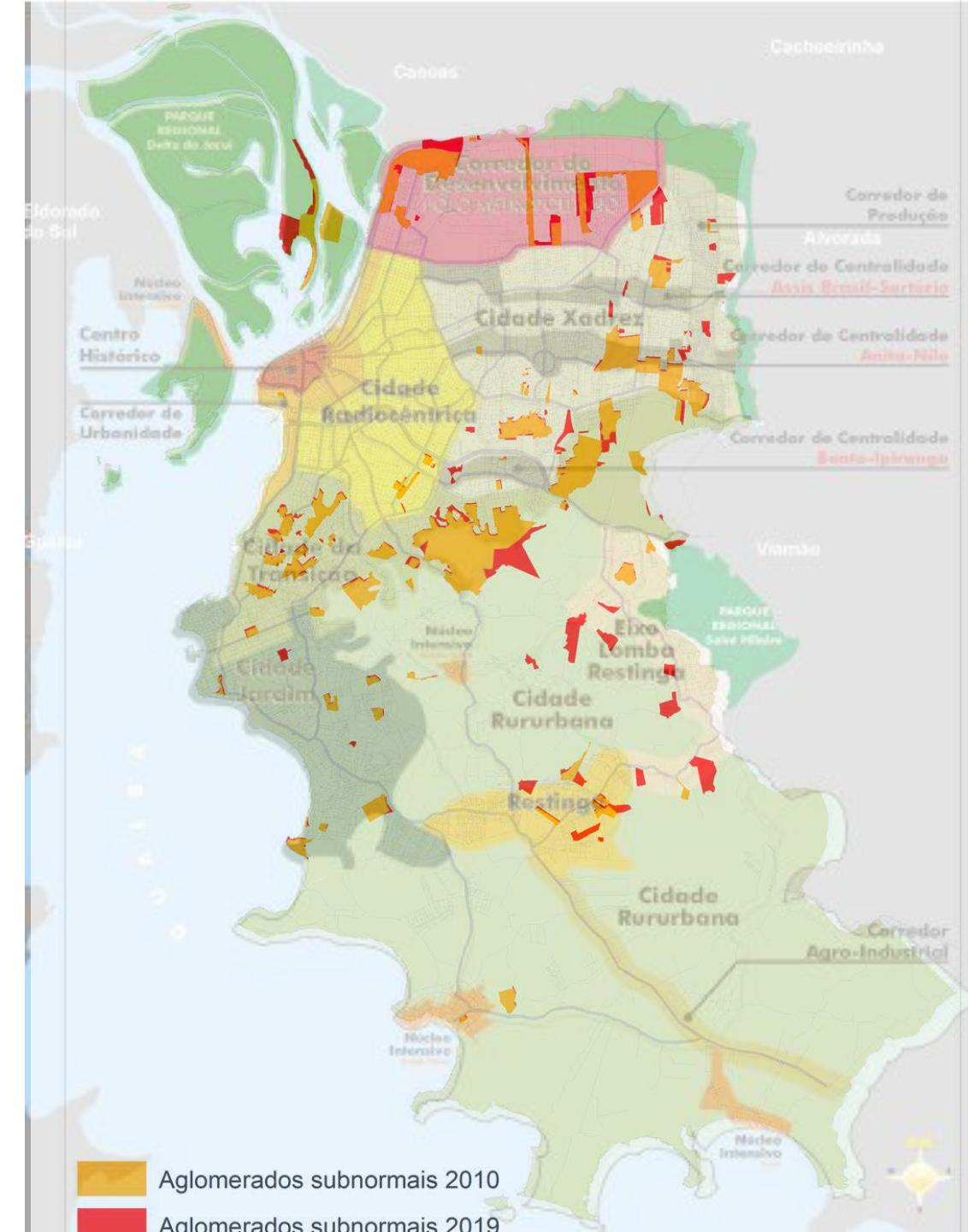


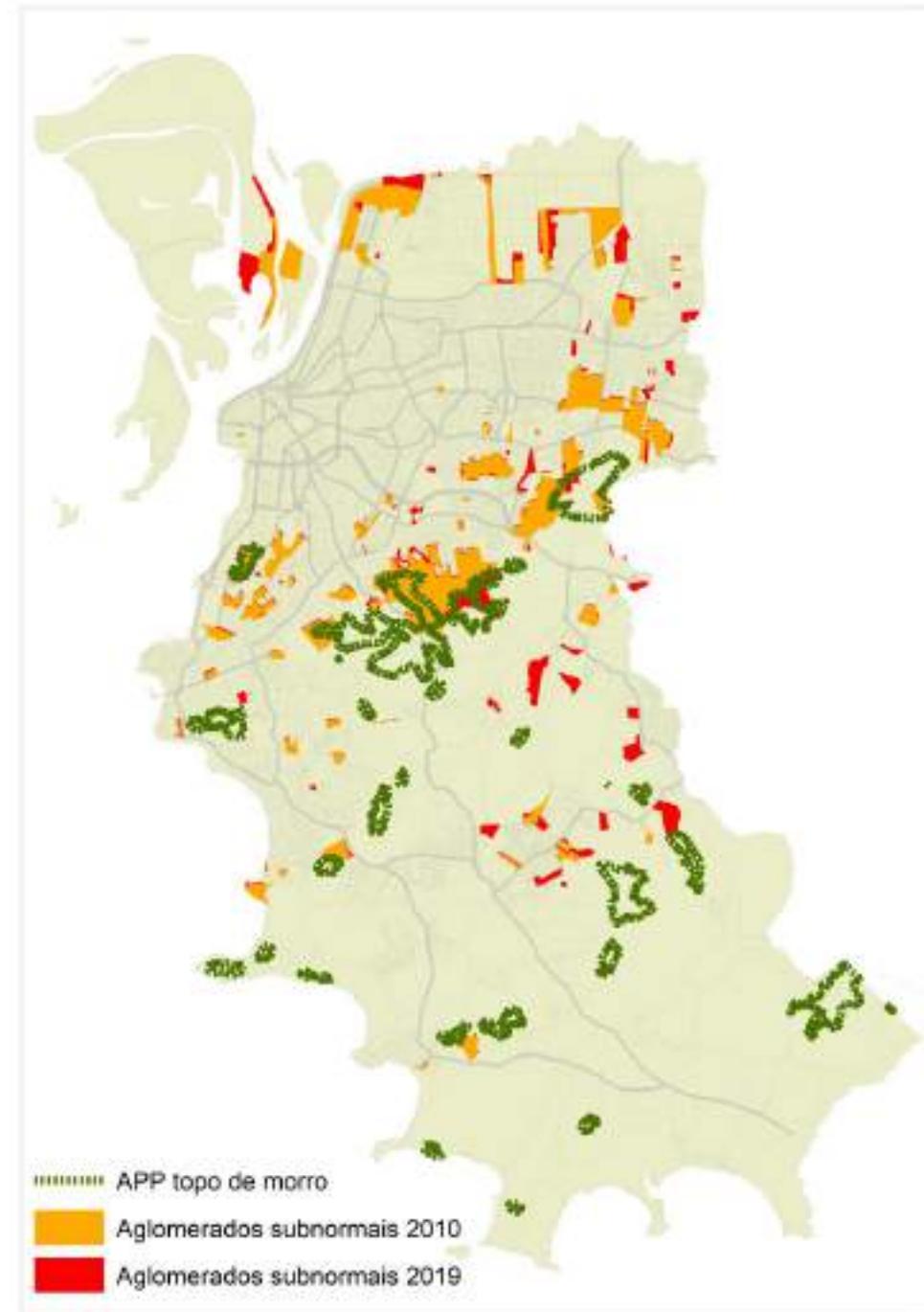
Aglomerados Subnormais

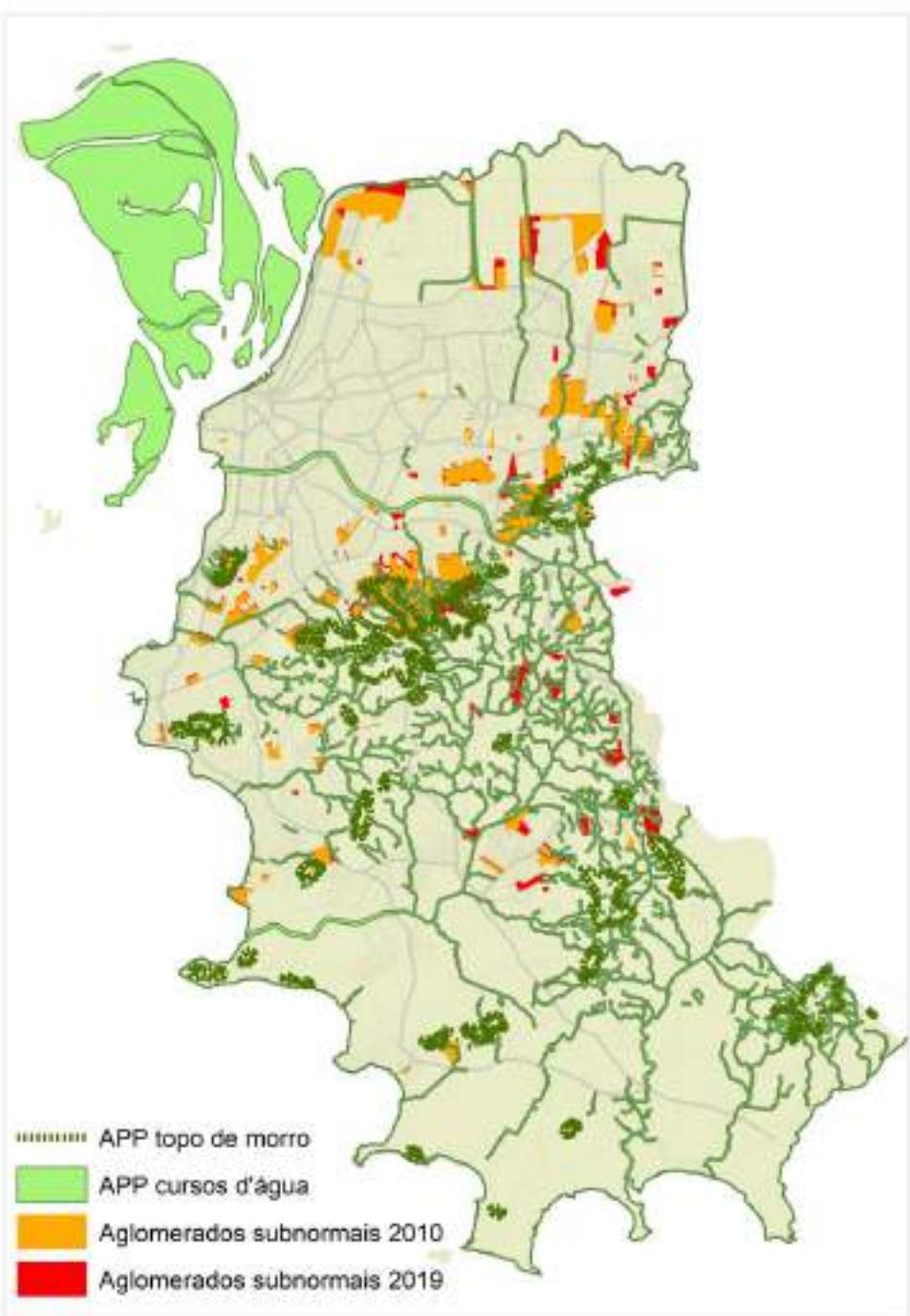
Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. (Fonte: IBGE, 2019)

Aglomerados Subnormais









Aglomerados Subnormais, AEIS e MCMV

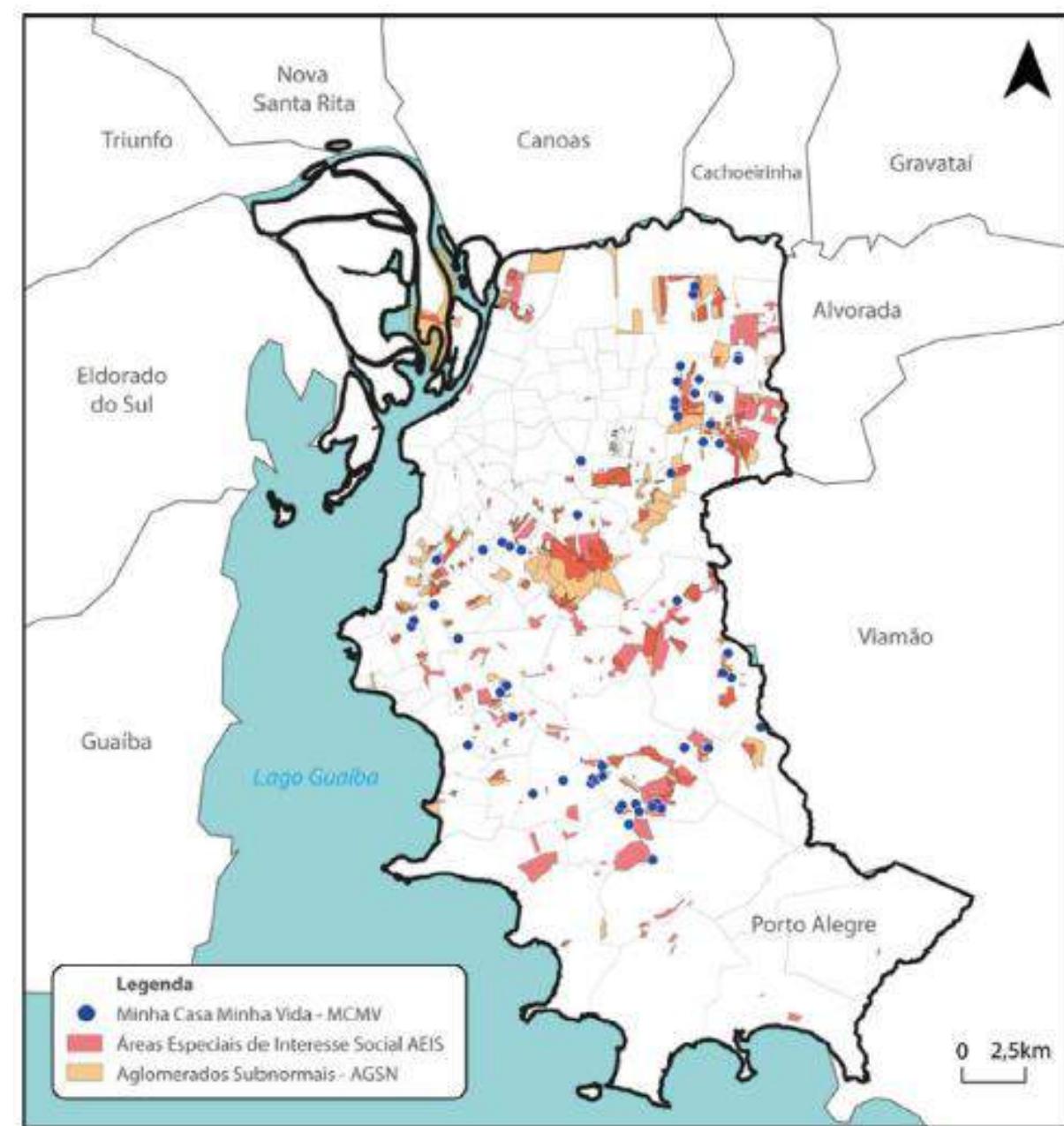
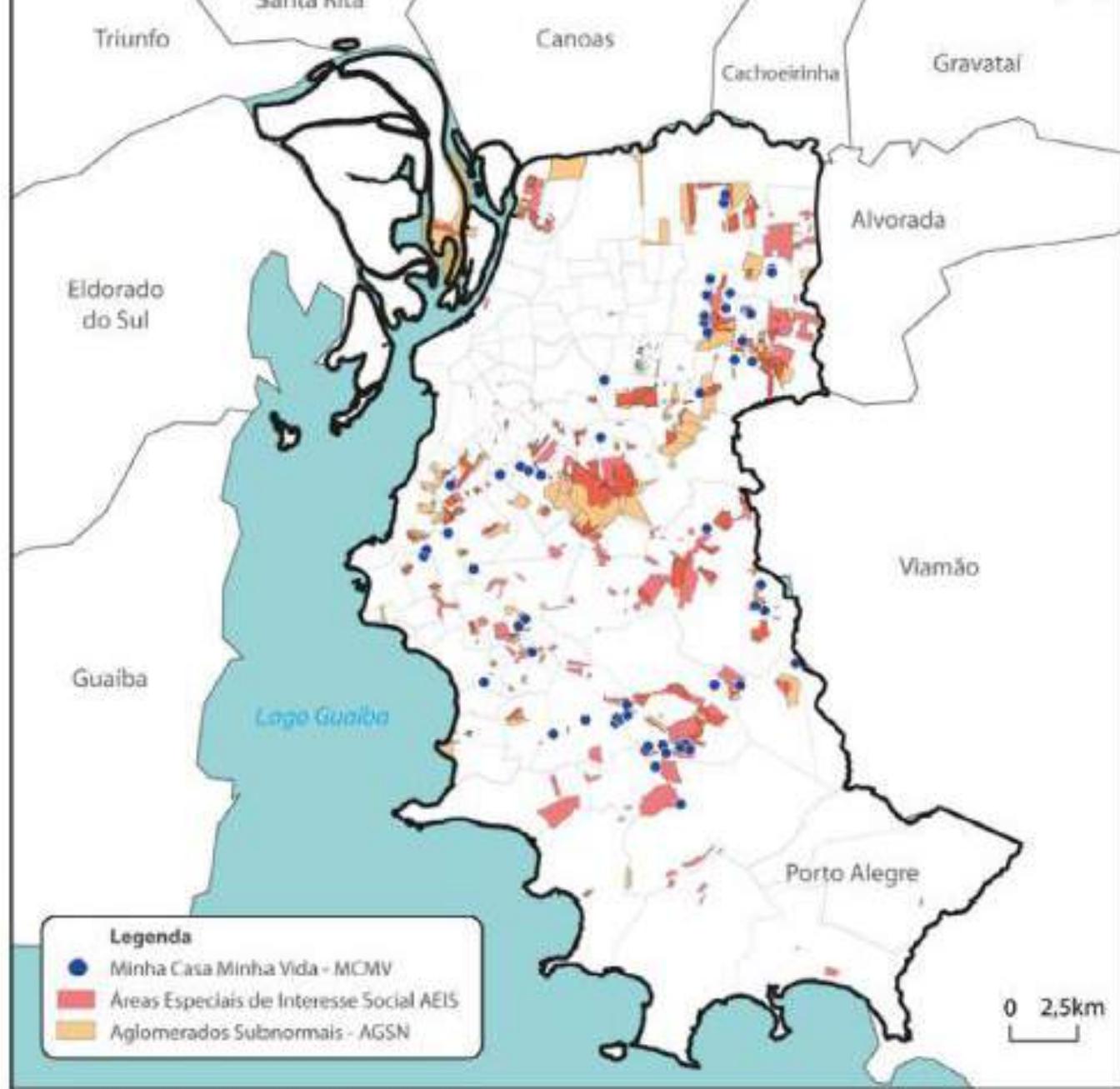
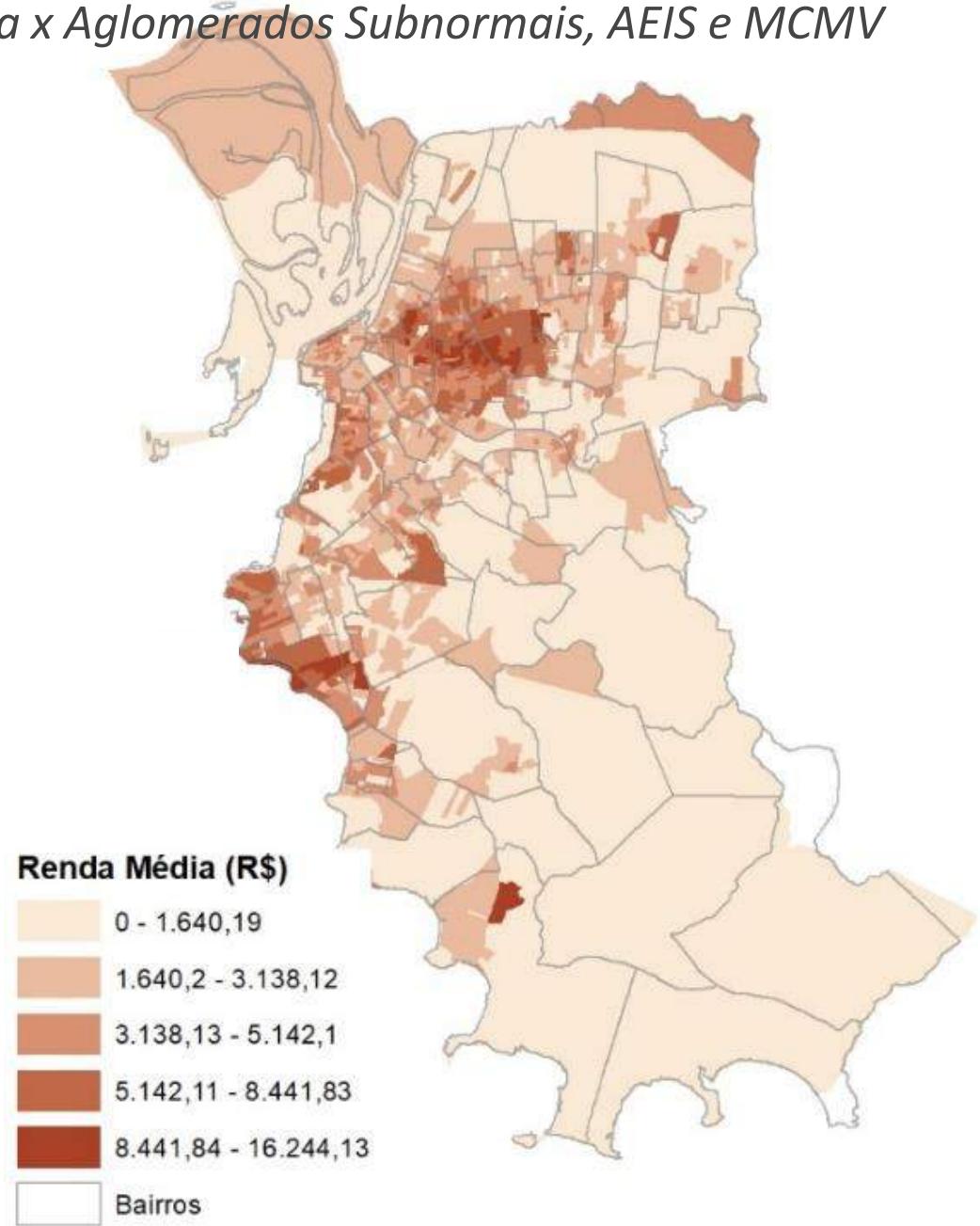


Figura 2 - Localização de AEIS, AGSN e MCMV em Porto Alegre.

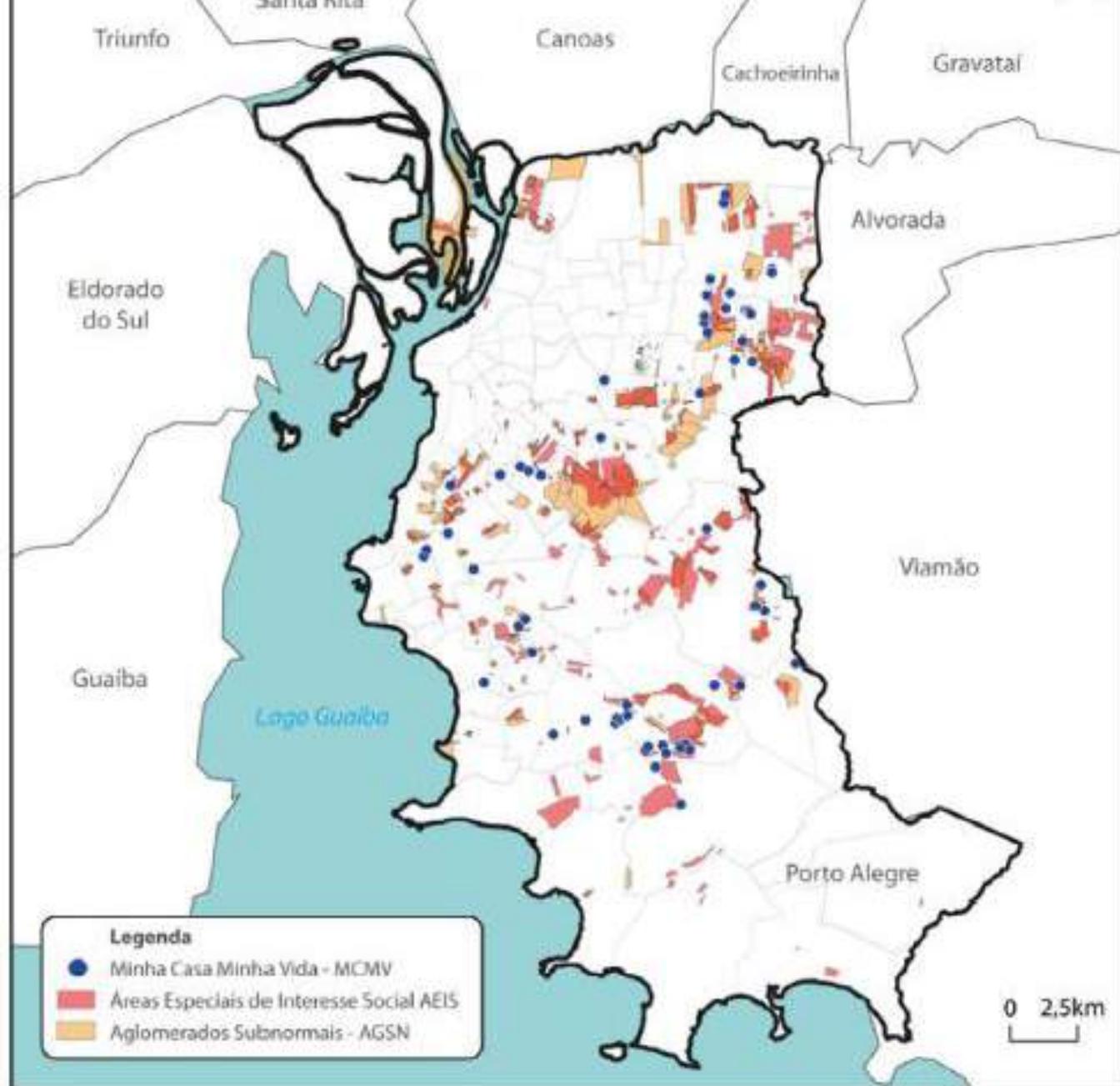
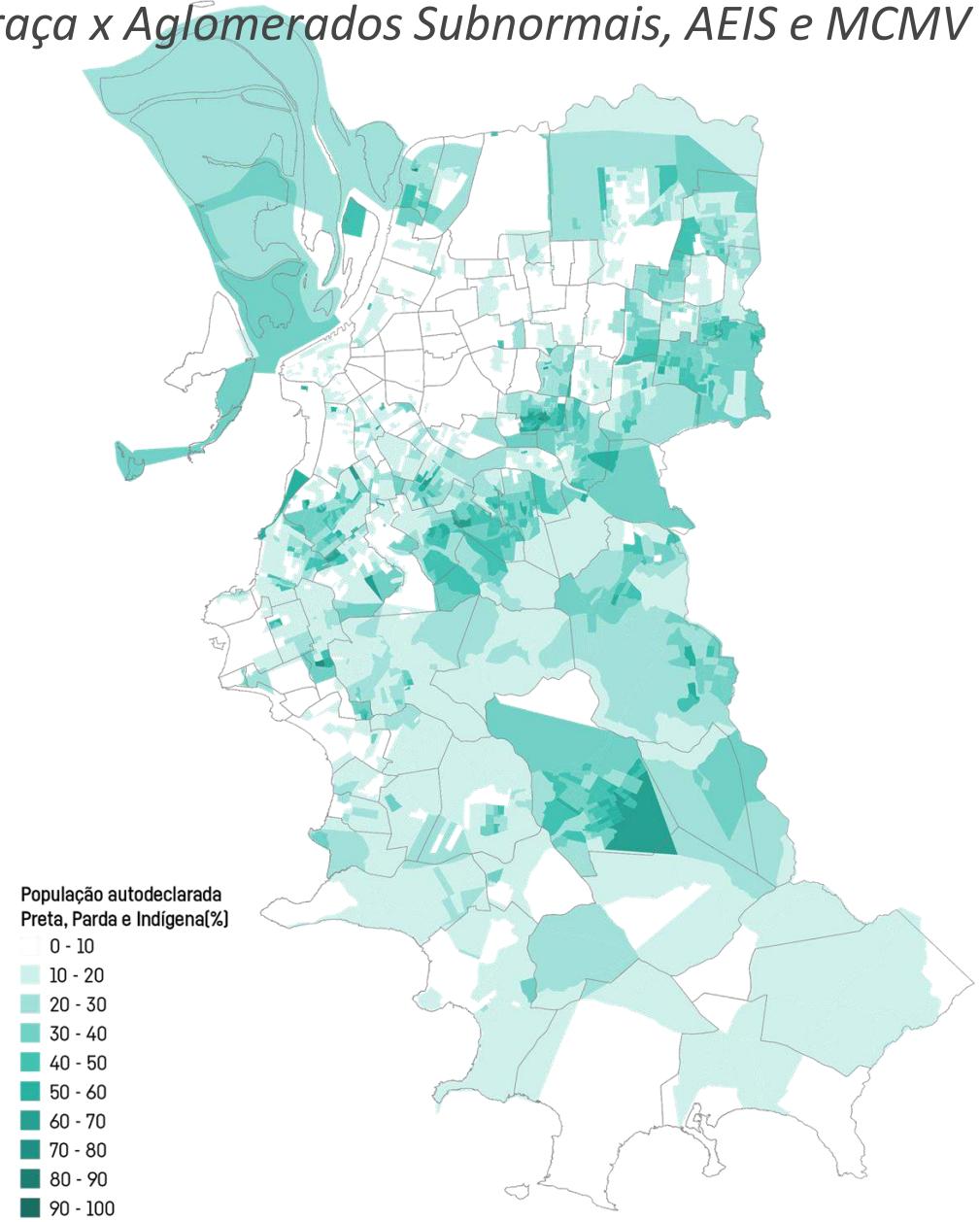
Fonte: elaborado por Carolina Rezende Faccin, a partir do estudo Aglomerados Subnormais IBGE (2019), Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2022) e IPEA (2013).

Fonte: Lahorgue, M.L. et al. (2022). In: Marx, V., Fedozzi, L., Campos, H. (Org.) Reforma urbana e direito à cidade: Porto Alegre (pp. 45-62). Porto Alegre: Letra Capital.

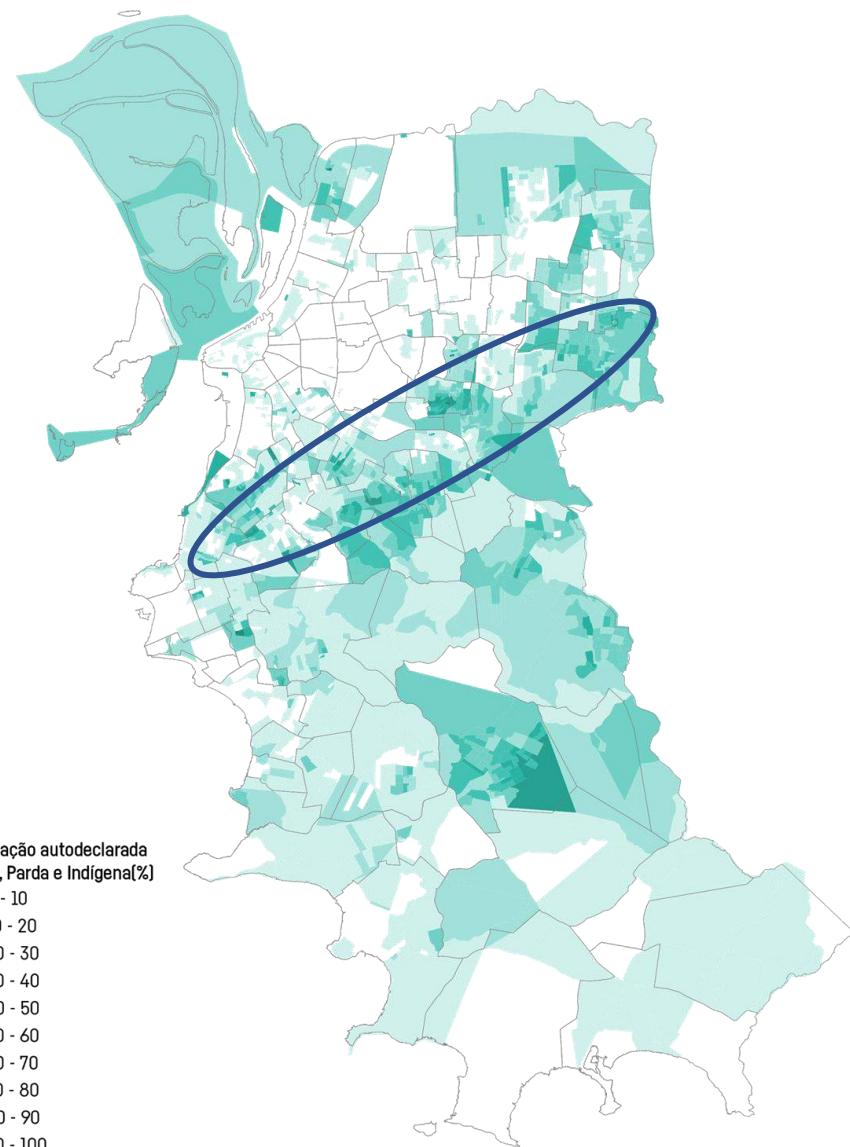
Renda x Aglomerados Subnormais, AEIS e MCMV



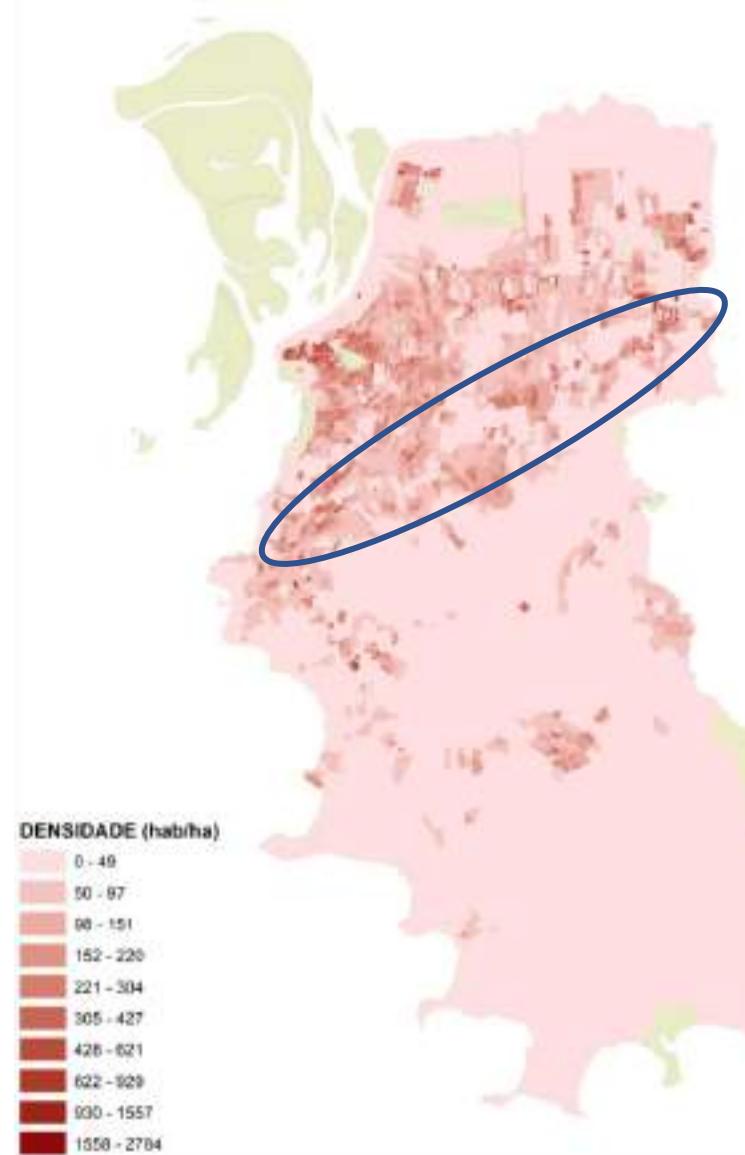
Cor e raça x Aglomerados Subnormais, AEIS e MCMV



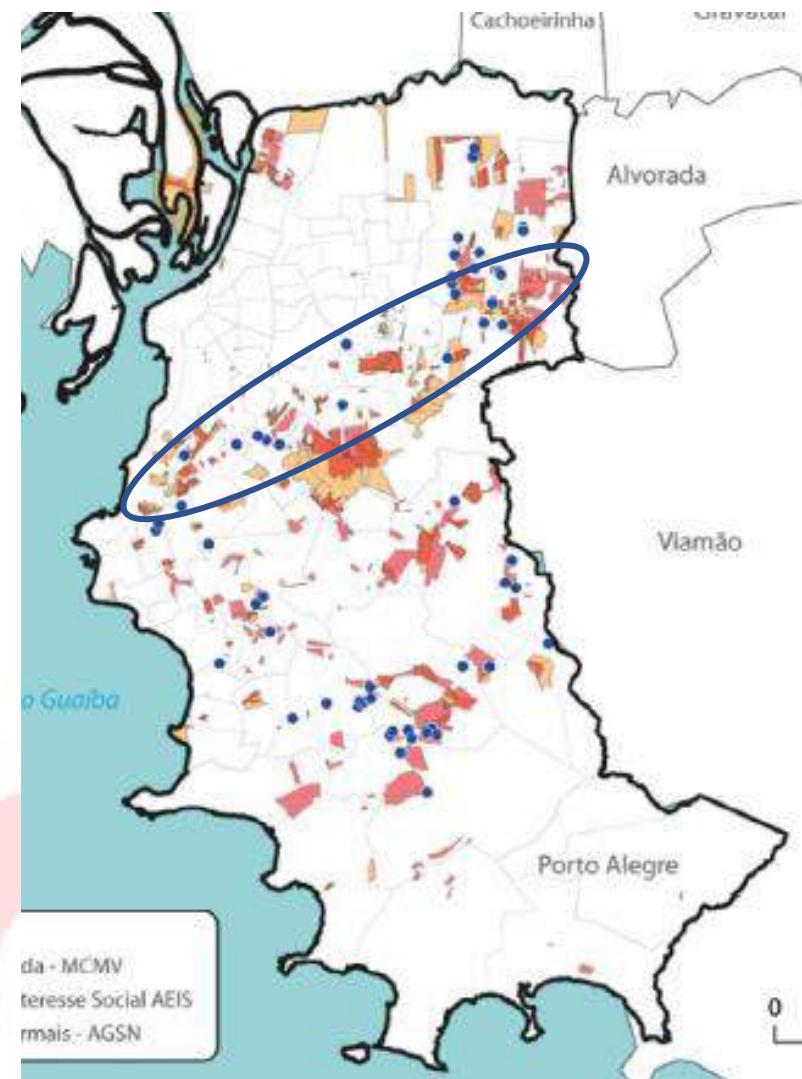
Cor, raça



Densidade populacional



AGSN, AEIS, MCMV



COM A ATUAL ESTRUTURA DA CIDADE:

- COMO PROVER DE SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA?
- COMO REGULAR A DISTRIBUIÇÃO DE DENSIDADES E USO DO SOLO?
- ESTAMOS PREPARADOS PARA NOVOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI?
Crise climática, pandemia...

Fim!

PDDUA – A Influência nas Decisões Conceptivas de Projetos Arquitetônicos

Arquiteto e Urbanista Rodrigo C. Petersen



A wide-angle, aerial photograph of a city, likely Porto Alegre, showing a dense concentration of buildings. The city is built on a hillside, with buildings of various heights and architectural styles. Interspersed among the buildings are patches of green trees and parks. The overall scene is a mix of urban density and natural greenery.

Através de uma longa história de planos, a capital do Rio Grande do Sul pode ser considerada uma referência nacional em matéria de regulação do desenvolvimento urbano. Com sucessivas alterações dos planos ao longo das décadas, [a cidade vem acumulando diretrizes enraizadas em princípios estabelecidos na origem dos documentos](#).

“No âmbito da arquitetura, os impulsos criadores que levam à definição da forma não ocorrem num plano de inteira liberdade de proposição, mas num plano onde também atuam influências e pressões, emanadas desde o conjunto de necessidades, aspirações e expectativas dos usuários até as regras a que se submete o projetista no seu trabalho”¹.

Atualmente os [dispositivos de controle](#) de Porto Alegre, aliados à busca pelo [máximo potencial construtivo do terreno](#), acabam por [induzir uma tipologia](#) para os terrenos da cidade, limitando este processo de geração da forma arquitetônica.

- Questões Econômicas e o “Imaginário Normativo” são as mais efetivas formas de pressão;
- Criação de um tipo arquitetônico bem definido (soluções dos projetistas aliadas aos resultados exigidos pelas normas);

¹ SILVA, Elvan. *Porto Alegre: considerações sobre a produção da paisagem urbana*. In: PANIZZI, Wrana; ROVATTI, João (org.), 1993.





Este é certamente, um dos principais motivos do porque nossas edificações são tão similares.

[Tipo Arquitetônico Padrão:](#)

- Prédio isolado no meio do lote sobre uma base que ocupe o máximo possível do terreno.
- Infraestrutura condominal no térreo, acessos laterais para os estacionamentos nos subsolos e/ou nos fundos do terreno.

Q. Todas

Imagens

Notícias

Maps

Shopping

Mais

Ferramentas

Coletâneas Sobre

petrópolis porto



apartamentos



empreendimento



lançamentos imobiliários



três iguarias



imobiliária



empreendimentos imobiliários



auxiliadora



zap imóveis



imóveis

me imóveis
mentos na planta em Porto Alegre RS - LançamentosImobiliária Monne
Lançamentos , Página 1 - Imobili...Private Imóveis
Lançamentos - Private ImóveisAgente Imóvel
Apartamentos na planta em Cidade Baixa Porto Alegre RS -Peter
Novos lançamentos de Casas, Apartamentos e Terrenos, P...Agente Imóvel
Apartamentos na planta em Porto Alegre RS - L...me imóveis
mentos na planta em Porto Alegre RS - Lanç...Agente Imóvel
Apartamentos na planta em Porto Alegre ...Tendência Bens Imóveis
Tendência Bens Imóveis - Os m...Lançamentos de alto padrão e...
Lançamentos de alto padrão em P...Imobiliária Pier 36 Imóveis
Teenâ: O lançamento mais aguardado...DHL Imóveis
Lançamento Porto Alegre, ...Imobiliária Morare
Lançamentos , Página ...Lopes
Apartamentos na Planta e Da...

Início das casas



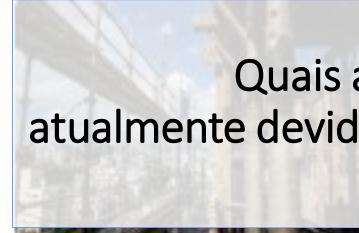
ZAP Imóveis



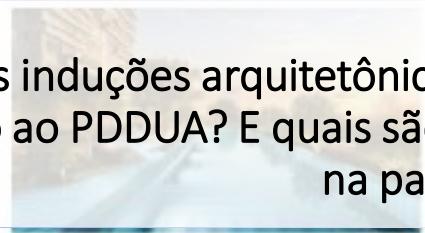
Auxiliadora Predial



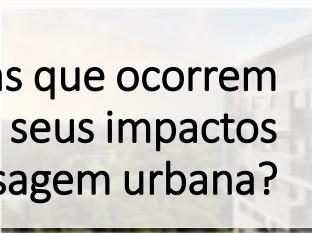
Lopes



GZH



Agente Imóvel



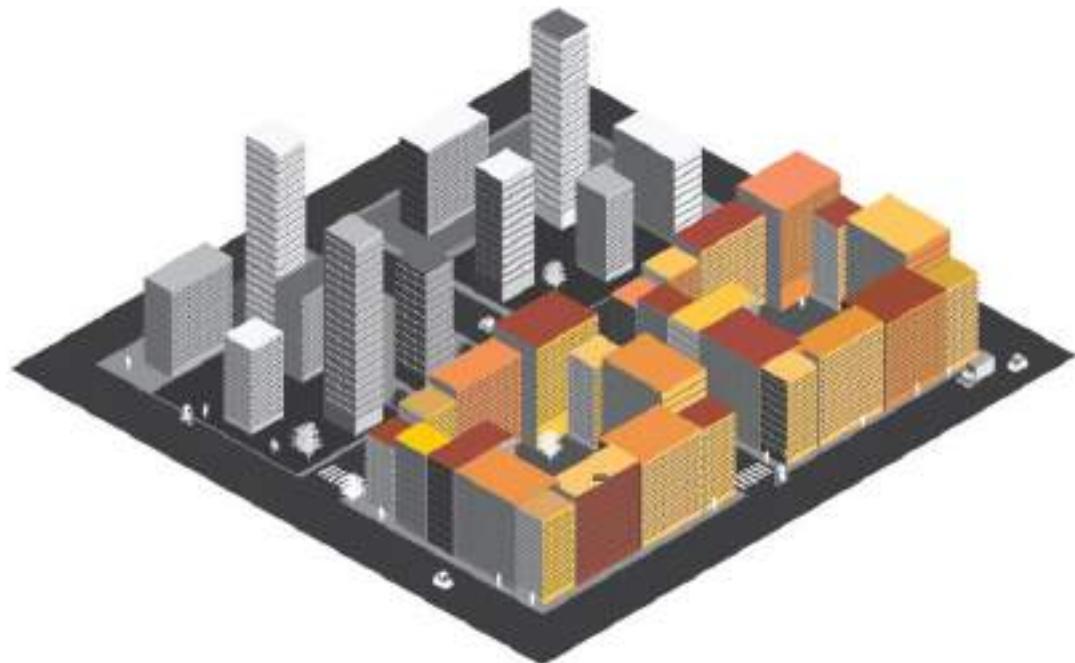
Agente Imóvel

Quais as induções arquitetônicas que ocorrem
atualmente devido ao PDDUA? E quais são seus impactos
na paisagem urbana?

Zoneamento de Atividades

Ao promover áreas estritamente residenciais, distantes das áreas de emprego e serviços, estimulamos o fluxo diário de pessoas às atividades cotidianas:

- Dependência do Automóvel;
- Redução da “Caminhabilidade”;
- Congestionamentos;
- Complexidade da Operação do Transporte Público;
- Aumento dos Custos de Infraestrutura Urbana;
- Aumento da Mancha Urbana;
- Menos Áreas Verdes;
- Mais Poluição;



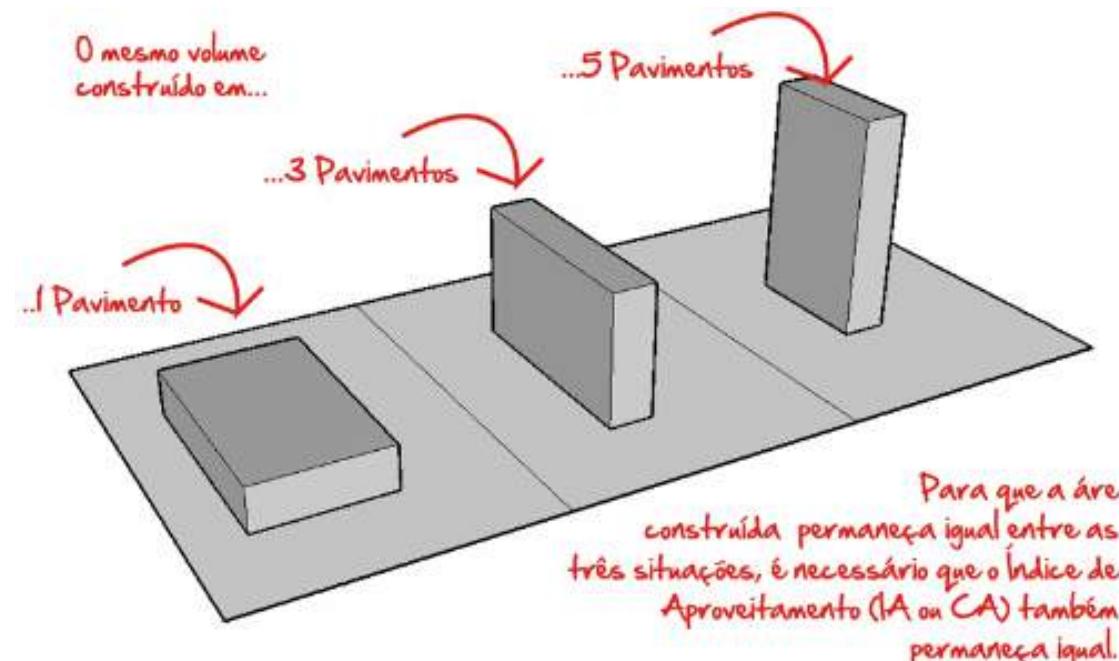
Volumetria

Morfologia Fragmentada, Restrição ao Adensamento;

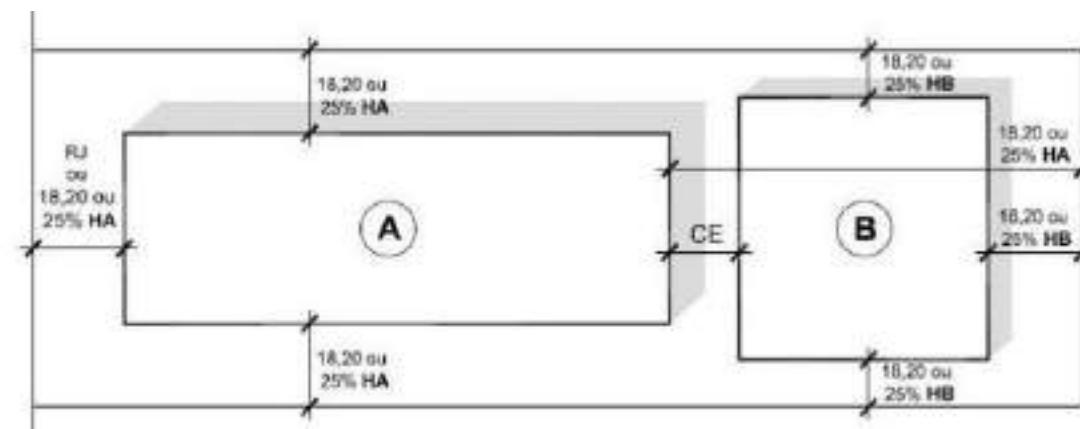
A verticalização produz resultados negativos, entretanto, o problema não está na altura dos prédios, mas nas interferências regulatórias que eles carregam para se tornarem altos.

Os recuos aumentam de acordo com a altura do edifício, variando entre 18% a 25% da altura da edificação, garantido um mínimo de 3 metros de afastamento das divisas. Por isso, nem sempre é vantajoso atingir o limite máximo permitido no terreno, pois o resultado seria uma construção muito estreita.

Os recuos laterais com dimensões mínimas, muitas vezes não atingem os objetivos de aeração e insolação buscados na origem dessas normas, além de originar outros problemas como a privacidade entre as unidades.



Para que a área construída permaneça igual entre as três situações, é necessário que o Índice de Aproveitamento (IA ou CA) também permaneça igual.



Sacadas e Varandas

Fachadas Similares – Empobrecimento Arquitetônico;

Nos prédios residenciais predominam soluções arquitetônicas padronizadas, novamente buscando o **melhor aproveitamento do potencial construtivo** em virtude da forma com que ele é contabilizado.

Se sacadas forem construídas abertas ou totalmente envidraçadas com até 2,50m de profundidade e **vinculadas à área social do apartamento** elas **não contam como área adensável**, ainda que sejam vendidas como área privativa ao consumidor.

Isso também explica porque é raro encontrar sacadas junto aos dormitórios, pois nesse caso elas seriam computadas na área construída do edifício.



Google

Cobertura

Relações da Legislação Urbanística com a “Quinta Fachada”;

PDDUA - Definição de volume superior apenas com áreas de equipamentos técnicos (Elimina-se usos recreativos);

Parecer 03/17 - Estimula cobertura com áreas de lazer e contemplação;



Pavimento Térreo

Sem uso Privativo, Reduz a “Caminhabilidade”;

PDDUA – Ampliação da Taxa de Ocupação e Áreas de Estacionamento tornam-se “Isentas” (Incentivo ao Transporte Individual), Vagas nos Fundos do Lote, Áreas Condominiais à Frente e “Apartamentos-Garden”;

Se forem construídas somente **áreas condominiais** ela não será contabilizada na conta da área máxima que pode ser construída para um determinado terreno. Por outro lado, se o incorporador decidir construir uma **loja no térreo**, ele estará abrindo mão da possibilidade de construir uma unidade com a mesma metragem em um andar mais alto e normalmente mais valorizado.



Estacionamentos

Para os estacionamentos, até pouco tempo atrás as vagas eram exigidas para todas unidades. Ainda assim, estas [áreas são consideradas “isentas”](#), ou seja, [não possuem limite de área construída](#).

Deixando o investidor construir uma garagem praticamente do tamanho que ele desejar. Os empreendimentos frequentemente acabam [utilizando esse benefício para agregar valor às unidades, resultando em carros ocupando a boa parte do térreo dos edifícios](#), muitas vezes até pavimentos superiores.

- Grande incentivo ao uso do carro e a uma consequente exclusão urbana, desestimulando ainda mais o uso da calçada.



Recuo de Jardim - ALP

Nova fisionomia na paisagem urbana (higiene e ventilação, recreação e estética);

Ao exigir um recuo de ajardinamento obrigatório a cidade perde a [oportunidade de tornar suas ruas um espaço ativo e agradável](#). Criado para valorizar a paisagem urbana, o recuo de jardim afastou os edifícios das calçadas gerando áreas condominiais inutilizadas.

[Neste processo as calçadas foram lentamente criando um ambiente inóspito na rua, levando os proprietários a construir cercas para se protegerem desta situação.](#)



Com edifícios longe das calçadas e uns dos outros fica difícil viabilizar atividades comerciais no térreo, pois é a [continuidade das lojas e sua proximidade com o pedestre que realmente agregam valor comercial](#), facilitando o acesso e a leitura das vitrines.

Código de Edificações

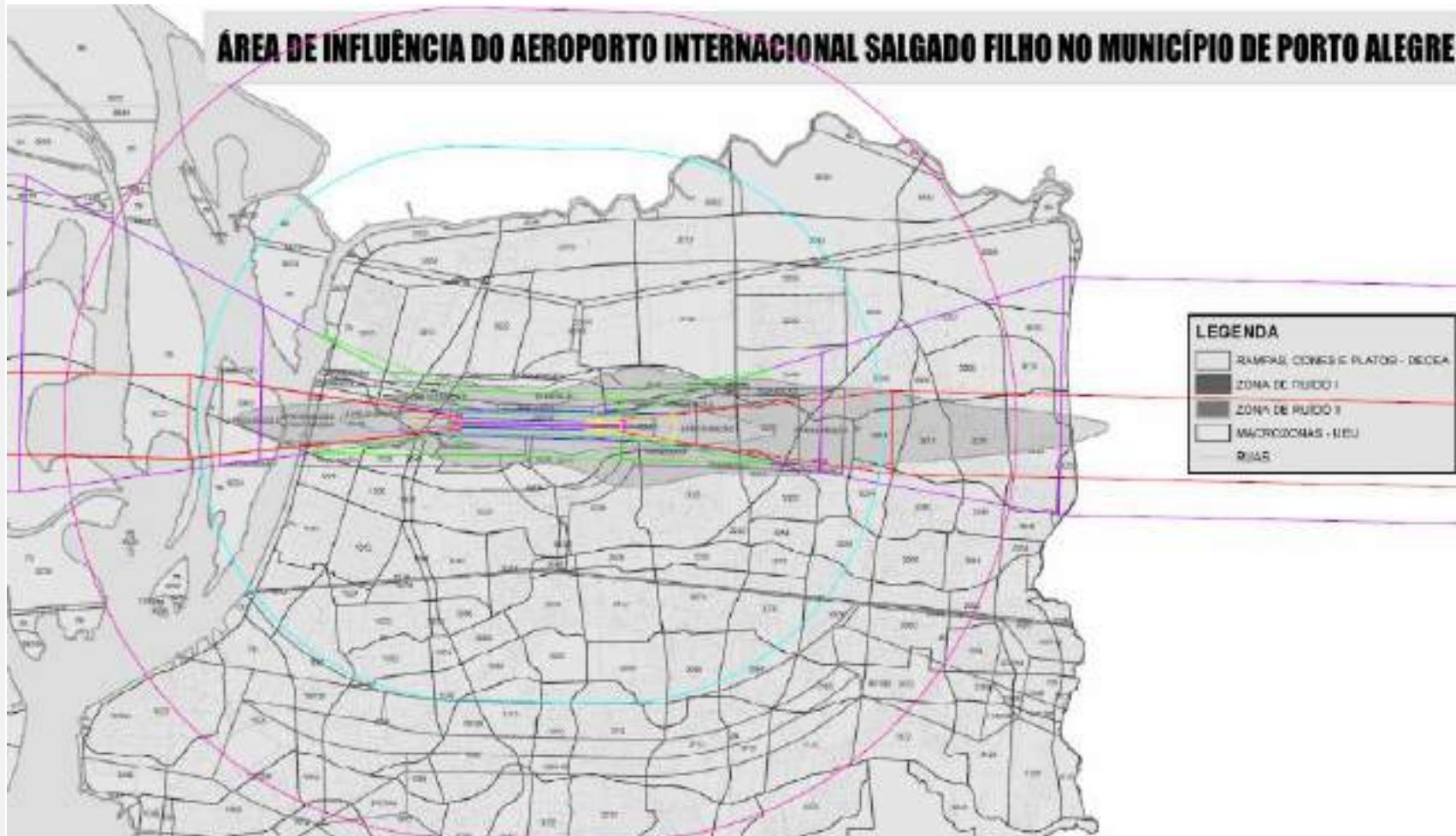
Sua Contribuição às Induções Tipo-morfológicas;

- Muros construídos junto à divisa;
- Evolução dos materiais construtivos;
- Elementos de cobertura sem apoio no recuo de jardim (estrutura robusta ou construção pós Habite-se);
- Pátios de Iluminação e Ventilação: Relacionado ao número de pavimentos e não a altura da edificação (Anexo 05);
- Apartamento de Zelador (Obrigatório para mais de 16 apartamentos);
- Prédios mistos com acessos e circulações totalmente independentes;
- Pé-direito mínimo de 2,60m: Para atender a NBR de Desempenho (15575/13) rompe com módulo de altura do PDDUA;



Sobreposição de Normas

Insegurança por parte dos Agentes do Setor Imobiliário;



- Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR);
- Inventário do Patrimônio Cultural (Caso do Petrópolis);
- Legislação de Incêndio e Código de Obras X NBR 9050 (Largura das Escadas e Rampas);
- Legislação de Incêndio: Escadas com degraus balanceados, compartimentação vertical entre as unidades;

Existe uma noção popular de que os [problemas urbanos contemporâneos surgiram pela falta de planejamento](#). Porto Alegre se desenvolveu através de um [controle regulatório excessivo](#). Como resultado disso verificam-se edificações “pobres arquitetonicamente”, além de uma ruptura da malha urbana, fragmentada e descontínua, espraiada e com uma infraestrutura de difícil e custosa manutenção.

Conclusão

- [Normas Morfológicas](#): Relações de alinhamento e gabarito, [maior liberdade de composição](#) e manuseio de elementos de arquitetura;
- [Normas Modernas](#): Edifício sem compromissos com a cidade tradicional, sujeito a normas abstratas de configuração ([vinculadas ao lote e não à configuração urbana](#)), gerando fortes induções no projeto;
- Oportunidade de crescimento qualitativo;





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre. 2006. 365 p. : il.
- ALMEIDA, Maria Soares de. Transformações Urbanas. Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade; Porto Alegre 1937/1961. São Paulo: USP, 2004.
- LING, Anthony. Guia de Gestão Urbana. São Paulo: BEI, 2017.
- NETTO, Vinicius M. et al (org.). Efeitos da Arquitetura: Os Impactos da Urbanização Contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH, 2017.
- PANIZZI, Wrana (Org.). Outra Vez Porto Alegre – A cidade e seu planejamento. Porto Alegre: Ed. Cirkula, 2016.
- PETERSEN, Rodrigo. Arquitetura, Forma Urbana e Legislação em Porto Alegre: A Indução Tipo-morfológica das Edificações. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- PORTO ALEGRE (CIDADE). Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre PDDUA (Lei Complementar nº 646/10). Porto Alegre: PMPA/SPM, 2010.

Obrigado

Rodrigo C. Petersen



+55 51 99939-2923



rodrigo@petersenarquitetura.com.br



www.petersenarquitetura.com.br



PETERSEN
arquitetura urbanismo

Conferência de avaliação do PDDUA/PoA

Fabian Scholze Domingues
UFRGS/FCE
Março de 2023

Questões metodológicas

Avaliação de Políticas Públicas baseadas em evidências

- Demografia importa para avaliação e planejamento de PPs de longo prazo
- O mercado de trabalho é o principal mercado da economia
- Falta de dados do Censo prejudica a avaliação do PDDUA
- Pobreza é um problema econômico

Redes de empresas e Arranjos Produtivos Locais (APLs)

- Conferem dinamismo econômico de longo prazo: melhores salários, maior tempo de permanência no posto, maior encadeamento na economia, maior VAB.
- Identificar e avaliar a estrutura econômica dos APLs de PoA e sua evolução.
- Incentivar os APLs já existentes
 - Saúde, Educação, Indústrias criativas e culturais, Startups, Comércio especializado, Produção local de alimentos...

Avaliar polarizações, sinergias, elos faltantes, pontos fracos e incentivos aos APLs existentes

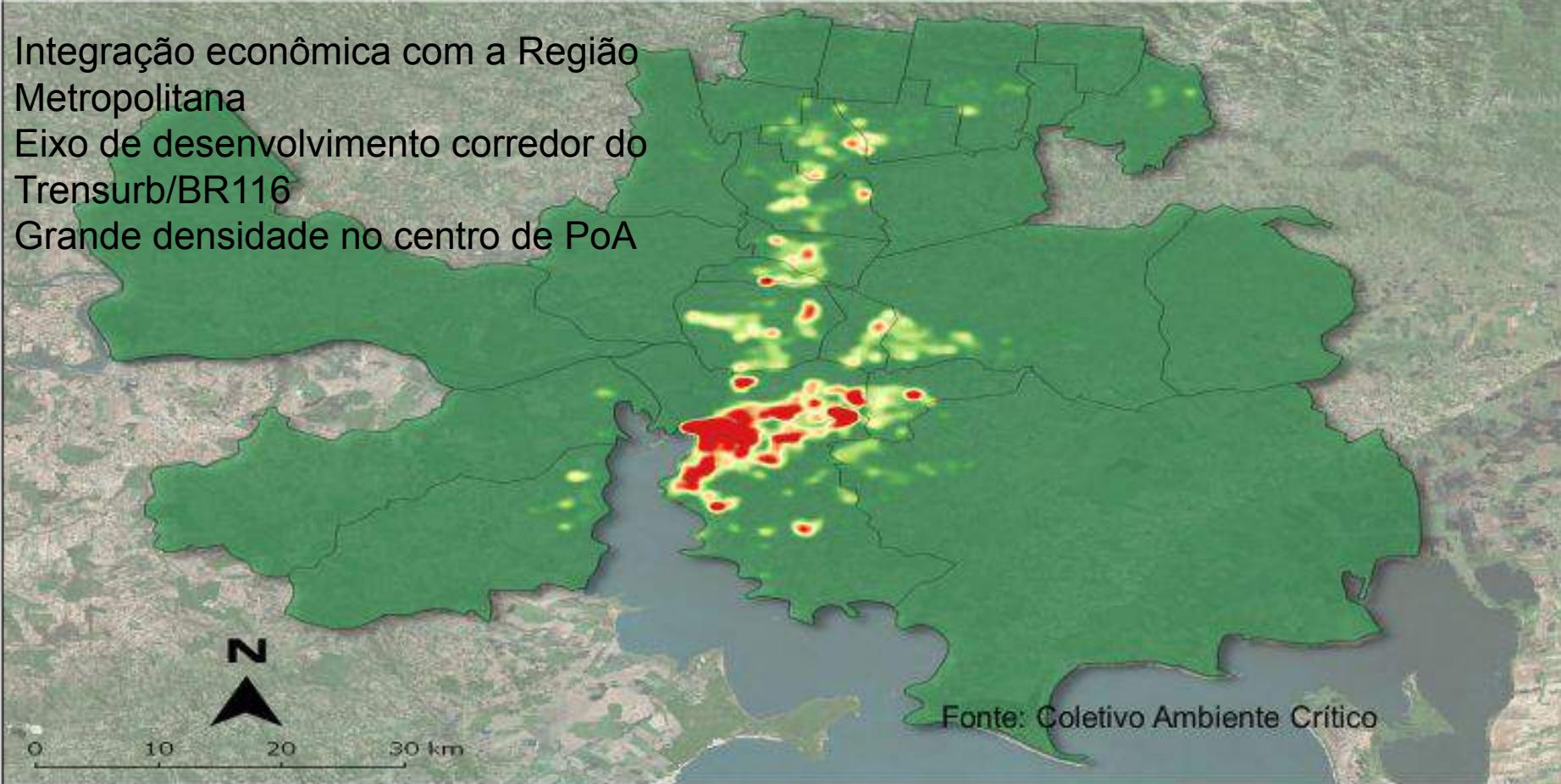
- Dentro e entre os APLs municipais
- Elos econômicos com a Região Metropolitana
- Educação, saúde e startups

Mapa de Densidade Populacional

Integração econômica com a Região Metropolitana

Eixo de desenvolvimento corredor do Trensurb/BR116

Grande densidade no centro de PoA



Fonte: Coletivo Ambiente Crítico

**Ranking of the 300 largest metro areas on Economic Performance Index,
2014-2016**

Rank '14- '16	Metro	Country	Region	Income group	Employment, '14-'16 Growth Rate	GDP per capita, '14-'16 Change (thousands)	GDP per capita, '14-'16 Growth Rate	GDP per capita, '14-'16 Change (thousands)	Rank '00- '16
1	Dublin	Ireland	Western Europe	Advanced	2.5%	41.6	21.2%	37.9	3
2	San Jose	United States	North America	Advanced	3.4%	69.3	7.5%	16.2	15
3	Chengdu	China	China	Emerging	5.9%	860.7	7.2%	1.2	12
4	San Francisco	United States	North America	Advanced	3.8%	166.6	4.1%	6.8	133
5	Beijing	China	China	Emerging	2.8%	659.1	6.3%	1.6	7
6	Delhi	India	Emerging Asia-Pacific	Emerging	4.7%	621.0	6.6%	0.5	75
7	Manila	Philippines	Emerging Asia-Pacific	Emerging	5.7%	543.7	5.5%	0.7	127
8	Fuzhou	China	China	Emerging	6.0%	315.1	7.8%	1.5	38
9	Tianjin	China	China	Emerging	2.5%	436.1	7.6%	2.2	5
10	Xiamen	China	China	Emerging	5.4%	317.3	7.1%	1.7	13

292	Porto Alegre	Brazil	Latin America	Emerging	-0.9%	-36.8	-3.7%	-0.9	253
293	Lima	Peru	Latin America	Emerging	-2.3%	-242.4	1.1%	0.2	155
294	Brasilia	Brazil	Latin America	Emerging	-1.1%	-47.5	-3.2%	-1.3	186
295	Belo Horizonte	Brazil	Latin America	Emerging	-2.1%	-100.6	-5.6%	-1.2	228
296	Curitiba	Brazil	Latin America	Emerging	-3.9%	-143.2	-6.1%	-1.6	266
297	Edmonton	Canada	North America	Advanced	1.4%	20.9	-5.9%	-7.5	179
298	Sao Paulo	Brazil	Latin America	Emerging	-2.0%	-412.4	-5.8%	-1.9	120



Assunto (escolha o assunto e clique na seta a direita)

Censos

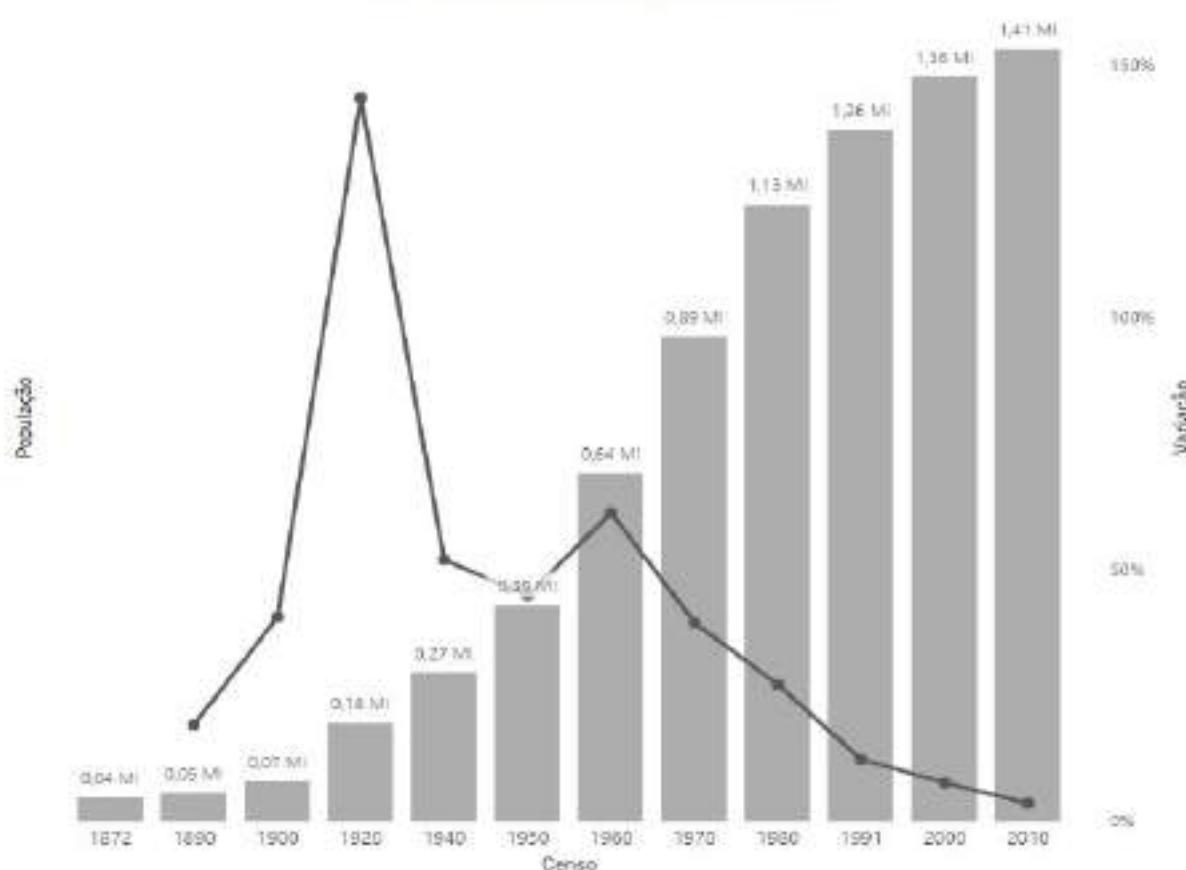
Censo

Todos

Crescimento Populacional de Porto Alegre

Censo	População	Varição
1872	43.998	
1890	52.421	19,14%
1900	73.647	40,49%
1920	179.263	143,41%
1940	272.232	51,86%
1950	394.151	44,78%
1960	635.125	61,14%
1970	885.545	39,43%
1980	1.125.477	27,09%
1991	1.263.403	12,23%
2000	1.360.590	7,68%
2010	1.409.351	3,58%

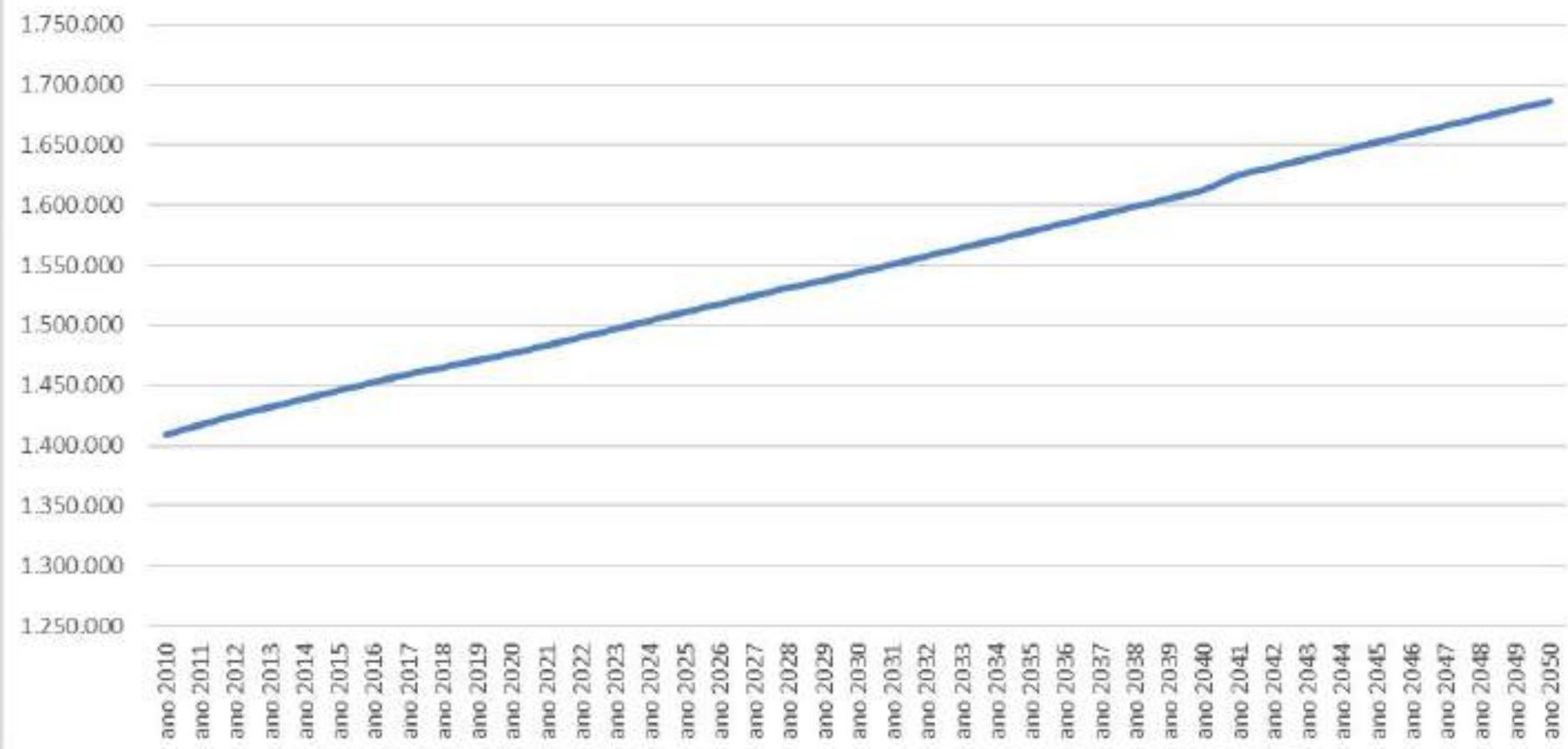
Fonte: IBGE

Crescimento Populacional de Porto Alegre

Sobre a cidade

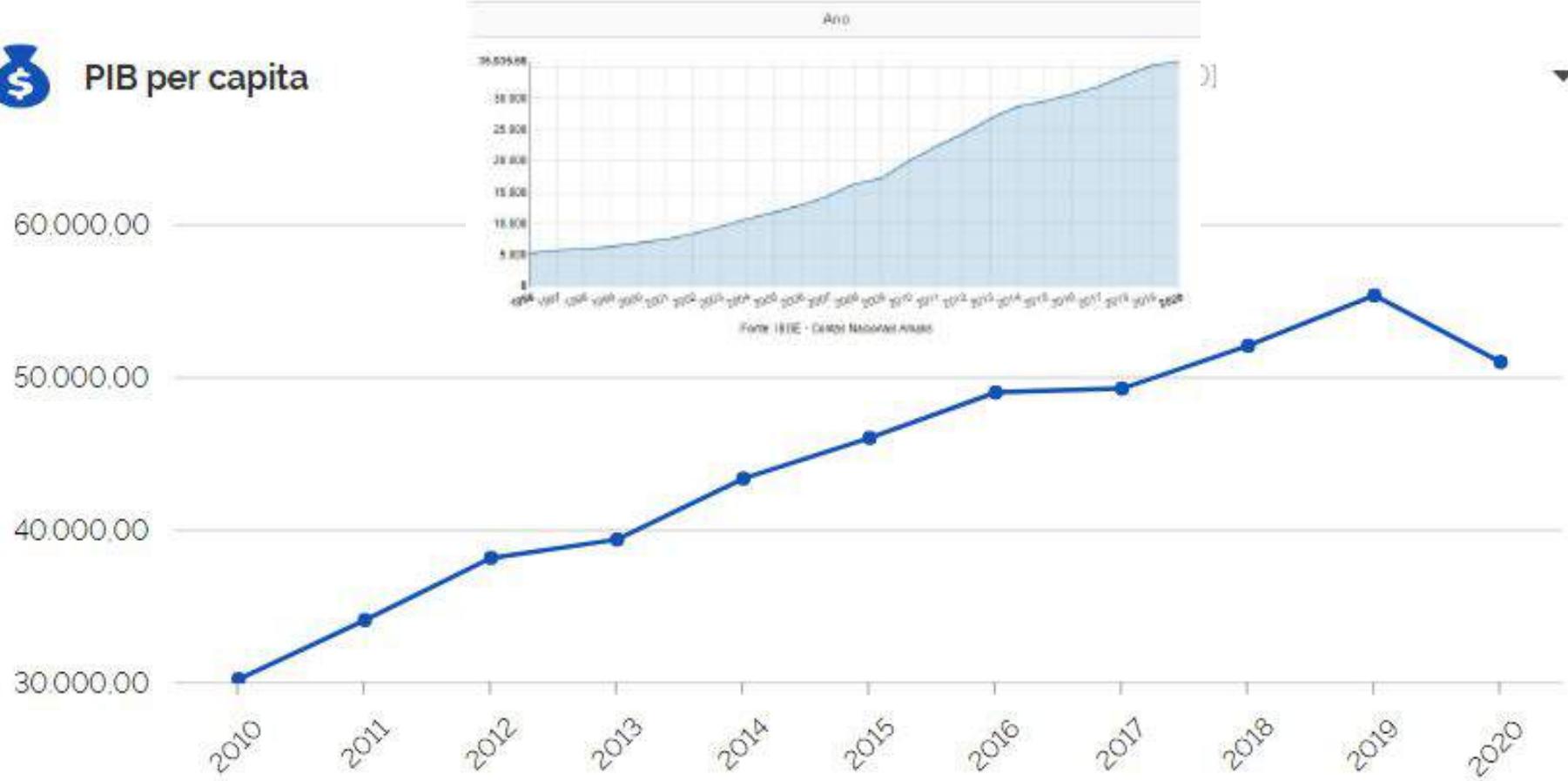


Porto Alegre - População 2010 - 2050





PIB per capita



Anos	Participação %		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1939	0,80	23,51	75,69
1970	0,14	21,89	77,97
1980	0,13	21,62	78,25
2002	0,09	13,50	86,41
2003	0,09	14,07	85,84
2004	0,08	15,44	84,48
2005	0,06	14,27	85,67

Fonte: FEE/IBGE

Concentração de empregos formais na região de Porto Alegre em 01/01/2017

Setor	Nº Empregos	% Porto Alegre	% RS	%Brasil
Serviços	521598	50,09%	52,82%	3,11%
Comércio	216728	20,81%	36,15%	2,40%
Indústria de Transformação	196381	18,86%	30,11%	2,71%
Construção Civil	54966	5,28%	46,70%	2,45%
Administração Pública	37241	3,58%	66,80%	4,39%
Serviços Industrial de Utilidade Pública	9233	0,89%	36,64%	2,23%
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	4286	0,41%	4,84%	0,28%
Extrativo Mineral	905	0,09%	14,87%	0,47%
Total	1.041.338	41,12%	2,72%	

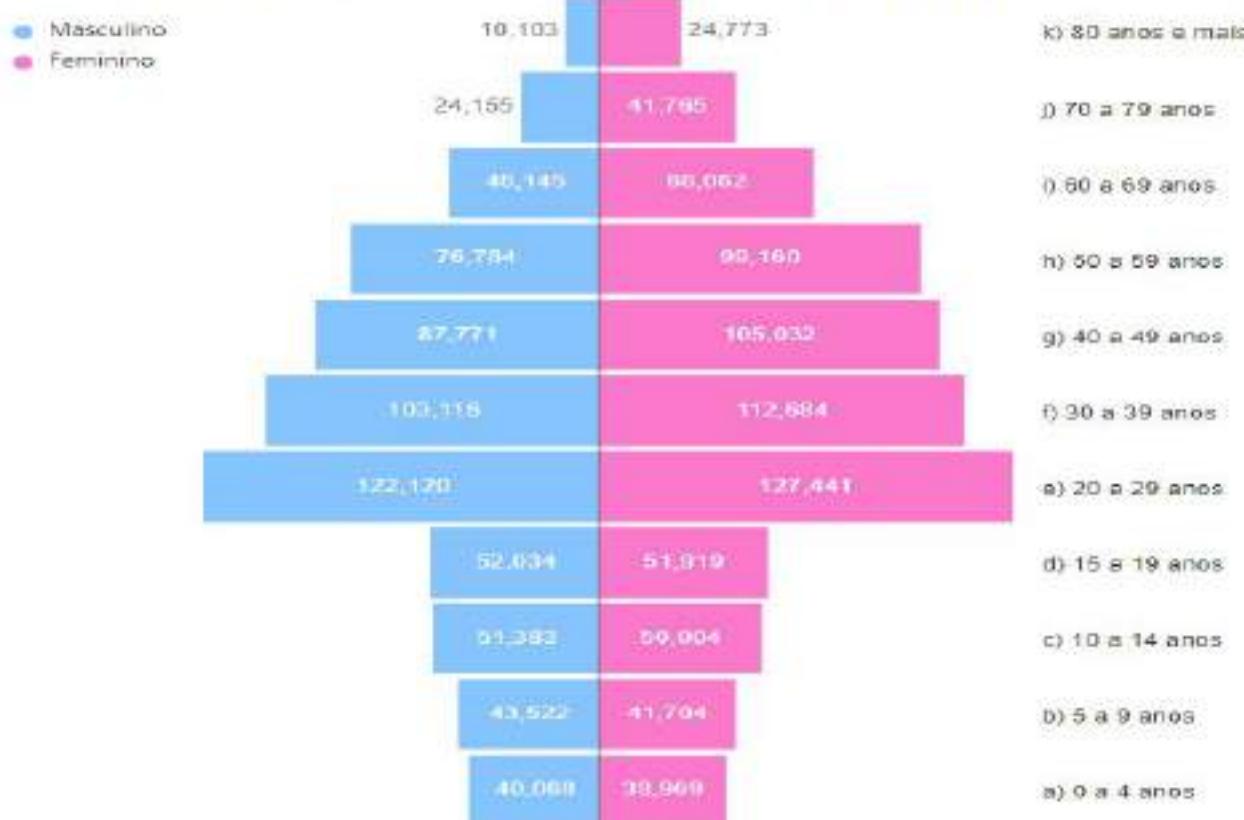
Fonte: CAGED, 2018.

Ano

2012

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Distribuição da população de Porto Alegre por sexo, segundo os grupos de idade

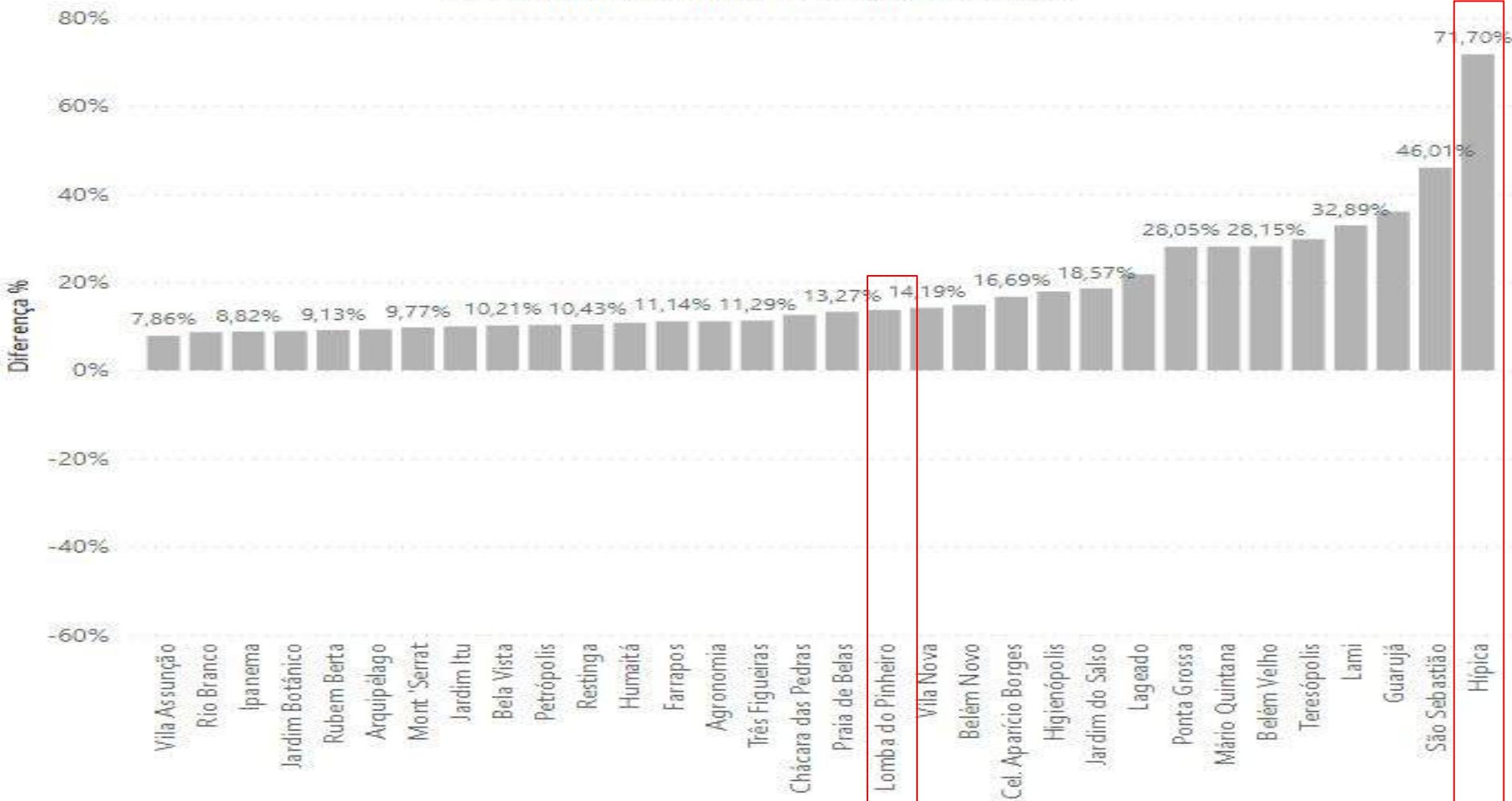


Território	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010	Diferença %
Cidade de de Porto Alegre	1.360.590	1.409.351	3,58%
Total	1.360.590	1.409.351	3,58%

Bairros mais populosos de Porto Alegre 2000 - 2010

Território	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010	Diferença %
Sarandi	90.120	91.366	1,38%
Rubem Berta	68.206	74.522	9,13%
Restinga	54.993	60.729	10,43%
Santa Tereza	59.412	55.505	-6,58%
Lomba do Pinheiro	42.653	48.498	13,70%
Partenon	47.750	45.707	-4,28%
Centro Histórico	36.893	39.154	6,13%
Petrópolis	34.593	38.155	10,30%
Vila Nova	33.390	38.127	14,19%
Mário Quintana	29.066	37.234	28,10%
Menino Deus	30.792	31.650	2,79%
São José	30.406	30.073	-1,10%
Bom Jesus	31.215	28.738	-7,94%
Cristal	29.943	27.661	-7,62%
Passo das Pedras	24.549	25.896	5,49%
Jardim Carvalho	25.076	25.323	0,99%
Santana	25.028	24.638	-1,56%
Ipanema	20.884	22.726	8,82%
Cascata	27.301	22.596	-17,23%
Passo D'Areia	20.385	21.364	4,80%
Vila Ipiranga	20.951	20.958	0,03%
Nonoai	21.826	20.296	-7,01%
Hípica	11.786	20.237	71,70%
Total	1.360.590	1.409.351	3,58%

Crescimento Demográfico (%) 2010-2000



Crescimento Demográfico (%) 2010-2000

Diferença %

80%

60%

40%

20%

0%

-20%

-40%

-60%

-54,57%
-22,86%
-17,23%

São João

Cascata

Vila Jardim

Santa Maria Goretti

Jardim Floresta

Jardim Floresta

Pedra Redonda

Cavalhada

Farroupilha

Camaquã

Chapéu do Sol

Moinhos de Vento

Jardim Sabará

Santo Antônio

Vila Conceição

Bom Jesus

Cristal

Medianeira

Nonoai

Boa Vista

Santa Tereza

Campo Novo

Vila João Pessoa

São Geraldo

Independência

Partenon

Jardim São Pedro

Serraria

Navegantes

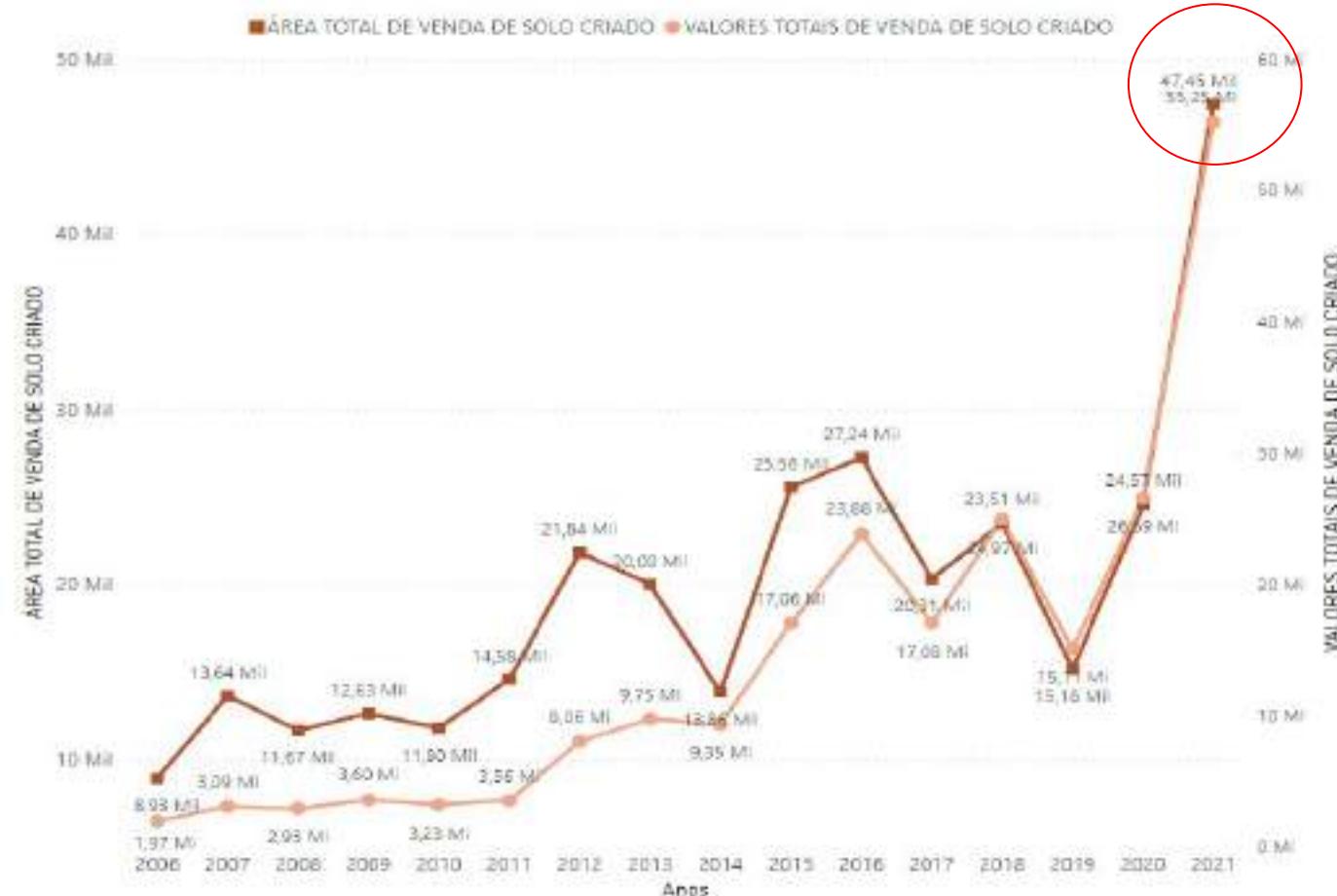
Auxiliadora

Azenha

Esprito Santo

Aquisição de Solo Criado

Anos	ÁREA TOTAL DE VENDA DE SOLO CRIADO	VALORES TOTAIS DE VENDA DE SOLO CRIADO
2006	8.939,77	1.970.532,16
2007	13.639,77	3.085.142,10
2008	11.670,91	2.927.823,90
2009	12.627,36	3.601.747,20
2010	11.795,15	3.230.236,18
2011	14.583,85	3.556.669,62
2012	21.835,56	8.059.512,06
2013	20.001,80	9.753.870,83
2014	13.858,61	9.351.653,63
2015	25.560,56	17.060.911,14
2016	27.238,38	23.882.186,97
2017	20.312,54	17.002.057,50
2018	23.513,57	24.969.483,22
2019	15.179,80	15.105.343,33
2020	24.574,72	26.588.247,84
2021	47.454,29	55.246.777,21
Total	312.780,64	225.474.994,95



Fonte: SMAMUS

Notas:

(1) Inclui Adensável, Não Adensável, de Pequeno Adensamento, de Médio Adensamento e Grande Adensamento.

Mapa da pobreza de Porto Alegre (2008)

- Avaliar tendências das habitações e conglomerados subnormais
- Incluir as ilhas no PDDUA
- Usar recursos de solo criado para habitação de interesse social
- Prevenir desastres e aumentar resiliência



Arranjos produtivos locais

Desenvolvimento como melhoria da qualidade do emprego

características da força de trabalho dos principais *clusters* da Região Metropolitana de Porto Alegre:

Condições Gerais de Trabalho	ARRANJO PRODUTIVO	Jornada Média Semanal (Hrs semanais)	Remuneração Média Mensal (Salários mínimos)	Tempo Médio de Permanência no Posto de Trabalho (Meses)
	Coureiro Calçadista	43,0	2,07	41,0
	Saúde Humana	37,0	4,25	86,8
	Componentes Eletrônicos e TI	41,0	5,05	57,7
	Máquinas e Equipamentos	43,0	3,96	77,7
	Automobilístico	42,0	3,88	74,4
	Químico e petroquímico (RMPA)	41,0	6,53	94,6
	Educação Superior	34,0	7,27	121,0

- ✓ Jornadas
- ✓ Remuneração
- ✓ Estabilidade

Resultados médios anuais para 2017

Paraguai

Santa Catarina

Argentina

Instituições de Educação Superior no RS - 2017

organização acadêmica

- Universidade
- Centro Universitário
- Faculdade
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

1 ponto = 1 Instituição (SEDE)

Cluster educacional

Fonte: MEC

Elaboração: SPGG/DEPLAN - 12/2017

0 50 100 150 Km

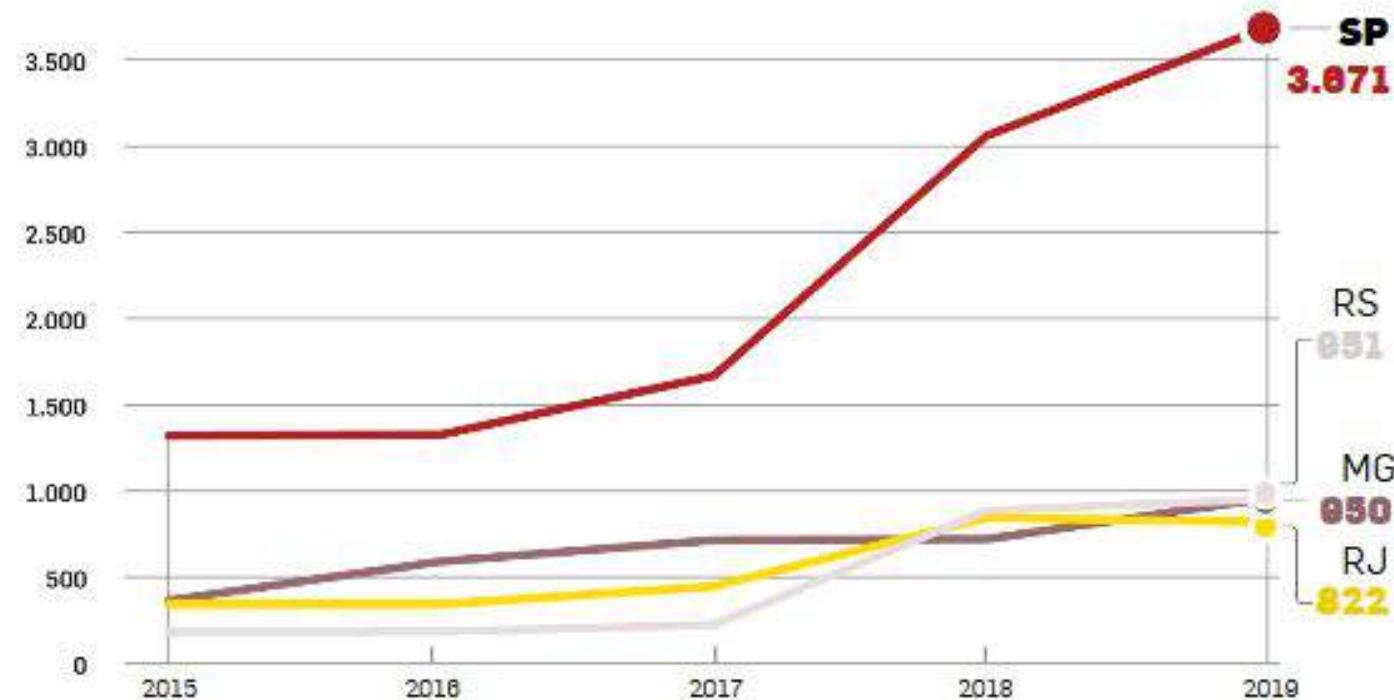


Cluster de Tecnologias para a Saúde



Ranking

Rio Grande do Sul passa MG e RJ em número de startups





**CONEXÕES
QUE ACELERARAM
A INOVAÇÃO.**

**SOMOS
UM HUB**

CONECTAMOS PESSOAS E INICIATIVAS

BUSCAMOS COMPETITIVIDADE

FOMENTAMOS O ECOSSISTEMA

NOSSO PROPOSITO

Queremos fazer transformações concretas e positivas em nosso Estado, promovendo a inovação e conectando todos que são apaixonados por este propósito.



MISSÃO

FOMENTAR O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO CONECTANDO TODOS OS QUE VIBRAM APAIXONADAMENTE POR ESTE PROPÓSITO.

VISÃO

SER RECONHECIDO GLOBALMENTE COMO UM HUB DE INOVAÇÃO DE ALTA GERAÇÃO DE IMPACTO.

VALORES

- // SIMPLICIDADE
- // HANDS ON
- // TIME DO DALE







ONE STOP SHOP DA INOVAÇÃO

PARA STARTUPS, CORPOERAÇÕES, UNIVERSIDADES E PODER PÚBLICO.

1. FESTIVAL PERMANENTE

Promover encontros e conexões que potencializam a geração de negócios, aprendizados e a vivência da cultura de inovação através de uma agenda permanente e recorrente.

2. PROGRAMAS DE INOVAÇÃO

Impulsionar conexões e negócios e proporcionar um aprendizado mais aprofundado para os times e as empresas.

3. SERVIÇOS DE INOVAÇÃO

Impulsionar a cultura de design, pesquisa e dados através de serviços que são oferecidos em parceria com empresas que fazem parte do hub.

4. PROJETOS EM EBULIÇÃO

Desenhar projetos a partir de oportunidades mapeadas na comunidade e no mercado.

PARA CORPORATES E STARTUPS	
	
CALDEIRA RECEBE	MASTERCLASS CALDEIRA
SESSIONS	CALDEIRA INSIGHTS
MEETUP	MATCHMAKING
EVENTOS SAZONALIS E DATAS ESPECIAIS	HAPPY HOUR
ONBOARDING	
EVENTOS COM PARCEIROS	

PARA STARTUPS	EBULIÇÃO Acelerar e desenvolver startups em estágio de tração/scale up.
PARA CORPORATES E STARTUPS	MVP Capacitar startups em estágio de validação.
PARA CORPORATES	CONECTA Conectar as empresas com startups através de desafios reais.
PARA CORPORATES	MISSÕES Learning journeys imersivas e transformadoras nos principais hubs de inovação do mundo.
PARA CORPORATES	MESA Aprofundar em dores transversais do mercado através de temáticas conectadas com a nova economia.
PARA CORPORATES	INNOWAY Mensurar a maturidade de inovação da empresa em comparação com o mercado.

D SPACES FACILITAÇÃO DE WORKSHOPS E SPRINTS DESIGN PRODUTOS
RS TECH + OBSERVA CULTURA DE DADOS PESQUISAS E CURSOS
PARA CORPORATES E STARTUPS

CLUSTER GAMER
GOV HUB
AGROTECH
HEALTHTECH

5. AÇÕES E ATIVAÇÕES DE MARCA NO HUB



CAMPUS CALDEIRA



// SEGUNDO ANDAR - CAMPUS - CALDEIRA

// MANTENEDORES





nova **geraçāo**



FORMAÇÃO DE NOVOS TALENTOS

Potencializar e expandir o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul, através de ações concretas em **educação e formação de talentos para nova economia**.

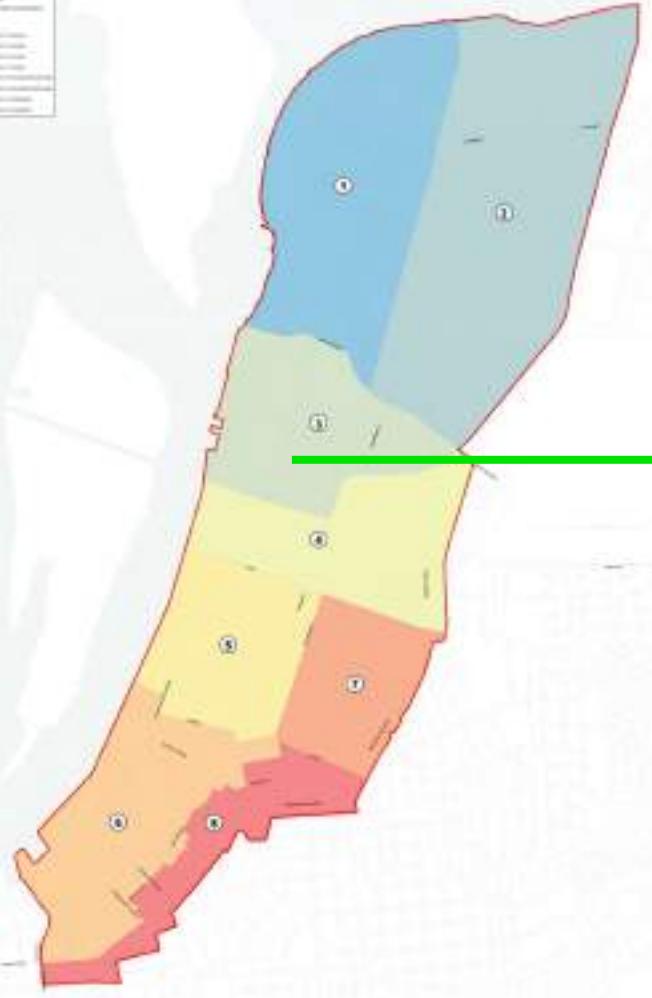
// NOVA GERAÇÃO - CALDEIRA



QUARTO DISTRITO

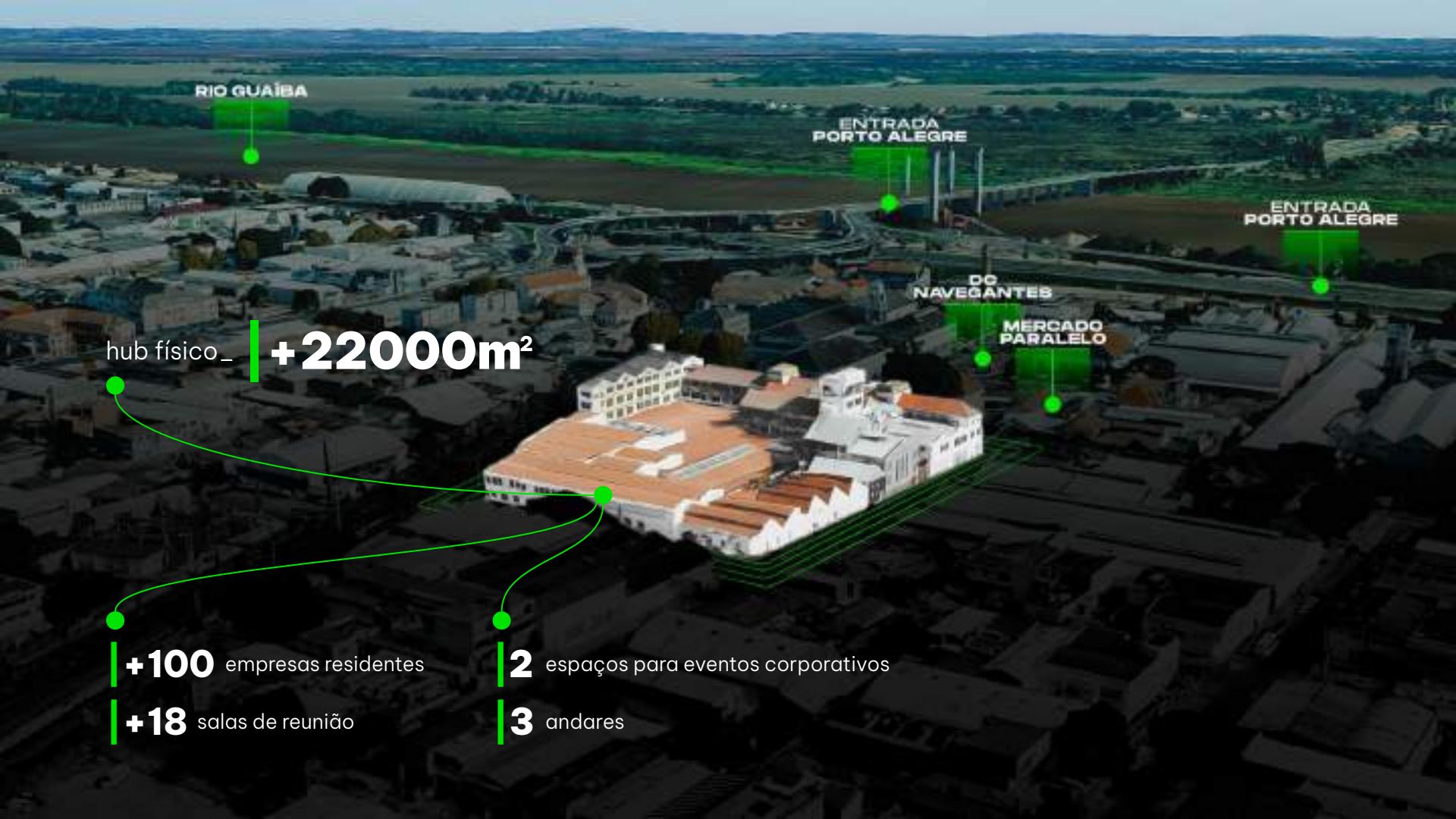


// 4D - CALDEIRA



Dos setores de desenvolvimento + 4D





hub físico_

+22000m²

+100 empresas residentes

+18 salas de reunião

2 espaços para eventos corporativos

3 andares

The background of the image is a high-angle aerial photograph of an industrial complex. The complex is filled with numerous buildings, mostly with light-colored roofs, and some taller structures like chimneys. The surrounding area is a mix of industrial land and green, agricultural fields. The sky is clear and blue.

// LOCALIZAÇÃO_MASTERPLAN



Região de intervenções

IA



CHARRETE DISTRITO DA INOVAÇÃO

Charrete para o masterplan do Distrito da Inovação contou com diferentes agentes e instituições que foram **separados em 03 grupos**.

- // Prefeitura de Porto Alegre
- // ASBEA
- // Associação gaúcha de startup (AGS)
- // Sinduscon
- // Fintech Yours Bank
- // Representantes do setor da educação, esporte e hotelaria

The background of the image is a high-angle aerial photograph of a sprawling industrial or manufacturing facility. The complex is densely packed with a variety of buildings, mostly featuring light-colored, flat roofs. Several tall, dark smokestacks rise from the buildings, emitting plumes of white smoke into the sky. The facility is situated in a rural area, with green fields and rolling hills visible in the distance under a clear blue sky.

// MAPA_MENTAL



SÍNTESE ESPACIAL

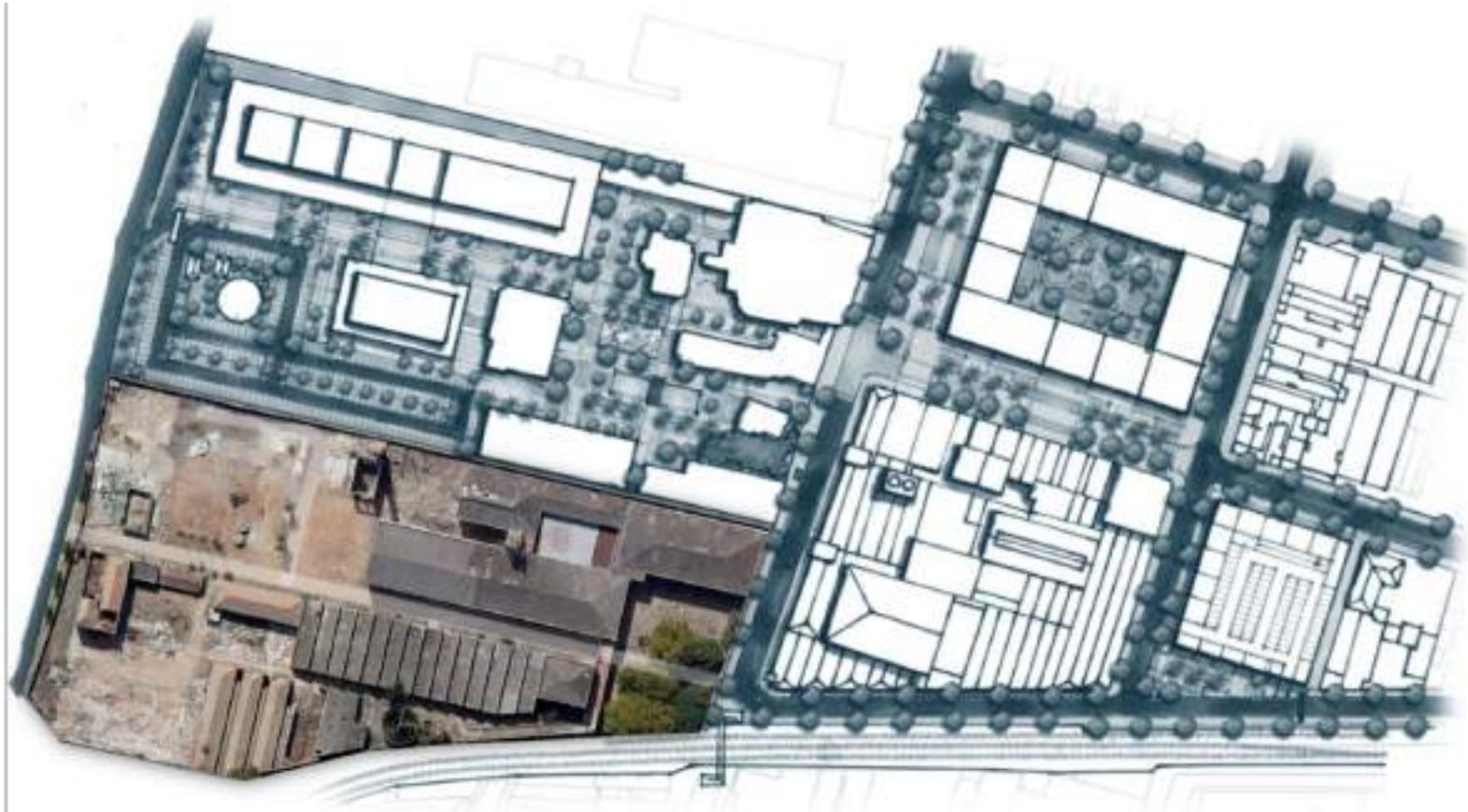


SÍNTESE ESPACIAL

The background of the image is a dark, grainy aerial photograph of a city. The city is filled with numerous buildings, mostly industrial structures with white and grey roofs. In the distance, there are green fields and some hills. The overall tone is dark and moody.

// **IMPLEMENTAÇÃO**_partido geral











Intersection of economy-shaping, place-making, and network-building.

Innovation districts are, in essence, the physical manifestation of a changing time where the inherent characteristics of the city are enablers of heightened connectivity and knowledge exchange.

Advanced Manufacturing Innovation District (AMiD)

Sheffield, United Kingdom

Top Research/Innovation Strengths:

- Advanced materials with specializations in metals, composites, light weighting, and industry 4.0.
- Energy generation, storage, management, and security.
- Healthcare technology.

Key Anchor Institutions:

The Advanced Manufacturing Research Centre (AMRC) with Boeing, AMRC, Light Weighting Facility, AMRC Casting Factory, AMRC, Royce Transmissions Centre, AMRC, Nuclear AMRC, Energy 2050, AMRF Technology Centre, Dynamics Laboratory for Ventilation and

Validation (DURANano UAV, Integrated Civil Infrastructure Research Centre (ICAR), Advanced Wellbeing Research Centre, UKARCC and Centre for Child Health Technology).

Number of companies and start-ups:

300 companies across the research campus; more than 130 advanced manufacturing businesses across the wider AMiD.

Housing:

The AMiD is situated adjacent to the residential site of University where over 2,000 new homes have been approved for construction.

Public transportation:

The AMiD has 11 bus stops and three bus routes. Nearby train connecting Sheffield and Rotherham.

Amenities:

Calls, caravans/camping facilities, kids/teen Nurseries, and head apartments.

1500 hectares or 3700 acres

Melbourne Innovation District (MID)

Melbourne, Australia

Top Research/Innovation Strengths:

- Biomedicine
- Digital, data and emerging technologies
- Advanced manufacturing

Key Anchor Institutions:

The University of Melbourne, RMIT University Melbourne, Royal Melbourne Hospital, Royal Women's Hospital, Children's Hospital.

Number of companies and start-ups:

As of 2012, the MID was home to approximately 2000 businesses.

Housing:

As of 2012, the MID had roughly 39,000 housing units with an additional 6000 housing units under construction, including 3000 student apartments. An additional 4000 housing units have been approved for development, which include 1900 student apartments.



Wake Forest Innovation Quarter

Winston-Salem, United States

Top Research/Innovation Strengths:

- Regenerative medicine
- Digital/consumer analytics
- Biomedical engineering

Key Anchor Institutions:

Wake Forest School of Medicine, Wake Forest University, Hargrave, Inc.

Number of companies and start-ups:

The Innovation Quarter is home to 140 companies and 80 start-ups.

Housing:

There are over 1,200 units of housing within the Innovation Quarter.

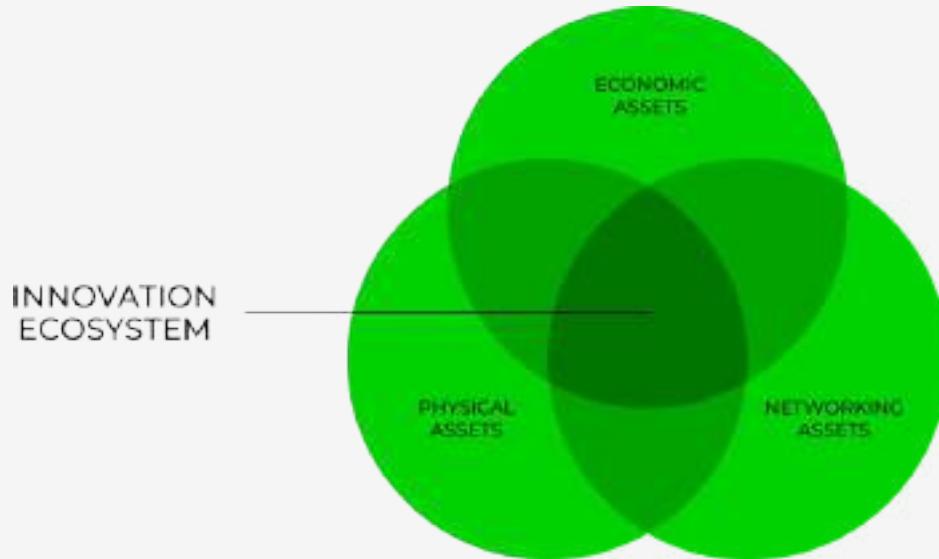
Public transportation:

Connected by the Piedmont Area Regional Transit (PART). The Innovation Quarter is also within walking distance of the Winston-Salem Multimodal Transportation Center—a modernized hub that connects people to numerous transit lines.

Amenities:

Amenities include Bailey Park, a 1.6-acre publicly accessible green space for hosting community events; the Long Branch Trail, a 1.7-mile paved trail that connects to the city's 30 miles of greenway system; Coal Hill, a 14,000-squares-foot entertainment venue behind the renovated Bailey Power Plant; five restaurants within the district and 10 restaurants/bars/clubs within walking distance.





// The strategies are:

- 1_** creating a clear competitive advantage
- 2_** building critical mass
- 3_** facilitating convergence
- 4_** developing quality of place
- 5_** orchestrating a “buzzing,” connected community.



**CONEXÕES
QUE ACELERARAM
A INOVAÇÃO.**

The background of the slide is a blurred aerial photograph of a city skyline, likely Porto Alegre, featuring a bridge over a river and a dense urban area with numerous buildings.

ANÁLISE JURÍDICA DOS PROJETOS ESPECIAIS DE IMPACTO URBANO DE 2º. GRAU

ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER

Doutora em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS

Mestre em Direito (UFPR)

Promotora de Justiça da Promotoria do Meio Ambiente de Porto Alegre

O que são Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º. Grau?

Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º. Grau consistem em uma proposição de empreendimento ou atividade que, em função de sua **natureza ou porte, geram impacto urbano-ambiental** e, em muitos casos, não se enquadram no regime urbanístico vigente, **necessitando análise diferenciada para potencial aprovação**



Projetos Especiais de Impacto Urbano – Porto Alegre



Carrefour – Passo da Areia (1990)

Flexibilização do Plano Diretor – regime urbanístico, altura, recuos, vagas de estacionamento

Obrigações Termo de Compromisso

- sistema viário: criação de novas avenidas e pagamento da desapropriação
- proteção do pequeno agricultor
- incentivo para o comércio local
- criação de uma creche
- reciclagem de resíduos
- emprego para maiores de 30 anos

Histórico normativo dos Projetos Especiais

Plano Diretor de 1979 (LC 158/1987): arts. 142, 159 e 169 remetiam a tomada de decisões “ao critério” dos técnicos do Município, desde que não houvesse “prejuízo”, conceito este que é indeterminado e sujeito à interpretação dos técnicos.

PDDUA (LC 434/99) – Arts. 54 a 64 – **Operação concertada**

Previsão de EVU e exigência de avaliação de impactos urbanísticos e ambientais.

LC 646/2010 – Art. 54 e seguintes: **Empreendimentos que demandassem flexibilização de alguns padrões urbanísticos, com área superior a 5.000 m² na MZ 1 e 10.000 m² nas demais MZs.**

Art. 56, Parágrafo único. As **obras de implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, da malha viária, e outras que se tornarem necessárias em função dos impactos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias**, serão, no que couber, de **responsabilidade do empreendedor**.

Potencial de Impacto dos Projetos Urbanos



Figura 2 - Projeto "sem impacto". Fonte: SMAMS/PMPA, 2020a



Figura 3 - Projeto Especial de Impacto Urbano de 1º grau. Fonte: SMAMS/PMPA, 2020a



Figura 4 - Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau. Fonte: SMAMS/PMPA, 2020a

Fonte: RIBES, 2022

Características dos Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º Grau

Instrumento do **Planejamento Estratégico de Cidades**

Ênfase na “performance” em detrimento do urbanismo normativo

Flexibilidade

Ênfase na gestão por projetos

Exigência de avaliação de impactos (multidisciplinar) e de participação social

Espaço de **concertação urbanística** para solução de impactos e tomada de decisões



Outros Projetos Pontuais de Grande Porte



Transformação
Urbana
Localizada
Salvador

Operação
Urbana
Simplificada
Belo Horizonte

Outorga
Onerosa de
Alteração de
Uso
Fortaleza

Discricionariedade Técnica - Art. 58 - PDDUA

- Art. 58. A critério do SMGP, nas hipóteses previstas no Anexo 11 desta Lei Complementar, mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, poderão ser alterados os padrões previstos para recuos de ajardinamento, regime de atividades, regime volumétrico, parcelamento do solo, garagens e estacionamentos.
- Parágrafo único. Os padrões previstos para o IA e Quota Ideal mínima por terreno somente poderão ser alterados por lei específica.

Previsão dos Projetos Especiais de 2º. Grau

- Art. 61. Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau é a proposta de empreendimento, atividade ou plano conjunto de parcelamento e edificação que, pela característica do impacto gerado, se classifica em:
- I – por obrigatoriedade, devendo atender a condicionantes e solucionar impactos inerentes à atividade ou ao empreendimento proposto, nos casos previstos no Anexo 11.2, fls. 1 e 2, desta Lei Complementar; ou
- II – **por solicitação, com base neste artigo e no Anexo 11.2, fl. 3, desta Lei Complementar:**
- (a) **de regime urbanístico específico com acréscimo na altura, visando à qualificação da paisagem urbana,** para terreno que configure, na totalidade, 1 (um) quarteirão ou com área mínima de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) na MZ 01 e de 10.000m² (dez mil metros quadrados) no restante das Macrozonas, situado na Área de Ocupação Intensiva;
- b) de regime urbanístico específico sem acréscimo na altura, visando à **qualificação da paisagem urbana, para terreno que configure, no mínimo, 1 (uma) testada contígua e integral de quarteirão ou com área mínima de 5.000m² (cinco mil metros quadrados) na MZ 01 e de 10.000m² (dez mil metros quadrados) no restante das Macrozonas, situado na Área de Ocupação Intensiva;**
- c) de regime urbanístico específico, **visando à qualificação da paisagem urbana**, para terreno situado em Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência Cultural; ou

- d) de alteração do percentual de doação de áreas públicas, para parcelamento do solo, com significativo comprometimento do terreno com a preservação de Patrimônio Ambiental, podendo ser solicitado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM – instrumento de avaliação de impacto ambiental.
- § 1º Para fins de aplicação do Anexo 11.2 desta Lei Complementar, considera-se de grande porte o empreendimento ou atividade com área adensável superior a 30.000m² (trinta mil metros quadrados) ou com guarda de veículos superior a 400 (quatrocentas) vagas.
- § 2º A análise e as exigências por parte do SMGP no EVU ficarão restritas aos quesitos objeto da solicitação, considerada a totalidade dos impactos gerados.

Distribuição dos 99 Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º. Grau – 2013-2019

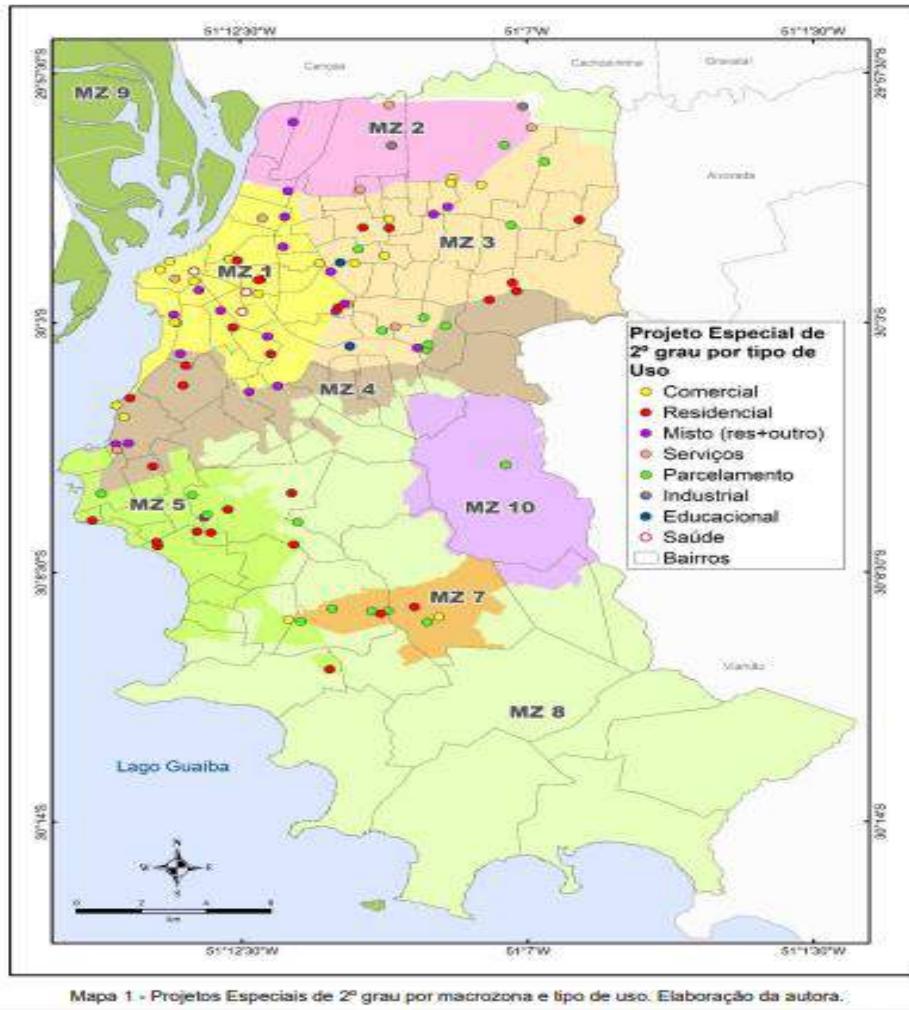


Tabela 1 - Projetos Especiais de 2º grau por macrozona e tipo de uso

ATIVIDADE	MZ 1	MZ 2	MZ 3	MZ 4	MZ 5	MZ 7	MZ 8	MZ 10	TOTAL
Residencial	5	0	4	6	8	2	1	0	26
Comercial	8	1	6	2	1	1	0	0	19
Misto	11	1	4	4	1	0	0	0	21
Parcelamento	0	1	7	2	4	4	0	1	19
Serviços	2	3	1	1	0	0	0	0	7
Industrial	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Educacional	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Saúde	3	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL	29	8	24	15	14	7	1	1	99

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da PMPA via Lei de Acesso à Informação (2019) e PGM (2021).

Fonte: Tese de Doutorado de Júlia RIBES, 2022

Concertação Urbanística

- Art. 56, § 1º A avaliação dos impactos gerados pela proposta de empreendimento ou atividade deve resultar **em soluções que visem à superação dos conflitos**, devendo estabelecer condições e compromissos específicos, que, quando necessário, serão firmados em **Termo de Compromisso**.
- § 2º Dar-se-á sempre publicidade dos requerimentos e aprovações dos Projetos Especiais de Impacto Urbano.

Quais impactos serão mitigados e compensados?

- Necessidade da instauração de um procedimento de avaliação de impacto que contemple os impactos sociais, econômicos, ambientais, no patrimônio cultural, na mobilidade e no tráfego, na drenagem, etc.
- Porto Alegre não exige mitigação e compensação de impactos sociais e não implementou o EIV, embora previsto no PDDUA.
- Não confundir Mitigação/Compensação com as Contrapartidas pelos benefícios urbanísticos concedidos (mais valia).
- Exigência de um sistema de monitoramento continuado dos impactos na infraestrutura, decorrentes do adensamento, na paisagem, etc., que retroalimente as futuras análises de viabilidade.

Exemplos: Barra Shopping Sul - Porto Alegre



Construir uma elevada na Avenida Padre Cacique na curva do Estaleiro Só

Duplicar a Avenida Diário de Notícias no trecho entre as avenidas Chuí e Wenceslau Escobar, incluindo canteiro central e três faixas de rolamento

Reforma da Casa de Bombas 11, ampliando o bombeamento de água de 292 para 348 litros por segundo

Melhorar a iluminação pública de todos os locais onde houve intervenções



Reassentar 150 famílias da vila Foz do Arroio Cavalhada. O prazo máximo é até três meses antes da inauguração do shopping

Obs.: as obras ainda não realizadas podem ser alteradas porque o termo de compromisso entre a prefeitura de Porto Alegre e os empreendedores foi assinado em 25 de março de 1997. A EPTC estuda mudanças nos projetos.

Projeto urbano Arena do Grêmio



Reforço estrutural de 1,9 cm nas 4 faixas de rolamento que serão mantidas na Av. Pe. Leopoldo Brentano

Modificar a geometria da interseção na Av. A. J. Renner/Av. Pe. Leopoldo Brentano/Rua José Pedro Boéssio e implantar semáforo

Implantação da Avenida A. J. Renner em seu gabarito definitivo, com 3 faixas de tráfego por sentido.

Qualificação da rede de iluminação pública

Proibição das conversões à esquerda na Avenida A. J. Renner e implantação de alças de retorno.

Implantação de semáforo na interseção Rua José Pedro Boéssio com a Rua Ernesto Neugebauer

Reforço estrutural de 4 cm de CBUQ, extensão de 1950 m de pista ou 3900 m de faixa na Av. A. J. Renner

Substituição do trecho de rede com DN 200, compreendido na avenida Renner por rede de DN 450 (incremento da contribuição de esgoto doméstico (72,0 l/s, considerando a vazão máxima diária)

Implantação de túnel para o fluxo da Avenida A. J. Renner/Av. Farrapos.

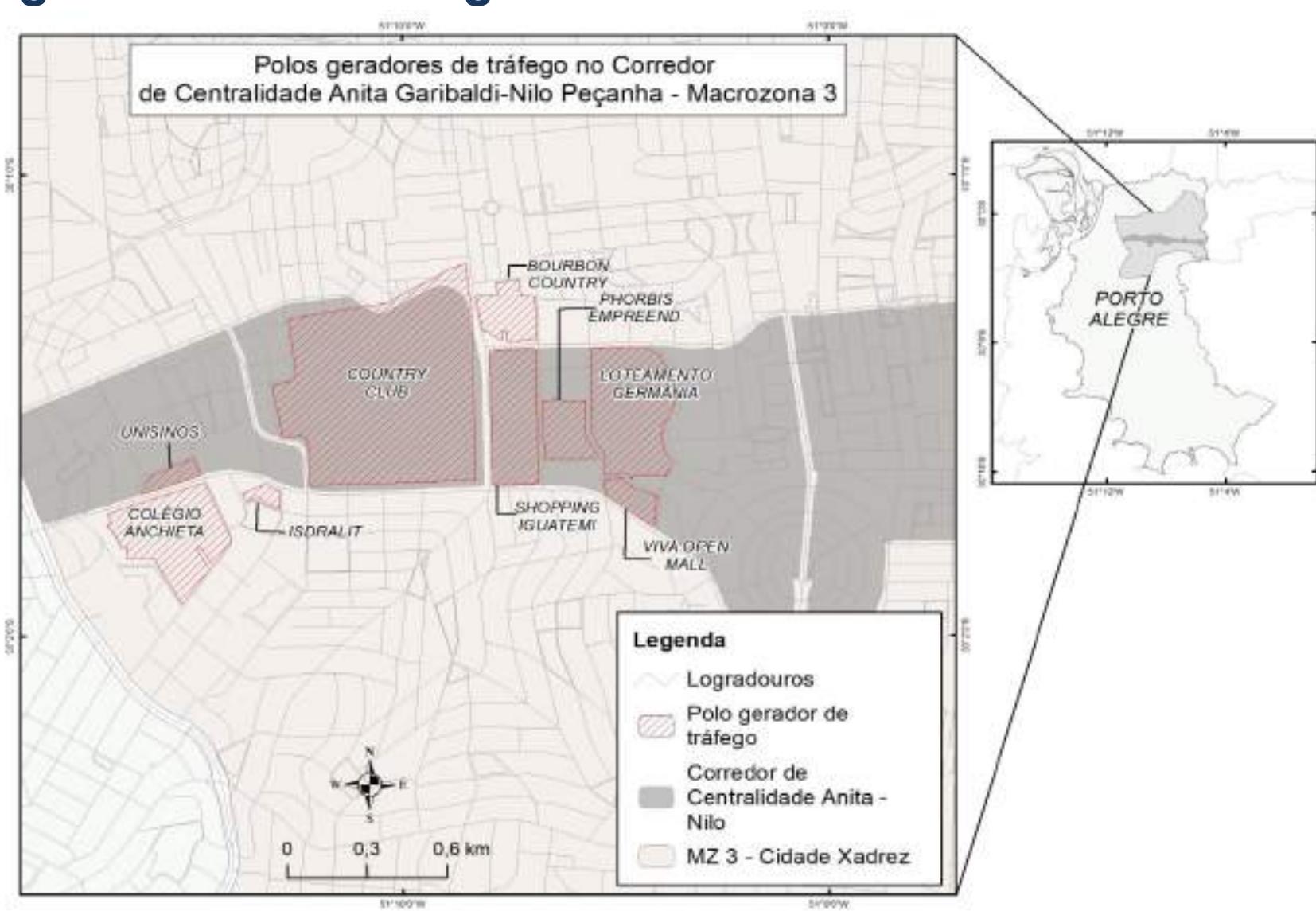
Google

Cuidados a serem observados na Concertação

- Clareza a respeito **do que** se está flexibilizando, **em favor de quem**, qual a **motivação** dessa flexibilização e quais as **consequências**.
- Atenção para o **procedimento de tomada de decisão** (técnica, jurídica), que precisa ser fundamentado no interesse público, ser transparente, contar com a participação social, ser acessível (publicidade).
- Quanto maior a flexibilidade permitida para o projeto urbano (espaços discricionários), mais intensa precisa ser a transparência, a publicidade e a oportunidade de participação social: **Risco de captura, de corrupção** (Vanesca Prestes, 2019).
- Estudos técnicos que amparem as obrigações exigidas.
- Garantias financeiras para o cumprimento futuro da obrigação (médio e longo prazos)
- Ter um bom sistema de controle e monitoramento das obrigações e articulação com a PGM, para fins de possível execução dos termos de compromisso.

1981

Escala dos Impactos e o caso dos polos geradores de tráfego



Resultados



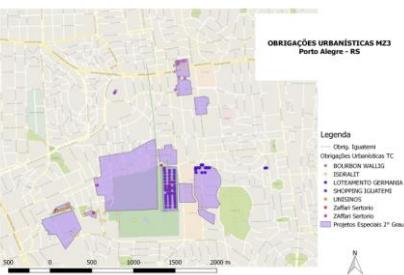
Licenciamento lote a lote

- Medidas mitigadoras: Predomínio obras viárias e de drenagem (AID)
- Medidas compensatórias: Discricionárias e não contemplam impactos sociais. Ciclovias e doação de equipamentos EPTC.
- Planejamento Urbano não evita os impactos cumulativos e licenciamento não os enfrenta.



Contrapartidas

Limitam-se a solo criado. **Alteração de regime urbanístico, uso, etc, não são cobrados.**



Termos de Compromisso

- Caso a caso. Formalizam o processo de concertação que se estabelece no EVU
- Município: Falta de clareza quanto aos critérios para custeio de desapropriações e quanto à previsão orçamentária.
- Não prevê garantias

Importância de especificar a natureza e o fundamento das distintas obrigações urbanísticas e ambientais

Ônus urbanísticos

- Lei 6766/79
- Infraestruturas viárias, de drenagem, saneamento, equipamentos públicos, áreas verdes
- **Princípio “quem urbaniza-paga”**

Medidas mitigadoras e compensatórias de impactos negativos

- Precaução e prevenção de danos ambientais
- Responsabilidade *ex ante*, associada à avaliação de impactos (EIV, EIA, etc,)
- Compensação SNUC
- Lei Liberdade Econômica para impactos urbanísticos

Contrapartidas Urbanísticas

- Contraprestação pela flexibilização do regime jurídico do PD
- Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso
- Operação Urbana Consorciada
- **Mais valia fundiária a ser especificada no Plano Diretor e respectivo regulamento**

Atenção para a Lei da Liberdade Econômica Lei 13.874/2019

- Art. 3º (....) XI – não ser exigida medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva, em sede de estudos de impacto ou outras liberações de atividade econômica no **direito urbanístico**, entendida como aquela que
- (...)
- b) requeira medida que já era planejada para execução antes da solicitação pelo particular, sem que a atividade econômica altere a demanda para execução da referida medida;

- c) utilize-se do particular para realizar execuções que compensem impactos **que existiriam independentemente do empreendimento** ou da atividade econômica solicitada;
- d) requeira a execução ou prestação de qualquer tipo para áreas ou situação além daquelas **diretamente impactadas** pela atividade econômica; ou
- e) mostre-se sem razoabilidade ou desproporcional, inclusive utilizada com meio de coação ou intimidação

Sugestões de Critérios materiais para a justa distribuição dos custos de urbanização para o novo Plano Diretor

- Legislação que diferencie as medidas mitigadoras e compensatórias e as contrapartidas pela concessão de benefícios
- Utilização de instrumentos tarifários/tributários para financiamento de infraestrutura pública de interesse geral associados ao Planejamento Urbano
- Legislação que integre os padrões ambientais para mitigação de impactos quando da concepção dos projetos e da definição de encargos urbanísticos
- Mitigação e Compensação de Impactos Sociais
- Consideração de impactos cumulativos dos diversos projetos (Planos em escala intermediária e integração entre o Planejamento Urbano e o licenciamento de projetos)

Sugestões de Critérios procedimentais para a justa distribuição dos custos de urbanização

- Superação da avaliação projeto a projeto, definição das áreas que podem receber projetos especiais e elaboração de um plano urbano específico para desenvolvimento de área (Plano Parcial)
- Exigência de procedimento e de critérios específicos para cálculo de contrapartidas (monitoramento do adensamento, definição de áreas em que o regime urbanístico pode ser flexibilizado)
- Existência de processo administrativo para avaliação dos **impactos multidimensionais** dos projetos (estudos ambientais e urbanísticos prévios, transparência, participação social)

Conclusões

- Localização do Projeto Especial depende de articulação com o planejamento urbano da cidade;
- Exigência de expressa previsão legal do que pode ser flexibilizado (interesse público) e diferenciação entre obrigações urbanísticas e ambientais;
- Impactos negativos (multidimensionais) precisam ser avaliados em uma **escala que transcenda o lote urbano**, com a identificação de impactos cumulativos dos diversos projetos e preexistências.
- Exigência de participação e de transparência: Processos digitais e acessíveis ao público

EIXO 7

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O OBJETIVO DA CIDADE É
SER PALCO DA DEMOCRACIA

E DO EXERCÍCIO PLENO DE UMA VIDA DIGNA

DIREITO À CIDADE

DIREITO À CENTRALIDADE NA VIDA URBANA (LEFEBVRE, 2001)

PLANOS POPULARES DE AÇÃO REGIONAL

Depois de 2 anos de trabalho, lançamos em outubro de 2020 os Planos Populares de 5 Regiões de Gestão do Planejamento de Porto Alegre:

RGP 1, RGP 2, RGP 4, RGP 5* e RGP 7.

O projeto de assistência técnica em planejamento urbano foi elaborado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB - RS) em parceria do Cidade em Projeto - Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão (CPLAB – UFRGS) e patrocínio do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Rio Grande do Sul (CAU-RS).

Aqui você pode conhecer mais sobre o projeto e acessar os resultados do processo.

* O documento da RGP 5 apresenta apenas o diagnóstico da Região, pois a etapa de propostas não foi concluída.



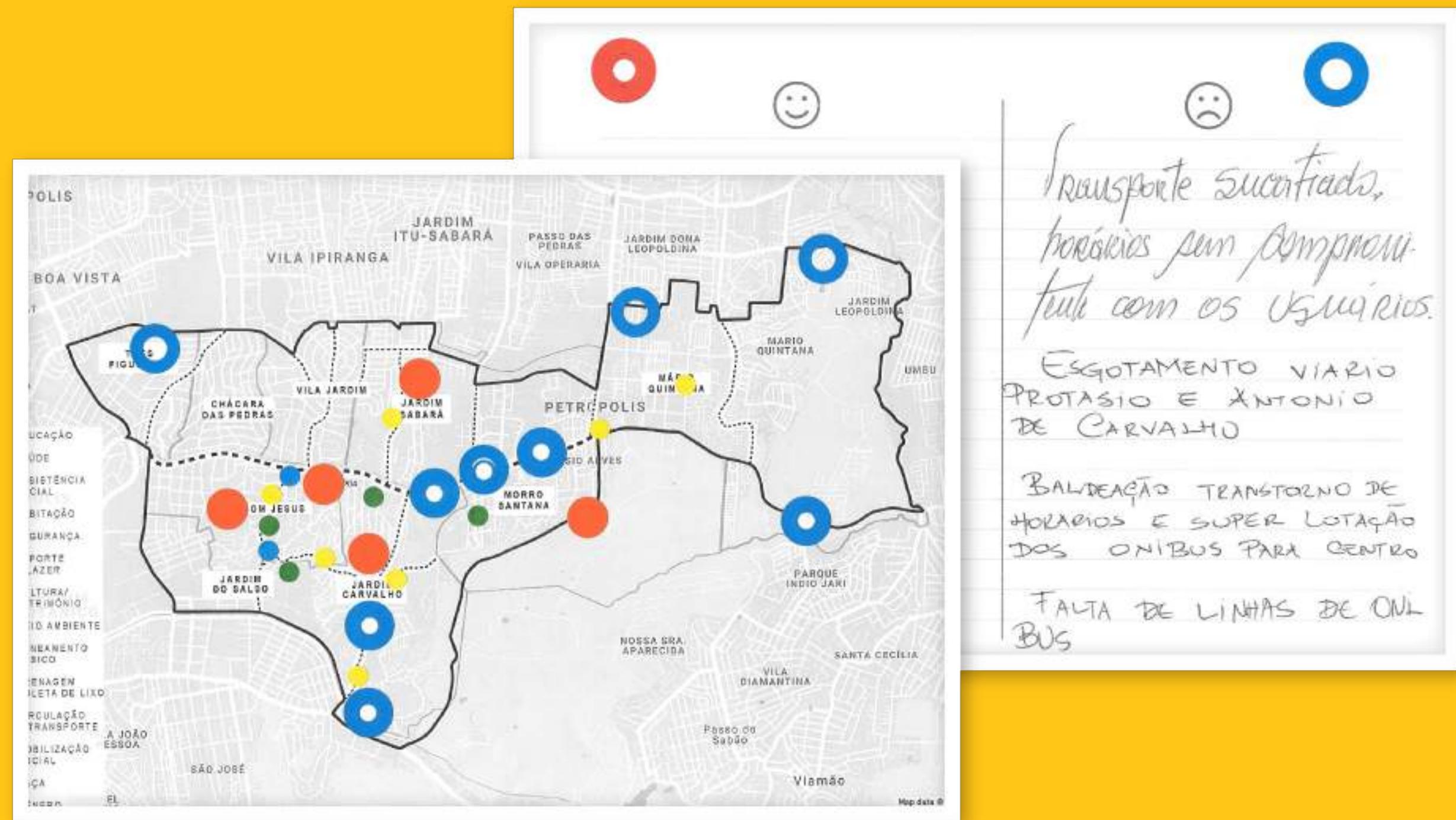
planospopularespoa.org

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO POPULAR DE AÇÃO REGIONAL

- Apoiar as reivindicações e os desejos das pessoas sobre a cidade onde vivem. O diagnóstico e as propostas são elaborados pelos moradores da região com auxílio de assessoria técnica.
- Registrar diferentes saberes e olhares sobre a região e sua relação com Porto Alegre, desde uma análise multisectorial (Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Saneamento, etc.).
- Identificar temas prioritários para a Região.
- Promover e documentar um resgate histórico sobre o processo de urbanização da Região.
- Promover o encontro entre moradores, Conselheiros, Delegados, movimentos sociais e lideranças comunitárias para debater e discutir a cidade que desejam.
- Mobilizar a sociedade para o debate das questões urbanas, uma vez que o Estado deve realizar a revisão do Plano Diretor com a participação social, contemporâneo a este processo.
- Confrontar a realidade desejada pelas pessoas com a realidade existente da vida urbana.
- Empoderar Conselheiros e Delegados do CMDUA a partir do debate em suas Regiões e de um vocabulário técnico do campo da arquitetura e do urbanismo.
- Estimular a participação em espaços esvaziados como os Fóruns Regionais de Planejamento, constituídos por Conselheiros e Delegados.
- Pensar em outras formas de organização para além de parcerias público-privadas.
- Tensionar o Estado a realizar o seu dever com a sociedade.
- Elaborar um documento que aborde a cidade a partir da escala intermediária, diferentemente de um Plano Diretor.
- Realizar um momento de Direito à Cidade, compreendido como o direito à centralidade das pessoas na decisão da vida urbana.

PLANEJAMENTO INSURGENTE

ENTRE OS ESPAÇOS CONVIDADOS E OS ESPAÇOS CONVIDADOS (MIRAFTAB, 2016)



2018

mar
ELEIÇÕES
CMDUA

reuniões
entre novos
conselheiros
do CMDUA

mai
APROVAÇÃO
CAU/RS

nov
OFICINA
PREPARATÓRIA

dez - mai
OFICINAS
DO PRESENTE

abril - junho
OFICINAS
DO PASSADO

ago - set
OFICINAS
DO FUTURO

fev
OFICINA
DE RETORNO
PRESENCIAL

pandemia Covid-19

out
OFICINAS
DE RETORNO
ON-LINE

TRABALHO INTERNO

2019



2020

LUGAR:
ARENA E
ENTORNO

O QUE ACONTECEU?

* melhorias no bairro Humaitá (Entrada da Cidade)
* nunca foram realizadas todas as obras de infraestrutura (pavimentação, etc) que eram as contrapartidas.

Atividade com o Fórum de Planejamento da Região 4, moradores e movimentos sociais para a construção do Plano Popular de Ação da RP4.



3ª Oficina da RP4



CEJAK

- Centro Cultural James Kulisz

Av. Joaquim Porto Villanova, 143,
Bom Jesus - Jardim do Salso



sábado, 15 de junho
09h00 às 13h00

Bairros da RP4:

Três Figueiras, Chácara das Pedras, Vila Jardim, Bom Jesus, Jardim do Salso, Jardim Carvalho, Mário Quintana, Jardim Sabará, Morro Santana.

Promoção:



Apoio:



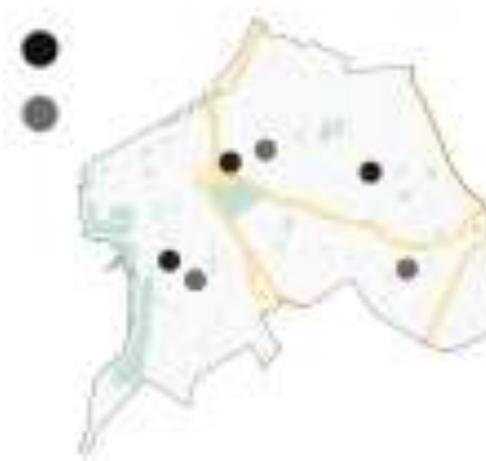
Patrocínio:



COMO LER ESTE PLANO

2 LEITURAS COMUNITÁRIAS PRESENTES

MAPA DE PONTOS DE REFERÊNCIA E CONFLITOS



Gráficos que classificam os pontos por temas:



MAPA RELACIONADO AO TEMA

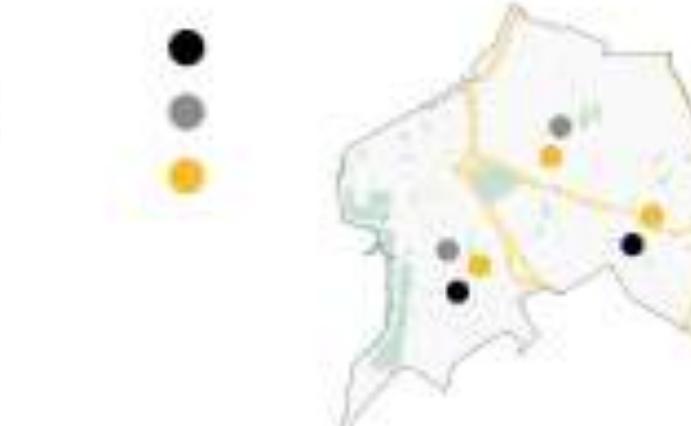
TEMA

Aqui são discutidos os aspectos positivos e negativos relacionados ao tema e identificados no mapa.



- TEMAS ESCOLHIDOS PELA RP1
- LEITURA COMUNITÁRIA: pontos positivos (+) e negativos (-) marcados pelos participantes
- LEITURA TÉCNICA: dados oficiais sobre o tema

MAPA DE PONTOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA



Gráficos que classificam os pontos por transformações positivas, negativas, ou que nunca aconteceram:



3 LEITURAS COMUNITÁRIAS PASSADO

Aqui são apresentados alguns dados gerais da RP1 como: os bairros que fazem parte, o Fórum Regional de Planejamento e dados do IBGE. Também é feito um resgate do que está previsto no atual Plano Diretor (PDDUA) para a região.



RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PRESENTE

TEMA

POSITIVO

Aspectos positivos sobre os pontos de referência citados no tema.

NEGATIVO

Aspectos negativos sobre os pontos de referência citados no tema.

RESUMO SOBRE AS LEITURAS COMUNITÁRIAS DO PASSADO

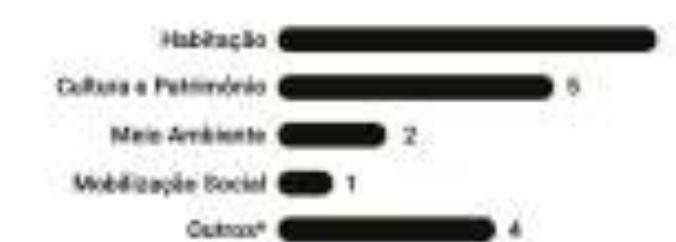
TEMAS	LUGARES DE REF.	LEITURA COMUNITÁRIA
[TEMA1]	LUGAR 1	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.
[TEMA1] [TEMA3]	LUGAR 2	Aqui são discutidas as transformações relacionadas ao lugar.

LEITURAS COMUNITÁRIAS FUTURO

LOCALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS



Gráficos que apresentam os temas escolhidos para propostas:



QUADRO DE PROPOSTAS

TEMA	O QUE
MAPA	COMO
FOTO	QUEM
CÓDIGO	NOTA: Estatuto da Cidade
PROPOSTA	QUANDO
	PRAZO



PROPOSTAS PARA O FUTURO

Nos próximos anos, serão elaboradas as propostas urbanísticas para a RPT, da qual sairão numerosas cidades (públicas e privadas) com características de sustentabilidade.

Fonte: MCT/Ministério das Cidades
Data: 2007/2008

A maior parte das propostas, está relacionada a temáticas de: Meio Ambiente e Mobilidade e Transporte, seguidas por: Habitação e Infraestrutura, conforme representado no gráfico abaixo:

RPT: PROPOSTAS X TEMAS - SPOSA DO FUTURO

TEMAS	NÚMERO DE PROPOSTAS
MEIO AMBIENTE	10
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	8
HABITAÇÃO	7
EDUCAÇÃO	5
SAÚDE	4
MOBILIDADE SOCIAL	3
SAÚDE	3
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS	3
PLANEJAMENTO	2
BACIA	1

Fonte: MCT/Ministério das Cidades
Data: 2007/2008

Alguns instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001) podem contribuir para a implementação das propostas. Destacar-se, o Artigo 2º (brevi), que define as diretrizes para que se possa garantir o objetivo de adequação do planejamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. As propostas para a RPT para os temas educação, saúde e segurança não são, como regra geral, uma corrupção direta quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos a partir do artigo 4º.

Outra importante característica do direito democrático participativo em todos os fases do processo de planejamento urbano das cidades. Para as temáticas da educação, saúde e segurança são necessários sistemas de informações e monitoramento que permitem ajustar permanentemente a distribuição espacial dos equipamentos bem como a qualidade dos serviços prestados.

Os artigos do Capítulo IV do Estatuto sobre Conselho Democrático da Cidade, por sua natureza, são inócuos, visto que não se processam apresentações. Tudo as propostas criadas pelos representantes da RPT são, portanto, aquelas que devem estar associadas a um sistema de gestão de planejamento municipal, como expressão de políticas públicas setoriais e integradas, articuladas a um processo de discussão de cidades, cidadania, a cidad-morada, demandas de identidade, bem como diferentes espécies de violência.

PROPOSTAS POR TEMÁTICAS NAS OFICINAS DO FUTURO

